

*Introdução Crítica à
Sociologia Brasileira*

GUERREIRO RAMOS

UFRJ

Reitor Paulo Alcantara Gomes

Vice-reitor José Henrique Vilhena de Paiva

*Coordenadora do Fórum
de Ciência e Cultura*

Myrian Dauelsberg

EDITORA UFRJ

Heloisa Buarque de Hollanda

Editora-assistente Lucia Canedo

Coordenadora de produção Ana Carreiro

Conselho Editorial

Heloisa Buarque de Hollanda (Presidente),
Carlos Lessa, Fernando Lobo Carneiro,
Flora Süssekind, Gilberto Velho,
Margarida de Souza Neves.

DOAÇÃO WANDERLEY G. DOS SANTOS

EDITORA UFRJ

1995

V347335

Copyright by © Clélia Guerreiro Ramos

Ficha Catalográfica elaborada pela Divisão de
Processamento Técnico - SIBI/UFRJ

R175i Ramos, Alberto Guerreiro, 1982

Introdução crítica à sociologia brasileira / Alberto Guerreiro
Ramos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

292 p., 14 X 21 cm. (série Terceira Margem)

Apêndice; 15 p.

1. Sociologia - Brasil 2. Sociologia Estudo e Ensino.

I. Título.

CDD 301.0981

ISBN 85-710

Capa

Victor Burton

Revisão

Josette Babo

Projeto Gráfico e

Editoração Eletrônica

Alice Brito



V347335

Introdução crítica à sociologia brasileira /

301(81) R175i

VLS000045245 - IU000030652
IESPI/Acervo Wanderley G. Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Forum de Ciência e Cultura

Editora UFRJ

Av. Pasteur, 250/sala 106 - Rio de Janeiro

CEP: 22295-900

Tel.: (021) 295 1595 e 35/36/37

Fax: (021) 295 1397 e 295 2346

Apoio



Fundação Universitária José Bonifácio

Sumário

Da Sociologia em Mangas de Camisa à
Túnica Inconsútil do Saber
Clóvis Brigagão 9

O Negro Como Lugar
Joel Rufino dos Santos 19

Prefácio 31

PRIMEIRA PARTE

Crítica da Sociologia Brasileira

I - Notas para um estudo crítico da
sociologia no Brasil 35

II - Crítica e autocrítica 49

III - Nacionalismo e xenofobia 55

IV - A dinâmica da sociedade política no Brasil 59

V - Esforços de teorização da realidade
nacional politicamente orientados, de
1870 aos nossos dias 79

I - Os republicanos de 1870 81

II - O movimento positivista 83

III - Sylvio Romero e a sociologia da
sociedade republicana 86

IV - Os ideólogos da ordem e progresso 89

V - A revolução da classe média 95

VI - A revolução de 1930 96

VII - Conclusão 99

SEGUNDA PARTE

Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo (prefácio a uma sociologia nacional)

I - Nota explicativa	103
II - Sociologia enlatada <i>versus</i> sociologia dinâmica	105
III - A sociologia como instrumento de autodeterminação	111
IV - O ensino da sociologia no Brasil, um caso de geração espontânea?	121
V - Para uma sociologia "em mangas de camisa"	131
VI - Meditação para os sociólogos em flor	137
VII - A industrialização como categoria sociológica	143
VIII - O problema da pesquisa sociológica no Brasil	151
IX - Para uma autocrítica da sociologia brasileira	157
X - O problema do negro na sociologia brasileira	163
- <i>Cardter geral da sociologia e da antropologia no Brasil</i>	164
- <i>História sincera dos estudos sobre o negro no Brasil</i>	168
- <i>Sylvio Romero e a mestiçagem</i>	169
- <i>Euclides da Cunha e a mestiçagem</i>	172
- <i>Alberto Torres e a mestiçagem</i>	176
- <i>Oliveira Viana, arianizante</i>	179
- <i>Nina Rodrigues, apologista do branco</i>	183
- <i>O negro como tema</i>	187
- <i>Sociologia do negro, ideologia da brancura</i>	190
- <i>Passado e presente da nova fase</i>	202

TERCEIRA PARTE

Documentos de uma Sociologia Militante

I - Patologia social do "branco" brasileiro	215
II - O negro desde dentro	241
III - Política de relações de raça no Brasil	249

APÊNDICE

I - Sobre a crise brasileira e a sociologia no Brasil	255
II - "...a descida aos infernos"	263

ANEXO

<i>O Tema da Transplantação na Sociologia Brasileira</i>	
Enteléquias na interpretação	271

*Da Sociologia em
Mangas de Camisa à
Túnica Inconsútil do Saber*

Clóvis Brigagão¹

Em correspondência mantida ao longo de mais de quinze anos (1966/82) com o Professor Guerreiro Ramos, volta e meia trocávamos idéias sobre a oportunidade da reedição de sua obra. Diante da minha insistência, justificando a relevância de seu trabalho intelectual, iniciado nos anos 30 e terminado com sua morte em 6 de abril de 1982, em uma de suas cartas (16/7/80), ele me escrevia:

Minha presente agenda é cheia de vida e excitante e me exige um bocado de trabalho. Assim vamos congelar a idéia de reedições. Principalmente, penso que os artigos que publiquei na *Revista do Serviço Público* não merecem nenhuma republicação.

Retomando seus contatos com o Brasil, após o fim de seu exílio nos EUA, levantei novamente o assunto, em uma de nossas conversas no Rio (1981), sobre a oportunidade da reedição de sua obra. Guerreiro Ramos, com sua fina e artil ironia, olhou-me nos olhos e respondeu: "meu querido, hoje, estou aqui nessa janela, olhando vocês passarem..." [e rindo] "...estou em outra...,

minhas obras passadas já não me dizem nada... a não ser aquele sentimento de dever cumprido”.

No entanto, com o convite feito pela Universidade Federal de Santa Catarina de criar o Programa Acadêmico e de Pesquisa em Planejamento Governamental (iniciado em 12/05/1980), GR voltava a se debruçar sobre temas brasileiros e me solicitava que o ajudasse a coletar artigos e livros que lhe fossem úteis na tarefa de reingressar na discussão sociológica brasileira.² Era, pois, uma demonstração viva de que Guerreiro Ramos tencionava voltar a arregaçar as mangas e reiniciar a sanha de refletir e atuar na realidade brasileira, sua paixão. “Sou homem que penso o Brasil vinte e quatro horas por dia”, dizia.

Com sua súbita morte, em 1982, retomei o “Plano para a Reedição da Obra de A. Guerreiro Ramos” (28/11/1985), colecionando antigas edições de livros e de textos (inéditos ou publicados em Separatas de Revistas que já não mais existem), ajudado pela família, por amigos e discípulos.³ Acreditava ser imprescindível colocar em mãos dos novos profissionais (das ciências sociais) e do público em geral, uma das mais profundas e inteligentes obras do pensamento social brasileiro.

Pensar o Brasil, em particular, e as ciências sociais, em geral, como o fez Guerreiro Ramos é, sem dúvida alguma, revelar às novas gerações um pensamento, não só brasileiro original, mas universalmente inovador e sofisticado. Guerreiro é um desses raros pensadores, de militância de tempo integral e fora da horda, que fez uso dos instrumentos intelectuais de forma contundente e fecunda, além de possuir uma elegância e clareza textual inconfundíveis.

Para ele, as ciências sociais não podiam existir extemporaneamente: tanto em termos de época e de tempo de intervenção, como do método que GR empregava: enraizado nas teorias clássicas e científicas, mas sem o formalismo consular e o positivismo “enlatado” e provinciano, que combatia e criticava incansavelmente. Não há dúvida de que o pensamento de GR encontrava-se à frente de sua própria época.

A obra de GR, em seu conjunto e particularmente as que agora selecionamos para o público (como as mais características de seu pensamento), continua a desafiar o tempo, desde a sua primeira aparição, para transformar-se em instrumento de análise da contemporaneidade e de sua transformação.

Acreditamos que a reedição de sua obra resgatará o valor e a qualidade de uma das mais importantes contribuições do pensamento sociológico, inicialmente limitado ao Brasil (e um tanto à América Latina) e, a partir de seu exílio nos Estados Unidos, difundida e espalhada por outros cantos do mundo. Penso que, no momento em que o Brasil, como também o sistema internacional, reclamam revisões e rearticulações dos mapas cognitivos, reeditar Guerreiro Ramos significa recompor o “elo matricial” que faltava no encadeamento dessa rica tradição do pensamento crítico, que une o ubíquo ao utópico, o local ao global.

A sociologia crítica de GR representa uma “descida aos infernos”, no sentido de sacudir os demônios “consulares” da sociologia convencional e, ao mesmo tempo, é uma subida aos céus, pela acuidade e beleza dos critérios teóricos e metodológicos elaborados por ele, desde a primeira edição da *Cartilha brasileira de aprendiz de sociólogo* (1ª edição em 1954 e depois reeditada como *Introdução crítica à sociologia brasileira*, em 1957) até a *A Nova ciência das organizações*, sua última obra.

Seu pluralismo é o da estirpe que aponta mudanças e transformações nas ciências sociais (“buscar a superação da ciência social nos moldes institucionais e universitários em que se encontra”) e nas políticas governamentais e da sociedade. Sem jamais esquecer o Brasil e seu povo, GR eleva-se ao plano das categorias como a “postura parentética do homem em relação às organizações”, “paradigma paraeconômico” (paradigma que delimita a economia de mercado e abrange essa e outras formas sociais), “teoria da vida humana associativa”, “globalidade dos recursos e dos sistemas econômicos e ecológicos” etc.

Pela primeira vez, a sociologia inaugurada por GR, aqui no Brasil, é colocada em seu devido lugar, quer pela sua instru-

mentalidade teórica, como também pela sua inserção no contexto da sociedade brasileira. Sua atualidade deve-se ao fato de que os atributos científicos de GR, sobre a sociologia e a sociedade, continuam como arcabouços que influenciam comportamentos, atitudes e hábitos até os nossos dias.

Esquemáticamente, poderíamos dividir a obra de GR em quatro partes:⁴

I - Teoria Sociológica

A abordagem de GR, como ele próprio definiu, foi a de construir uma atitude crítica da ciência e da cultura importadas, bem como o exercício e o adestramento sistemático, necessários para habilitar o indivíduo a resistir à massificação de sua conduta e às pressões sociais organizadas.

Menciono dois livros essenciais, hoje considerados clássicos da literatura sociológica brasileira.

Introdução crítica à sociologia brasileira, 1957,
Rio de Janeiro, Editora ANDES Ltda.

Trata-se de um texto de formação fundamental sobre a "árvore genealógica" do pensamento mais original da sociologia brasileira. Nele GR tece o fio condutor das raízes do pensamento sociológico nacional. Historicamente, ele é indispensável para reorientar o estudo sistemático da sociologia brasileira. O livro divide-se em três partes: 1ª) "Crítica da Sociologia Brasileira" (sendo importantíssimo o Capítulo V, "Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados de 1870 aos nossos dias"); 2ª) Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo (título da primeira edição, em 1954)⁵; 3ª) Documentos de uma Sociologia Militante (de onde surge, pela primeira vez, a crítica avassaladora sobre a "patologia social do 'branco' brasileiro").

Nesta reedição, resgatamos um texto que, estou seguro, é o precursor da *Cartilha* (de 1954) e da *Introdução* (de 1957). Trata-se do "Tema da Transplantação na Sociologia Brasileira" (título redigido à mão pelo próprio GR no texto, Separata da Revista *Serviço Social*, Ano XIV, nº 74 — São Paulo, 1954, pp. 73-95)

e que reaparece aqui como Anexo. Os leitores poderão perceber o que se espera ganhar com esta discussão: "um método de estudo da realidade histórico-social, de caráter científico. É, aliás, mais importante o domínio deste método do que a simples aceitação, em termos definitivos, de uma interpretação da realidade histórico-social num dado momento, ainda que objetiva. Até porque, sendo eminentemente dinâmica esta realidade, nenhuma interpretação pode pretender-se definitiva" (p. 73).

A Redução sociológica, 1965, Rio de Janeiro,
Editora Tempo Brasileiro.

Inicialmente a *Redução sociológica* (introdução ao estudo da razão sociológica) foi lançada em 1958, no período de sua intensa atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Considerada a obra clássica da sociologia brasileira, merecendo uma edição em espanhol pela Fondo de Cultura Económica (México, 1959), teve uma enorme repercussão nacional, com inúmeras avaliações de intelectuais de todos os matizes teóricos e políticos brasileiros. A *Redução*, pode-se afirmar, é a mais original contribuição de GR para a formulação de um desenvolvimento nacional, despertando novas atitudes e métodos políticos e administrativos no panorama brasileiro.⁶

Combatente da alienação sociológica no Brasil (assim como Wright Mills, em sua *Imaginação sociológica*, editado no Brasil em 1965, também combatera a alienação nos EUA), a *Redução* repudia a tentativa de tornar a sociologia uma ciência elitista e aponta para a necessidade de democratizar o saber sociológico, instrumento substancial para a formulação e execução de transformações sociais.

II. Organização e Ação Política

Cabe aqui mencionar três livros-chaves que despertarão grande interesse do leitor pelas suas brilhantes e, diríamos, atuais análises políticas.

O Problema nacional do Brasil, 1960,
Rio de Janeiro, Editora Saga.

É um guia político-social que abrange várias realidades brasileiras e suas perspectivas, em função dos grandes temas nacionais da época. Dois textos merecem a atenção pela reflexão inovadora: "A Ideologia da Segurança Nacional" (anteriormente editado pelo ISEB em 1957) e "Condições Sociais do Poder" (também editado pelo ISEB).

A Crise do poder no Brasil, 1961, Rio de Janeiro,
Zahar Editores.

É um clássico, em termos de análise política de conjuntura e que reflete uma luta entre a "ordem" política conservadora e a "ordem" reformista e popular no Brasil. Militante, GR reúne, ao sabor dos acontecimentos que marcaram a vida política do Brasil, nos anos 60, ensaios verdadeiramente irretocáveis pela sua perspicácia e estilo límpido e transparente. Como que prevendo nuvens autoritárias que viriam com o Golpe Militar de 1964, cabe assinalar dois ensaios sobre a renúncia do então Presidente Janio Quadros e a trajetória política de Leonel Brizola.

Mito e verdade da revolução brasileira, 1963,
Rio de Janeiro, Zahar Editores.

O mais fascinante livro de GR, polêmico, visionário, escrito também no contexto pré-Golpe: é uma contundente e arrasadora crítica teórica e política sobre as forças e grupos intelectuais e de políticos da esquerda brasileira, especialmente sobre o Partido Comunista Brasileiro. Parafraseando a famosa peça teatral de Ionesco, *O Rinoceronte*, GR passa a limpo (ver em especial o capítulo VII, "Revolução Brasileira ou Jornada de Otários?"), com fina ironia e clareza de análise, as tendências e os sintomas do processo político às portas do Golpe Militar de 31 de março de 64.

III. Discursos, Ensaio e Artigos

Esta parte seria constituída por uma antologia organizada, a partir do seguinte roteiro:

1. Artigos publicados em sua coluna do jornal *Última Hora*, no período entre 1959 e 1962, em que GR, além de escrever sobre a conjuntura brasileira, também analisa a vida e o sistema organizacional nos Estados Unidos, União Soviética, França e China (países que visitou como convidado oficial e como conferencista), cujo valor é ainda indiscutível pela atualidade e acuidade de suas observações. São aproximadamente quarenta artigos para uma prévia seleção.

2. Três Discursos como Delegado Brasileiro na II Comissão, da XVI Assembléia Geral das Nações Unidas, New York, 1961.

3. Discursos Parlamentares (Agosto de 1963-Abril de 1964), Diário do Congresso Nacional, Brasília. A relação de trinta pronunciamentos selecionados sobre temas políticos nacionais e internacionais, até o seu último discurso no dia 16 de Abril, quando perdeu seus direitos políticos e foi cassado pelo Governo Militar.

4. Quatorze artigos publicados no *Jornal do Brasil*, entre 1978 e 1981, desde o primeiro ("O Momento Maquiavélico Brasileiro", 22/10/78) até o último ("Imagens da Historiografia Brasileira", 27/12/81), escritos no contexto da abertura política e à luz de sua teoria da delimitação dos sistemas sociais.

5. Dois ensaios publicados pela Universidade Federal de Santa Catarina, Programa Acadêmico e de Pesquisa em Planejamento governamental:

— "O Modelo Econômico Brasileiro (Apreciação à luz da teoria da delimitação dos sistemas sociais)", 1980;

— "Considerações sobre o Modelo Alcatraz do Governo Brasileiro", 1980.

6. Artigo inédito, "Commerce, Development, Protectionism, Terms of Trade", s/d e local de publicação, 4 páginas.

7. Artigo inédito, "Curtição ou Reinvenção do Brasil", 1982.

IV. Depoimentos, Testemunhos e Correspondência

Uma antologia com depoimentos e testemunhos de amigos, intelectuais, discípulos que conviveram com Guerreiro Ramos, em diversas fases de sua vida, a partir do material de seu depoimento dado ao CPDOC/FGV, em 9/6/81. Existe também uma farta correspondência de Guerreiro Ramos para amigos e ex-alunos no Brasil, principalmente durante seu exílio nos Estados Unidos, na School of Public Administration, University of Southern California, entre 1966 e 1982.

A presente reedição tem início com a *Introdução crítica à sociologia brasileira* porque representa não um aspecto cronológico de sua obra, mas a raiz mesma sobre o pensamento sociológico brasileiro.

Hoje, graças à Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em particular aos Professores Wanderley Guilherme dos Santos e Heloisa Buarque de Hollanda, iniciamos a reedição da obra de Guerreiro Ramos.

Notas

- (1) Cientista político e escritor, foi aluno do Professor Guerreiro Ramos na Escola Brasileira de Administração Pública/FGV, quando tornaram-se amigos. Atualmente é Diretor-adjunto do Centro de Estudos Norte-americanos (Conjunto Universitário Candido Mendes), Professor-convidado da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Programa de Pós-graduação em Política Internacional) e Professor-convidado do Mestrado de Direito de Integração da UERJ/Faculdade de Direito.
- (2) Inicialmente, me pedia com urgência que lhe enviasse os artigos de Wanderley G. dos Santos, "A Imaginação Político-Social Brasileira" (DADOS 2/3) e "Raízes da Imaginação Política Brasileira" (DADOS, 7, 1970)
- (3) Cabe aqui assinalar, além da assistência e estímulo de Clélia Guerreiro Ramos e de sua filha Eliane G. Ramos, o apoio de Adbias do Nascimento, Gerardo Mello Mourão, Nanci Valadares de Carvalho, Wilson Pizza, Lucia Lippi, Sérgio Góes de Paula e, particularmente, da agente literária Ana Maria Santeiro, pela

sua dedicação, ao longo de dez anos, para encontrar a editora que publicasse a obra de GR. Mais recentemente, contei com o apoio da bacharel em economia da Faculdade de Ciências Políticas Econômicas do Rio de Janeiro (Candido Mendes), Renata Leite Pinto do Nascimento, que acaba de defender sua tese (dezembro de 1964), "A Construção Intelectual de A. Guerreiro Ramos".

- (4) Devo muito aos trabalhos de levantamento bibliográfico reunidos por Frederico Lustosa da Costa, 1982, "Levantamento Bibliográfico", Simpósio "Guerreiro Ramos: Resgatando uma Obra", Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, Outubro; Ramon M. Garcia, 1983, "A Vida de um guerreiro... com sabedoria e senso de humor: uma sinopse da obra de Guerreiro Ramos". *Revista de Administração Pública*, Vol. 17, nº 1, jan/março, pp. 107-125. Em sua sinopse, Ramon Garcia diz que seu diálogo com GR compreende quatro momentos interligados: a) um filósofo da ação; b) um arguto teórico do Estado, ou melhor, um criativo e empenhado ideólogo da cultura; c) um homem que sempre exibiu um sentido de vida altamente desenvolvido, isto é, um senso de justiça e ética, e, acima de tudo, um senso estético do mundo, enextricavelmente interligado à sua própria compreensão dos assuntos humanos; d) finalmente, um homem que sempre teve um grande controle sobre as palavras (ao invés de ser dominado por elas), que, na maior parte do tempo, articulava idéias altamente inteligentes, mas que, como todo e qualquer ser humano, emitia, de acordo com as circunstâncias, observações bem-humoradas e tristes, serenas e agressivas, benignas e cáusticas" (p. 109); Luiz Antônio Alves Soares, 1993, *A Sociologia crítica de Guerreiro Ramos*, Rio de Janeiro, Editora Copy & Arte.
- (5) Cabe aqui uma nota. Sabe-se que o título dado por GR, *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*, tinha como um dos alvos o então jovem antropólogo Darci Ribeiro. Por ocasião do II Congresso Latino-americano de Sociologia (São Paulo, 1953), GR, na qualidade de presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais, foi atacado por suas posições consideradas revolucionárias. Em 1986, por ocasião da reunião no Rio de Janeiro, do 16º Congresso Latino-americano de Sociologia (organizado pelo Prof. Theotonio dos Santos), o então Vice-Governador do Rio, Prof. Darci Ribeiro, veio a público, numa de suas atitudes

generosamente bem típicas, dizer que tinha uma dívida para com Guerreiro Ramos, afirmando a corretas posições de GR e fazendo uma autocrítica de seus erros, diante de um público (que incluía o então homem forte do regime da FNL da Nicarágua, Tomaz Borge), que, talvez, não soubesse da antiga polêmica que mantiveram no passado.

- (6) Em entrevista dada a um jornal-tablóide em 1994, o atual Presidente da República (então candidato), Fernando Henrique Cardoso, respondendo a uma pergunta da entrevistadora sobre a importância do ISEB, afirmou categoricamente que a *Redução sociológica* era o mais importante livro de sociologia brasileira que ele já tinha lido.

O Negro Como Lugar

Joel Rufino dos Santos

Assim como somos mais brasileiros consumindo Guaraná ao invés de Coca-Cola, tecidos Bangu ao invés de tecidos ingleses, devemos produzir e consumir a nossa sociologia ao invés de consumir a dos outros.

Quando Guerreiro Ramos disse isso a um repórter da *Última Hora*, corria o ano de 1956. Esse nacionalismo que hoje — mas só hoje — parece ingênuo, pertencia ao *conteúdo de idéias* daquela fase histórica. Se fosse vivo e quisesse compreender o nacionalismo que venceu a totalidade do seu pensamento e militância política, bastaria a Guerreiro Ramos aplicar o seu “*approach* faseológico”:

toda estrutura econômica e cultural condiciona seu correspondente elenco de problemas, o qual só se altera na medida em que a referida estrutura se transforma faseologicamente.¹

Nacionalistas foram o pernambucano MCP, do jovem Paulo Freire, o CPC da UNE, a História Nova, o cinema juvenil de Glauber Rocha e Paulo Emílio, os autos de Guarnieri e Boal, os ensaios de Carlos Estevam Martins, Ferreira Gullar e tantos outros que tiveram tempo, mais tarde, de se arrepender. (Meu pai, por

exemplo, um modesto funcionário público que nunca leu Guerreiro Ramos nem frequentou o ISEB, morreu sem por uma gota da bebida imperialista na boca). A síndrome do Guaraná era, pois, um dado de conjuntura — podia manifestar-se *trêfegamente* pelo *Auto dos 99%*, que imortalizou o CPC, ou sisudamente pela filosofia de Vieira Pinto².

Nessa atmosfera é que Guerreiro Ramos dispôs-se, com certa pretensão, a *introduzir* a sociologia nacional brasileira, admitindo como precursores apenas Silvio Romero, Pontes de Miranda e Oliveira Viana. Sua obra pretendia ser um trabalho científico a partir de Hegel, do jovem Marx e dos culturalistas — Dilthey à frente — ancorada ao mesmo tempo no compromisso com a particular circunstância nacional. Seu programa de trabalho se desdobraria em três etapas:

1 — a elaboração de um método de análise, suscetível de ser utilizado na avaliação do valor objetivo do produto intelectual, como integração do significado das obras nos fatos, e não como proeza ou afirmação meramente individual; 2 — a revisão crítica de nossa produção intelectual, realizada, até aqui, à luz dos fatos da vida brasileira; 3 — o estímulo da auto-análise, como instrumento de purgação de equívocos e vícios mentais e de ajustamento do produtor intelectual às propensões da realidade.³

Guerreiro Ramos se torna uma figura pública aí por 1954. Era então professor da EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública) da Fundação Getúlio Vargas, membro da Comissão Nacional do Bem-estar Social e co-fundador do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política). Eram ele e Hélio Jaguaribe os intelectuais mais destacados do *Grupo de Itatiaia*, quase todos os funcionários ou assessores do governo Vargas, empenhados no estudo, pesquisa e planejamento do que chamavam realidade nacional. Em 1956, refeitos do suicídio que a todos desnorteara, é o *Grupo de Itatiaia* que funda, com algumas adesões de fora, e da mesma densidade intelectual, aliás, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Criado por ato do governo Café Filho, contrário ao campo varguista, demorou o ISEB a inserir-se na orientação *cepalina*, desenvolvimentista, do governo

Kubitschek. Aí por 1957, contudo, já funcionava a todo vapor como “fábrica de ideologia”⁴.

O desenvolvimentismo pertencia também, portanto, ao *conceito de idíias* da segunda metade dos anos cinquenta. Juntaram-se no mesmo barco hegelianos como Roland Corbisier, marxistas como Werneck Sodré e liberais conservadores como Roberto Campos. Naquela salada desenvolvimentista não é difícil, contudo, isolar o pensamento de Guerreiro Ramos. Para começar, diferentemente de Werneck Sodré ou Hélio Jaguaribe, por exemplo, sua adesão às teses cepalinas — sobretudo nas formulações de Raúl Prebisch — foi total.

A CEPAL, como se sabe, tinha o propósito de tornar a política e o pensamento econômico dos países latino-americanos fatores operativos do seu desenvolvimento. Guerreiro deduziu daí a necessidade de uma “sociologia em mangas de camisa” que, para ilustrar, nas atividades de aconselhamento não perdesse de vista as disponibilidades de renda nacional e que, não descurando o significado econômico do seu trabalho, caminhasse para uma interdisciplinaridade. O contrário dessa sociologia crítica, *reduzida*, como postularia adiante, era a “sociologia enlatada” ou consular ou simplesmente transplantada, por vezes rebuçada, como em Arthur Ramos e Gilberto Freyre, num ecletismo conciliador. Não hesitou, portanto, em investir contra os que pensavam a sociedade brasileira a partir de doutrinas importadas, mesmo quando lhes reconhecia alguma inteligência — um Tobias Barreto, um Pontes de Miranda, um Pinto Ferreira, um Mário Lins, o *doctor seraphicus* da sociologia brasileira — especialistas, segundo ele, em opor premissas aos fatos sociais. Sua simpatia, por outro lado, com ressalvas críticas, ia para os que haviam pensado a nação brasileira, ou a sua possibilidade, com angústia — Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Caio Prado.... Com os anos, tornou-se cada vez mais impaciente com o que lhe pareciam pormenorizações e estudos de comunidade, recomendando aos aprendizes de sociólogos se dedicarem de preferência aos estudos globais — as tarefas do desenvolvimento não podiam esperar —,

esquecendo-se de que esses estudos globais eram exatamente os mais propícios aos doutrinários que temia. Numa palavra, Guerreiro via a sociologia como serva do desenvolvimento e nessa visão residem tanto a grandeza quanto a miséria do seu pensamento.

Guerreiro Ramos é, pois, assim como Vieira Pinto, Roland Corbisier e outros isebianos um pensador *datado*. Para que reeditá-lo hoje? Há um acento de boa e velha tragédia na força que ele e parte da sua geração fizeram para realizar um modelo de capitalismo nacional, com Estado forte, no instante mesmo em que o processo de substituição de importações chegava ao fim e montava-se a infra-estrutura necessária ao crescimento pela via da internacionalização. Os tempos que se abriram com o governo Kubitschek, a que o ISEB nacionalista pretendia inocentemente servir, veriam a vitória de Roberto Campos (e num certo sentido também de Hélio Jaguaribe), o mais empedernido dos representantes da ala direita do *Grupo de Itatiaia*. Trinta anos depois, descobrimos que Guerreiro Ramos tem algo de Policarpo Quaresma: nada do que desejou para o Brasil deu certo; emigrando para os Estados Unidos ao menos escapou do fuzilamento.⁵

Mas Guerreiro Ramos é também, basicamente, um caso de fidelidade à sua circunstância — de ética, numa palavra. Costumava citar Graciliano: “quem não tem vergonha na cara não pode ser sociólogo”:

Graciliano Ramos, em outras palavras, formulou um postulado fundamental da filosofia contemporânea segundo o qual, quando nós assumimos voluntariamente o que nos condiciona, transformamos a estreiteza em profundidade. [...] A assunção do Brasil seria, portanto, nessa ordem de idéias, a condição prévia, necessária, para descobri-lo teoricamente.⁶

Claro está que essa ética — uma pessoa como um país só se conhece quando se reconhece — tem suas raízes teóricas: os notórios Hegel (sobretudo o da *Fenomenologia do espírito*), o jovem Marx, Sartre e um pensador, hoje esquecido, G. Balandier⁷ (a que Ortiz acrescentaria Fanon, assinalando o parentesco de suas idéias e intuições com um dos papas do ISEB, Vieira Pinto⁸. Esses

autores lhe deram, relativamente acabadas, as categorias de totalidade (a nação como totalidade), alienação, situação colonial, identidade nacional, inautenticidade, “projeto” etc.

Idéias não germinam, porém, se o terreno não é fértil. Vivíamos o apogeu da *democracia populista*. Há muitas definições de populismo, mas pode-se trabalhar com aquela que o dá, sumariamente, como a forma política assumida pela sociedade de massas na América Latina, constante de medidas concretas de governo, de uma ideologia, de uma estratégia de desenvolvimento social e de uma linguagem. Das quatro modalidades em que se desdobrou entre nós⁹ — queremismo getulista (1945/50), trabalhismo (1950/54), juscelinismo (1955/60) e janguismo (1961/64) —, Guerreiro Ramos só teria dificuldade em se compor com o juscelinismo. Estava dada a pauta para o seu labor sociológico, encontrara o nicho perfeito para a sua sociologia correspondente ao Guaraná e fábrica Bangu.

Por que um cientista social do porte de Guerreiro Ramos andou esquecido? A explicação convencional é que houve nos últimos quarenta anos um forte deslocamento das relações de classe entre nós e, conseqüentemente, mudou a pauta sociológica. (Também Nelson Werneck Sodré, brilhante historiador e mestre de uma geração inteira, quase sucumbiu a esse deslocamento). Há, contudo, uma explicação menos óbvia: os *pensadores populistas* jazem sob a montanha da modernização triunfante.

Creio haver, na atualidade, dois conjuntos de interpretação do nosso processo político, que, embora não antagônicos, disputam a supremacia no *soi-disant* campo progressista.

1ª) Para os intérpretes situados no interior da *ordem moderna* (inclusive no *lugar* da classe operária), o populismo nada mais foi que uma etapa na história das relações entre as classes sociais no Brasil. O fim do populismo (com o golpe de 64) terá sido o começo da etapa da luta de classes explícita. Essa etapa (em que nos encontramos) chegará também um dia aos seus limites, quando o aguçamento das suas contradições instalará a *democracia socialista*, potencialmente anunciada por certos elementos das

etapas precedentes (o intervencionismo estatal, os esboços de planificação econômica, a política de massas, certos valores culturais etc.). Essa avaliação, com poucas nuances, é que serviu de teoria à geração guerrilheira que a partir de 1968 se defrontou com a ditadura militar. E constitui, com um pouco mais de sofisticação, o balizamento teórico do atual Partido dos Trabalhadores (PT).

2º) A outra maneira de ver, oposta a essa, começa concordando que a *democracia populista* foi uma etapa vencida do desenvolvimento social e político do país, mas discorda de que tivéssemos entrado — salvo no plano do desejo — numa etapa subsequente de aprofundamento da luta de classes. Em certos limites essa luta não teria deixado de ocorrer, era mesmo previsível *naquele momento histórico*, mas nem por isso o socialismo deixava de ser uma teleologia. Generosa teleologia, como dizia Guerreiro Ramos, mas teleologia. Pois o que, efetivamente, aconteceu no Brasil, pós-64, foi o aprofundamento da contradição entre *ordens*, ou *estados*: classificados (nas ordens moderna e oligárquica) *versus* desclassificados (*ordem do povo*).

O sociólogo Guerreiro Ramos se inscreve na base dessa segunda maneira de ver. O marxismo não passou para ele, sobretudo nos últimos anos de vida, de uma "idéia fora do lugar". Para usar uma expressão da moda, ele foi um pensador seminal da democracia populista. Não se pode garantir que ele estava certo, nem os outros; mas diga-se a seu favor que a democracia populista é a nossa única linhagem político-ideológica original. Ou a negamos sumariamente, como costumam fazer os convictos da modernidade — de direita ou de esquerda —, ou nos valemos dela para elaborar novas estratégias de justiça social na atualidade.

Em 1952, um dos irmãos de James Baldwin foi destrutado no Exército por um oficial branco. James, preocupado com a depressão em que o rapaz caíra, escreveu-lhe uma carta: o racismo se baseia no medo; quando o racista branco se depara com um negro não é um indivíduo humano que ele vê, mas uma criação da sua mente, um pesadelo — "above all you must take care not to step

inside his nightmare"¹⁰). Entrar naquele pesadelo era tornar-se um crioulo (*nigger*). Pela mesma época, Guerreiro Ramos chegava a idêntica conclusão no Brasil: o problema do negro é sintoma de patologia do branco.

O "problema do negro", tal como colocado na sociologia brasileira, é, à luz de uma psicanálise sociológica, um ato de má-fé ou um equívoco, e este equívoco só poderá ser desfeito por meio da tomada de consciência pelo nosso branco ou pelo nosso negro, culturalmente embranquecido, de sua alienação, de sua enfermidade psicológica. Para tanto, os documentos de nossa sócio-antropologia do negro devem ser considerados como materiais clínicos.¹¹

O primeiro daqueles equívocos era a noção enlatada, biológica, de raça. Sob o signo desta categoria, fortemente impregnada de conotações depressivas, é que trabalharam Nina Rodrigues, ao dobrar do século, e o Oliveira Viana de *Raça e assimilação*. Nenhum dos dois haviam feito ciência, em que pese a inteligência do segundo, pois essa é um espírito, uma atitude militante de compreensão de uma circunstância historicamente pré-industrial como fomos até a Segunda Guerra. Nem importava que a noção de raça fosse substituída, desde Gilberto Freyre, pelas de cultura, aculturação e mudança social — nossa antropologia permanecia quietista e enlatada.

A aculturação, escreveu, supõe o *valer mais*¹² de uma cultura em face a outra, do mesmo modo como a superioridade de certas raças em face de outras, suposta pela antropologia racista. [...] Por outro lado, esta antropologia, quando se torna prática ou "aplicada" ("applied anthropology"), parece tender a considerar a mudança social em seus aspectos puramente superestruturais, justificando a mudança social por intermédio de agências educacionais e sanitárias, antes que mediante a alteração das bases econômicas e políticas da comunidade.¹³

Na visão de Guerreiro Ramos o desenvolvimento econômico é, pois, a régua e o compasso que desenhariam tanto as idéias como as ações políticas corretas a favor da justiça social. Guerreiro não hesitou, por exemplo, em esposar o conceito de cultura autêntica, por oposição à transplantada — discutível já em 1950 —, como

não se fez de rogado em sugerir aos negros pobres que trocassem os terreiros pelo protestantismo ou o catolicismo, "traços mais operativos na nossa incipiente estrutura capitalista".

Guerreiro não chegou, obviamente, a negar a vertente cultural — simbólica, diríamos hoje — das problemáticas negra e indígena. Sua recusa em cedê-las ao domínio da antropologia — uma classe de estudos que, sintomaticamente, se desenvolvia mais nos estados de maior presença negra — teve, ao menos, um mérito: promover o negro a problema nacional. Essa é, aliás, a base da sua crítica aos predecessores Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Oscar Freyre que equipara, em nulidade científica, com certo exagero, a Debret, Kidder e outros descritivos. Ou se considerava o negro como protagonista social e político ou nada.

Isso significa que Guerreiro negava a vertente psicológica do racismo? Não, ao contrário. Em mais de uma ocasião, ele tratou de se explicar:

A partir desta situação vital [negro e povo no Brasil são sinônimos], o problema efetivo do negro no Brasil é essencialmente psicológico e secundariamente econômico. Explico-me: Desde que se define o negro como um ingrediente *normal* da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falado problema do negro puramente econômico, destacado do problema geral das classes desfavorecidas ou do pauperismo. O negro é povo no Brasil.¹⁴

Ao invés, portanto, de negritude, povidade. É possível que se fosse vivo hoje, Guerreiro investisse contra a nossa sociologia de corte norte-americano, que se esmera em medir o "lugar do negro no mercado de trabalho", com a mesma impaciência com que investiu contra a "antropologia da negritude" do seu tempo. É que são ambas inúteis para promover, na sua ótica, o desenvolvimento e completar a nação.

Os estudos sobre o negro e a questão racial avançaram muito nos anos após a sua morte, é verdade, mas não o bastante para superar o duplo paradoxo em que Guerreiro Ramos se debateu: não há raças, mas há revelações raciais; e negro é povo, mas há negritude e não povidade.

Para complicar, havia ainda um terceiro dilema, esse pessoal: se a reivindicação de negritude é um obstáculo à conclusão da nação, como afirmar o *Niger sum*? A saída de Guerreiro Ramos foi esposar radicalmente o termo afirmativo da contradição — sou negro — e de lá, desse lugar assumido, olhar outra vez o problema:

Sou negro, identifico como *meu* o corpo em que o meu está inserido, atribuo à sua cor a suscetibilidade de ser valorizado esteticamente e considero a minha condição étnica como um dos suportes do meu orgulho pessoal — eis aí toda uma propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil.

Guerreiro não era preto retinto, pertencia àquela faixa de mestiços escuros em que a "raça" é escolha do freguês. A sua foi ser negro. (A partir de que momento e levado por que circunstâncias, ele próprio nunca revelou, embora admitisse influências do Teatro Experimental do Negro e do Grande Negro, como Nelson Rodrigues batizou Abdias do Nascimento). Dessa assunção, ele extraiu as seguintes consequências lógicas:

Então, em primeiro lugar, percebo a suficiência postiza do sócio-antropólogo brasileiro, quando trata do problema do negro no Brasil. Então, enxergo o que há de ultrajante na atitude de quem trata o negro como um ser que vale enquanto "aculturado". Então, identifico o equívoco etnocentrismo do "branco" brasileiro ao sublinhar a presença do negro mesmo quando perfeitamente identificado com ele pela cultura. Então, descortino a precariedade histórica da brancura como valor. Então, converto o "branco" brasileiro, sófrego de identificação com o padrão estético europeu, num caso de patologia social. Então, passo a considerar o preto brasileiro, ávido de embranquecer se embaraçando com a sua própria pele, também como ser psicologicamente dividido. Então, descobre-se-me a legitimidade de elaborar uma estética social de que seja um ingrediente positivo a cor negra. Então, afigura-se-me possível uma sociologia científica das relações étnicas. Então, compreendo que a solução do que, na sociologia brasileira, se chama o "problema do negro", seria uma sociedade em que todos fossem brancos. Então, capacito-me para negar validade a esta solução.¹⁵

Para Guerreiro Ramos, pois, negro não é uma raça, nem exatamente uma condição fenotípica, mas um topo lógico, instituído simultaneamente pela cor, pela cultura popular nacional, pela consciência da negritude como valor e pela estética social negra. Um indivíduo preto de qualquer classe, como também um mulato intelectual ou um branco nacionalista (por exemplo) podem ocupar esse lugar e dele, finalmente, visualizar o *verdadeiro* Brasil. Como não lembrar a clássica definição de Clóvis Moura — branco, no Brasil, é todo indivíduo que escolheu a cor dos colonizadores para se espelhar, negro o contrário?

Enquanto a sociologia modernizante busca, num trabalho de Sísifo, descrever o lugar do negro na sociedade brasileira, o sociólogo *populista* Guerreiro Ramos descobriu que o negro ele próprio é um lugar de onde descrever o Brasil. Penso ser essa idéia — o negro como lugar — a mais original contribuição de Guerreiro Ramos à compreensão do dilema nacional. Na certa, não é uma idéia agradável aos militantes da luta organizada contra o racismo, que preferem vê-la como tarefa exclusiva da raça negra (sic). É, contudo, a única capaz de promover a paixão de ser negro a questão nacional.

Notas

- (1) GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957, p.17.
- (2) Ver VIEIRA PINTO, Álvaro. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
_____. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.
- (3) GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957, p.30.
- (4) Ver TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologia*. São Paulo: Ática, 1977.
- (5) Alusão metafórica ao triste fim de Policarpo Quaresma.
- (6) GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957, p.33.

- (7) Para os diagnósticos de Balandier, ver G. BALANDIER. "Contribution à une sociologie de la Dépendance". *Cahiers Internationaux de Sociologia*, nº XII, 1952.
- (8) ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- (9) Ver IANNI, Octavio. *O Colapso do populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990; e *Sociologia da sociologia*. São Paulo: Ática, 1989, p.8.
- (10) APUD LEEMING, David. *James Baldwin*. New York: Alfred A. Knopf, 1994.
- (11) GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957, p.155.
- (12) Em negrito no original.
- (13) Idem, idem, p.126.
- (14) Idem, idem, p. 157.
- (15) Idem, idem, p.157.

Prefácio

O presente livro contém o texto integral da *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* e mais outros estudos publicados em diferentes datas.

A demanda crescente da *Cartilha*, impondo a sua reedição, dá-me esta oportunidade de reunir num só volume os trabalhos esparsos em que procedi à crítica da sociologia no Brasil. Esta Introdução é, como poderá verificar o leitor, um conjunto de estudos afins, todos inspirados pelo propósito de reorientar o trabalho sociológico em nosso país, num sentido pragmático.

Julgo-me compensado de todos os ônus das atitudes polêmicas que fui obrigado a assumir durante o período em que escrevi os trabalhos reunidos neste volume.

A rápida propagação das idéias contidas nestes escritos demonstra, no meu modo de entender, que elas exprimiram um estado de espírito generalizado entre aqueles que estão vivendo as tendências mais autênticas de nosso país.

O processo da "sociologia" oficial que iniciei em 1953 é hoje uma tarefa pública. As teses da "sociologia" oficial, até há bem

pouco dominantes, graças ao despolicimento científico vigente em nosso meio, são hoje clandestinas. Não ultrapassam o âmbito de agências oficiais que funcionam como último reduto de conhecidos *profiteurs* até recentemente travestidos de "sociólogos", "antropólogos" e "etnólogos".

O que faz, hoje, de mais sério no domínio das ciências sociais é sob as vistas do público e com a sua participação e aprovação.

Mas creio estar superada a fase polêmica da sociologia nacional. Documenta este livro um momento dessa fase.

Diante de nós, o horizonte é largo.

Guerreiro Ramos
Rio, Setembro, 1956

PRIMEIRA PARTE

*Crítica da Sociologia
Brasileira*

The fundamental problem, therefore, of the social science is to find the laws according to which any state of society produces the state which succeeds it and takes its place.

John Stuart Mill,
A System of Logic, VI, X, § 2.

... it is the whole which produces the whole, rather than any part a part.

John Stuart Mill,
A System of Logic, VI, V, § 6.

I - Notas para um Estudo Crítico da Sociologia no Brasil

A compreensão objetiva de uma sociedade nacional é resultado de um processo histórico. Não salta da cabeça de ninguém, por mera inspiração ou vontade, nem é epistemologicamente possível, na ausência de certos fatores reais.

A objetividade do conhecimento histórico-sociológico, como todos sabem, difere largamente da objetividade do conhecimento físico-matemático. No conhecimento do átomo ou da célula incide escassa interferência do contexto histórico-sociológico do pesquisador, mas, no conhecimento dos fatos sociais, essa interferência é iniludível. Sendo o homem um "ser em situação" ou um ser historicamente construído, não se dá para ele aquela circunstância, suposta por Descartes e Émile Durkheim, em que um *eu* se defronta com a realidade histórico-social, como se esta fosse suscetível de ser apanhada, em sua essência, por um pensamento soberano, liberto de julgamentos de valor, de pré-noções e mesmo de tendenciosidade.

Na verdade, no domínio da realidade histórico-social, o sujeito pensante e o objeto se compenetraram ou são faces de um mesmo

fenômeno. Isto não quer dizer que a objetividade seja impossível naquele domínio. Quer dizer que ela se define em termos de perspectiva e que, portanto, dadas várias explicações de um mesmo fato, a mais objetiva é a que alcança maior número de aspectos, é aquela em função da qual se torna perceptível a infra-estrutura e o caráter residual, tributário ou ideológico das outras; é aquela que traduz a vetorialidade ou direção tônica, ou dominante, dos acontecimentos.

A objetividade é, assim, algo que não se conquista de uma vez por todas no domínio da realidade histórico-social, e se atinge sempre dentro de limites.

A sociologia, tal como se tem praticado entre nós em muito escassa margem, representa uma efetiva indução de processos e tendências da sociedade brasileira ou instrumento de sua autocompreensão.

A tomada de consciência da situação da sociologia no Brasil é fato recente na evolução do nosso pensamento sociológico. Até data relativamente próxima, carecíamos, em nosso meio, das pressões reais que possibilitassem este fato e, por isso, a disciplina sociológica, no Brasil, estava e está, ainda, em larga escala, incapaz para tornar-se o suporte de uma interpretação objetiva da sociedade brasileira.

Seria necessário, para tanto, que, inicialmente, o sociólogo brasileiro se dispusesse a um trabalho científico a partir de um compromisso com a sua particular circunstância nacional. E são raríssimos os esforços neste sentido.

A raridade e o caráter excepcional destes esforços se explicam, aliás, historicamente. A cultura brasileira não poderia furtar-se à lógica da situação colonial. País descoberto e formado por colonização, teria de percorrer forçosamente todas as fases do processo colonial. Assim, a raridade daquele compromisso é sociologicamente ordinária e compreensível, tendo em vista a lógica da situação colonial em que a exploração econômica se alia a outras formas complementares de dependência, como a assimilação, a aculturação, a associação. É preciso notar que é apenas de grau e

não de natureza a diferença entre a situação colonial e certas formas de paz, como a *pax* lusa, a *pax* britânica, a *pax* ianque, em relação ao nosso país.

A situação colonial, posta em questão hoje por sociólogos e economistas, é entendida como um complexo, uma totalidade que impõe certo tipo de evolução e de psicologia coletiva às populações colonizadas. Um dos traços desta psicologia coletiva é a dependência, certo bilingüismo, a duplicidade psicológica, condições que tornam limitadíssima a possibilidade de uma identificação da personalidade do colonizado com a sua circunstância histórico-natural imediata.

A reorientação da evolução e a transformação da psicologia coletiva dos países colonizados, independentemente de alterações macroscópicas de suas estruturas, são, portanto, nessa ordem de idéias, impossíveis. Aliás esta reorientação e tais alterações ideais e reais se dão, simultaneamente, em processo total.

A disciplina sociológica, no Brasil e nos países de formação semelhante, como os da América Latina, tem evoluído até agora, segundo influências exógenas que impediam, neles, o desenvolvimento de um pensamento científico autêntico ou em estreita correspondência com as circunstâncias particulares desses países. Assim, a disciplina sociológica nesses países se constitui de glosas de atitudes, posições doutrinárias e fórmulas de salvação produzidas alhures, ou ilustra menos o esforço do sociólogo para compreender a sua sociedade, do que para se informar da produção dos sociólogos estrangeiros.

Não é sem alguma arbitrariedade que se pode tomar a data de 1878, em que Benjamin Constant fundou a "Sociedade Positivista" do Rio de Janeiro, como aquela em que se iniciam, no Brasil, os estudos academicamente definidos como do domínio da disciplina sociológica. À luz de nossa perspectiva atual, esses setenta e seis anos de trabalho sociológico, correspondentes a mais ou menos três gerações, ostentam os defeitos que a seguir discriminarei. Como se verá mais adiante, a descoberta e a crítica de tais defeitos não implicam a adoção de uma posição normativa de minha parte,

mas passaram a ser possíveis a partir do horizonte que nos abre o presente momento da vida brasileira e mundial.

SIMETRIA E SINCRETISMO - Via de regra, o sociólogo indígena está sempre disposto a adotar literalmente o que nos centros europeus e norte-americanos se apresenta como mais avançado. É comumente, mesmo, o esforço do profissional brasileiro e de países de formação semelhante ao seu, a fim de colocar-se *up to date* com a produção sociológica dos países líderes da cultura ocidental. Daí decorre que a disciplina sociológica, tal como se espelha em nossos livros, se transforma, no curso do tempo, ao compasso das mudanças que se verificam conjuntamente nas sociologias européias e norte-americanas.

Há em nossa disciplina sociológica uma espécie de "falar correto", semelhante ao dos cultores da língua pura que renunciam, por exemplo, aos critérios comunitários, vivos, de correção, em favor dos critérios artificiais, importados. Assim como para esses puristas brasileiros, falar certo é falar como falam os portugueses em Portugal, uma arte difícil que só alcança a minoria dos que conhecem as regras de colocação de pronomes e da crase, induzidas do falar lusitano, do mesmo modo se pretende praticar a sociologia no Brasil, de maneira hipercorreta, literalmente tal como no exterior. As orientações e tendências aparecem aqui, simetricamente, na mesma ordem em que surgem lá. Nossos adeptos de Comte são sucedidos por spenceristas, estes por durkheimianos e tardistas e assim por diante. Mas, não é só simetrismo que se discerne na sucessão dos nossos estudos sociológicos. É também sincretismo, pois os nossos autores estão sempre dispostos a fazer aqui a conciliação de doutrinas que, nos próprios países de origem, são incompatíveis. Um dos nossos mais eminentes sociólogos escreveu mesmo: "Cada vez mais me convenço de que as incompatibilidades metodológicas se reduzem a questões de nomenclatura".

O simetrismo e o sincretismo tornaram-se mais nítidos desde que começaram a ser editados, entre nós, compêndios de sociologia. Em todos eles, apresentam-se justapostos os sistemas europeus e norte-americanos, na suposição de que existe uma verdade sociológica resultante da "conciliação" das várias correntes.

Esse simetrismo, aliás, se registra em todos os campos da cultura brasileira, e Sylvio Romero, ao escrever a sua *História da Literatura Brasileira*, observou que "a literatura no Brasil, ... e em toda a América, tem sido um processo de adaptação de idéias européias às sociedades do continente", marcada de "servilismo mental". Sylvio Romero verberava mesmo o fato: "Não é mais do que ter lido por acaso Zola, ou Daudet, ou Rollinot, e atirar com eles à cara do país, como se tudo estivesse feito! ..."

DOGMATISMO - Consiste na adoção extensiva de argumentos de autoridade na discussão sociológica, ou em certa tendência a discutir ou avaliar fatos através da mera justaposição de textos de autores prestigiosos. Este dogmatismo é notório em atitudes francamente apoloéticas, como a dos positivistas em geral, para os quais as receitas dos nossos males estariam compendiadas por Augusto Comte. E na reação a este dogmatismo se apelou mesmo para outro dogmatismo. Sylvio Romero, que foi um caso de bifrontismo, pois exprimiu e adotou tendências contraditórias, em uma de suas obras contra os positivistas, depois de afirmar que "a lei máxima de todos os fenômenos do mundo físico, a lei de evolução", era devida ao "gênio" de Herbert Spencer, aconselha aos sectários do naturalismo evolucionista "que se organizem também em um centro de ação e propaganda e procurem reagir, pelo jornal, pelo livro, pela conferência, pela lição oral, contra o *neojesuitismo* que nos invade", neojesuitismo que ele identifica com o positivismo. De resto, o proselitismo à *outrance* é sempre o companheiro inseparável dos dogmatismos. Outro autor a quem Sylvio Romero aderiu entusiasticamente foi o que chamou, certa vez, o "divino Buckle". Manifestação que lembra outra da mesma natureza, esta de Tobias Barreto, que escreveu: "A Alemanha é a minha loucura, o meu *fraco* intelectual". Mas, talvez o vulto de nossas ciências sociais que foi mais vítima do dogmatismo tenha sido Nina Rodrigues. Toda a sua obra sobre o negro no Brasil é elaborada a partir de um ato de fé na santidade e na veracidade da ciência social européia. Pode este autor fornecer abundante material para um estudo de caso do "dogmatismo" no trabalho sociológico.

Menos nítido, mas igualmente efetivo, o dogmatismo continua a incidir em obras sociológicas atuais, principalmente naquelas cujos autores exelem em mostrar-se ajustados literalmente ao que nos centros europeus ou norte-americanos se considera como ortodoxo.

DEDUTIVISMO - Decorre diretamente do dogmatismo.

Desde que se empresta aos sistemas estrangeiros o caráter de validade absoluta, eles passam a ser tomados como pontos de partida para a explicação dos fatos da vida brasileira. Houve tempo, por exemplo, em que se tentou explicar a evolução do Brasil à luz das leis gerais da evolução. O positivista Luiz Pereira Barreto, referindo-se à queda de um gabinete conservador, escrevia em 1874 (Vide *As Três filosofias*): "No momento em que a sociedade brasileira cessa, oficialmente, de ser teóloga para entrar no pleno regime da metafísica..."

Atualmente este dedutivismo é perceptível em trabalhos de sociólogos brasileiros aficionados do marxismo. Principalmente quando tentam explicar os nossos problemas políticos e jurídico-sociais, muitos o fazem segundo estudos marxistas aplicados a países estrangeiros, ou segundo aplicação mecânica das categorias marxistas. Procedimento este, diga-se logo, que contraria a essência do marxismo, mas que assinala a força do impacto da situação colonial na psicologia do colonizado.

A característica do dedutivismo é a abstração da contingência histórica, é a identificação do presente do nosso país com o presente de países outros em fase superior de desenvolvimento ou, de qualquer modo, de formação histórica diferente da nossa. O dedutivismo, referência básica de uma teoria equívoca da realidade brasileira, é o princípio mesmo de nossa sociologia educacional e de nossa sociologia político-administrativa, ambas orientadas por critérios induzidos da experiência de outros povos. Nossos sistemas educacionais e nossos sistemas político-administrativos se justificam em termos da excelência intrínseca de certos procedimentos e não de nossas peculiaridades históricas e naturais. São, via de regra, implantados a partir de uma teoria pré-fabricada. Apresentam, por isso, escassa originalidade.

ALIENAÇÃO - A alienação da sociologia no Brasil decorre de que ela não é, em regra, fruto de esforços tendentes a promover a autodeterminação de nossa sociedade. Em face desta, o sociólogo brasileiro tem realmente assumido uma atitude perfeitamente equivalente à do estrangeiro que nos olha a partir de seu contexto nacional e em função deste nos interpreta.

A alienação de nossos estudos sociológicos tornar-se-á particularmente visível para aqueles que adotarem como aspirações suas as tendências autonomistas da sociedade brasileira. Na verdade, o intelectual desplantado ou contemplativo não poderá alcançar a alienação, porque esta se define desde um ponto de vista extra-teórico ou pragmático, desde um querer orientado para a transformação da sociedade.

Temo que este modo de ver não coincida com o de muitos leitores. Pois, não é possível ignorar, hoje, a estreita relação entre as aspirações e o conhecimento. Na verdade, só o que atua conhece a realidade, como disse Plenge. As posições quietista-contemplativa e teórico-pragmática são inconciliáveis. A primeira tem feito de muitos estudos sociológicos, no Brasil, obras de beletrismo, de diversionismo e, às vezes, modelos de formalismo. A segunda tem suscitado as obras de maior conteúdo de protestação e pragmático, em nosso meio.

Tomo para modelo da visão alienada do Brasil uma obra de caráter para-sociológico que teve extraordinária repercussão na época em que foi publicada. Trata-se de *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado, que exprime, de modo paroxístico, certo sadomasoquismo de nossas camadas letradas para as quais o caráter do povo brasileiro está marcado de notas pejorativas. O brasileiro é povo triste, luxurioso, cobiçoso e romântico, para Paulo Prado; como para outros se caracteriza pelo servilismo e pelos maus costumes ou por características equivalentes.

Como paradigma da visão integrada do Brasil, elaborada desde um ponto de vista pragmático e participante, invoco *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Ali se confirma aquela observação do Hans Freyer: "Só aquele que se acha imerso na realidade social... pode

captá-la teoricamente". Apesar de seus erros de técnica científica e de seu tributo ao dedutivismo, *Os Serões* (1901) constitui, até esta data, obra não excedida como contribuição tendente a liquidar aquele bilinguismo a que me referi, a ambivalência psicológica do brasileiro, e a identificá-lo consigo próprio.

Ainda mais, nossa socioantropologia do negro está toda ela viciada por um tratamento alienado do tema. O negro no Brasil, país cuja matriz demográfica mais importante é o contingente corado, tem sido visto como algo estranho ou exótico na comunidade, o que só se explica na base de um equívoco etnocentrismo.

Finalmente, em outros campos da vida nacional, a influência do trabalho sociológico tem sido alienante.

INAUTENTICIDADE - A inautenticidade é o que resulta de todas as características anteriores. Com efeito, o trabalho sociológico, em nosso país, não se estriba em genuínas experiências cognitivas. Em larga escala, as categorias e os processos que o sociólogo indígena usa são recebidos, por ele, pré-fabricados. Não participando de sua gênese, ele domina escassamente tais categorias e processos.

O sociólogo brasileiro tem se caracterizado por uma extrema versatilidade, o que denota, de certo modo, sua imaturidade. A versatilidade não é, entretanto, uma característica dos centros de pensamento de grande autenticidade.

A sociologia mesma surgiu em países europeus como um produto histórico. Não é possível compreendê-la senão como um capítulo da evolução do pensamento europeu. Um dos seus avatares é a noção medieval de lei natural, que postulava a existência de uma *ordem* inserida no mundo, a qual poderia ser descoberta pela simples razão humana, ainda que desajudada da fé. Esta *ordem natural*, entretanto, como observa Troeltsch, implica uma concepção patriarcal ou teológica do universo, e são necessárias algumas centúrias para que ela se laicize totalmente —, o que se registra nos séculos XVI e XVII, quando os jusnaturalistas, principalmente, entendem a natureza como "o fundamento sobre que repousa o mundo fenomênico", e passam a admitir que a "essência do homem" postula "um determinado esquema de ordem social".

A razão cumpriria, por meio da investigação, a pesquisa das formas naturais de convivência humana, às quais deveriam reverter as sociedades européias. Por intermédio das teorias que resultam desta especulação, a burguesia ascendente justificava os seus propósitos de reforma dos estados absolutistas.

A *Ilustração*, no século XVIII, erige esta época à categoria de culminação da história. Confrontando-a com épocas passadas e com a situação de povos da África e dos mares do Sul de que então se tem notícia, o historiógrafo do século XVIII formula uma teoria monolínear do progresso humano em que as épocas se escalonam desde a barbárie até o estado racional. A teoria evolucionista de Herbert Spencer e a lei dos três estados de Augusto Comte estão indiscutivelmente articuladas com estas direções do pensamento europeu.

Na Alemanha, além da incidência destas correntes, os sistemas sociológicos incorporam as categorias de *organismo* e de *história*. E é impossível compreender os sistemas da sociologia germânica fora das pautas da filosofia hegeliana, profundamente alicerçada nas vicissitudes da história alemã.

Ora, os nossos sociólogos têm adotado os sistemas sociológicos europeus em suas formas terminais e acabadas e, na medida que isto acontece, não os compreendem cabalmente, para tanto lhes faltando suportes vivenciais e, muitas vezes, o conhecimento da gênese histórica destes sistemas.

A sociologia, no Brasil, não se organizou ainda para uma evolução em bases próprias, o que só teria sido possível se as gerações de sociólogos se articulassem entre si num trabalho contínuo. Como diz Hélio Jaguaribe, com respeito à evolução da filosofia no Brasil, cada geração repete, desde o marco zero, o esforço da geração anterior e vai buscar idéias na Europa e, com isto, torna-se impossível a formação de uma tradição cultural brasileira.

No entanto, nos Estados Unidos, a sociologia, apesar de ter partido do positivismo e do evolucionismo, encontrou, em seguida, um leito próprio de evolução, e suas transformações,

diretamente comandadas pelas vicissitudes muito particulares da sociedade norte-americana, não se processam simetricamente em relação à Europa. As razões disto são as mesmas que explicam a descolonização da economia norte-americana, mais de um século antes da nossa e que não cabe examinar aqui.

A presente crítica não ilustra uma posição normativa em face da disciplina sociológica no Brasil. Até agora ela tem sido o que não pode deixar de ser, e o que habilita, hoje, o estudioso a perceber esses defeitos é o fato de que está inserido numa configuração econômico-social que lhe dá nova perspectiva. O atual sociólogo brasileiro não é feito de argila superior àquela de que foram feitos os sociólogos que o antecederam ou que ainda remanescem. Sua visão diferente dos fatos da vida nacional é resultado de um processo histórico. A sociedade brasileira, por força principalmente das suas transformações materiais, está alcançando grande capacidade de autodeterminação e este fato se reflete no plano ideológico.

São as condições reais da fase atual da sociedade que permitem, hoje, que se inicie, de modo plenamente consciente, o trabalho de formulação de uma sociologia nacional. E também o presente momento da história universal, em que o imperialismo entre em crise e as chamadas áreas atrasadas se empenham no caminho de auto-afirmação.

Nesse ponto, parece oportuno caracterizar o que se entende por sociologia nacional.

A sociologia, como toda ciência, é universal. É um método de pensar, corretamente, os fatos. Este método não é um na Alemanha, outro na Inglaterra, outro na França, outro no Brasil. É o mesmo em toda a parte.

É verdade que a sociologia, em particular, só recentemente atingiu o plano realmente científico. Em seu início, ela estava fortemente afetada de etnocentrismo. Quero dizer, os primeiros sociólogos, como Comte e Spencer, generalizaram para a sociedade em geral leis e tendências típicas da sociedade particular em que viveram, além de terem tomado a sua própria sociedade como

espécie de meta do desenvolvimento histórico. De resto, também os economistas do século XVIII consideraram como a "economia política", universalmente válida, a economia particular dos países em que viviam.

A descoberta da historicidade do pensamento é que veio possibilitar o refinamento científico das ciências sociais, inclusive da sociologia.

Mas a universalidade da ciência, como técnica de pensar, não impede que a sociologia se diferencie nacionalmente. Esta diferenciação da sociologia é incoercível. Desde que o sociólogo só existe nacionalmente, na medida que o seu pensamento seja autêntico, terá de refletir as peculiaridades da circunstância em que vive. A sociologia se diferencia nacionalmente quanto aos temas e aos problemas de que trata. Desde que determinada sociedade se autodetermine, o trabalho sociológico tende a perder a disponibilidade e a tornar-se instrumento desta autodeterminação.

A sociologia, no Brasil, será autêntica na medida que colaborar para a autoconsciência nacional, na medida que ganhar em funcionalidade, intencionalidade e, conseqüentemente, em organicidade.

A crítica sumária que vem de ser procedida não tem outro propósito senão o de colocar o tema — o da interpretação da realidade nacional — em um nível que os leitores possam pensar cooperativamente. De antemão, declaro que, embora convencido do que afirmo, a minha posição crítica me impede de considerar definitivos os meus pontos de vista. Assim, tudo o que aí fica é suscetível de retificações.

Em resumo, sem a disposição para empreender a sua autocrítica, a sociologia no Brasil não poderá realizar a sua tarefa essencial — a de tornar-se uma teoria militante da própria realidade nacional.

Reservo para outra oportunidade a exposição pormenorizada do conceito de sociologia em que fundamento os meus estudos. Sem desejar, nem de longe, focalizar o assunto aqui, observo, porém, que entendo esta disciplina numa acepção muito diferente da admitida pela maioria dos que, no Brasil, se consideram

"sociólogos". A "sociologia", tal como é academicamente definida, enquanto disciplina sistemático-formal, desligada da economia e da história, e que tem como ponto de partida os sistemas de Augusto Comte e Herbert Spencer, é menos uma ciência do que uma ideologia conservadora. Tal "sociologia" se formou num período da história européia (principalmente francesa e inglesa) em que o ímpeto revolucionário da classe burguesa arrefece e se transmuta em sentido oposto, pois que aquela classe ascende ao domínio prático do poder. Este fato não se verifica sem consequências para o destino da teoria social. Mas, ao contrário, condiciona o seu desenvolvimento, fragmentando a teoria social que se vinha formando no século XVIII, em diversas disciplinas especializadas. Essa especialização quanto mais avança mais contribui para desviar a atenção dos estudiosos para os aspectos parciais da sociedade, dificultando-lhes a sua compreensão global. Além disso, estimula a adoção de processos formais de conhecimento, em detrimento dos práticos, os quais constituíam o característico, por excelência, dos epígonos da teoria social do século XVIII, que, em geral, foram ao mesmo tempo teóricos e militantes.

Conseqüentemente, parece necessário que a sociologia contemporânea se procure situar em outra direção de pensamento: aquela que se articula com a tradição mais genuína da teoria social científica, tal a que ainda hoje se inspira em Hegel e aproveita as contribuições de Marx e do culturalismo, que tem em Dilthey um marco decisivo.

No Brasil, um dos fatos que tem condicionado os caracteres negativos da sociologia, anteriormente enunciados, é também uma condição estrutural da sociedade: a aliança dos profissionais com as agências que se beneficiam da alienação do país, principalmente econômica. A nossa sociologia se dirigiu para o trato de assuntos distantes dos problemas atuais ou de temas estéticos. Estudam-se tribos desaparecidas, a renda de bilro, as lutas de famílias, as comunidades, a assimilação de imigrantes, as relações de raça e outros temas, em tese, e nunca de modo prático.

Se já possuímos algumas agências aplicadas na formulação de um pensamento econômico militante, quase nada equivalente se

registrou no domínio da sociologia. Eis porque se afigura urgente a realização de um esforço tendente a promover o desenvolvimento de uma sociologia nacional, quanto à funcionalidade de suas cogitações.

Bibliografia

- ANDRADE, Almir de. *Formação da sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, 1941, vol. 1.
- BALANDIER, Georges. "La Situation Coloniale: Approche Théorique". In *Cahiers Internationaux de Sociologie*. 1951, 6^a Ano, vol. XI.
- COLLINGWOOD, R. G.. *Idea de la Historia*. México: Fondo de Cultura Económica. 1952.
- FREYER, Hans. *Introducción a la Sociología*. Madrid, 1945.
- GOLDMANN, Lucien. *Sciences Humaines et Philosophie*. Presses. Univer. de France, 1952.
- JAGUARIBE, Hélio. "A filosofia no Brasil". In *Aspectos da formação e evolução do Brasil*. Rio de Janeiro, 1952.
- MANNHEIM, Karl. *Essays on the Sociology of Knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd. 1952. Principalmente o capítulo deste livro: "Historicamente".
- MANNONI, O. *Psychologie de la Colonisation*. Paris: Editions du Seuil. 1950.
- RAMOS, Guerreiro. *O Processo da sociologia no Brasil*. Rio de Janeiro, 1952.
- ROMERO, Sylvio. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e positivismo no Brasil*. 2^a ed. Rio de Janeiro, 1895.
- TROELTSCH, Ernst. *The Social Teaching of Christian Churches*. New York: Macmillan Co., 1949.

II - Crítica e Autocrítica

A crítica no Brasil, até a presente data, não tem ultrapassado, senão excepcionalmente, os limites do impressionismo. Isto decorre não de alguma incapacidade intrínseca dos nossos críticos, mas das próprias condições objetivas do país. Até bem recentemente a nossa estrutura econômica e social não suportava as consequências que poderiam resultar de seu autoconhecimento, pois suas contradições eram insolúveis na fase de crescimento em que se encontravam. O trabalho intelectual foi, em consequência, dirigido para temas gratuitos e, em grande escala, o valor das obras foi considerado à luz de critérios formais ou como expressão da capacidade de proeza dos autores.

Assim, o que a crítica levava principalmente em consideração, para consagrar as obras, era o que elas continham de façanha. Na verdade, este conteúdo será sempre elemento positivo de toda produção, mas a sua exagerada valorização estimula o individualismo e o desenraizamento dos autores e, por outro lado, define a índole da crítica impressionista.

Um outro aspecto ao qual a crítica, no Brasil, tem atribuído importância decisiva no julgamento — é o formal. A correção, a elegância, a originalidade verbal — o estilo, em suma —, decidiam a carreira dos autores. Houve um momento, entre nós, em que este formalismo atingiu o paroxismo — precisamente na época em que pontificavam críticos como Duque Estrada *et cetera*.

Dentro desta orientação, o crítico, no Brasil, pode ser um enciclopedista. Os nossos mais festejados críticos julgavam toda espécie de produção — poesia, romance, ensaio, história, filosofia, ciência e artes —, o que explica a consagração, em nosso meio, de muitas obras e pessoas sem mérito objetivo, notadamente no campo científico. Quer dizer: a crítica no Brasil tem sido, por excelência, o ofício do diletantismo.

O subjetivismo e a fragilidade dos critérios desta espécie de crítica se evidenciam em suas flutuações de julgamento. A posição social dos autores importa para essa crítica. Autores de pouca voga passam, subitamente, para a galeria dos famosos, se melhoram a sua posição social, e vice-versa. Autores medíocres são festejados, em virtude do prestígio de que desfrutam. Nestas condições, o êxito literário no Brasil, em larga escala, não é um êxito puro da inteligência; é um êxito social.

Faça-se justiça. Assim procedendo, o crítico nacional não é, via de regra, desonesto. É apenas vítima de uma posição ideológica. Na verdade, ele não tem sido assim porque quer, mas porque tem que ser. Além disto, o que disse acima e o que direi a seguir, não se aplica indistintamente a todos os críticos brasileiros. Há exceção à regra.

Mas há ainda a ressaltar um aspecto fundamental de nossa crítica, o qual explica a sua profunda alienação da realidade brasileira: é o fato de que ela obedece a critérios de julgamento estranhos ou importados. O crítico brasileiro esforçou-se sempre, em grande parte, em atuar na sociedade brasileira segundo os modelos estrangeiros. A nossa evolução intelectual, para ele, devia estar condicionada pela evolução intelectual de outros países: Portugal, França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos. Fascinava-o os "prestígios" desses centros de pensamento.

Entramos, porém, numa fase do desenvolvimento do país em que começa a ser possível o exercício da crítica objetiva e até da autocrítica. A produção intelectual no Brasil está ganhando novo significado. A nossa estrutura econômica e social, em seu presente estágio, começa a oferecer ao trabalho intelectual oportunidade de tornar-se criador, do ponto de vista coletivo. As forças centrípetas, em atuação na economia brasileira, atingem o trabalho intelectual e o reorientam no sentido da busca da autonomia material e moral do país. Este fato se configura mesmo como um fenômeno geracional entre os rapazes de vinte e trinta anos, que estão iniciando sua carreira de intelectuais. Não se trata rigorosamente de uma renascença. É, antes, um nascimento.

Pode-se colocar, então, o problema da crítica e da autocrítica em termos objetivos e científicos. Para que se implante, entre nós, esta espécie de crítica, é necessária a realização de várias tarefas. Esquemáticamente, são elas:

- 1 - a elaboração de um método de análise, suscetível de ser utilizado na avaliação do valor objetivo do produto intelectual, com integração do significado das obras nos fatos, e não como proeza ou afirmação meramente individualista;
- 2 - a revisão crítica de nossa produção intelectual, realizada, até aqui, à luz dos fatos da vida brasileira;
- 3 - o estímulo da auto-análise, como instrumento de purgação de equívocos e vícios mentais e de ajustamento do produtor intelectual às propensões da realidade.

Um método de crítica objetiva não pode deixar de assimilar as categorias da atual sociologia do conhecimento e de sistemas correlatos. O estudioso poderá extrapolar muitas noções daí para o âmbito da crítica, como, para falar apenas da noção fundamental de um método de crítica objetiva, a de *ideologia*, hoje integrando o corpo sistemático da sociologia científica. Dentro da orientação aqui delineada, ser crítico é ser capaz de enxergar o significado indireto ou implícito do produto intelectual, ou ser capaz de surpreender as verdadeiras "forças motrizes" que "movem" o produtor; é, em suma, ser apto a ver a estreita vinculação do pensamento com

a situação existencial do pensador. Impossível, portanto, o exercício da crítica objetiva sem profundo conhecimento filosófico. Fora desta pauta, só é possível o esteticismo, o impressionismo.

Na medida que as gerações atuais necessitam reorientar as atividades intelectuais, no sentido de aliá-las aos fatores recentemente emergidos da realidade nacional, e que laboram pela autonomia do país, é preciso rever a produção cultural ocorrida até aqui, em função do significado do presente. Torna-se imprescindível discernir nas obras dos autores que nos precederam os significados indiretos. Desta forma, os intelectuais poderão ver quais destas obras encerram uma experiência cujo conhecimento lhes poderá ajudar, no momento, no esforço de integração do seu pensamento aos fatos e de direção das tendências dos mesmos. Há tradições a cultivar na cultura brasileira. Tradições que, uma vez estudadas, nos poupam de reabrir caminhos. Fiz uma tentativa, neste sentido, quanto mostrei as correntes principais da sociologia brasileira (Vide *O Processo da sociologia no Brasil*). Naquele ensaio de crítica indireta, parece que ficaram claros certos elementos autênticos e espúrios de nossa sociologia. Penso que a crítica indireta poderá dirigir-se para todos os campos da cultura brasileira, com intuitos revisionistas.

As tarefas acima referidas não poderão ser realizadas sem que ocorra mudança de atitude entre os intelectuais. Estas tarefas são incompatíveis com o individualismo. Os critérios de pensamento são induzidos da realidade concreta, e esta *indução* é um *esforço* de compreensão, no qual se está sujeito a percepções ilusórias. Daí a necessidade da autocritica, pela qual o pensador pode liberar-se de equívocos. Mas a autocritica implica também na disposição para suportar o debate, porque a indução dos critérios de pensamento a partir da realidade é trabalho coletivo e não uma façanha individual, fruto de "inspiração". É um trabalho coletivo, cuja validade se garante pelo controle de todos.

Ora, estes hábitos se chocam de modo frontal com os ainda vigentes em nosso meio, em que cada um se fecha em seu casulo ou em que muitos intelectuais preferem organizar-se em corporações de elogios mútuos.

Mas o momento que vivemos é polêmico. Precisamos, assim, provocar a polêmica, pois por meio dela é possível liquidar as moedas falsas que ainda circulam entre nós, com o seu valor discutível.¹

Notas

- (1) Revista *Marco*, nº 2, fevereiro de 1953.

III - Nacionalismo e Xenofobia

Muita gente ainda não se deu conta de que nada tem a ver com xenofobia a posição nacionalista que vêm assumindo crescentemente os intelectuais mais representativos das tendências atuais do Brasil. Não é uma nova moda, como o foi, em grande parte, por exemplo, o movimento modernista de 1922, nem tampouco um conjunto de manifestações temperamentais, algo que estivesse acontecendo, como se, por acaso, todos os Antônio Torres do país tivessem se reunido.

O nacionalismo, na fase atual da vida brasileira, se me permitem, é algo ontológico, é um verdadeiro processo, é um princípio que permeia a vida do povo, é, em suma, expressão da emergência do ser nacional.

Até recentemente, como já observara Alberto Torres, a nação brasileira era uma ficção jurídico-institucional. Alberto Torres havia percebido corretamente que, em nosso país, a nação era algo artificial, imposta de cima para baixo, que não correspondia a suportes consuetudinários. Mas não compreendeu por que isto acontecia. Não viu que a nação não se dá independentemente da

existência de um mercado interno, de um sistema de transportes e comunicações suscetível de interligar todos os recantos do território. Não viu, em resumo, que a nação brasileira só poderia verificar-se, em toda a sua plenitude, com o surgimento de um capitalismo brasileiro. Alberto Torres não percebeu o condicionamento econômico do fenômeno nacional. Era dos que advogava que o Brasil não deveria jamais desviar-se de sua "vocação agrícola". Por isso, propôs que se formasse a nação brasileira de cima para baixo, da inteligência para as emoções, com a tutela do povo pelas elites nacionalistas.

Mas o nacionalismo não tem apenas fundamento psicológico. Tem também fundamento econômico. Na medida que, em nossos dias, surgem no Brasil as componentes objetivas da nação, que faltavam até há bem pouco, o nacionalismo se torna verdadeiramente um fato sociológico.

É esse fato novo que está suscitando as transformações de superestrutura em nosso país. A nova teoria sociológica que está sendo formulada por alguns profissionais de vanguarda é a tradução, no plano teórico, daquele fato; não é uma invenção arbitrária, é manifestação necessária de transformações estruturais, e, por isto, esta teoria se propaga rapidamente, de maneira irresistível.

Pela primeira vez, na história das idéias em nosso país, aparece uma teoria sociológica autêntica, em cujas categorias se reconhecem aqueles que estão vivendo o que é novo no Brasil.

Pela primeira vez, em nosso país, a formação do sociólogo passa a resultar menos do manuseio de livros estrangeiros do que da indução dos fatos nacionais, naturalmente ajudada pela posse do conhecimento básico da ciência social.

É assim que adquire pleno sentido a expressão de Graciliano Ramos: "quem não tem vergonha na cara, não pode ser sociólogo". Graciliano Ramos dizia isto, referindo-se a certo "sociólogo" indígena. Pode-se, entretanto, endereçar esta frase a outros "sociólogos" nacionais. Alguns anos depois que ela foi pronunciada, reencontro-a no fundo de minha memória e percebo nela toda uma receita a administrar aqueles que desejam alcançar a nova teoria sociológica brasileira.

Graciliano Ramos, em outras palavras, formulou um postulado fundamental da filosofia contemporânea, segundo o qual, quando nós assumimos voluntariamente o que nos condiciona, transformamos a estreiteza em profundidade. Tratando esta matéria, escreveram Mikel Dufrenne e Paul Ricoeur¹:

Os pais que eu não escolhi não se tornam meus pais num sentido absoluto... senão quando deles para mim e de mim para eles se estabelece um corrente de pertinência, e esta pertinência mútua, decorrente da menos elegida determinação, é uma ocasião para a mais íntima comunicação. Quando adoto minha origem como se a tivesse querido, tenho acesso à verdadeira piedade filial, que pode permanecer invulnerável, mesmo no ódio: não posso mais romper com os meus pais, sem romper com uma parte de mim mesmo e abalar-me em meus fundamentos.

A assunção do Brasil seria, portanto, nessa ordem de idéias, a condição prévia, necessária, para descobri-lo teoricamente.

Não hesito em dizer que, na raiz da nova teoria sociológica, está uma assunção do novo fato sociológico a que me referia acima. A nuance nacionalista desta teoria não é arbitrária, tem seu fundamento na realidade empírica concreta.

E porque este fundamento existe, pode-se afirmar, sem exagero, que começamos hoje, no Brasil, a poder exportar idéias sociológicas. Por exemplo, em alguns aspectos, a sociologia anglo-americana está atrasada em relação à brasileira. Nos Estados Unidos e na Inglaterra ainda se levam a sério a antropologia cultural e a etnologia de caráter empírico, enquanto no Brasil ela constitui fenômeno de arcadismo. Também, em nosso país, os estudos sociológicos sobre relações de raça sobrepõem, em qualidade, os norte-americanos. Basta dizer que só agora se está problematizando a brancura nos Estados Unidos (vide o livro de Franklin Frazier,² *La Bourgeoisie noire*), enquanto no Brasil isto já se faz desde 1950 graças ao movimento do Teatro Experimental do Negro, que instalou uma nova visão das relações de raça em nosso meio. Finalmente, os Estados Unidos não têm uma teoria sociológica de análise macroscópica ou global, enquanto no Brasil já a temos e já a aplicamos em larga escala.

Tudo isto são fatos. Não são sentimentos. Em tais condições, o nosso nacionalismo não pode ser confundido com xenofobia.

Na medida que vivemos este momento verdadeiramente nacional, não passamos a discernir apenas as falácias dos sistemas sociológicos estrangeiros: também se revela de maneira nítida a situação deplorável em que ficam os intelectuais brasileiros, que, até agora, se mantêm alheios ao que está ocorrendo no Brasil.

No domínio das ciências sociais, esse alheamento é particularmente lastimável. Digo mais, é algo dramático. Pirandelliano.³

Notas

(1) Cf. DUFRENNE, M. e RICOEUR, P. *Karl Jaspers et la Philosophie de l'Existence*. Ed. du Seuil, 1947.

(2) FRAZIER, Franklin. *La Bourgeoisie Noire*, Plon. Paris, 1955.

(3) *O Jornal*, 1/7/56.

IV - A Dinâmica da Sociedade Política no Brasil¹

A adoção mecânica dos métodos e processos refinados da antropologia e da sociologia européias e norte-americanas tem levado grande parte dos profissionais brasileiros do campo dessas disciplinas a um certo descritivismo casuístico de escasso valor pragmático, isto é, pouco utilizável como contribuição para o esclarecimento dos principais problemas da sociedade brasileira.

Numa reação contra esse descritivismo casuístico, compreensível e até necessário nos países de estrutura econômica e social plenamente desenvolvida em que os fatores se tornam sutis, estão merecendo cada vez maior apoio do público, no Brasil, as interpretações globalistas mais suscetíveis de utilização prática numa sociedade nacional ainda imatura do ponto de vista social e econômico.²

Importa isto propriamente menos numa criação no plano teórico, do que numa instrumentalização crítica da ciência importada.

Começamos a deixar de refletir simetricamente as mudanças do pensamento científico estrangeiro e a valer-nos dele como

ferramenta, numa elaboração teórica tendente a permitir a autoconsciência de nossa sociedade.

É ilustrativa desta orientação, entre outros procedimentos, o emprego da sociologia comparada com o objetivo de induzir empiricamente modelos ou módulos do curso dos fenômenos sociais, em que os pormenores são sacrificados em proveito de vistas de conjunto de grande rentabilidade compreensiva.

No presente estudo, adota-se esta orientação e, assim, em sua primeira parte se apresentará um módulo abstrato da dinâmica da sociedade política, induzindo da observação de ocorrências históricas efetivas e, ainda, aproveitando análises devidas a Marx e a Timasheff, principalmente; na segunda parte, se ilustrará aquele módulo com acontecimentos da história política do Brasil.

De resto, o que se espera das análises sociológicas orientadas, neste sentido, é uma teoria da sociedade brasileira que sirva de suporte à estruturação efetiva das tendências de autodeterminação vigentes hoje em nosso país.

No domínio político, uma interpretação globalista é um instrumento de potenciação daquelas tendências enquanto, de um lado, racionaliza um processo societário global e, enquanto, de outro lado, contribui para minar os fundamentos psicológicos e sociais dos grupos que opõem obstáculos a este processo.

Não é fortuito o fato de que, em todos os momentos em que numa sociedade se faz imperiosa uma mudança institucional, recrudescem os esforços de teorização da realidade social.

Na história política do Brasil, verifica-se invariavelmente esta observação. Para lembrar, apenas, os momentos mais dramáticos, recordem os acontecimentos que se registraram, entre nós, em torno dos anos de 1822, na ocasião das lutas pela independência política do país; de 1888, data da abolição da escravatura; de 1889, em que foi proclamado o regime republicano; e de 1930 em que ocorreu a revolução que, com Vargas à frente, implantou a segunda República. Em todos esses momentos, registrou-se, entre nós, um surto de formulação de idéias tendentes a justificar os propósitos revolucionários ou reformistas em jogo.

Todavia, há que distinguir dois tipos de teorização da realidade social, isto é, a ideológica e a sociológica ou científica.

A teorização ideológica é, necessariamente, sectária nisto que visa a justificar os interesses particulares de um grupo ou de uma classe. Esta justificação, evidentemente, pode atingir um alto grau de refinamento, assumindo por vezes o caráter aparente de ciência. Os grupos e as classes racionalizam a sua situação mobilizando um arsenal de noções às quais atribuem a qualidade de científicas ou uma validade no plano universal.

A teorização sociológica, entretanto, consciente da influência dos fatores irracionais no pensamento, se aplica na compreensão global da sociedade. Resulta de uma atitude crítica e autocrítica, radical, interessada em formular uma concepção configurada da realidade social, atenta a todas as tendências que a constituem, embora sem prejuízo do reconhecimento de um sentido dominante do desenvolvimento global da sociedade. É certo que mesmo esta teorização não escapa ao condicionamento histórico-social. Não existe um posto arqui-médico — a imagem é de Karl Jaspers — fora do universo histórico a partir do qual se possa elaborar uma concepção absoluta, definitiva, da sociedade.

As teorias e os pontos de vista que os contingentes integrantes da sociedade política podem assumir não são infinitos em número nem tão pouco produtos arbitrários da vontade humana, mas derivam de situações sociais específicas (Mannheim). A sociologia política, assumindo o ponto de vista global, é uma ciência do conjunto da sociedade política, uma "ciência da totalidade do fenômeno político".³ É uma síntese dinâmica e compreensiva dos diferentes pontos de vista, jamais feita de uma vez por todas, mas sempre aberta a retificações, desdobramentos e incorporações, uma tarefa verdadeiramente interminável.

Dir-se-á que a realização de uma síntese desta natureza é teoricamente impossível, pois suporia a neutralização do princípio do condicionamento existencial do pensamento.

Mas a iniciação do sociólogo em certos critérios técnicos da transideologização ou de autocrítica lhe possibilita assumir, de

maneira experimental, várias posições partidárias, tendo em vista alcançar o sentido do desenvolvimento progressivo, global, da sociedade. De certo, somente aquele que pode assumir, de modo deliberado, um ponto de vista, "só o que pode escolher", pode "abraçar o todo da estrutura social e política".

As duas espécies de teorização se diferenciam pelo esforço da transcendência ou de transideologização que constitui uma (a científica) e é escasso na outra ou da mesma é ausente. Esta observação parece habilitar, distinguir a sociologia científica daquelas ideologias mais avançadas de nossa época — que admitem a influência dos fatores existenciais no pensamento e baseiam sua crítica da sociedade na consciência destes fatores, mas não são suficientemente radicais como a sociologia.

A radicalidade da sociologia científica se exprime enquanto esta disciplina admite o incessante condicionamento histórico-social dela mesma, de seus conceitos, de seu método e não apenas da problemática ou dos fatos em cujo exame se aplica; enquanto não absolutiza o primado de nenhum fator (o econômico, o racial, o geográfico etc.), mas entende a efetiva preponderância deste ou daquele fator num determinado período como ocasional e resultante da dinâmica total do processo societário; e, finalmente, enquanto admite que a essência da realidade social é a transitoriedade, ou seja, como diz Hermann Heller⁴, que ela é "constituída dialeticamente".

A possibilidade de uma sociologia científica do fenômeno político reside nesse radicalismo empírico-dialético⁵ que impede o especialista de cair nas soluções fáceis e estereotipadas e de ser confundido com o *camelot* de partido.

Decorre do exposto que, do ponto de vista sociológico, as correntes políticas não podem ser consideradas apenas quanto ao seu significado imanente. A análise sociológica as argüi, transcendendo-as, isto é, indagando quais as situações existenciais de que decorrem, que classe ou grupo as representa e em que momento elas aparecem. O que ilumina as correntes políticas é a posição na estrutura econômico-social dos que as representam e a época em que eles vivem.

Ora bem, na etapa capitalista das sociedades ocidentais as posições dos grupos são variadas. Com alguma simplificação, porém, podem ser reduzidas a três: a de ascensão, a de domínio e a de decadência.

Cada uma destas posições condiciona formas específicas de pensamento político.

As classes ou grupos ascendentes são levados a discernir na estrutura social as virtualidades, as possibilidades de desenvolvimento, os aspectos potenciais e, assim, assestam a sua mira no vir a ser, no futuro. Suas idéias traduzem um impulso renovador de libertação. Assumem uma atitude eminentemente crítica diante do *status quo* e proclamam a necessidade de fazer da razão o critério por excelência de apreciação dos fatos. A razão se torna mesmo um instrumento de negação das instituições, nisto que as transcende, revelando a sua precariedade histórica. Se as instituições, tal como se apresentam num dado momento, não permitem a realização das possibilidades da estrutura social, nada mais são que formas fugazes de convivência, não têm direito a persistir. Necessariamente, são dialéticas as classes e grupos em ascensão, enquanto concebem a história como progresso e este como um incremento da autodeterminação ou da liberdade. Razão, progresso, liberdade constituem as idéias-chaves da posição ascendente. Toda classe ascendente promete, com o advento dos seus ideais, o fim da história ou o reino da liberdade e da razão. Neste ponto, perde de vista a dialética infinita da realidade social.

As classes ou grupos dominantes tendem a considerar definitivo o estágio atual da estrutura social. Podem admitir defeitos de detalhe desta estrutura, mas não reconhecem a sua provisoriade. São reformistas ou evolucionistas, portanto. Para eles, as leis que presidem ao dinamismo social são leis naturais ou eternas. São antidialéticos e proclamam a necessidade da *ordem*, identificando esta com o esquema social vigente. Tendo conseguido submeter as tendências a um enquadramento jurídico-institucional, erigem os modelos (*patterns*) que adotaram, à categoria de permanentes, naturais. Por um imperativo topológico, por assim dizer, são levados a uma concepção quietista, estática, da sociedade.

As classes e grupos em declínio, aposentados da eficácia histórica ou em processo de aposentadoria da mesma, esforçam-se por voltar ao passado de que se beneficiavam ou em que eram dominantes e idealizam os "bons velhos tempos". Sua palavra de ordem é a recuperação ou a restauração.

Estas referências topológicas, de certo, não esgotam as posições que as classes ou grupos podem ocupar na estrutura social. Por vezes, ocorrem aí situações ambíguas.

Como situar, por exemplo, a classe média e o *lumpenproletariat*, na etapa capitalista das sociedades ocidentais?

Quanto à classe média, ela aí tem atuado como aliada ora de classes ascendentes, ora de classes dominantes, ora de classes em declínio.

Nos períodos em que lhe é assegurado um nível de vida mais ou menos estável e em que descortina possibilidades de sobreviver, seja pelas oportunidades de emprego, seja pelo parasitismo, mantém-se aliada às classes dominantes ou em declínio. Quando se encontra em pauperização progressiva, inclina-se para a adoção da ideologia da classe ascendente.

O *lumpenproletariat*, a mão de obra marginal, o rebutalho das ruas, é matéria amorfa de que dispõem as correntes que, de modo ocasional, lhe asseguram uma vantagem imediata.

Importa observar ainda que estas posições são, ao mesmo tempo, posições de coexistência e de sucessão. Em qualquer momento podem ser discernidos grupos em uma destas posições. Por outro lado, tais posições são também fases por que passam as classes sociais. Este último fato é muito importante, considerando-se a pretensão das classes ascendentes segundo a qual o seu domínio representaria o fim das contradições. Ao atingirem a posição de domínio, as classes ascendentes são acometidas das mesmas distorções volitivas e de captação do real, características das que as precederam e necessariamente se tornam a referência de um novo dinamismo dialético.

Toda classe nova que toma o lugar da que a dominava antes é obrigada, para realizar o seu objetivo, a apresentar

o seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para empregar uma fórmula ideal, é obrigada a dar a suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como as únicas razoáveis e universalmente admissíveis (cf. Karl Marx. *Ideologie Allemande. Oeuvres Philosophiques*, Tomo IV. Costes. 1937).

A estrutura do poder está permanentemente em devenir.

Estas referências supõem ainda que em toda sociedade podem-se distinguir um centro e uma periferia⁶. O centro da sociedade é aquela sua região a partir da qual se logra conformar decisivamente o complexo social, a partir da qual uma classe ou um grupo pode, como propõe Max Weber, "impor a sua vontade na ação comum, mesmo contra a resistência dos outros que participam da ação", ou ainda, na linguagem de Timasheff, "os juízos se transmitem à periferia... sem fazer apelo ao mecanismo normal de avaliação de motivos".

O centro, dotado de uma influência conformadora, estabelece as pautas da sociedade dentro das quais se processam as relações de sociabilidade. Mas é preciso notar que nem a periferia é totalmente passiva, nem o centro é homogêneo. As condições de destruição do poder — diz Timasheff — se encontram tanto no centro ativo como na periferia passiva. Se se verificasse permanentemente a passividade da periferia e a homogeneidade do centro, o dinamismo histórico-social deixaria de ser dialético. Na verdade, pode ocorrer que, durante largo tempo, uma periferia se deixe conformar de modo passivo pelo centro, quando a classe dominante logra criar formas de organização social e de cultura de grande representatividade, ou expressivas, mas estes momentos são historicamente fugazes; "novos centros potenciais de poder nascem na periferia"; por força das próprias transformações objetivas da sociedade, surgem condutas coletivas cismáticas, polêmicas, adotadas por classes ou grupos em ascensão que pretendem importar um novo esquema de convivência social. Estas classes ou grupos cismáticos não só neutralizam a influência conformadora do centro, como, exprimindo as virtualidades históricas, minam progressivamente os suportes psicológicos e sociais do centro. De

certo modo poderíamos valer-nos de uma imagem de Marx. As classes ascendentes alcançam o centro ativo pela epopéia ou pela tragédia, mas é sempre uma farsa que marca o período final do seu domínio.

Também se processa no centro uma diferenciação progressiva. Diz Maurice Duverger que todo centro é dividido contra si mesmo e permanece cindido em duas metades: centro-esquerda e centro-direita. Uma fração do centro, por seus suportes objetivos, se transforma em sua esquerda e assim se alia às classes ascendentes no propósito de transformar qualitativamente o complexo social global. A outra fração se caracteriza mais nitidamente como conservadora ou reacionária.

Em sua origem, a classe ou grupo dominante justifica seu poder pela função social geral que exerce e que necessariamente suscita a adesão dos indivíduos da periferia. Isto acontece

porque, no início, seu interesse é ainda, na verdade, ligado ao interesse comum de todas as outras classes não dominantes e ainda não pode, sob a pressão das antigas condições, transformar-se em interesse de uma classe particular (cf. K. Marx, *Ideologie allemande*, Edição citada).

O poder, portanto a influência conformadora do centro, se baseia inicialmente na adesão da periferia que, pela força da repetição e do hábito, se transmuta em automatismo. A conduta coletiva, uma vez organizada, passa a oferecer resistência à mudança. Eis porque, mesmo depois que uma classe dominante deixa de representar uma função social geral ainda consegue, pela manipulação dos reflexos condicionados, impedir, durante algum tempo, que a periferia atinja a consciência lúcida das contradições existentes.

A automatização das condutas pelos reflexos condicionados se alia ainda um outro fenômeno complementar — a “coisificação” das relações humanas sob a forma de *ordem*, *sociedade*, de um cosmos hipostasiado, independente dos indivíduos, que se presume sujeito a leis inexoráveis. É o que Timasheff chama de *objetivação* e Marx de *alienação*. Esta noção alienada ou objetiva da sociedade é o pressuposto de toda forma de positivismo socio-

lógico. O poder, diria Karl Marx, não aparece aos indivíduos como seu próprio poder associado, mas como uma força estranha, exterior, de que não conhecem nem a origem nem a direção, que eles não podem mais dominar, pois é uma força independente do querer e do desenvolvimento humano.

A domesticação ideológica das classes submetidas as mantêm na condição de forças em si, e somente quando as contradições se agudizam elas passam a perceber as virtualidades do processo social, assumem a sua teleologia e se tornam classes para si.

Resta, finalmente, ao ultimar esta descrição sumária do módulo geral do movimento da sociedade política, advertir que, no contexto capitalista, a dinâmica das relações de poder não se explica em termos de psicologia individual ou mesmo coletiva, mas pelas transformações materiais, pelas transformações das relações de produção, as quais condicionam a ascensão, o domínio e a decadência das classes e grupos sociais. A infra-estrutura da sociedade política é a sociedade econômica. Por outro lado, nenhuma forma de organização política é transcendente à história. Todas elas, a longo prazo, são insustentáveis.

* * *

A evolução política do Brasil é uma ilustração destas referências conceituais. É fácil verificar que a classe latifundiária, hoje em processo de perda crescente de representatividade política, cujo poder é atualmente maior do que sua importância econômica, isto graças a uma certa usurpação histórica, teve no Brasil a sua fase de ascensão, domínio e decadência. Como classe ascendente fez a independência do país, em 1822, e organizou o Estado nacional. Foi assim esquerda tão logo se diferenciou como uma classe para si do capitalismo português, e contra este lutou. Foi classe dominante, e assim ocupou o centro da sociedade política nacional, de 1822 a 1930, data em que se torna perceptível o seu declínio, imposto pela ascensão de nossa burguesia industrial. E nestes dias já se descortina como possível uma aliança (que parece esboçada na última eleição presidencial de 1955) do proletariado com a burguesia industrial numa luta contra os seus inimigos comuns.

Entre esses inimigos comuns, é necessário esclarecer, só se coloca a classe latifundiária enquanto, perseguindo vantagens de seu interesse imediato e exclusivo, permanece aliada de certas forças econômicas externas, ou resista à ampliação da área de comercialização de nossos produtos.

A configuração de uma classe proletária na história política do Brasil é um fato tardio, quase de nossos dias. Até recentemente, não existiam no país as condições objetivas que permitissem o aparecimento desta classe, pois faltava-nos, para tanto, um mínimo de diferenciação das atividades produtivas para não falar no escasso volume das atividades produtivas existentes no domínio manufatureiro.

Não é senão na década de 1870-1880 que começam a destacar-se da agricultura as atividades manufatureiras. Antes, o que se observa no país é um arquipélago de nódulos econômicos (fazendas) mais ou menos fechados, dentro dos quais a população produz e consome diretamente quase tudo o de que necessita, inclusive bens manufaturados. O desenvolvimento industrial do Brasil depois daquela década, até 1930, consiste principalmente em destacar da lavoura a produção manufatureira através da criação de pequenas empresas.

A melhoria de nossas relações de intercâmbio com o exterior, que se observa na segunda metade do século passado, e expressa não só no aumento da demanda de nossos produtos tropicais como na elevação de seus preços, provoca o incremento da divisão social do trabalho, isto é, obriga a agricultura a especializar-se na produção para satisfazer a procura externa. Para se ter um idéia dessa melhoria, basta observar que enquanto a quantidade média exportada de café subiu de 88.667 toneladas no período de 1839-44 para 165.114 toneladas no período de 1869-74, o valor médio anual da exportação do referido produto aumentou, de um período a outro, de Cr\$ 18.271.000,00 para Cr\$ 91.098.000,00. Além disto, o país teve saldos positivos no comércio externo de 1860 a 1929. Nestas condições muitas atividades que eram realizadas no interior das fazendas passavam a ser daí alijadas, surgindo assim a produção manufatureira para o mercado interno que começa a

formar-se em virtude da ruptura dos antigos quadros da economia natural, pela comercialização.

O nosso proletariado haveria de surgir de elementos oriundos da massa de escravos e da plebe rural circunjacente às fazendas, na medida que no processo de divisão social do trabalho fosse permitido o aparecimento de atividades que deixavam de ser realizadas pelas unidades econômicas autônomas. Este processo de abertura do complexo rural⁷, que permite a migração de fatores (mão-de-obra e capitais) do campo para as cidades, ainda hoje é uma importante referência dinâmica da economia brasileira.

Até recentemente, a debilidade do nosso capitalismo não permitia a radicalização dos interesses da classe proletária. Até 1888, data da abolição do cativo, a população ativa intermediária entre os grandes proprietários de terra e os grandes comerciantes e a mão-de-obra servil escrava era maciçamente afetada de pauperismo. Não havia, assim, como extremar as reivindicações de um proletariado, de que apenas rudimentos eram perceptíveis.

As episódicas revoltas de escravos, a revolta dos *cabanos* (1833/1836), a dos *balaíos* (1838/1841) e a dos *praieiros* (1842/1849), embora de caráter popular bastante radical, foram movimentos de significação local, acontecimentos isolados, não suscetíveis de corporificar um ideário ou um estado de espírito durável; foram reações esporádicas da estrutura econômica e social que não chegaram a ameaçá-la em seus delineamentos essenciais e que a classe dominante logo conjurou.

Inexistindo, até 1888, uma indústria brasileira, um mercado nacional e seus respectivos suportes materiais, não pôde, então surgir uma classe operária unificada, e os grupos populares lutaram por objetivos contingentes ou se deixaram arrastar pelo misticismo em episódios como o de Antônio Conselheiro, que foi estudado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*.

Escrevendo na última década do século XIX, dizia Sylvio Romero que "a classe mais pobre que existe no país é justamente a que corresponde à *burguesia* na Europa". E explicava:

Economicamente, somos uma nação embrionária, cuja mais importante indústria é ainda uma lavoura rudimentar,

extensiva servida ontem por dois milhões de escravos e, hoje, por trabalhadores nacionais e algumas dezenas de milhares de colonos de procedência européia, cem vezes mais felizes do que na mãe pátria. O capitalismo nacional é exíguo, quase mesquinho.

Em rigor todo o país é ainda uma vasta feitoria, uma verdadeira colônia, explorada pelo capital europeu sob a forma de comércio e sob a forma de empresas.

A população em geral, feita pequena exceção de alguns fazendeiros, senhores de engenho, negociantes e herdeiros de capitalistas mais ou menos desempenhados, é em sua maioria pobre; mas são os *pobres da inércia*; não são os proletários no sentido socialista; porque não são operários rurais ou fabris. Se, pois, há pauperismo é da nação inteira.⁷

Nas três décadas do século XX acentua-se a expansão do mercado interno, como se poderá concluir no exame do crescimento das atividades industriais. Em 1850 não tínhamos estabelecimentos fabris e eram em número de 50 as firmas industriais, aí inclusive dezenas de salineiras. Em 1889, contavam-se apenas 626 estabelecimentos industriais no Brasil. Nos vinte e cinco anos posteriores, foram instalados mais 6.946 novos estabelecimentos industriais; mas no período de 1915-1919 surgiram aqui 5.940 empresas industriais novas. O valor da produção industrial atingiu, em 1889, a Cr\$ 211.000.000; em 1907, a Cr\$ 741.536.000; em 1914, a Cr\$ 1.500.000.000, enquanto em 1920 montou a Cr\$ 2.989.176.281. Disto resultava naturalmente um apreciável aumento dos contingentes de trabalhadores industriais que, em 1889, eram 54.169; em 1907, eram 150.841 e passaram a 275.512 em 1920, quando se realizou o segundo censo industrial. Todavia, as transformações por que passa a economia brasileira, nesse período, embora relativamente consideráveis, não propiciam ainda a formação de um verdadeiro proletariado, por duas razões principais. Em primeiro lugar porque esses operários urbanos, em sua quase totalidade, nada mais são que ex-campônios adestrados em tarefas industriais, carecentes de consciência profissional. Em segundo lugar, por que aquelas empresas econômicas em sua grande maioria não representam senão pequenos empreendimentos, em cujo âmbito as relações entre patrões e operários, *grosso modo*, não

assumiam ainda o caráter de relações entre classes e transcorriam diretamente de maneira não-formal e paternalista.

Enquanto essas condições duraram, a classe média teve de ser necessariamente a classe eminentemente política.

Desde cedo, no Brasil, se formou uma classe média relativamente vultosa, pois o regime escravo se constituiu num fator que dificultava o encaminhamento da mão-de-obra livre para atividades produtivas. Para se ter uma idéia da pressão do elemento livre considere-se a população do país em 1850 e 1872. Naquele ano, para um total de 8.020.000 habitantes havia 2.500.000 escravos e 5.520.000 pessoas livres. Em 1872, para um total de 10.112.061 habitantes, 1.510.806 eram escravos e 8.601.255 eram livres. Esse avultado contingente livre de nossa população não podia deixar de ser como foi, interessado nas reformas que ampliassem as oportunidades de emprego.

A classe média do Brasil é uma espécie de vanguarda de todos os movimentos revolucionários durante a fase colonial. Na fase imperial, alia-se freqüentemente a movimentos progressistas, e a proclamação da República, em 1889, é, em larga margem, a última de um processo em que tomou parte decisiva. Durante a fase republicana de nossa história, a classe média exprime, através de vários movimentos, os percalços que resultam da diferenciação da produção no Brasil, através de atitudes dúplices, acomodatórias umas vezes, subversivas outras vezes, e, atualmente, com a crescente politização do proletariado e da burguesia industrial ela se inclina para a adoção de tendências direitistas.

Mas apesar de suas oscilações, a classe média, aliada ao processo de expansão industrial no Brasil, na medida que se avoluma, exprime, no plano político e de modo crescente, até 1930, as tendências dominantes do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira.

A Campanha Civilista de Rui Barbosa em 1910, a Reação Republicana em 1921, as quarteladas de 1922 e 1924, a Coluna Prestes, a Aliança Liberal e a Revolução de Outubro de 1930, todos movimentos portadores de reivindicações de feição mera-

mente liberal, são marcos da revolução da classe média contra as oligarquias latifúndio-mercantis.

Antes da Revolução de Outubro de 1930, o país se encontrava ainda decisivamente dominado pelas oligarquias ligadas a interesses do latifúndio e da burguesia mercantil, embora aí se delineasse, nitidamente, uma burguesia industrial. Uma certa plasticidade da estrutura político-partidária dominante permitia que, através de compromissos e concessões recíprocas, as classes mais atuantes (a latifúndio mercantil, a industrial e a média) encontrassem, de qualquer forma, um *modus vivendi*. Até 1930, nenhum movimento político de importância ultrapassa a perspectiva da classe média. Luís Carlos Prestes, o atual Secretário Geral do Partido Comunista, quando participou da Revolução de 1924, não era comunista e durante os anos que passou foragido no interior do Brasil, comandando a sua famosa Coluna, expressivos contingentes da nossa pequena burguesia viam nele o Cavaleiro da Esperança, um símbolo de protestação da classe média em luta contra a exploração oligárquica e plutocrática. É significativo que até Plínio Salgado, o introdutor do fascismo no Brasil em 1932 e atual chefe do Partido de Representação Popular, tenha se referido com simpatia à Coluna Prestes, em seu romance *O Cavaleiro de Itararé*, publicado em 1933. Na década de 1920-1930, a vanguarda de nossos movimentos políticos é assumida por elementos da classe média e principalmente por uma ala revolucionária das forças armadas cuja presença facilmente se identifica nos movimentos subversivos de 1922, 1924 e 1930, e no chamado "tenentismo". A popularidade da Revolução de 1930 e a relativa facilidade com que se venceram as forças governistas estão a mostrar a escassa contradição entre os interesses das várias classes que, confundidas como povo, se opuseram às oligarquias dominantes.

Depois de 1930, fortificam-se as tendências econômicas e sociais mal-enquadradas no sistema anteriormente dominante; e elas se traduzem na expansão da produção para o mercado interno e no incremento da produção de bens capital. A crise mundial de 1929, provocando a queda do valor de nossas exportações, repercute

favoravelmente em nossa economia, pois que impulsionou o país para produzir internamente grande parte dos bens que eram importados. Algumas cifras dão idéia precisa desta crise externa. No quinquênio de 1925/1929, exportamos 10.413.701 toneladas no valor de 440.946.000 (libras ouro). No quinquênio de 1935/1939, exportamos 17.280.000 toneladas no valor de 190.841.000 (libras ouro). Baixava assim a remuneração dos fatores empregados na agricultura. Enquanto isto, os fatores empregados na indústria recebiam cada vez melhor remuneração. Se igualarmos a 100 o valor médio dos produtos agrícolas primários no quinquênio de 1925/29, verificaremos que eles descem para 86 no quinquênio de 1940/44. Enquanto isto, e procedendo de modo idêntico, verificamos que, de um período a outro, respectivamente, o valor médio unitário dos produtos básicos da indústria sobe de 100 a 201. Nestas condições a produção industrial cresce de modo acelerado. Medida em termos de ferro e aço, a produção de bens de capital, no ano de 1932, crescera em comparação com a de 1928, em 60 por cento. A participação de maquinaria no valor total das importações segue a seguinte linha ascendente: 1920-10%; 1930-14%; 1938-23%; 1952-29%.

Na década de 1930 se inicia o declínio da burguesia latifúndio-mercantil como classe dominante, pois, que, forçada pela conjuntura internacional desfavorável, começa a perder suas antigas posições no centro do poder em benefício dos interesses da burguesia industrial. Não se deve, entretanto, exagerar, nesse período de 1930/1940, a tensão entre aquelas duas classes. Mesmo hoje, entre uma e outra, há menos polaridade do que ambigüidade², motivo porque as lutas políticas até agora são ainda marcadas de escassa nitidez ideológica. É que a confusão está nos fatos mesmos, nisto que, para mencionar apenas um dado, o nosso capitalismo industrial vem se formando de significativos recursos provenientes dos setores latifundiários, coincidindo com frequência em nossos grandes homens de negócios, o industrial e o latifundiário. Esta situação transparece, sobretudo, na conduta política do partido majoritário do Brasil, o Partido Social Democrático. O presidente

Getúlio Vargas, em cujos períodos governamentais mais se desenvolveu a indústria, era um criador de gado.

Um insuficiente deslinde dos interesses do latifúndio e da indústria é o que explica decisivamente o Golpe de 1937, que instalou o Estado Novo, chefiado por Vargas. A braços com o imperativo de reorientar os investimentos para a produção destinada ao consumo interno, a burguesia latifundiária e a industrial careciam de um ordenamento político-estatal que garantisse esta transição sem grandes percalços. Era necessário dar um sentido mais intervencionista ao Estado e eliminar os obstáculos que dificultavam o pleno funcionamento de um mercado interno. Por isso foi possível o Golpe de 1937. O chamado Estado Novo (1937/1945) foi assim uma ditadura da híbrida burguesia nacional.

A ambigüidade dialética é ainda hoje discernível nas relações entre aquelas classes, embora tendendo a transmutar-se em verdadeira polaridade com o desenvolvimento econômico.

Na década de 1930-1940, começa a delinear-se como força política o proletariado brasileiro que, em nossos dias, constitui a base eleitoral de um dos maiores partidos do Brasil: o Partido Trabalhista Brasileiro. No mês seguinte ao da vitória da Revolução, em 26 de novembro de 1930 (decreto 19.443), criou-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; em fevereiro de 1931 instituiu-se o Departamento Nacional do Trabalho; em março do mesmo ano regulou-se a sindicalização das classes patronais e operárias. Desde uma lei de 5 de janeiro de 1907, era permitida a organização de sindicatos operários, mas só a partir de 1931 se inicia, entre nós, a estruturação sindical das classes.

As lutas eleitorais posteriores à deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945 exprimem de modo crescente o amadurecimento do proletariado brasileiro, sobretudo no meio urbano. É esse contingente que garante a eleição de Vargas como senador em 1945, a sua reeleição à Presidência da República em 1950 e, bem assim que, através das eleições de 1955, dá a vitória ao candidato à Presidência da República cujo programa parece mais coadunar-se com seus interesses.

Nos últimos vinte e cinco anos, a pequena burguesia tem sido cooptada pela *direita política*, principalmente pelo integralismo (versão brasileira do fascismo), fundado em 1932, extinto em 1937 e reaparecido em 1945, sob o nome de Partido de Representação Popular. Nos quadros deste partido e, desde 1945, também da chamada União Democrática Nacional e, ainda, do pequeno Partido Democrata Cristão, até o presente, a classe média no Brasil é, *grosso modo*, uma força reacionária domesticada por uma ideologia reformista e moralista. Um contingente minoritário desta classe se distribui entre os partidos da esquerda, até inclusive o clandestino Partido Comunista do Brasil, cujos quadros se constituem significativamente de elementos pequeno-burgueses.¹⁰

O observador estrangeiro que examinar a trajetória das idéias políticas que caracterizam os diversos momentos de nossas transformações de classe constatará que elas são, invariavelmente, tomadas da Europa e algumas vezes dos Estados Unidos. Alguém já viu nisso um flagrante do "espírito de imitação" do brasileiro. Entretanto, do ponto de vista sociológico, aquelas idéias só podem ser corretamente explicadas tendo em vista a sua funcionalidade. As doutrinas, na luta partidária no Brasil, tem servido para camuflar as intenções e os propósitos, e a compreensão do seu sentido existencial e não meramente lógico requer que o analista as transcenda, apreciando as conexões objetivas das que delas se utilizam.

Quando, por exemplo, a nossa classe latifundiária se empenha na luta pela independência do país, apela de fato para as idéias em voga na Europa.

Com efeito, observa um historiador (Caio Prado Júnior) que,

ao elaborarem em 1823 um projeto de Constituição, foram os constituintes brasileiros buscar seus modelos nas instituições da época, inglesa e francesa, nesta principalmente, e nos princípios filosóficos do *Contrato social* de J. J. Rousseau. Era uma homenagem às doutrinas então em voga. As idéias do sistema político adotado por nossos legisladores constitucionais exprimiam, na Europa, as reivindicações do Terceiro Estado, especialmente da burguesia comercial e industrial, contra a nobreza feudal, a classe dos proprietários. Até certo ponto, é o contrário que se dá no

Brasil. São aqui os proprietários rurais que as adotam contra a burguesia mercantil daqui e do Reino. O que houve foi apenas uma simples coincidência dos meios a serem empregados para fins diversos. Qual era o problema dos legisladores brasileiros? Substituir as restrições políticas e econômicas do regime colonial pela estrutura de um estado nacional. Ora, as idéias centrais dos sistemas políticos e filosóficos que orientam a revolução do Velho Mundo eram justamente estas: liberdade econômica e soberania nacional. Adotaram-nas, por isso, os constituintes de 1823, porque coincidiam perfeitamente com seus propósitos, porque se adaptavam como luvas — feitas as devidas correções, de que não se esqueceram — ao caso que tinham sob as vistas; e também porque toda a cultura intelectual brasileira da época se formara na filosofia francesa do século XVIII. Por isso, na falta de um sistema original, que não estavam evidentemente em condições de produzir, apegam-se os nossos constituintes a elas, fazendo mais ou menos o que já realizara o Código Napoleônico, adaptando à sociedade burguesa do século XIX os princípios do direito civil romano.¹¹

Carecendo a sociedade brasileira de pautas institucionais suficientemente dotadas de conteúdo consuetudinário, os grupos e facções eram forçados a apelar para as fórmulas feitas, as quais, na verdade, instrumentalizavam segundo os seus propósitos.

A sociedade brasileira, integrante que é da periferia da chamada civilização ocidental, não pode furtar-se à influência da cultura e das sociedades dominantes nesta civilização. Este condicionamento cultural, estreitamente vinculado ao imperialismo econômico, só é neutralizável quando são atingidas condições objetivas determinadas que apenas recentemente se configuraram em nosso país.

Notas

- (1) Primeira de uma série de conferências sobre assuntos brasileiros realizadas pelo autor, em Paris, em dezembro de 1955, sob os auspícios do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris.
- (2) Para maior esclarecimento sobre o ponto de vista globalista, vide nesta obra: *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*.
- (3) Vide MANNHEIM, Karl. *Ideologia y utopia*. México, 1941.

- (4) Cf. HELLER, Hermann. *Teoria del Estado*. México, 1947.
- (5) Cf. GURVITCH, Georges. "Hyper-Empirisme Dialectique". In *Cahiers Internationaux de Sociologie*. 1953. vol. XV.
- (6) Sobre as noções de centro e periferia, cf. TIMASHEFF, *Archives de philosophie du droit et sociologie juridique*, 1936, II. Consulte-se também, Cândido Antônio Mendes de Almeida, *Possibilidade da sociologia política*. Rio de Janeiro, 1954.
- (7) Os mais autorizados estudos sobre a desintegração do complexo rural no Brasil são devidos a Ignácio Rangel e Gilberto Paim. Cf. as conferências desses autores sobre desenvolvimento econômico do Brasil, mimeografadas pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, em 1955.
- (8) ROMERO, Sylvio. *O Evolucionismo e o positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro, 1895, p. XLVI.
- (9) Para uma inteligência dos termos polaridade e ambigüidade, cf. GURVITCH, G. "Hyper-Empirisme Dialectique", artigo nos *Cahiers internationaux de sociologie*, 1953. vol. XV.
- (10) O Partido Comunista do Brasil, atualmente clandestino, tem escassa expressão proletária. Em 1947, quando este Partido funcionava legalmente, os seus adeptos somavam cerca de 200.000. Atualmente deve ser menor o número dos comunistas fichados no Partido.
- (11) Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo, 1953, p. 51.

*V - Esforços de Teorização da
Realidade Nacional Politicamente
Orientados, de 1870 aos Nossos Dias¹*

Nos métodos de ação social e política de nossas elites, desde a Independência até os tempos da República, Oliveira Viana fez notar a incidência do que chamou de *idealismo utópico*. Essas elites, na crítica de Oliveira Viana, teriam acreditado na eficácia imanente de teorias e instituições européias e norte-americanas, e as transplantaram para o nosso país certas dos seus efeitos benéficos. Segundo o sociólogo fluminense, os que assim fizeram, teriam agido sem bom senso ou com ingenuidade e, portanto, poderiam ter tido outro comportamento se não se tivessem deixado empolgar pelo prestígio daquelas teorias e instituições.

A obra de Oliveira Viana, na parte que diz respeito à crítica de nossas elites, é, certamente, o máximo de objetividade que, até agora, os estudos sociológicos atingiram, entre nós. De fato, a ação de nossas elites deixa perceber que elas pretenderam, em apreciável escala, dominar os fatos da vida nacional através da exemplaridade das idéias e das instituições. Teriam elas a convicção de que os cidadãos, sob o impacto dos exemplos, seriam induzidos a alterar a sua psicologia. Parece, entretanto, que Oliveira Viana viu aqui

meia verdade; não a verdade toda. Isto porque aquela conduta inquinada de idealista-utópica foi, muitas vezes, menos decorrência de uma imitação voluntária do que um expediente pragmático a que tiveram imperativamente de recorrer a fim de racionalizar ou justificar interesses e reivindicações de grupos e facções atrelados a tendências nem sempre ilegítimas da sociedade nacional.

Assim, é provável que as práticas idealístico-utópicas nem sempre tenham contrariado o processo de crescimento vegetativo do país. O tema do idealismo utópico está a pedir, hoje, uma revisão. Tudo leva a crer que os Sales Torres Homem, os Tavares Bastos, os Rui Barbosa, os utópicos típicos, na insinuação de Oliveira Viana, tenham uma psicologia muito diferente da dos utópicos clássicos. Pelo menos, quanto à atitude em face dos modelos institucionais, uns e outros se distinguem. Os primeiros, por mais generosos que tenham sido as suas intenções, viram, nas teorias e instituições, instrumentos de melhoria da organização social, sem ultrapassar, porém, os interesses das classes sociais que representavam. Os últimos iam mais além, pretendendo a supressão dos males sociais, o *milenium* terrestre.

No Brasil, as práticas idealístico-utópicas estiveram quase sempre aliadas às tendências positivas da evolução da sociedade. É o que parece evidente nas várias tentativas de teorização da realidade nacional, orientadas no sentido de possibilitar sua melhor conformação ou de dominar o processo de crescimento da sociedade nacional.

São estas tentativas que procurarei estudar, sem contudo pretender fazê-lo de maneira exaustiva. Minha preocupação é focalizar esses esforços e, registrando o seu significado nos momentos em que surgiram, ganhar maior compreensão do desenvolvimento da sociedade brasileira.

O presente estudo constará dos seguintes capítulos:

I - Os republicanos de 1870;

II - O movimento positivista;

III - Sylvio Romero e a sociologia da sociedade republicana;

IV - Os ideólogos da ordem e progresso;

V - A revolução da classe média;

VI - A revolução de 1930;

VII - Conclusão.

I - Os Republicanos de 1870

Em vários momentos críticos de nossa história se registram tais esforços. Um dos primeiros é o Manifesto de 1870 do Partido Republicano. Trata-se de um documento cuja plena inteligência só é possível a partir das condições concretas de vida naquela época. Na data de 1870, já eram bastante nítidas certas contradições entre as instituições vigentes e novas forças produtivas que buscavam o seu curso normal numa forma de organização não escravocrata. Uma considerável massa de cidadãos livres, mal-ajustados num sistema em que quase só havia lugar para senhores e escravos, carecia de posição e função na sociedade. Para se ter uma idéia da pressão política do elemento livre, compare a população do país em 1850 e em 1872. Naquele ano, para um total de 8.020.000 habitantes, havia 2.500.000 escravos e 5.520.000 pessoas livres. Em 1872, para um total de 10.112.061 habitantes, 1.510.806 eram escravos e 8.601.255 eram livres. Além de outros, este fator demográfico agia no sentido da ruptura do sistema agrário escravocrata e, portanto, do estímulo à industrialização do país, a qual, de resto, estava em processo e, desde 1844, com a tarifa Alves Branco, já suscitava a resistência do setor latifundiário.

Tais contradições se refletiam nos quadros políticos, e demandavam a alteração do esquema das instituições em cujo funcionamento se assegurava o predomínio dos fazendeiros. Os latifundiários garantiam o primado dos seus interesses principalmente através do Senado Vitalício, do Conselho de Estado, da centralização político-administrativa, do Poder Moderador e sua prerrogativa de irresponsabilidade e de dissolução da Câmara. O manifesto de 1870 representa uma sistematização dos pontos de estrangulamento que devem ser desfeitos, a fim de que sejam liberadas as novas tendências objetivas da sociedade imperial. É a teoria política da realidade nacional naquele momento.

Diz o Manifesto:

O privilégio, em todas as suas relações com a sociedade — tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso País — privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou a de alguns sobre muitos.

A esse desequilíbrio de forças, a essa pressão atrofiadora, deve o nosso País a sua decadência moral, a sua desorganização administrativa e as perturbações econômicas, que ameaçam devorar o futuro depois de haverem arruinado o presente.

A sociedade brasileira, após meio século de existência como coletividade nacional independente, encontra-se hoje, apesar disso, em face do problema da sua organização política, como se agora surgisse do caos nacional.

O documento passa, depois, a incidir em um por um dos aspectos do regime imperial assinalados anteriormente. Refere-se ao "vício orgânico das instituições, deficientes para garantir a democracia e unicamente eficazes para perpetuar o prestígio e a força do poder absoluto" da "vontade de um homem"; proclama que "não podem constituir, de nenhum modo, a legítima representação do País", "uma câmara de deputados demissível à vontade do soberano e um senado vitalício à escolha do soberano"; e, ainda, que o "regime da federação baseado na independência recíproca das províncias... é o único capaz de manter a comunhão da família brasileira".

Efetivamente, esta teorização da realidade nacional de 1870 não pode ser dita científica. É uma interpretação politicamente orientada segundo o ponto de vista daqueles setores da classe média que, na sociedade imperial, começam a ter acesso na esfera de decisão política: o setor dos profissionais liberais. Dos 56 assinantes do Manifesto só um se declara fazendeiro; quatorze se declaram advogados; cinco se declaram engenheiros; nove se declaram médicos; quatro se declaram jornalistas; sete se declaram negociantes; dois se declaram professores; três se declaram empregados públicos; um se declara capitalista; e os dez restantes não declaram

a atividade. Note-se como o Manifesto quase silencia sobre o aspecto propriamente econômico da sociedade brasileira. Naquele momento, o máximo de consciência possível que se poderia pedir aos quadros liberais da classe média era o da necessidade de reajustamento político-administrativo de modo a que pudesse adquirir posição e função na sociedade um apreciável excedente de cidadãos livres. A classe latifundiária ainda tinha funções positivas a cumprir e a indústria nacional de então apenas se iniciava.²

Não parece uma observação dotada de absoluta propriedade a de que os republicanos de 1870 tenham sido idealistas-utópicos. Esta observação decorre talvez de uma consideração do aspecto puramente verbal do seu comportamento, sugerido obviamente por idéias e instituições de países de grande prestígio na época. Todavia, o comportamento efetivo desses políticos nada tinha de utópico; era pragmático, sendo a parafernália vocabular que usaram mera camuflagem de concretos interesses e propósitos.

II - O Movimento Positivista

Foram, entretanto, os positivistas que, pela primeira vez, entre nós, colocaram com toda clareza o problema da formulação de uma teoria da sociedade brasileira como fundamento da ação política e social. O primeiro estudo positivista que aparece aqui já manifesta o interesse dos adeptos de Comte pelos problemas nacionais. Trata-se de *A Escravidão no Brasil*, de autoria de Francisco José Brandão, editado em Bruxelas no ano de 1865. A Sociedade Positivista, fundada em 1878 (5 de setembro) se tornou logo um centro ponderável de difusão de idéias. Por sua vez, os positivistas também atuaram através do Partido Republicano. Diversos foram os adeptos brasileiros de Comte que procuraram formular uma concepção unitária do país. Um deles, Anibal Falcão, publicou em 1883 um opúsculo intitulado *Fórmula da civilização brasileira*, a qual consistiria no "prolongamento americano da civilização ibérica, a que cada vez mais se assimilarão, até a reunificação total, os índios e os negros importados, ou os seus descendentes."

Mas dentre os aficionados da igreja comtista, é a Teixeira Mendes que se deve um esforço mais sério da formulação de uma

teoria do Brasil. Está exposta no opúsculo, *A Pátria brasileira*, escrito em 1881. Aí Teixeira Mendes se reporta ao "empirismo" da geração da Independência, à inexistência, nesse momento, de "uma teoria positiva de governo". Segundo ele, o erro de José Bonifácio, e dos outros prógonos de 1822 — erro que consistiu em não se ter assegurado "a supressão da hereditariedade monárquica, tornando a sucessão dependente da escolha do ditador, sancionada pelo voto nacional" —, poderia ter sido reparado se a "falta de uma teoria científica não constituísse um obstáculo permanente, insuperável, a qualquer visão clara das necessidades políticas".

A concepção positivista do Brasil se caracteriza pelo seu caráter normativo. Partindo de um conceito de sociedade normal, os seus adeptos se preocupam de preferência em sublinhar o que concretamente lhes parece discrepante em função dos seus padrões.

Na teoria positivista do Brasil, há que distinguir dois aspectos: as teses gerais e o programa. Os positivistas adotaram literalmente o sistema de Comte e, nestas condições, a eles se aplicam todas as restrições que se fazem hoje ao positivismo. É perceptível, hoje, que o sistema de Comte reflete as condições peculiares do momento e da sociedade em que ele viveu, implicando ainda uma teoria da história que atribua à sociedade européia a categoria de referência básica do desenvolvimento e, também, um conceito abstrato de sociedade, pois a tanto corresponde o pensamento sociológico que não percebe que não existe a sociedade, mas sociedades, cada uma das quais com as suas leis particulares.

Abstraindo tais leis particulares e o condicionamento histórico-social da psicologia humana, os nossos positivistas admitiam a possibilidade da transformação da sociedade através do esclarecimento mental dos homens. Neste sentido, dizia Teixeira Mendes que o

espírito positivo, cuja superioridade se tem evidenciado em todos os domínios inferiores da atividade humana, deve introduzir-se hoje nas artes superiores que sistematizam a modificação da sociedade e do homem — a política e a moral. O filósofo já assimilou, inventou e demonstrou construindo a sociologia e a moral; resta convencer e persuadir os homens pela propaganda, que trará a regeneração mental

e moral primeiro e, como consequência última, a reforma política das sociedades humanas".

Numa visão, por assim dizer apocalíptica da história, concebiam o que chamavam de "época normal", que descreviam como aquela em que o planeta

se há de compor de pequenos Estados livres em toda acepção do termo, porque cada homem cumprirá conscientemente os deveres exigidos pela situação social, todas as pátrias formarão uma vasta confederação cujo laço será exclusivamente moral, em virtude da uniformidade das convicções, da sinergia dos esforços e da simpatia de todas as almas.

Indiscutivelmente, enquanto doutrinários, os nossos positivistas eram utópicos. Todavia o programa de medidas que preconizavam para o problema brasileiro, em muitos aspectos, apresentava cunho prático, do ponto de vista da classe social a que majoritariamente pertenciam. Tais eram, por exemplo, medidas como: a supressão da hereditariedade monárquica, a supressão da religião de Estado, a promulgação de instituições civis que assegurassem a liberdade de pensamento, a abolição da escravidão. E, enquanto a teoria positivista se tornou um suporte ideológico destas reivindicações, deu expressão a genuínas tendências da sociedade nacional e contribuiu para a superação de contradições nelas vigentes.

Mas nem o próprio êxito dos positivistas nos primeiros anos do regime republicano lhes possibilitou a realização do que havia de extravagante em seu programa. Cerca de dois meses depois da proclamação da República, os positivistas apresentam ao povo as *Bases de uma constituição político-ditatorial federativa para a República brasileira*, em que se preconizava a atribuição do governo federal a um ditador, em consonância com as seguintes regras:

o ditador atual continuará a ser aquele que os acontecimentos fizeram espontaneamente surgir, enquanto não renunciar livremente ao posto em que se acha. Se o mesmo ditador já tiver completado 56 anos deverá, após a aprovação destas bases, indicar o seu sucessor; a fim de ser a escolha sancionada, em caso de renúncia ou morte, pelas capitais dos estados brasileiros.

Entretanto, apesar da relativa influência dos prosélitos da doutrina e de seus simpatizantes, a proposta ficou no papel.

III – Sylvio Romero e a Sociologia da Sociedade Republicana

Não só pela ação de presença que teve em sua época, como polemista, crítico e político, Sylvio Romero merece um lugar nesta sequência, mas porque, depois de Teixeira Mendes, foi ele quem a seguir procurou sempre respaldar a sua atuação numa teoria da sociedade brasileira. Em 1886, dizia Sylvio Romero:

A teoria da história de um povo parece-me que deve ser ampla e compreensiva, a ponto de fornecer uma explicação completa de sua marcha evolutiva. Deve apoderar-se de todos os fatos, firmar-se sobre eles para esclarecer o segredo do passado e abrir largas perspectivas na *direção do futuro* (o grifo é meu).

E prosseguindo nesta ordem de indagações escreveu estas palavras plenamente válidas ainda em nossos dias:

Todo e qualquer problema histórico... há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo grande mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao nosso país.

O crítico sergipano nunca chegou a formular uma teoria configurada do Brasil, tendo deixado esparsos em várias obras os elementos desta. Tentou, é verdade, o empreendimento de cujo plano pode apenas esboçar as linhas gerais em seu opúsculo *O Brasil social*. Não é assim, fácil tarefa expor as suas idéias até porque, às vezes, são contraditórias. Para guardar a coerência deste estudo, tratarei apenas dos trabalhos do crítico realizados com o objetivo de fundamentar uma ação política.

Impressionado com os acontecimentos políticos ocorridos nos primeiros anos da República, especialmente com a atuação de Floriano Peixoto, viu no presidencialismo da Constituição de 91 a fonte de nossos males, e em oito cartas ao Conselheiro Rui Barbosa (reunidas depois na obra *Parlamentarismo e presidencialismo na República do Brasil*) fez a defesa das instituições parlamentares, discutindo o assunto em tese, através da exposição das

vantagens do parlamentarismo e dos defeitos do presidencialismo. É um panfleto que terá realizado na época uma função positiva pelo seu valor como protestação contra a hipertrofia dos poderes presidenciais.

Todavia, um trabalho posterior de Sylvio Romero já apresenta grande importância como documento interpretativo da vida política nos primeiros anos da República. Refiro-me à introdução do livro *O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil*, editado em 1894. Ali procura o crítico a "lei sociológica que vai presidindo" à gênese e à formação das principais correntes de opinião, com o objetivo de contribuir "para a orientação dos espíritos". É esta provavelmente a primeira meditação sociológica sobre os partidos políticos na República.

Sylvio Romero, numa grande intuição sociológica, tira todo o partido da crise política a que assiste e de que participa e tem plena consciência da rentabilidade científica desta atitude experimental. Diz ele:

No Brasil, representa-se agora um desses dramas raros, que nem a todas as gerações é dado presenciar. O esboçar de um trono, a queda de instituições quase quatro vezes seculares, pois que essa é a verdadeira data do governo régio no Brasil; o levantar de novas organizações, de novas fórmulas, de novas doutrinas, com seus moldes e suas necessidades novas, tudo isto constitui para os sociólogos e amadores de estudos de psicologia popular um momento verdadeiramente excepcional.

O nosso autor discerne naquela fase da evolução constitucional do país os seguintes partidos: o monárquico, restaurador, ou *neocaramuru*; o socialista; o jacobino; o militar; e o positivista. De cada um traça a gênese e dá uma cabal interpretação sociológica. Atinge, porém, o máximo de lucidez ao tratar do *partido socialista*. Encaminhando a sua interpretação, pergunta-se:

Corresponde a criação de um partido proletário no Brasil a necessidades e aspirações iniludíveis, senão de todo o povo, ao menos de uma grande classe da sociedade? Possuímos já nós aqui as condições, todas as condições indispensáveis à existência de um *proletariado político*, propondo lutas e projetos de reivindicações?

"Infelizmente, não", é a sua resposta. Conclui pela "artificiosidade do movimento". E explica:

Economicamente somos uma nação embrionária, cuja mais importante indústria é ainda uma lavoura rudimentar, extensiva, servida ontem por dois milhões de escravos e hoje por trabalhadores nacionais e algumas dezenas de milhares de colonos de procedência européia, cem vezes mais felizes do que na mãe pátria. Que socialismo sério deve sair daí nesses duzentos anos? O *capitalismo nacional* é exíguo, quase mesquinho.

Em rigor todo o país é ainda uma vasta feitoria, uma verdadeira colônia, explorada pelo capital europeu sob a forma de comércio e sob a forma de empresas.

A população, em geral, feita a pequena exceção de alguns fazendeiros, senhores de engenho, negociantes e herdeiros de capitalistas, mais ou menos desempenhados, é em sua maioria pobre; mas são os *pobres da intrica*, não são os proletários no sentido socialista; porque não são operários rurais ou fabris. Se, pois, há pauperismo é da nação inteira.

Sem dúvida, uma resposta de grande categoria sociológica. Sylvio Romero, realmente, aqui nos dá uma das chaves para a compreensão dos movimentos políticos de fases e movimentos que, até hoje, têm refletido os percalços e as vicissitudes de uma classe média em busca de enquadramento social. Aquele partido era estruturalmente impossível numa estrutura em que a uma burguesia latifundiária mercantil só se opunha, com alguma consciência de seus interesses, uma incipiente classe média, aquela contingente de pessoas "*diplomadas e vestidas de casaca*",

o mundo dos médicos sem clínica, dos advogados sem clientela, dos padres sem vigararias, dos engenheiros sem empresas e sem obras, dos professores sem discípulos, dos escritores, dos jornalistas, dos literatos sem leitores, dos artistas sem público, dos magistrados sem juizados ou até com eles, dos funcionários públicos mal remunerados.

Isto é, observa Romero: "a classe mais pobre que existe no país é justamente a que corresponde à *burguesia da Europa*".

Além disto, Romero vê o desenvolvimento dialético do operariado político, pois a tanto o leva sua convicção de que a sociedade

"evolui normalmente, segue um ritmo de desenvolvimento determinado pela lei de causação, que outra coisa não é mais do que a constância sistemática e infalível de uma determinada cadeia de antecedentes e conseqüentes". Em conseqüência, apesar de constatar, naquele momento, um estado "onde todas as classes fazem amorfas e indistintas", "onde a opinião pública não tem disciplina, nem orientação segura, racional", afirma que nosso operariado ("quarto estado") chegará a "crescer em força", "há de emancipar-se e florescer como poderoso fator" e "fará bem em organizar-se".

Ainda no domínio da vida política no Brasil, Sylvio Romero exprimiu uma contradição que nos nossos dias se torna uma das dificuldades fundamentais a ser vencida no ajustamento da organização partidária às necessidades de desenvolvimento do país. Neste sentido, observa Romero, em seu estudo *As Oligarquias e sua classificação* (1908), que "não temos sistema de doutrinas", e "até os grandes nomes" se submetiam aos "patrões", aos chefes de *clã*.

"Com quem está o sr. Pena? Com o *bloco* e o Pinheiro Machado ou com o João Pinheiro e Carlos Peixoto?

Com quem está o sr. Rui? Com o Nilo Peçanha ou com o Backer, com o Severino Vieira ou com o José Marcelino?"

E fundamentou suas críticas, demorando-se na discriminação dos vários tipos de oligarquia, "fórmulas bastardas de organização político-social" que predominavam nos Estados da União, desde o "aciolismo" no Norte ao "castilismo positivóide" no Sul.

IV - Os Ideólogos da Ordem e Progresso

Sylvio Romero faleceu em 1914, um ano decisivo em nossa evolução econômica e social, que registra o início da I Grande Guerra cujos reflexos em nosso país se tornam aceleradores do seu progresso. Estimuladas por uma conjuntura internacional favorável (declínio da importação e da concorrência estrangeira, resultante da forte queda do câmbio) acentuam-se as tendências centrípetas da economia nacional que já vinham se esboçando desde 1880-1890 e que se exprimiam através da expansão do mercado e da indústria do país. Até 1889, havia somente 626 estabelecimentos industriais no Brasil. Nos vinte e cinco anos

posteriores foram instalados mais 6.946 novos estabelecimentos industriais; mas no período de 1915-1919 surgiram aqui 5.940 empresas industriais novas. O valor da produção industrial atingiu em 1920 a 3.000.000 de contos, enquanto em 1914 era de 1.350.000 contos. Disto resultava, naturalmente, um apreciável aumento dos contingentes de trabalhadores industriais que, em 1907, eram 150.841 e passaram a 275.512 em 1920, quando se realizou o segundo censo industrial.

Antepunha-se, porém, a estas tendências, graves obstáculos que urgia liquidar. Um deles consistia no controle de ramos importantes do nosso comércio interno como exterior por estrangeiros. Na capital do país e nas mais importantes cidades do litoral, o fato era particularmente ostensivo, tendo o português excluído praticamente o brasileiro das atividades comerciais. Dizia-se existir na Junta Comercial do Rio contratos de casas comerciais em que os seus sócios se obrigavam a não admitir empregados brasileiros. Favorecia a este predomínio a grande imprensa do Rio, na época, praticamente nas mãos da colônia portuguesa.

Esta situação, aliás, vinha sendo denunciada desde longa data. Em 1849, *Timandro* (Sales Torres Homem) em seu panfleto, *O Libelo do povo*, deplorava que o comércio pertencesse

ao aluvião de portugueses, que enchem e desnacionalizam as capitais de nossas províncias marítimas, e que mensalmente se recrutam com centos e centos de recém-chegados, os quais vêm ainda minuar nossa civilização.

E Paul Adam, em seu livro editado em 1914, *Les Visages du Brésil*, escrevia:

Em pleno século XX, trinta ou quarenta mil negociantes portugueses, protegidos por uma legislação por certo que em demasia liberal, respeitadora do indivíduo e de seus atos, infligem a vinte e cinco milhões de brasileiros estas dificuldades e sofrimentos, uma política inteiramente favorável ao comerciante, à sua liberdade absoluta, aos seus planos de exploração.

Um marco famoso da literatura contra o português no Brasil é ainda o livro de Antônio Torres, *As Razões da Inconfidência* (1925).

Foram essas circunstâncias que presidiram, a partir do final da década de 1910-20, alguns expressivos esforços de teorização dos problemas brasileiros. A mola destes esforços é Álvaro Bomilcar da Cunha, que, aliás, ainda vive hoje, com oitenta anos de idade. Em abril de 1919, Bomilcar, associado a Jackson de Figueiredo, Miguel Austregésilo, J. de Almeida Magalhães, Tasso da Silveira, José Cândido Andrade Murici, Alberto Deodato e outros, funda aqui a *Propaganda Nativista*, "sociedade de caráter eminentemente político", em cujo programa se inscrevem, entre outros, os seguintes propósitos:

- trabalhar pela emancipação intelectual, financeira e econômica do Brasil, libertando-o da opressão estrangeira em que se encontra: nacionalização absoluta da imprensa e do comércio a retalho;

- despertar no espírito do Povo Brasileiro o sentimento e as idéias de solidariedade entre as nações americanas, combatendo, conseqüentemente, a influência da moderna civilização européia, cujas questões sociais são diferentes das que se impõem ao critério do nosso continente;

- defender o projeto legislativo que estabelece a obrigatoriedade para as casas comerciais estrangeiras de terem pelo menos dois terços de empregados brasileiros natos;

- trabalhar para que seja vedado ao estrangeiro o exercício de cargos eletivos e empregos públicos, mesmo quando se trate de indivíduos naturalizados;

- propugnar pela medida legislativa que limita ao estrangeiro a capacidade aquisitiva de bens imóveis;

- provocar a reivindicação dos direitos do proletariado de acordo com a orientação nacionalista;

- adoção do princípio de igualdade das raças;

- organização do Teatro Nacional Brasileiro.

Por iniciativa deste mesmo grupo, funda-se a Ação Social Nacionalista (reconhecida de utilidade pública pelo decreto nº 4.191, de 16/11/1920) cujo programa insiste em pontos como: naciona-

lização do comércio; nacionalização da imprensa política; nacionalização da costagem e da pesca; regulamentação do trabalho; aproximação do Brasil às repúblicas americanas, em especial, subcontinentais, por uma sã política de concórdia, de respeito e de reciprocidade de interesses.

Para se aquilatar a repercussão desta entidade basta referir que recebeu o apoio do Partido Republicano, e em 1921 federaram-se ao seu Diretório 50 associações. A Ação Social Nacionalista tinha como presidente de honra Epitácio Pessoa, como presidente efetivo o conde Afonso Celso, e quatro vice-presidentes: Justo Chermont, Camilo Prates, Frederico Villar e Álvaro Bomilcar.

O chamado Movimento Modernista, cujos primeiros sinais se registram nos anos de 19 e 20 e que toma corpo em 1922, será no plano literário o reflexo dos fatores reais que explicam a Propaganda Nativista e a Ação Social Nacionalista. Mas infelizmente temos que deixar de lado este aspecto. O que importa é assinalar que aquelas iniciativas tiveram o seu suporte teórico em estudos publicados nos periódicos *Brazileia* e *Gil Blas* e, principalmente, em três livros *A Política no Brasil ou o Nacionalismo radical*, de Álvaro Bomilcar, constituído de estudos escritos, em sua maioria, por volta de 1917, mas editado em 1920; *Nacionalismo econômico* (1917), de Nicolau José Debané; e *Do Nacionalismo na hora presente* (1921), de Jackson de Figueiredo.³

Estas obras procuram justificar os pontos dos programas anteriormente referidos, exprimindo, em larga margem, mais por intuição do que mediante pura intelectualização, tendências reais da sociedade brasileira naquele momento. Elas exprimem, assim, a consciência mais ou menos difusa de tais tendências antes que uma interpretação academicamente organizada. A nuance intuitiva destas obras é, por exemplo, ilustrada em palavras como estas de Álvaro Bomilcar: "A crítica social se funda nos fatos e nos sentimentos". Ou ainda: "A sociologia... se faz mais pela indução psicológica do que pelo relativismo efêmero dos acontecimentos." Nicolau Debané, que foi cônsul do Brasil no Egito, por vários anos, focaliza a "situação geral do nosso comércio, nos mercados

mundiais e em particular no Oriente". Dizia então que "não existe um comércio nacional brasileiro". Textualmente:

Não existe comércio brasileiro de exportação; não existe comércio brasileiro de importação; não existe comércio brasileiro interior. Todo comércio feito no Brasil é feito por estrangeiros; todos os lucros do comércio, seja interior, seja de exportação, que se efetuam, são grangeados pelos estrangeiros. O Brasil se depaupera por falta de um comércio nacional de exportação, por não auferir os lucros da venda de seus produtos que só poderiam alimentar a sua vida. O Brasil se depaupera por falta de um comércio brasileiro interior, por perder, em cada momento e em cada operação comercial, embora realizada por brasileiros, embora realizada na zona mais remota de interior do país, a maior parte do seu dinheiro, o qual ganha por estrangeiros, é remetida para o estrangeiro.

E Jackson de Figueiredo, advertindo que jamais poderia causar espanto a "quem conhecer as condições atuais da nossa vida social principalmente no Rio" que "o nosso nacionalismo vise, antes do mais, esclarecer aos portugueses qual deve ser o seu papel", assim resume o seu pensamento:

O verdadeiro nacionalismo brasileiro é aquele que, amando a contribuição do trabalho de qualquer estrangeiro, em nossa pátria, quer que esse estrangeiro jamais esqueça que o povo brasileiro é o único que aqui pode ter situação privilegiada, jamais esqueça que é aqui tão estrangeiro quando ainda o somos em sua pátria. E, sobretudo, por especialíssimas razões históricas, impõem aos portugueses aqui domiciliados que também jamais esqueçam que são estrangeiros, tanto quanto o francês, o alemão, o japonês.

Este grupo se mantém atuante durante vários anos e, em 1955, ainda é a sua diretriz que preside a fundação, no Rio, da Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais, com o objetivo de, entre outras coisas, realizar estudos que permitam orientar os interesses econômicos, políticos e sociais do Brasil, dela participando Artur Bernardes, seu presidente de honra, Afonso Pena Júnior, Francisco de Campos, Mário Brant, Epitácio Pessoa, Afonso Celso, Lacerda de Almeida, Nicolau Debané, Álvaro Bomilcar e outros.

Ao mesmo tempo em que de 1919 a 1925 se registram estes esforços de estruturação de idéias destinadas a criar uma consciência política dos interesses nacionais, verificam-se várias ocorrências que dão uma ilustração dramática do desajustamento da organização político-partidária às condições reais do país. Estes anos correspondem a dois períodos governamentais — o de Epitácio Pessoa e o de Artur Bernardes — marcados por apreciável inquietação social e até por convulsões de porte. Na cúpula das agremiações partidárias, iniciava-se, no ano de 1921, a chamada Reação Republicana, sob o pretexto de oposição à candidatura Artur Bernardes. No governo deste, as correntes oposicionistas de todo o país se coligam com o nome de Aliança Libertadora. Diferentes e às vezes contraditórios movimentos parecem indicar um estado de tensão entre forças malcontidas no arcabouço institucional do país. Funda-se o Partido Comunista em 1922, ano em que se amotinam a Escola Militar e o Forte de Copacabana, irrupções trabalhadas pelos mesmos fatores que promovem a revolução de julho de 1924, em São Paulo, de larga aceitação pública, apesar de dominada.

É neste ambiente, por sua natureza propícia à meditação sociológica, que um grupo de "escritores da geração nascida com a República" decide proceder a um "inquérito" com o propósito de fixar "no tempo e no espaço o *Pensamento e a Consciência da Nacionalidade Brasileira*", e de que resultou a obra coletiva: *A Margem da História da República* (Rio, 1924). Eram eles: A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonathas Serrano, José Antônio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athalide, Vicente Licínio Cardoso.

Animados por um vago desejo de compreender o Brasil, mas sem objetivos concretos marcados para alcançar, o que não acontecia com os grupos anteriores, esses escritores refletem, de modo mais ou menos ingênuo, as tendências centrípetas de autode-terminação atuantes na sociedade brasileira naquela época. Eles exprimem com categorias conceituais inadequadas uma percepção ingênua dos fatos, o que não poderia deixar de acontecer, a maioria

deles carecendo do que Freyer chamaria a participação volitiva no acontecer social. Transpõem assim as questões para o plano puro da especulação. Na Conclusão do livro diz-se:

Em nenhum momento, talvez, de nossa história, foi tão necessário *pensar* o Brasil, como atualmente. A nenhuma geração mais do que à nossa terá cabido a responsabilidade de sustentar o *primado do espírito* (o grifo é meu).

E de fato, apesar das diferentes orientações que revelam, quase todos parecem adotar uma concepção psicológica do processo histórico-social, a qual admite a possibilidade da transformação da sociedade pelo esclarecimento mental, intelectual e moral e muitas vezes uma certa crença na salvação pelas elites. Faltando-lhes a percepção de contingência histórico-social da psicologia individual e coletiva, pretendiam "a pacificação dos espíritos" através de "atos de inteligência e de fé". O documento insiste, neste ponto, quando fala coletivamente. Afirmam que procuram "reagir pelo progresso dentro da ordem... por isso que o caminho para andar mais ligeiro é aquele que evita os desatinos das correrias revolucionárias perigosas e intempestivas". Estas limitações existenciais, entretanto, não lhes impedem de diagnosticar com acerto muitos dos nossos males. Sobre tudo três deles são felizes neste ponto: A. Carneiro Leão, Gilberto Amado e Oliveira Viana. Aliás os intelectuais que comparecem nesta obra vivem um momento literário modernista, cujo estado de espírito, como já lembrou alguém, pode ser definido por esta sentença de um participante do mesmo: "Nós não sabemos precisamente o que queremos, mas sabemos o que não queremos".

V - A Revolução da Classe Média

Não seria possível, realmente, naqueles anos, atingir-se a uma concepção configurada da sociedade brasileira, pois que, para tanto, faltavam condições objetivas. A compreensão e o domínio das forças deste contexto econômico e social ultrapassam as idéias e as coordenadas teóricas em que se estribava a ação política até 1930. Os revolucionários de outubro de 1930, logo após a tomada do poder, inqueridos a que vinham, revelaram a sua perplexidade

e despreparação teórica e passaram a invocar um "espírito revolucionário" que não sabiam definir. Um observador inteligente deste fato escreveu:

A confusão tomou conta do país todo. Ninguém se explicava diante do país estonteado. À medida que os líderes revolucionários falavam, a confusão aumentava. As entrevistas vazias de sentido da realidade se sucediam umas às outras atropelando seus próprios autores. O jogo de palavras emaranhavam os homens. Pelo que se lia, diariamente, nos jornais, ficava se sabendo que o tal "espírito revolucionário" era honesto e não fazia política.

VI - A Revolução de 1930

A revolução de 1930 promoveu, entretanto, mudanças de sinal positivo na vida político-partidária do país, pelo menos em decorrência dos seguintes fatos: a) abriu lugar nos quadros dirigentes para consideráveis contingentes da classe média; b) iniciou a institucionalização das forças econômicas, através da sindicalização; c) iniciou o processo de liquidação, no governo federal, da hegemonia de uns poucos Estados em detrimento dos restantes; d) firmou o princípio da intervenção do Estado na economia, embora sob a forma de um "dirigismo" desconexo e às vezes caótico.

O período de 1930 a 1937 é assinalado por um extraordinário esforço de teorização política da realidade nacional, no qual se discernem as seguintes direções:

a) uma direção acadêmico-normativa na qual incluo aqueles que se caracterizaram pela adoção de uma concepção psicológica do processo social, na linha de que se acreditava possível a salvação da sociedade através da tutela das massas exercida pelos mais esclarecidos, ou através da transformação do caráter do povo, pela educação;

b) uma direção indutiva, na qual incluo aqueles que, quase sempre desprovidos de instrumentos metodológicos de rigor científico, conseguiram, apesar disto, captar alguns aspectos essenciais dos acontecimentos (Martins de Almeida, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Virgínio Santa Rosa etc.);

c) uma direção pragmático-partidária, na qual incluo as obras e documentos que expuseram as diretrizes do Integralismo Brasileiro (fundado em 1932) e do Partido Comunista do Brasil, desde 1935 orientado por Luís Carlos Prestes.

Seria necessário examinar pormenorizadamente as diferentes nuances de cada uma destas direções. Infelizmente, não posso fazê-lo aqui, dados os limites deste estudo. Mas, as seguintes observações podem ser feitas sobre estas direções em conjunto:

a) estas direções refletem a necessidade de transformação dos métodos e processos políticos, por força do relativamente alto grau de diferenciação das classes sociais. No período de 1930 a 1937 se delineiam os dados do problema político do país, até hoje insolvido e que persiste diante de nós: o problema da liquidação da política de clientela, através da estruturação ideológica dos interesses das classes sociais no Brasil;

b) de nenhum dos esforços acima mencionados resultou a formulação de uma ideologia orgânica da realidade nacional que refletisse a direção dominante do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, a despeito de contribuições fragmentárias, neste sentido, às vezes importantes.

Os fatores fundamentais que constituem a infra-estrutura dos movimentos e dos esforços de teorização política de 1930 a 1937 (a diferenciação social das classes pela expansão industrial e a reorientação da economia brasileira no sentido de um amplo mercado interno e, portanto, anticolonial) tornam-se cada vez mais ponderáveis de 1937 até os dias presentes, valendo destacar o papel positivo, neste processo, da II Grande Guerra e da correlata crise do imperialismo.

A atual crise de nossa organização político-partidária decorre do fato de que ela não ultrapassou aquelas direções formadas entre 1930 e 1937 e, portanto, do seu desajustamento aos fatores objetivos que configuram a realidade brasileira. A superação desta crise se obrerá, conseqüentemente, na medida que se encaminharem as forças políticas no sentido da tendência dominante do processo de desenvolvimento do país.

VII - Conclusão

Em conclusão podem ser inferidos da presente análise sumária, os seguintes enunciados:

I - Cada uma das tentativas de teorização política realizadas no Brasil, a partir de 1870, tem refletido o grau de consciência possível, no momento em que aparecem, dos fatores configurativos da realidade nacional. Tudo leva a crer que o idealismo utópico que se pretende ver em tais tentativas seja mais aparente do que efetivo.

II - Os republicanos de 1870 e os positivistas, situacionalmente impedidos de ver, com nitidez, as contradições econômicas da época em que atuaram, exprimiram, em termos preponderantemente políticos, as aspirações de um estrato superior da classe média.

III - Este estrato, aliado ao processo de expansão industrial do Brasil, na medida que se avoluma, exprime, no plano político e de modo crescente, as tendências dominantes do processo de desenvolvimento da sociedade nacional.

IV - O golpe de 1889; Sylvio Romero, no período republicano; a Campanha Civilista de Rui Barbosa, em 1910; os movimentos revolucionários de 1922 e 1924; a Coluna Prestes e 1930 são marcos da revolução da classe média contra a burguesia latifundiária e mercantil.

V - De nenhum dos esforços de teorização política registrados no Brasil até a presente data resultou a formulação de uma ideologia orgânica da realidade brasileira apta a tornar-se o suporte de uma ação política de verdadeiro sentido nacional.

Notas

- (1) Conferência pronunciada pelo autor na Faculdade de Filosofia de São Paulo, numa das sessões do I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado na capital bandeirante, de 21 a 27 de junho de 1955.
- (2) Constitui um documento expressivo da ideologia do estrato superior da classe média na década de 1870-1880, o opúsculo de Tobias Barreto, *Um Discurso em mangas de camisa*, pro-

nunciado em setembro de 1877, por ocasião da inauguração do Clube Popular Escadense.

- (3) Por esta época (1921), Jackson de Figueiredo já havia fundado no Rio o Centro Dom Vital. Em agosto de 1921 publicava-se o primeiro número da revista *A Ordem*, dirigida por Jackson, em cujo artigo de fundo, "Nosso Programa", dizia-se: "...faremos tudo quanto um católico pode e deve fazer contra o bastardo espírito do cosmopolitismo, que é talvez o fator principal do nosso ceticismo social, até o presente. A mando ardentemente as tradições cristãs, que herdamos da nossa ascendência européia, não concorreremos nunca para um movimento de ódio contra o estrangeiro europeu, seja de que nacionalidade for, mas isto não impedirá que tudo façamos para que seja um fato a autonomia do brasileiro em sua própria terra, para que a direção intelectual e política da nação tenha caráter positivamente brasileiro. É preciso que em todos os domínios de nossa vida se faça sentir a autoridade do espírito nacional".

Bibliografia

- ALMEIDA, Martins de. *Brasil errado*. 2ª ed., Rio de Janeiro, 1953.
- BASTOS, Abguar. *Prestes e a revolução social*. Rio de Janeiro, 1946.
- BOEHRER, Georg C.. *Da Monarquia à República*. Ministério de Educação e Cultura, 1954.
- BOMILCAR, Álvaro. *A Política no Brasil ou o nacionalismo radical*. Rio de Janeiro, 1920.
- BRASILIENSE, A. *Os Programas dos Partidos*. São Paulo, 1878.
- ENGELS, Frederico. *Del Socialismo Utópico al Socialismo Científico*. Buenos Aires, 1946.
- FURTADO, Celso. *A Economia brasileira*. Rio de Janeiro, 1954.
- LUKÁCS, G.. *Il Marxismo e la critica letteraria*. Einaudi Editore, 1953.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia y utopia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1941.
- MORAIS FILHO, Evaristo de. *O Problema do sindicato único no Brasil*. Rio de Janeiro, 1952.
- NIEMEYER, Waldyr. "Considerações sobre o Movimento Sindical no Brasil". In *Trabalho e Seguro Social*. n.º 45 e 46, set-out., 1946.

- NORMANO, J. F.. *Evolução econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, 1945.
- PEREGRINO JÚNIOR. *O Movimento modernista*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.
- PIMENTA, Joaquim. *Sociologia jurídica do trabalho*. Rio de Janeiro, 1948.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 3ª ed., São Paulo, 1953.
- ROMERO, Sylvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, 1888.
- _____. *O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil*. 24ª ed., Rio de Janeiro, 1895.
- _____. *Parlamentarismo e presidencialismo na República Brasileira*. Rio de Janeiro, 1893.
- SALGADO, Plínio. *O Integralismo brasileiro perante a Nação*. Lisboa, 1946.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro, 1933.
- TORRES, Antônio. *As Razões da Inconfidência*. Rio de Janeiro, 1925.
- VIANA, Oliveira. *O Idealismo da Constituição*. Companhia Editora Nacional, 1939.

SEGUNDA PARTE

*Cartilha Brasileira do
Aprendiz de Sociólogo*

(Prefácio a uma Sociologia Nacional)

I - Nota Explicativa

Nossa existência está toda subordinada a uns tantos princípios elementares de critério, que alguns observam por hábito, e muitos desprezam; se alguém os recorda, atalha-se que são banais, mas a arte da vida prática assenta sobre estas banalidades, e as desordens da sociedade e dos homens resultam de que os esquecemos freqüentemente.

Alberto Torres

A necessidade de rebater a agressão de que fui alvo no II Congresso Latino-americano de Sociologia, por parte de congressistas brasileiros em desacordo com as recomendações que ali defendi, na qualidade de presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais, serviu-me de excitante para, a despeito de minhas ocupações absorventes, escrever uma série de nove artigos dominicais, no *Diário de Notícias* desta capital, no período de 26/7/53 a 4/10/53, em que parece terem ficado claramente expressas algumas tendências fundamentais da presente fase da sociedade brasileira. Estou sinceramente convencido disto, por força das eloqüentes demonstrações de apoio que recebi, vindas de pessoas e entidades da maior circunspeção moral e intelectual. Estão entre elas a Faculdade Fluminense de Filosofia, cujo Conselho Técnico-administrativo me endereçou um voto congratulatório, o próprio *Diário de Notícias*, o *Diário*, de Belo Horizonte, e a revista *Marco*, editada por um grupo de alunos da Faculdade Nacional de Filosofia, e para a qual aqueles nove artigos, que chamou de "sensacionais", "pelo seu caráter revolu-

cionário, passarão a constituir uma referência histórica na evolução da sociologia no Brasil". Cumpre-me agradecer, nesta oportunidade, o simpático rodapé que, sobre o "caso", escreveu o historiador e crítico Nelson Werneck Sodré, no *Correio Paulistano*, e o apoio irrestrito que mereci do ministro Ernesto Claudino e de outras pessoas, cujo nome não menciono aqui por não ter delas autorização espontânea neste sentido. Registro, ainda, com satisfação, as palavras finais de um editorial de *O Popular*, assinado pelo ilustre senador Domingos Vellasco:

Não queremos dizer que os sociólogos latino-americanos estejam a serviço do atraso de seus países, mas apenas salientar que eles se preocuparam mais com a discussão de teorias, mais ou menos acadêmicas, relegando a um plano secundário problemas sociais que interessam fundamentalmente à vida do povo. Recusaram tocar no assunto. Salvou-os, porém, a coragem da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais com as suas recomendações. Já é um consolo.

Finalmente, não menos demonstrativo da ampla repercussão das diretrizes que defendi foi o discurso com que o professor Euclides Mesquita, organizador do I Congresso de Sociologia, realizado no Paraná, o inaugurou, e em que tive a honra de ver irrestritamente aplaudida a minha posição na sociologia brasileira. Pois ali afirmou o professor Euclides Mesquita: "É tempo de abandonarmos o que um sociólogo brasileiro chamou, com propriedade, de *sociologia enlatada*".

Encontrará o leitor, neste trabalho, a sequência daqueles artigos, parcialmente reelaborados e enriquecidos de notas de rodapé. O tema da 6ª recomendação — relações de raça — foi tratado em capítulo especial, com o pormenor que estava a requerer.

A intenção do título — *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* — é facilmente perceptível.

II – Sociologia Enlatada versus Sociologia Dinâmica

A melhor maneira de fazer ciência é a partir da vida, ou ainda, a partir da necessidade de responder aos desafios da realidade.

Seguindo esta regra, proponho-me a tratar, aqui, dos problemas da sociologia brasileira pelo aprofundamento da análise de um caso ocorrido no II Congresso Latino-americano de Sociologia, realizado no Rio e em São Paulo, entre 10 e 17 de julho de 1953. Na qualidade de presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais, submeti à apreciação daquele certame um documento que continha as seguintes recomendações:

1ª – as soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos;

2ª – a organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de ins-

trumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam;

3ª - no exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas;

4ª - no estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais;

5ª - o trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais;

6ª - é francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, o sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos;

7ª - na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, dos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações.

Todavia, essas teses foram ruidosamente desaprovadas, por 22 votos contra 9, com o agravante ainda de o autor deste estudo ter sido francamente agredido com demonstrações de ódio e despreço por um dos seus opositores. É significativo assinalar que as

opiniões contrárias a aqueles enunciados foram coordenadas por congressistas brasileiros.

Ora, como se depreenderá da leitura das recomendações, o que se tinha em vista era encorajar os esforços para a prática, nos países latino-americanos, de uma sociologia que refletisse os seus problemas; era estimular se cortassem os cordões umbilicais que têm tornado esta disciplina um subproduto abortício do pensamento sociológico europeu e norte-americano.

Assim, a atitude do plenário em face daquelas teses serviu para dar um flagrante de que hoje, no Brasil pelo menos, se distinguem, com clareza, entre outras, duas correntes de pensamento sociológico: uma corrente que pode ser chamada, como já propus certa vez, de "consular", visto que, por muitos aspectos, pode ser considerada como um episódio da expansão cultural dos países da Europa e dos Estados Unidos; e outra que, embora aproveitando a experiência acumulada do trabalho sociológico universal, está procurando servir-se dele como instrumento de autoconhecimento e desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. As proposições acima enunciadas pretendem representar esta corrente.

A essência de toda sociologia autêntica é, direta ou indiretamente, um propósito salvador e de reconstrução social.¹ Por isso, inspira-se numa experiência comunitária vivida pelo sociólogo, em função da qual adquire sentido. Desvinculada de uma realidade humana efetiva, a sociologia é um atividade lúdica da mesma natureza do pif-paf. Quem diz vida, diz problema. A essência da vida é a sua problematidade incessante. Daí, na medida que o sociólogo exercita vitalmente a sua disciplina, é forçosamente levado a entrelaçar o seu pensamento como a sua circunstância nacional ou regional.

Mas a formação do sociólogo brasileiro ou latino-americano consiste, via de regra, num adestramento para o conformismo, para a disponibilidade da inteligência em face das teorias. Ele aprende a receber prontas as soluções, e quando se defronta com um problema de seu ambiente, tenta resolvê-lo confrontando textos, apelando para as receitas em que se abeberou nos compêndios.

Adestrado para pensar por pensamentos feitos, torna-se frequentemente, quanto aos sentimentos e à volição, um *répétiteur*, isto é, sente por sentimentos feitos, quer por vontades feitas, como diria Péguy.

Abram-se os nossos compêndios de sociologia. Um ou outro foge à regra: em geral, cada um deles traz de tudo, arrola autores e sistemas, sem proporcionar ao aprendiz um critério diretivo de crítica. Como quem insinua: o educando que procure a verdade sociológica, tirando um bocadinho daqui, outro bocadinho dali. Pois esses compêndios de que falo, a quase totalidade dos que se escrevem nestas bandas, supõem esta enormidade: que existe uma verdade sociológica, eterna, imutável, *au-delà* da contingência histórica, resultante da média agregativa de todos os sistemas.² Portanto, incapacitam o estudante para o exercício funcional de uma atitude sociológica.

Por outro lado, outra espécie de vício mental é patente em grande número de nossas obras sociológicas. O sociólogo indígena parte, quase sempre, de um sistema importado, ao qual dá validade absoluta e se filia incondicionalmente. O mal vem de origem. Sempre aqui tivemos positivistas, haeckelistas, evolucionistas e outras espécies de aficionados à *outrance*. E quando se apresenta o sociólogo patrício a alguém, a pergunta vem logo: que escola o senhor segue?

Além de "consular", esta é uma sociologia que pode ser dita enlatada, visto que é consumida como uma verdadeira conserva cultural.

Nestas condições, assume-se, entre nós, em face dos métodos e produtos do trabalho sociológico no exterior, uma atitude apologética. Tudo que de lá vem é ortodoxo, excelente, imitável. Não se acordou ainda para o fato de que os meios e resultados do trabalho sociológico são condicionados por estruturas nacionais ou regionais. Afirma-se a eficácia imanente das transplantações. Não se assume uma posição sociológica na discussão da sociologia. De modo que, muitas vezes, os certames ou reuniões ditos de sociólogos se resumem em pronunciamentos idólatras e até mesmo de

intrepidez patriótica, como daqueles que consideram a necessidade de adotar procedimentos metodológicos simplificados, num país subdesenvolvido, uma diminuição dos bríos nacionais. Já assisti, num congresso de sociologia, à queda de uma proposta sociologicamente correta, em virtude de ter-se invocado os bríos patrióticos dos presentes.

Este exemplarismo é um dos aspectos do que se pode chamar a "doença infantil" da sociologia nos países coloniais, doença que torna a disciplina referida uma "gesticulação", vazia de significados, um ato em oco, uma ação ilusória, mas capaz de satisfazer a certos indivíduos.

O "gesticulante" satisfaz-se em fingir a ação que anela cometer, mas não comete realmente.³

Há, pois, no que concerne ao comportamento de grande parte dos sociólogos de países como o Brasil, uma patologia da normalidade. Desde que, em suas posturas mentais, é generalizado aquele traço culturologicamente mórbido, passa o mesmo a ser normal. Entre eles, teremos também de levar a sério as ficções para vivermos em paz. Se ousarmos ser sensatos, estamos perdidos, não nos toleram.

Esta é a doença infantil da sociologia no Brasil. Não a creio, entretanto, incurável. O próprio fato de ser capaz de fazer o seu exame de consciência a encaminha para a maturidade. Um indício de que estou certo é o que se passa com o pensamento econômico latino-americano. Sob os auspícios de um organismo com a CEPAL, realiza-se a descolonização do economista latino-americano, e a contribuição de brasileiros para esta mudança é das mais ilustres.

Notas

- (1) Em confirmação, o estudioso poderá verificar como, por exemplo, Augusto Comte é levado à idéia da ciência sociológica, através da meditação do problema francês de sua época, e secundariamente do problema europeu. (Vide o *Curso de Filosofia Positiva*). Ainda a este propósito, observe-se como uma posição renovadora no campo da sociologia, como a de Karl Mannheim, reflete um propósito de quem procura soluções para uma crise.

- (2) Este modo de ver foi, aliás, proclamado sem reboços, por um dos mais destacados vultos de nossas ciências sociais, Arthur Ramos, que disse: "Cada vez mais me convenço de que as incompatibilidades metodológicas se reduzem a questão de nomenclatura" (*O Negro brasileiro*, 3ª edição, 1953). Este mesmo ecletismo conciliador é patente na obra da figura de maior prestígio nas letras sociológicas do país em nosso dias, Gilberto Freyre. Vide especialmente *Casa-grande & senzala*.
- (3) Emprego o termo "gesticulação" em seu sentido técnico, tal como usado por Lazar e Karl Mannheim. Lazar refere-se ao tipo de "criança gesticulante" que se satisfaz com gestos quando outros lutam por objetivos concretos. Lewin reporta-se ao caso de uma criança imbecil que deseja lançar uma bola a longa distância e, ainda que não tenha conseguido, se sentiu satisfeita porque encontrou um substitutivo no vigoroso movimento que realizou. Determinadas configurações coletivas podem ser favoráveis à propagação desta enfermidade. No Brasil, muito da atividade intelectual é mera "gesticulação", ou expressão de esforços de "adultos gesticulantes". Para maior desenvolvimento deste tema, vide Karl Mannheim, *Libertad y planificación social*. México, 1946.

III — A Sociologia como Instrumento de Autodeterminação

Foi o seguinte o texto que precedia às recomendações submetidas à apreciação do plenário do II Congresso Latino-americano de Sociologia pela Comissão que teve a honra de presidir e que tratava do tema "estruturas nacionais e regionais":

O desenvolvimento de um pensamento autêntico, na esfera da sociologia latino-americana, depende da medida em que os que à ela se dedicam sejam capazes de perceber as leis particulares do processo de crescimento dos seus países.

Assim, para que o trabalho sociológico se torne um fator operativo nas sociedades latino-americanas, é preciso que se integre na realidade econômica e social delas, isto é, que cada vez mais se esforce em vincular-se à vida coletiva.

Embora a sociologia, como ciência, seja uma só, verifica-se que ela se diferencia quanto aos temas e problemas de que trata.

Esta diferenciação é imposta pelas diversidades de estrutura econômica e social dos países e deve ser tanto mais estimulada quanto mais desejem os sociólogos latino-americanos tornar-se úteis às coletividades de que participam.

Pode-se afirmar, com a categoria de verdadeira lei, que às estruturas nacionais e regionais configuradas de modo análogo correspondem idênticos problemas e dificuldades.

Sem estribar-se na compreensão das peculiaridades estruturais de nação e região, o trabalho sociológico está exposto a confundir os espíritos, a acentuar os equívocos em vez de tornar-se, como deve, um meio de esclarecimento e de autoconsciência das sociedades.

A promoção da autoconsciência de cada sociedade latino-americana deve constituir o dever primordial dos seus respectivos sociólogos.

Até a presente data, tem-se praticado extensamente, entre nós, transplantações literais de métodos de ação e de sistemas institucionais de áreas altamente desenvolvidas, como se eles fossem dotados de uma eficácia imanente.

A ação social sobre as condições objetivas das estruturas nacionais e regionais não deve obedecer a arquétipos ou a modelos considerados excelentes em si mesmos, mas deve emergir, de modo dinâmico, da relação interativa entre o pensamento e os fatos.

Em todos os países latino-americanos se registra uma contradição entre a vida comunitária e as instituições, as quais, em sua maioria, têm sido recebidas acabadas, resultantes mais de um processo revolucionário do que evolutivo.

Nestas condições, tais instituições não funcionam, muitas vezes, de modo a dar curso às possibilidades de desenvolvimento dos países latino-americanos, mas, ao contrário, tanto quanto tem vigência, a dificultar esse desenvolvimento.

Passarei daqui por diante a analisar, de modo pormenorizado, cada uma das recomendações que defendi. A primeira delas estava assim redigida:

1º — As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos.

Admito que se trata, verdadeiramente, de uma sentença digna do Marques de Maricá, pela sua evidência. Não é mau, porém, que os congressos adotem verdades à moda de Maricá. É, aliás, o que ocorre com frequência. Raramente os congressos aprovam pronunciamentos que não estão na expectativa da maioria dos seus

membros. Os documentos finais dos congressos, via de regra, se constituem predominantemente de lugares-comuns em curso entre especialistas.

A sentença acaciana, acima transcrita, se justificaria, portanto, por este prisma. Mas ainda, porque iniciava uma série de sete, e porque, no meio latino-americano, é justamente o contrário que se pratica, ordinariamente.

Ver-se-á, pelo comentário das outras recomendações, que a recomendação em pauta era necessária no contexto, onde valia como simples introdução a um tema central.

Mas não apenas por isto. No que concerne à sociedade brasileira, tem cabimento a repetida condenação das tendências transplantativas. Tais tendências presidiram à formação histórica do país, e, em nossos dias, mantêm-se vigorosas.

A sociologia dos contextos coloniais tem na transplantação o seu tema por excelência. Daí a importância da questão para o sociólogo latino-americano que pretenda assumir um ponto de vista dinâmico em face da realidade social. Toda a organização institucional dos países latino-americanos padece de um defeito fundamental e que consiste em ser manietadora do desenvolvimento orgânico das estruturas nacionais e regionais.

Nasceram os países latino-americanos sob o signo da transplantação cultural.¹ Suas instituições não são produto da evolução. Foram para lá transferidas nas suas formas terminais. Em cada nação latino-americana se configura o que, com Spengler, pode ser chamado de pseudomorfose, termo com que se refere aos casos em que uma velha cultura estranha impera sobre um país com tanta força que a cultura jovem, autóctone, não consegue respirar livremente e não logra constituir formas expressivas, puras e peculiares, nem sequer chegar ao pleno desenvolvimento de sua consciência própria.

Os países descobertos e colonizados, como o Brasil, estão sujeitos a esta deformação cultural.² São, extensamente, pseudomorfoses, no sentido que seus aparatos institucionais, recortados à imagem e semelhança dos de países de grande prestígio cultural,

não resultaram da evolução propriamente, da elaboração interna do processo de crescimento orgânico destes países, mas de transplantações.³

A pseudomorfose assinala o impacto de forte interferência histórica, ou seja, a situação de um povo cujo desenvolvimento normal é perturbado por um choque com outro povo já configurado sob a forma do que Danilevski chama de tipo histórico-cultural.

Quando os portugueses descobriram o Brasil, nossas tribos não tinham atingido uma tipicidade histórico-cultural⁴ consistente, como aconteceu com as populações mexicanas e peruanas. O Brasil era um território sobre o qual viviam desligadas ou em conflito várias tribos. Estas não constituíam um povo, o que só teria sido possível pela confederação. Assim, o colonizador operou sobre um território historicamente abstrato, não se deparou com a resistência de uma individualidade histórica planamente constituída. Há indícios de que no século XV, e no princípio do XVI, os Tupi-Guarani, tendo expulsado as outras nações indígenas da costa brasileira e aí se estabelecido, estivessem já envolvidos num processo que os levaria a integrar-se, de modo confederativo, numa única individualidade histórica. Afirmam os americanistas que eles teriam sido dotados de apreciável capacidade para "assimilarem traços de culturas diferentes da sua e também para "tupinizarem" os povos estranhos à sua raça".⁵ Mas a verdade é que aos portugueses foi relativamente fácil varrer os obstáculos humanos oferecidos aos seus propósitos de exploração.

O fato que desejo assinalar é o seguinte: o colonizador, no Brasil, não encontrou povo, como encontrou no México, no Peru, na Índia. Encontrou um "material etnográfico", uma "espécie de matéria inorgânica" de que dispôs segundo seus propósitos. Operou em espaço historicamente vazio, que passou a ser ocupado por portugueses e africanos, os contingentes fundamentais formativos de nossa população, uns e outros alienígenas. Esse conjunto de alienígenas não constituía um povo no Brasil, e aos seus descendentes faltaram, durante muito tempo, condições para se tornar povo. Em 1822, quando o Brasil se declara independente de Portugal, o povo brasileiro era menos uma efetiva realidade

histórica do que uma ficção cômoda. O povo brasileiro é ainda hoje uma entidade histórica *in statu nascendi*. A não ser a língua, todas as condições decisivas, propiciadoras da maturidade do nosso povo, surgiram depois de 1822, entre elas: o sistema de transportes e comunicações extensivo ao território brasileiro, e um mercado nacional.

1822 é a data da independência de um território e não de uma nação. Aqui a idéia da nação precedeu ao fato da nação mesma, entendida esta como vivência de uma comunidade de estilo de vida histórica.

As instituições vigentes no Brasil, até 1822, do ponto de vista sociológico, eram excrescência, muito embora para o colonizador tivessem sido excelente arma de manutenção e preservação de uma estrutura de poder. A unidade do Brasil, conseguiu-a Portugal, graças ao artificial tecido de instituições com que vestiu a nossa realidade, "verdadeiro compressor que nivelou o terreno".

O ano de 1822 inaugura a fase em que às gerações de brasileiros deveria caber o mister ciclópico de criar instituições para uma nação em ser.

Foi neste momento (1822) que se apresentou ao brasileiro o "problema nacional" do seu país. Quero dizer, a conquista da independência política pelo Brasil impunha aos brasileiros a necessidade de rever e reformar as instituições instaladas aqui pelo português, uma vez que elas obedeciam a um propósito predatório, explorador e eminentemente fiscal; impunha-lhes, conseqüentemente, a necessidade de um esforço criador no campo social.

Era esta uma circunstância problemática que desafiava a capacidade de compreensão e imaginação das elites da Independência. Os velhos países não tiveram problema nacional desta ordem, como assinalou Alberto Torres, porque suas instituições se formaram lenta e demoradamente, por meio de um processo mais evolutivo que revolucionário.

Estas elites inauguram novo período de formação pseudomórfica do país. Não podiam deixar de comportar-se como se comportaram, isto é, não podiam superar a contingência de sua

formação mental e dos fatores objetivos da época. O panorama era este: de um lado, a massa de brasileiros sem hábitos de auto-governo, secularmente submetida ao despotismo de potentados e regentes locais; de outro lado, uma camada letrada, provida de idéias apanhadas em livros de língua inglesa ou francesa, uma elite livresca e superfetada que se caracterizou por uma atitude exemplarista, segundo a qual a resolução dos nossos problemas estaria garantida pela instalação, entre nós, das instituições vigentes nos países líderes da época: Inglaterra, França, Estados Unidos.

De José Bonifácio até os nossos dias, as elites brasileiras, com exceção de certas figuras isoladas, têm atuado conforme esquema exemplarista. Toda a atuação de nossas elites tem sido marcada por um desencontro entre suas idéias e os fatos brasileiros. A uma visão profunda, sociológica, de nossa formação, verifica-se que elas se têm conduzido de modo mais ou menos cego quanto ao seu papel de orientar os fatos do meio nacional. Um pouco a despeito delas, está formando-se o capitalismo brasileiro e desenvolvendo-se uma cultura popular, um e outra destinados a constituírem o lastro de uma individualidade histórica autônoma.

Além disto, as elites da Independência não puderam servir-se dos ensinamentos da sociologia e da antropologia cultural, ciências que, na época, não se tinham constituído propriamente e que estavam apenas entrevistas por precursores.

Desta forma, os nossos pais-da-pátria e os que os sucederam nos postos de comando da sociedade foram levados, com a melhor das boas intenções, muitas vezes, a pensar sobre os fatos sociais em termos de imanência. Admitiram que a presença, em nosso meio, de aparatos institucionais avançados produziriam efeitos aceleradores do progresso do país. Não estavam habilitados para ver as leis particulares de nossa sociedade. Diante dos fatos, discutiram idéias. Em face dos nossos problemas, não partiram para resolvê-los do conhecimento dos fatores dinâmicos particulares, mas do pressuposto de que as normas a adotar deveriam ser induzidas da experiência dos povos mais adiantados no momento. Partindo desse critério heteronômico, fizeram um Brasil formalmente simétrico em comparação com as nações adiantadas.

Até a presente data, o comando da sociedade brasileira se realiza ainda de modo heteronômico. Um flagrante recentíssimo disto é a querela rumorosa entre parlamentaristas e presidencialistas, em face do nosso problema de organização política, o qual é discutido em tese e em termos puramente formais, não se levando em consideração as componentes históricas econômicas, antropológicas ou culturais do país.

Não seria, portanto, descabido, mais uma vez, um pronunciamento condenatório das tendências transplantativas.

Advirta-se, aliás, que a recomendação em exame se referia a transplantações "literais".

Na medida que, em virtude da conjuntura internacional, os países subdesenvolvidos só poderão vencer o seu atraso acelerando a sua transformação, principalmente econômica, são obrigados a adotar medidas observadas em países plenamente desenvolvidos. O assunto me levaria a uma ampla discussão, que os limites deste capítulo não permitem. Adiante-se, porém, um breve esclarecimento.

Há que distinguir entre transplantações *predatórias* e transplantações *acelerativas*. As primeiras desgastam economicamente os países coloniais, sacrificando as disponibilidades de suas rendas em consumos descapitalizantes. É o caso de muitos aspectos do nosso sistema educacional, de nosso mecanismo administrativo e de outros setores institucionais da vida brasileira, visivelmente carecentes de funções positivas.

As transplantações acelerativas contribuem para incrementar a velocidade da capitalização dos países periféricos. A CEPAL se esmerou no estudo deste tipo de problemas. Entre tais transplantações acelerativas estão, por exemplo, as máquinas, os processos fabris de alto rendimento, certas formas especializadas de instrução e educação.

Nestas condições, parece que o que ficou dito é o bastante para tornar perceptível por que se julgou conveniente que um Congresso Latino-Americano de Sociologia aprovasse uma recomendação condenatória das tendências transplantativas prevalentes nos países latino-americanos.

Notas

- (1) Para a análise de um caso particular de transplantação no Brasil, vide GUERREIRO RAMOS, GARCIA Evaldo da Silva e SILVA, Geraldo Bastos. "O Problema da Escola de Aprendizagem Industrial no Brasil". In *Estudos econômicos*, Números 11 e 12, setembro e dezembro de 1953.
- (2) Sobre a "culturologia", vide WHITE, Leslie. *The Science of Culture*. New York, 1949.
- (3) Sobre esses problemas, consulte-se CHANG, Pei-Kang. *Agriculture and Industrialization*. Harvard Univ. Press, 1949. Também MOORE, Wilbert E. *Industrialization and Labor*. New York, 1951. A leitura desses livros é útil mas inspira cuidados, pois há neles certa tendência para generalizar conclusões não inteiramente válidas para contextos latino-americanos.
- (4) Esta expressão que, no momento, não posso evitar, será certamente obscura para os que não conhecem a teoria de Danilevski sobre o desenvolvimento das civilizações. Algum esclarecimento, entretanto, poderá resultar da leitura das seguintes leis formuladas por Danilevski:
 - 1ª — Toda tribo ou família de povos que é caracterizada por uma língua separada ou por um grupo de línguas, e cuja semelhança é percebida diretamente, sem profundas explorações filológicas, constitui um tipo histórico original de cultura, se é mental ou espiritualmente capaz de desenvolvimento histórico e de ultrapassar seu estágio de infância.
 - 2ª — A fim de que uma civilização, capaz de tornar-se um tipo original de cultura, possa surgir e desenvolver-se, é necessário que os povos a ela pertencentes desfrutem de independência política.
 - 3ª — Os princípios básicos da civilização de um tipo histórico de cultura não são transmissíveis a povos de um tipo diferente. Cada tipo deve elaborá-los por si mesmo, ainda quando sob a influência, maior ou menor, de civilizações precedentes ou contemporâneas.

- 4ª — A civilização peculiar de cada tipo histórico de cultura alcança sua plenitude, variedade e riqueza, apenas quando os vários "elementos etnográficos" que a compõem formam uma federação ou um sistema político de governos coordenados, presumindo-se que eles não tenham já sido assimilados num todo político.
 - 5ª — A evolução dos tipos históricos de cultura é similar ao curso de vida das plantas de longa duração, que dão frutos uma só vez. Estas plantas, embora tendo um período indefinido de crescimento, desfrutam apenas de um relativamente curto período de florescimento e frutificação, e nestę esgotam, de uma vez por todas, suas forças vitais.
- (5) Cf. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948: "é conhecida hoje a capacidade dos povos Tupi-Guarani para assimilarem traços de culturas diferentes da sua e também para "tupinizarem" os povos estranhos à sua raça. O padre W. Schmidt, em seu estudo sobre os círculos de cultura e capas de cultura no Continente Sul-americano, observa que esse fato faz parecer quase impossível "determinar-se o que constitui propriamente e em si a cultura específica dos Tupi-Guarani" (Idem pág. 149). — "Esses primeiros colonos (portugueses) que ficaram no Brasil, degredados, desertores, náufragos, subordinam-se a dois tipos: uns sucumbiram ao meio, ao ponto de furar os lábios e orelhas, matar os prisioneiros segundo os ritos, e cevar-se em sua carne..." Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*. Rio de Janeiro, 1934.

IV—O Ensino da Sociologia no Brasil, um Caso de Geração Espontânea?

Focalizarei aqui o tema da segunda recomendação submetida ao plenário do II Congresso Latino-americano de Sociologia e que não logrou aprovação. Rezava o seguinte:

A organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam.

Antes de passar à discussão propriamente do assunto, quero declarar, com satisfação e respeito, que reconheço os méritos de várias agências brasileiras de ensino e prática de sociologia, os quais decorrem dos seus esforços em atingir altos níveis de qualidade em suas tarefas didáticas. Entre tais agências, é de toda justiça incluir, em São Paulo, a Escola de Sociologia e Política, o Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, e o Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas; no Rio, a Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e os Cursos do DASP; no Rio Grande

do Sul, a cadeira de sociologia da Faculdade de Filosofia, a cargo do professor Laudelino Medeiros; no Paraná, cadeira idêntica de estabelecimento similar, a cargo do professor Euclides Mesquita; e na Bahia, a cadeira de antropologia da Faculdade de Filosofia, a cargo do professor Thales de Azevedo. Provavelmente cometi omissões nesta enumeração, as quais devem ser levadas à conta de desconhecimento por parte do autor do que se realiza em outros institutos.

A questão do ensino da sociologia no Brasil não deve ser tratada em tese, isto é, em termos normativos. Neste terreno, ter-se-á de partir do exame de fatores reais e não do ideal respeitável de difundir ao máximo os conhecimentos de sociologia.

Na verdade, o Brasil e, quero crer, muitos países latino-americanos não estão em condições de propiciar uma prática do ensino da matéria em causa, de boa categoria, senão em pequena escala.¹ Constitui, mesmo, perigo a proliferação de cadeiras de sociologia em países como este, em geral carecentes ainda de maduras correntes de pensamento sociológico.

Não hesito em afirmar que, no Brasil, pelo menos, país da América Latina em que, segundo o depoimento de muitos especialistas norte-americanos e europeus, os estudos sociológicos estão mais desenvolvidos, o ensino da matéria, via de regra, carece de funcionalidade, pois que não cria no educando comportamentos operativos vinculados à sua vida comunitária, não estimula a autonomia mental do aprendiz. Não se tem conseguido, no Brasil, na medida desejável, formar especialistas aptos a fazer uso sociológico da sociologia.

Na prática, é raro o sociólogo brasileiro que não negue a ausência mesma da visão sociológica — que é ser um saber integrativo da vida comunitária efetiva. Toda genuína sociologia emerge de suportes existenciais comunitários e, assim, contribui para aprofundar a inserção do homem no seu contexto nacional ou regional.

Medita-se sobre o que fizeram os grandes sociólogos como Comte, Marx, Spencer, Durkheim, Max Weber, Small, Lester Ward e outros. Apesar de suas diferenças, cada um deles elaborou

um saber compreensivo do presente e da circunstância que viveu. Todo verdadeiro saber sociológico tem sido elaborado de modo pedestre, por meio do enlaçamento, às vezes penoso, do pensamento do sociólogo com os fatos de que participa. Não pode haver efetiva sociologia sem sincero, profundo envolvimento da cotidianidade pelo pensamento permanentemente em vigília. Não há geração espontânea da sociologia. Em toda parte onde ela é genuína, foi elaborada mediante processo cooperativo e cumulativo.

Vejo no ensino da sociologia no Brasil uma carência fatal: a ausência de compromisso entre o professor e o conteúdo do que leciona, e entre esse conteúdo e as necessidades comunitárias. Isto parece ser proveniente de várias circunstâncias. Uma delas consiste em que os nossos autores de compêndios não têm, salvo raríssimas exceções, experiência vivida dos problemas e assuntos de que tratam. Seus textos escolares não são propriamente fruto de meditação dos assuntos. Resultam, com frequência, de glosas, paralelos, pastiches e de transcrições de obras estrangeiras. Julgo que essas deficiências da maioria de nossos livros escolares se explicam pelas próprias condições objetivas do país.

Os professores brasileiros de sociologia, em grande parte, têm exercido a cátedra por acaso. Ordinariamente, tem sido fator aleatório em suas vidas, o que os leva a serem professores de sociologia. Não se prepararam para tal. Aqui as cátedras de sociologia não surgiram para consagrar uma tradição militante de trabalho pedagógico, como é a regra em todos os países avançados. As cátedras apareceram de modo intempestivo e foram providas, inicialmente, mais ou menos, por pessoas que, no momento, ou eram diletantes, quando muito, ou desconheciam completamente os estudos da sociologia. Muitos foram estudar a matéria depois de nomeados professores; durante algum tempo, ao menos, foram, nos seus postos, verdadeiros simuladores, aparentando um saber que realmente não possuíam.

Para contornar esta deficiência, algumas entidades, como a Escola de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia de São Paulo e ainda a Faculdade Nacional de Filosofia, contrataram

professores estrangeiros. Atualmente existem professores de sociologia formados em faculdades e, portanto, capazes, em princípio, de realizar atividades didáticas em melhores condições do que os que não se beneficiaram das mesmas oportunidades. Institutos de ensino normal ou médio e poucos estabelecimentos ou de ensino superior têm aproveitado uma parcela destes diplomados.

É evidente que a organização do ensino da sociologia, entre nós, não resultou de processo gradual de amadurecimento de uma experiência pedagógica, e bem reflete o simetrismo e o artificialismo de nosso sistema educacional. Em nosso país existem mais cátedras de sociologia do que em qualquer país europeu em que esta ciência têm tradições seculares.

Na pátria de Augusto Comte só há atualmente quatro cadeiras de sociologia, das quais duas na Sorbonne.² Num recente artigo na revista *Sociology and Social Research* ("Contemporary English Sociology"), informava H.C. Brearley que não há na Inglaterra mais do que sete ou oito sociólogos profissionais e que apenas um destes, Morris Ginsberg, detém uma cátedra na London School of Economics and Political Science. Até há pouco tempo, não havia cátedra desta matéria nas duas mais antigas universidades inglesas: Oxford e Cambridge. Isso acontece em país que foi berço de corrente de pensamento sociológico de influência mundial. Na Itália, ainda hoje, são poucas as universidades que mantêm cursos de sociologia. Nos outros países europeus nota-se a mesma parcimônia na criação de cátedras universitárias. Neste sentido, Leopold von Wiese lastimava, em 1951, o pequeno número de especialistas devotados ao ensino da matéria na Alemanha (cf. "The Place of Social Science in German Today". In *The American Journal of Sociology*, julho, 1951).

Isto decorre, naturalmente, de que, nesses países, não se compreende o exercício de uma cátedra senão quando o saber que, em seu nome, é ministrado aos educandos, apresenta as garantias de que é servível socialmente e quando há profissionais amadurecidos para as tarefas didáticas respectivas.

É verdade que os cursos de sociologia proliferam nos Estados Unidos, desde longa data. Mas o desenvolvimento do ensino de

sociologia nos Estados Unidos ocorreu para responder a desafios existenciais.³ O ensino da sociologia é introduzido, naquele país, por homens portadores de uma experiência de primeira mão dos temas sociológicos, por verdadeiros pedagogos que logo estabeleceram as pautas fundamentais de uma sociologia genuinamente norte-americana, embora marcada por uma origem européia, como não podia deixar de ser. Foram eles William Graham Sumner, Lester Ward, Albion Small, Giddings e Ross, cada qual criador de um sistema próprio em cujas linhas mestras é visível o impacto da realidade norte-americana. E, em nossos dias, todo trabalho didático no campo da sociologia ianque reflete um compromisso entre o pensamento do especialista e a vida. Daí, as peculiaridades que apresenta.

No Brasil, chegamos a um estágio em que a sociologia passa a ser adotada em todos os currículos de Faculdades de Filosofia, sem possuímos, senão muito escassamente, tradição de pensamento sociológico.

Quando, entre nós, foram criados os primeiros cursos de sociologia, no início da década de 30, apenas dois brasileiros podiam ser considerados sociólogos sistemáticos originais, capazes de transmitir a discentes uma visão sociológica amadurecida e de primeira mão: Oliveira Viana e Pontes de Miranda.

O primeiro, desde 1918, já tinha formulado uma concepção dos fatos sociais, e no seu primeiro livro *Populações meridionais do Brasil* (editado em 1920) traçou, à maneira de um Comte, o programa de trabalho de sua atividade como sociólogo. O propósito fundamental do projeto, que aliás cumpriu, era contribuir, pela análise sociológica do nosso povo, para uma mudança de métodos de educação, métodos de política, métodos de legislação, métodos de governo. À luz das recentes conquistas das ciências sociais, verificam-se hoje alguns erros nas bases metodológicas de que partiu Oliveira Viana, mas isso não impede que deva ser ele considerado o nosso primeiro sociólogo sistemático e dos poucos que se tivessem se dedicado às tarefas universitárias poderiam ter encaminhado os estudos sociológicos no Brasil no sentido de um compromisso com a realidade brasileira.

Pontes de Miranda publicara em 1926 sua *Introdução à sociologia geral*, até a presente data, no gênero, o compêndio de maior unidade teórica e de maior autonomia mental que já se escreveu nestas terras, muito embora, na minha opinião, seja esta obra lastimável, pelo que representa como cristalização de um esforço mal-aplicado, pois trata de temas que, em nosso meio, podem ser considerados inúteis. Mas, de qualquer modo, reside à prova de autenticidade.

Pois bem, estes dois homens tiveram influência nula na organização do ensino da sociologia no Brasil. Nos anos de 1936 a 1942, de norte a sul do Brasil, havia em cada curso complementar uma cadeira de sociologia. Deve ter sido algum amador ou curioso da matéria o autor do programa de tais cursos, pois, pela quantidade de assuntos que mencionava, era um modelo do que pode haver de mais lunático.

Atualmente, tudo indica estar fixando-se na maioria daqueles que se dedicam à sociologia uma atitude segundo a qual as teorias, os métodos e processos são adotados literalmente, são de fato justapostos mentalmente e não absorvidos ou transformados metabolicamente, por assim dizer.

Na fisionomia de quase todos os compêndios brasileiros de sociologia transparece um critério justapositivo de ensino, e isto deve corresponder largamente à prática da aprendizagem, entre nós. Os compêndios brasileiros e latino-americanos de sociologia não têm similares em nenhum país em que a sociologia atingiu certo grau de maturidade. A maioria deles foi elaborada à luz de critério sincrético.

Tomemos para confronto países que, como o Brasil, também são consumidores de sociologia: os Estados Unidos, a Índia e a Rússia.

Em cada um deles, o ensino se organizou de modo a assegurar duas direções: uma prática, visando a fazer da sociologia um instrumento de autodomínio do meio social; e outra teórica, por meio da qual, sob as influências nacionais e regionais, tomam-se as teorias estrangeiras como meros pontos de partida para novas formulações mais consentâneas com os fatores reais.

Nesses países, os homens que conseguiram o *status* de sociólogos são autores de obras em que transparece uma experiência amadurecida e autêntica dos temas sociais, incompatível com a mera erudição sincrética. Deste ponto de vista, poucos são os especialistas latino-americanos que resistem a uma comparação com figuras como Robert Park, L.L. Bernard, Ernest Burgess, W. F. Ogburn, C.H. Cooley, Radhakamal Mukerjee, Brajendra e Nath Seal, Danilevski, Kropotkin, Lavrov, Youzhakhov, Kareyev, Mikhailovsky.

Aquelas duas direções que estavam esboçadas na evolução da sociologia no Brasil e das quais são representativos Oliveira Viana e Pontes de Miranda foram perturbadas por uma desastrosa e imprevidente política educacional, que, de um dia para outro, tornou possível um surto de catedráticos da referida disciplina, os quais, não estando preparados para os novos encargos e não tendo meditação sobre os assuntos sociológicos, tiveram de improvisar para atender às tarefas didáticas que lhes eram cometidas.

Houve um período (1936-1942) em que surgiram, num átimo, por uma espécie de geração espontânea, algumas centenas de mestres de sociologia.

É verdade que alguns dos profissionais que surgiram dessa maneira, pelo seu esforço, pela sua probidade, honram hoje a cultura nacional.

Mas é esforçoso reconhecer que o ensino da sociologia no Brasil, implantado sem base numa prévia experiência pedagógica, infunde naturalmente muitas reservas do ponto de vista da funcionalidade do seu conteúdo.

Em consequência, teria cabimento que um Congresso Latino-americano de Sociologia adotasse a recomendação aqui em exame. Em larga margem, é presumível que esteja sucedendo com a sociologia nos países da América Latina o que aconteceu e acontece em muitas escolas brasileiras de diferentes níveis e espécies.

Com alguns casos documentarei o que quero assinalar.

Um professor de anatomia, toda vez que explicava certa parte do esqueleto, comparava determinada depressão óssea com uma

moeda de cinco francos. Era assim que estava no livro francês e lhe parecia provavelmente ridículo dizer um *tostão* em vez de cinco francos. Sei de outro que um dia, diante dos alunos, com uma rã descerebrada, fez uma experiência para demonstrar as leis dos reflexos elementares de Pflüger. Ocorreu, numa primeira tentativa, que as reações do animal não coincidiram com as descritas no livro. Repetiu a experiência, e a mesma discordância. Então deu de ombros, como quem diz: o animal está errado. Tempos depois, um dos alunos, que hoje é médico, viu que aquilo costumava ocorrer quando se tirava a rã do seu meio natural. Ainda há mais. Ouvi, no norte, vários professores de química e de geografia compararem a cor de certos líquidos com a de cereja, ou certas formas geográficas com uma pêra. E eu ficava sem saber bem a cor e a forma, porque nunca tinha visto, até já menino taludo, nem cereja, nem pêra. Depois vim a saber que a cereja tem a cor de mulungu, de buriti e de outras frutas nordestinas, e que a pêra tem a forma parecida com a de abacate. Mas, convenhamos, como ficava ridículo dizer, em aula, que um líquido tinha a cor de mulungu, ou um acidente geográfico, a forma de abacate...

Há indícios muito patentes de que a instrução do aprendiz de sociólogo no Brasil está sendo procedida de modo análogo, isto é, não está contribuindo para o domínio e o comando do meio brasileiro. O que se pede ao ensino da sociologia é que desenvolva no educando a capacidade de autonomia e de assenhoreamento das forças particulares da sociedade em que vive. O ensino da sociologia não deve distrair o educando da tarefa essencial de promoção da autarquia social do seu país.

É necessário que o trabalho de campo, complementar da instrução teórica, se encaminhe para o adestramento dos aprendizes para a realização dos trabalhos mais necessários ao desenvolvimento das estruturas nacional e regionais.

Mas isto não se consegue, se se considera a sociologia um objeto de culto e de apologética. Ao contrário, este objetivo só será atingido se se der a esta ciência um caráter pragmático ou dinâmico.

Notas

- (1) É o que confirma John Gillin, em recente estudo "La Situación de las Ciencias Sociales en Seis Países Sudamericanos". In *Ciencias Sociales*, número 19, fevereiro, 1953. Consulte-se também: Alfredo Povina, *História de la sociologia en Latinoamérica*. México, 1941.
- (2) Cf. CUVILLIER, Armand. *Où va la sociologie française ?* Paris, 1953.
- (3) Consulte-se BERNARD, L.L. *La Sociologia en los Estados Unidos — 1900-1950*. União Pan Americana, 1952. Também: A. Small: *Fifty Years of Sociology in the United States (1865-1915)*. In *The American Journal of Sociology* — Índice aos volumes I — LII, 1895-1947.

*V — Para uma Sociologia
“em Mangas de Camisa”*

Não se divisa até agora no pensamento sociológico latino-americano nenhuma transformação correlata àquela que é liderada, no setor econômico, pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).

Caracteriza a atuação da CEPAL o propósito de tornar a política e o pensamento econômicos dos países latino-americanos fatores operativos do seu desenvolvimento. Desta maneira, ao propor soluções para os problemas de desenvolvimento, parte da consideração dos recursos disponíveis e não das conveniências e necessidades idealisticamente concebidas. Todo o esforço deste organismo internacional é o de formular os princípios de uma estratégia econômica cuja assimilação habilite o economista latino-americano, em suas atividades de aconselhamento, a contribuir para a direção dos fatores produtivos em cada país, de modo a acelerar a sua velocidade de capitalização.

Nestas condições, a renda nacional passa a ser objeto de atenção especial do economista. É ela que marca o compasso, a espécie e as normas das políticas econômicas, as quais devem procurar

sempre combinar os fatores nacionais de produção de modo a serem atingidos os níveis mais altos de rentabilidade. Este novo modo de ver tornou-se, no campo econômico, o suporte de uma atitude antitransplantativa. Um dos prógonos desta corrente de idéias, Raúl Prebisch¹, advertia, em 1951, que a urgente necessidade atual de capitalização nas atividades internas é muitas vezes incompatível com o empenho de reproduzir nos países menos desenvolvidos as formas de existência dos mais desenvolvidos, entre os quais se destacam, desde logo, os Estados Unidos, porque estas formas de existência, as modalidades de consumo que elas implicam, assim como as modalidades de capitalização, resultam de altos ingressos a que gradualmente chegaram esses países pelo aumento de sua produtividade; e sua mera transfusão aos países menos desenvolvidos, sem um esforço deliberado de seleção e adaptação, provoca tensões que noutros tempos não se apresentavam.

Com essas idéias coadunava-se, perfeitamente, uma das recomendações submetidas ao plenário do II Congresso Latino-americano de Sociologia, elaboradas pela Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais, que tive a honra de presidir. Estava assim redigida:

No exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades de renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas.

Como expus linhas atrás, fui derrotado na defesa deste princípio.

Não obstante, a mim parece que a sociologia latino-americana deve ingressar nessa trilha. O que tem prejudicado, entre nós, a sociologia, neste particular, é o confinamento do sociólogo nos quadros academicamente definidos como sendo os próprios desta disciplina. Desta forma, o profissional perde de vista o significado econômico do seu trabalho. Num país carecente da consciência orgânica de suas necessidades, isto é um desastre, porque, na medida que o sociólogo, com tal deficiência de formação, adquire prestígio pessoal e é ouvido ou levado a sério, pode induzir agências governamentais ou particulares à aplicação funesta de recursos.

O que tem levado sociólogos latino-americanos a obnubilar-se, neste particular, é o fato de considerar idênticos, na presente época, o momento de seus países e o de países mais desenvolvidos. Em geral, não se lembram de comparar os seus países com os que consideram como paradigmas, em termos de fase. Ao contrário, seu critério é o da contigüidade ou justaposição.²

Eis um recente flagrante: um sociólogo norte-americano aconselhou, como medida fundamental de uma reforma agrária no Brasil, a criação de escolas secundárias em cada município, proporcionalmente ao número de pessoas, semelhante ao que se verifica nos Estados Unidos. Segundo ele, o menor dos nossos municípios deveria manter, pelo menos, um estabelecimento de ensino secundário, com, no mínimo, cinco professores trabalhando em regime de tempo integral. E rematava o conselho com esta observação: o município que, no período de dois anos, a partir da promulgação da norma, não a tivesse cumprido, perderia o *status* de municipalidade.

A sugestão merece restrições sob muitos pontos de vista, ainda mesmo que a escola secundária de que se trata seja de tipo radicalmente diverso daquele a que, entre nós, se aplica a designação, isto é, o ginásio ou colégio. Mas a sua contra-indicação é óbvia do simples ponto de vista da renda nacional do país. Faça-se a conta de quanto dinheiro seria necessário inverter na concretização desse propósito, para que se enxergue o absurdo que a medida representaria. Admitamos, porém, que o governo, num ato de loucura, resolvesse por em prática o conselho. Onde encontrar os professores? Como manter nas escolas secundárias uma população de adolescentes cuja psicologia e cuja situação econômica se constituiriam em fatores impeditivos das escolaridades? Como localizar estabelecimentos secundários, num quadro demográfico rarefeito, de modo que cada um deles funcionasse com o mínimo de alunos tecnicamente requeridos? Por esses e outros motivos, é temerária a observância à risca de aconselhamentos de autoridades estrangeiras, sem levar em conta as suas respectivas equações nacionais.

Muitos técnicos, no Brasil, se conduzem exatamente como esse sociólogo norte-americano quando, por exemplo, aconselham que

devamos gastar em serviços de saúde três dólares por pessoa, que devamos ter um posto de puericultura para cada 10.000 pessoas, um leito para cada óbito de tuberculose, cinco leitos de hospital-geral para cada mil habitantes, 60.000 médicos, 100.000 enfermeiros, 165.000 leitos para doentes mentais. Ou quando calculam outras necessidades institucionais, à luz do mesmo critério. Para eles, os problemas sociais se resolvem por meio de regra de três. Uma das mais espetaculares ilustrações desta concepção aritmética dos problemas sociais é um famoso levantamento realizado tendo em vista a implantação do ISSB, principalmente na parte relativa à saúde.

Confundem nesta conduta, os efeitos com as causas. Na verdade, os altos níveis de bem-estar são inseparáveis do processo que os criou. São resultados, por assim dizer, automáticos de um processo de desenvolvimento. Portanto, são os fatores deste processo que urge instalar aqui; é uma dinâmica econômico-social que se terá de promover.

Na correção de tais hábitos de pensar é que a contribuição do sociólogo poderia ser das mais oportunas. O sociólogo, de todos os especialistas, é o que está mais habilitado, pelos instrumentos intelectuais que possui, a superar a visão parcelada das necessidades do país, substituindo-a por uma visão unitária de sua contextura integral.

A estratégia do desenvolvimento de um país é condicionada pela particular dinâmica de sua contextura, a qual, em cada fase histórica, apresenta a sua prioridade específica de necessidades de desenvolvimento. Desta forma não são necessariamente transferíveis, em dado momento, de um país para outro, quando estão em diferentes fases de desenvolvimento, os critérios de ação social.

Uma das razões desta intransferibilidade decorre de fatores culturais. A atual sociologia das transplantações nos centros norte-americanos e ingleses parece enxergar somente os impedimentos culturais, neste terreno. Mas uma razão importante daquela intransferibilidade se exprime em termos de recursos disponíveis.

A necessidade básica de um país subdesenvolvido como o Brasil é obter combinação ótima dos seus fatores econômicos, tendo em vista acelerar o incremento de sua taxa de investimentos em bens de produção. Imperativos de contabilidade social impõem atitude seletiva na realização de medidas. Estas não têm valor absoluto; ao contrário, sua eficácia depende das relações dominantes em determinado momento das estruturas nacional e regionais.

O trabalho sociológico em país periférico, muito menos do que qualquer outro, não pode permanecer descomprometido do processo de acumulação de capital. Como outras nações latino-americanas, o Brasil não atingiu a taxa anual mínima de inversões líquidas necessária para atender ao custo do seu desenvolvimento econômico e nem poderá atingir a este montante por processo espontâneo. E a consciência deste fato deve ser suficientemente eloquente para converter o trabalho científico, em todos os setores, ao interesse nacional.

Orientado nesse sentido o trabalho sociológico em nosso país tem diante de si o caminho para emancipar-se do mecenato. O verdadeiro sociólogo, no Brasil, não precisaria de subvenções de favor ou de comprometer-se com a burocracia cartorial a fim de dedicar-se aos seus estudos. Ficará preso a essa contingência, se insistir em suas tendências acadêmicas e academizantes. É cada vez mais crescente a demanda de especialistas em sociologia capazes de vincular as suas atividades científicas às tarefas de promoção da autarquia econômica do país. Quero dizer, uma sociologia "em mangas de camisa" pode viver, hoje, no Brasil, dos proventos de sua efetiva utilidade para o esforço de construção nacional.

É verdade que, atualmente, a orientação aqui preconizada desperta forte resistência e sistemáticas antipatias, tanto mais quanto ameaça falsas posições e falsas reputações. Reconheço que este modo de ver, pelo seu caráter pioneiro, não é o mais cômodo. Por outro lado, contraria poderosos interesses investidos e se afigura incompreensível, esquisito, difícil, a uma legião de pessoas sinceramente equivocadas. Paga-se, às vezes, ônus pesado pelas idéias. E nem todos estão dispostos para tanto.

Mas nada disto deve obscurecer o fato de que o Brasil está amadurecendo. O grau de expansão de suas forças produtivas e as contradições cada vez mais agudas entre tais forças e os quadros institucionais vigentes estão tornando incoercível a mudança qualitativa da vida brasileira, em todos os seus aspectos.

Trata-se de um processo. E contra um processo é inútil lutar.

Notas

- (1) PREBISCH, Raúl. *Problemas teóricos e práticos do desenvolvimento econômico*, números 7 e 8, setembro e dezembro de 1951. Também: FURTADO, Celso. "Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico". In *Revista Brasileira de Economia*, setembro de 1952.
- (2) Pretendo ter feito uma aplicação clara da faseologia em meus estudos sobre mortalidade infantil, os quais contrariam os pontos de vista oficiais sobre a matéria. Vide especialmente: GUERREIRO RAMOS. "O Problema da Mortalidade Infantil no Brasil". In *Sociologia*, março de 1951.

VI — Meditação para os Sociólogos em Flor

Um dos fatos de mais difícil explicação, para o sociólogo, é o caráter fictício da vida e da produção intelectual no Brasil. Um fato tão dominante, desde o início de nossa formação até os nossos dias, não pode ser fortuito. Deve ser necessário. Deve ser resultante de fatores reais vigentes na sociedade brasileira. E a dificuldade da explicação que se deseja decorre forçosamente da sutilidade e da pouca visibilidade desses fatores.

É, pois, à guisa de hipótese de trabalho, sujeita a prováveis retificações posteriores, que, iniciando este tópico, proporei uma interpretação para o fenômeno.

As atividades intelectuais obedecem, em cada sociedade, às leis particulares de sua estrutura, não só quanto aos temas sobre que incidem, como quanto à função que desempenham. Nada está solto na estrutura social, mas todos os seus aspectos estão dinamicamente relacionados.

Desde longa data, a sociedade brasileira esteve a braços com o problema de dar posição e função a significativa parcela de pessoas

que, por impedimentos axiológicos, não encontravam integração nas atividades econômicas primárias. Estas pessoas, versadas em letras, muitas formadas em centros educacionais estrangeiros, procuravam classificar-se, numa sociedade em que o trabalho *tout court* tinha significado pejorativo, pela afirmação de pensadores intelectuais ou pelo exercício de ocupações clericais.

Os fatores reais da estrutura econômica do país, até época relativamente recente, eram, por assim dizer, grosseiros, ou dotados de pouca especificidade — o que, por conseguinte, dispensava que tivéssemos relativamente numerosas pessoas dedicadas a ocupações intelectuais. A necessidade destas se incrementou com o desenvolvimento econômico do país, principalmente a partir do seu surto industrial, na segunda década deste século.

Aqueles excedentes de pessoas letradas constituem, pois, carga de inquietude na sociedade brasileira, e a maneira de conjurar a sua periculosidade, de vez que as atividades econômicas não as absorviam, era dar-lhes significados simbólicos ou envolvê-las em mecanismos sublimativos. Aqui deve residir, pelo menos em parte, a explicação do caráter "gesticulativo" da vida intelectual no país. Problemas análogos foram resolvidos por sociedades européias, entre outros, por expedientes como a Mania Dançante, a Epidemia Flagelante, as Cruzadas.

No Brasil, a eliminação de tensões que poderiam ter sido criadas pelos excedentes de indivíduos letrados foi obtida por meio da burocracia e do mecenato das atividades intelectuais. Muito de nossa burocracia explica-se como verdadeiro ônus pago pela sociedade para obter um mínimo de consenso e estabilidade. Por outro lado, o trabalho intelectual foi marcadamente orientado para objetivos mais ou menos pitorescos e jamais para o esclarecimento mesmo da essência da estrutura social vigente e sempre de modo a evitar a total ociosidade de cidadãos que, de outra forma, poderiam converter-se em fermentos de influências subversivas. Aliás, em nossos dias, é visível este compromisso entre a camada letrada bem-sucedida e a classe dominante do país.

Parece, portanto, legítimo afirmar que, até agora, o custeio de grande parte do trabalho intelectual tem obedecido, consciente ou

inconscientemente, ao propósito de evitar sua aplicação em sentido contrário aos interesses da estrutura social. É por este motivo que se justificam as relativamente vultosas somas que o Estado gasta para manter certa produção culturaluntuária e supérflua à sombra de organismos oficiais e semi-oficiais. Deste modo, o que, às vezes, pode parecer esbanjamento de recursos, é tributo que a sociedade paga a fim de minorar as contradições das forças nela atuantes.

A sociedade brasileira atingiu, porém, um ponto crítico de seu desenvolvimento, ponto que assinala o momento de transformação qualitativa de sua estrutura. Ao contrário do que acontecia, esta estrutura, tendo ampliado as suas possibilidades de crescimento, oferece ao trabalho intelectual o ensejo de exercer um papel eminentemente criador e dele carece como fator decisivo de aceleração do progresso. Daí resulta o novo significado que está adquirindo, entre nós, toda e qualquer atividade intelectual.

Em consequência disto, os recursos intelectuais estão cada vez mais sendo regidos por critérios econômicos. Passaram à categoria de fatores produtivos que têm de ser aplicados segundo a lei do rendimento máximo. A conversão das atividades intelectuais à categoria de fatores econômicos tem forçosamente de operar-se no campo das ciências sociais. Como foi referido, várias vezes, em páginas precedentes, já uma vigorosa corrente de pensamento econômico reflete essa mudança qualitativa. É compreensível, pois, que a sociologia inicie também uma tomada de posição ajustada às recentes circunstâncias emergidas em nosso meio.

Para essa tomada de posição, é fundamental compreender que, de um lado, o trabalho sociológico também custa dinheiro, e em qualquer nação, onde se tem nítida compreensão do imperativo de aplicar racionalmente os recursos disponíveis, obviamente deve ser desestimulada a excessiva pormenorização da atividade científica; e, de outro lado, que o estudo de pormenores só tem sentido quando certas concepções básicas, de caráter genérico, estão firmemente estabelecidas.

Tal é o que se verificou, por exemplo, no país onde atualmente as pesquisas de pormenores vêm sendo mais praticadas — os

Estados Unidos. Ali, primeiro, mediante esforço cooperativo de vários sociólogos, se elaborou um patrimônio de idéias, conceitos, teorias e hipóteses de trabalho e, em seguida, se passou para as investigações particularizadas. Além disto, a pormenorização da pesquisa sociológica nos Estados Unidos é, em boa parte, devida ao imperativo de ocupar os excedentes de farta mão-de-obra técnica que, de outro modo, ficaria talvez perigosamente marginal.

Até hoje, a sociologia na Inglaterra, na França e na Alemanha encaminha-se com prudência e parcimônia, no terreno da pormenorização do trabalho de pesquisa.

Num país como o Brasil, duas razões parecem ponderáveis na orientação das atividades dos sociólogos. Uma consiste em que se trata de país de escassos capitais — o que lhe impõe conduta de poupança de suas disponibilidades. O outro motivo reside em que, sendo relativamente poucos os profissionais capazes, devem ser eles aproveitados, de preferência, em investigações realmente relacionadas com as necessidades de desenvolvimento do país.

O trabalho sociológico em países como o Brasil deve ser conduzido para atingir dois alvos: a elaboração de idéias, conceitos, teorias com as quais a nação possa compreender-se a si própria, decifrar objetivamente os seus problemas; e a conversão da atividade diuturna do sociólogo ao interesse nacional, por meio da planificação do ensino e do trabalho de campo, no âmbito da disciplina em apreço.

A sociologia, no Brasil, está tentando entrar na segunda etapa da evolução normal por que passou em cada país de cultura autônoma, sem ter realizado as tarefas características do estágio preliminar, isto é, sem ter cumprido a formulação de interpretações genéricas do nosso processo de formação ou de seus aspectos fundamentais.

É verdade que grandes espíritos como Euclides da Cunha, Sylvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Viana muito contribuíram para a formação de uma consciência sociológica dos problemas brasileiros. Devemo-lhes diagnósticos ainda hoje válidos. Mas o caminho que gizaram foi quase desfeito por uma

funesta política educacional que impeliu os estudos sociológicos para onde não deviam ter sido levados.

Na presente data, existem aspectos fundamentais da vida brasileira carecentes de tratamento sociológico, sem que se observe nenhuma tendência dirigida para tal objetivo. Basta, porém, observação superficial para que se perceba flagrante desorientação na aplicação dos recursos nacionais no trabalho de pesquisa. A prática da pesquisa, entre nós, é um flagrante da inconsciência e do descomando da sociedade brasileira, pois que não exprime nenhum propósito e obedece ao mero capricho daqueles que ocasionalmente controlam os recursos.

Reside aí o motivo que inspirou a recomendação apresentada ao II Congresso Latino-americano de Sociologia e que mereceu a repulsa da maioria absoluta do plenário que a discutiu. Rezava o seguinte:

No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimento em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre detalhes da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais.

Dentro do espírito desta recomendação, o que parece ainda ter alta prioridade no Brasil são esforços análogos aos realizados por Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Caio Prado Júnior, no propósito de promover uma compreensão do nosso processo de desenvolvimento. São cometimentos desta ordem que encorajam o amadurecimento intelectual do país. Ou ainda estudos sobre aspectos parciais da vida brasileira, como a *Geografia da fome*, de Josué de Castro, *A Vida privada* e a *Organização política nacional*, de Nestor Duarte.

Não se justifica, por exemplo, dentro do ponto de vista aqui adotado, que se reiterem investigações do tipo da realizada pelo professor Emílio Willems e de que resultou a obra *Cunha — tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. Trata-se de um estudo de comunidade procedido dentro de moldes metodológicos

já largamente ensaiados nos Estados Unidos. Assim, do ponto de vista meramente acadêmico, a obra em apreço nenhuma contribuição trás e, do ponto de vista das necessidades de pesquisa do Brasil, contribui para o esclarecimento de pormenor da vida rural brasileira de secundaríssima importância. Este tipo de sociologia regional, mais ou menos anódino e diversionista, está atualmente empolgando considerável número de jovens sociólogos brasileiros — o que representa desperdício dos nossos recursos técnicos.

As pesquisas sobre comunidades têm pleno sentido no atual estágio econômico dos Estados Unidos e no presente quadro de sua sociologia, cujas correntes estão perfeitamente delineadas e em que há abundante oferta de especialistas. No Brasil, a prática de tais investigações só poderá contribuir para desorientar os nossos escassos sociólogos em formação, pois, dando-lhes a satisfação de dominarem certas técnicas em voga num centro adiantado, despreocupa-os de tarefas outras essenciais ao seu meio, quais as de elaborar um saber sociológico compatível com as necessidades nacionais e regionais. Em país como o Brasil, desprovido de tradição sociológica universitária, é verdadeiro contra-senso ou despistamento sair o aprendiz a "campo" em busca de conhecimento pormenorizado dos mecanismos da comunidade, segundo regras *made in USA*. Não é assim que ele deixará de ser colonial.

Além disto, há que considerar ainda os pressupostos ideológicos das chamadas pesquisas de comunidade. Não quero antecipar um tema de que tratarei adiante. Mas, seja dito logo que a sociologia e a antropologia norte-americanas, comprometidas, como não podiam deixar de estar, com as peculiaridades culturais e econômicas dos Estados Unidos, baseiam-se em categorias estáticas de pensamento — cuja adoção é francamente contra-indicada em países como o Brasil —, longe de terem atingido o nível de pleno desenvolvimento. Daí a urgência de esclarecer os sociólogos e os antropólogos em flor, que constituem, na América Latina, a linha auxiliar de uma corrente de pensamento de efeitos paralisadores do seu progresso.

VII — A Industrialização como Categoria Sociológica

Os conceitos, os métodos e as técnicas de que se utiliza o trabalho sociológico na América Latina, via de regra, são desenraizados. Ou seja, não foram induzidos da experiência comunicária do sociólogo latino-americano. Na conduta deste, é notória uma atitude quase mística em face dos processos teóricos e práticos da sociologia européia e norte-americana.

Em sua maioria, os sociólogos latino-americanos ainda não saíram do gabinete, ainda não interromperam o turismo pelos sistemas em que se comprazem, de há muito. Deste modo, a sua atuação, por falta de ingredientes históricos, carece de real eficácia.

Parece urgente despertá-los do êxtase em que jazem face aos produtos do pensamento sociológico estrangeiro. Naturalmente isto não pode ser feito de uma vez. Tem que ser lentamente, para evitar traumatismos fatais, mas tem que ser. Todo mundo sabe que os sonâmbulos não devem ser assustados. A observância desta regra evita situações dramáticas, às vezes muito desagradáveis. Reconheço, hoje, que as recomendações apresentadas ao plenário do II Congresso Latino-americano de Sociologia, por sua Comissão de

Estruturas Nacionais e Regionais, a que tive a honra de presidir, contrariavam frontalmente hábitos de pensar muito inveterados, o que, aliás, me obriga formular os esclarecimentos a que aqui venho procedendo, pois não tive o menor propósito de ferir susceptibilidades dos congressistas. Antes, pelo contrário, ao defender aquelas teses, animava-me o sincero desejo de contribuir para o maior êxito do Congresso.

A recomendação que, nesta oportunidade, pretendo discutir estava assim redigida:

O trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais.

Com efeito, a industrialização não se refere apenas à transformação tecnológica da atividade produtiva. Pode e deve ser considerada como categoria sociológica. O esclarecimento deste fato é, aliás, uma das tarefas mais urgentes do sociólogo latino-americano. Quero dizer, é necessário, por meio de um processo de estilização científica, transportar para o plano abstrato dos conceitos as realidades históricas efetivas. Na verdade, os conceitos sociológicos não saíram da cabeça dos sociólogos, não lhes foram revelados em hora de mediunidade; resultaram do exame crítico de situações vividas dentro de limites históricos. Assim nasceram noções fundamentais como as de "períodos orgânicos" e "períodos críticos", "estamento", "classe", "Estado", "secularização" e seguramente todas as outras noções da disciplina em apreço. Só no limbo sociológico da maioria dos profissionais brasileiros e latino-americanos se admitem conceitos historicamente inocentes.

Contrariamente a esta nossa sociologia seráfica, teremos que elaborar de modo dinâmico as categorias do pensamento sociológico brasileiro, dando nome às forças e tendências ínsitas na realidade nacional. Na medida que sucedermos neste dar nome a fatos e tendências, a sociologia brasileira ganhará em maturidade. É espantoso verificar que não há no Brasil, até agora, nenhum, absolutamente nenhum gesto no sentido da formulação de um sistema de referência sociológica ajustado à realidade nacional.

Na estilização científica da industrialização, ter-se-á de proceder como Max Weber, ao cunhar as noções de dominação tradicional, carismática e racional — legal ou burocrática —, ou como Fernando Tönnies, ao elaborar os conceitos de "comunidade" e "sociedade". Tais termos exprimem tendências efetivas da história alemã e européia e, com eles e outros análogos, a sociologia equipava o espírito dos estudiosos para a compreensão e o tratamento de situações concretas.

A industrialização constitui categoria cardinal da sociologia, especialmente da latino-americana. É, essencialmente, e sobretudo nos países da periferia econômica, um processo civilizatório, isto é, aquele mecanismo por meio do qual se operam as mudanças quantitativas e qualitativas nas estruturas nacionais e regionais. Estas estruturas só alcançam alto grau de civilização mediante o desenvolvimento industrial.

A compreensão da essência da industrialização poupa o estudioso de penosos estudos fragmentários, desvencilha-o da casuística em que muitas inteligências válidas estão aplicadas desperdiçadamente. Ilustra-o o surto de pessoas que, em nosso meio, se especializam no estudo e no tratamento de tipos específicos de problemas. Por exemplo, ultimamente têm sido focalizados os problemas do campo. Assim, para a melhoria das condições de vida do homem rural ou para a sua fixação, propõem os especialistas medidas diretas, como organização de comunidades, educação sanitária, assistência social e outras em que transparecem vários equívocos. Um deles consiste em que se considera a sociedade rural como um sistema fechado, desarticulado da sociedade nacional — um evidente artifício. Além disto, essas medidas pretendem produzir efeitos impossíveis — elevação dos gêneros e dos níveis de vida — que, classicamente, só podem ser obtidos mediante transformações tecnológicas da vida campestre, especialmente por meio do incremento da produtividade do trabalho rural. Em condições de baixa produtividade do trabalho rural, muito pouco resulta daquelas medidas.

Parece, pois, que deve ser revista a questão da fixação do homem do campo. Na verdade, o homem do campo não migra

para os centros urbanos simplesmente porque quer. Falo em termos de massa, evidentemente. Migra porque não consegue integração econômica na estrutura regional. E quando tal acontece, mantê-lo aí é crime. O deslocamento da população ativa das atividades primárias — agrícolas — para as atividades secundárias — industriais, terciárias, serviços — é um resultado inevitável do desenvolvimento econômico — diga-se, da industrialização — e não um mal. Isto é, aliás, um truismo entre os estudiosos dos problemas de desenvolvimento.

Os países que desfrutaram dos mais altos níveis de vida são os que apresentam os maiores índices de urbanização, e esta é sempre produto do desenvolvimento industrial. Contrariamente, a predominância de caracteres rurais na fisionomia de um país é índice de atraso.

Podíamos multiplicar os exemplos em que se patenteiam equívocos semelhantes aos acima referidos, todos eles derivados da incompreensão do fenômeno industrial. Prefiro, entretanto, tratar, a seguir, do aspecto conceitual da industrialização. Com este intuito, é lícito observar que a industrialização é, em essência, uma forma de relação entre a sociedade e a natureza. A sociedade se organiza com os elementos que tira do meio natural e, assim, as condições de vida nela vigentes dependem da rentabilidade da exploração da natureza. O trabalho é sinônimo desta exploração. Pois bem, tem sido, em toda a história humana, o incremento da produtividade do trabalho o fato básico promotor da alteração das relações entre a sociedade e a natureza. A industrialização, entendida como processo de crescente elevação da produtividade do trabalho, é libertação do homem dos determinismos cósmicos pelo domínio destes, domínio que se opera pela substituição das forças humanas aplicadas na produção de bens pelas forças mecânicas oriundas dos combustíveis sólidos, líquidos e gasosos. Os gêneros e níveis de vida — é uma regra geral, sem contestação — só melhoram na proporção direta em que se verifica essa substituição qualitativa de forças de trabalho.

Chamei a industrialização de processo civilizatório, porque dele, substancialmente, resultam verdadeiras mutações históricas.

Os gêneros de vida dos países desenvolvidos que se desejam reproduzir nos países latino-americanos foram conseqüências, por assim dizer, automáticas do processo de industrialização. Os altos níveis de saúde e bem-estar social vigentes nos países industrializados são, de fato, efeitos e não causa de transformação tecnológica.

A recomendação que se discute aqui teve o propósito de alertar o sociólogo latino-americano para a necessidade de assimilar novas diretrizes de pensamento sociológico. Quero referir-me ao pensamento sociológico em termos de fase.¹ Fora desta pauta, o especialista só consegue atingir meias verdades e jamais se tornará apto a orientar a mudança social em sentido efetivamente positivo. Fora desta pauta, acontece exatamente o que está acontecendo no meio latino-americano: tomam-se por absolutos os critérios atuais dos gêneros de vida dos países desenvolvidos, isto é, dos países que se encontram já, em relação à América Latina, em fase superior de desenvolvimento industrial. Quando, concretamente, esses critérios são específicos de uma fase histórica do desenvolvimento econômico.

Tais critérios são relativos e, de nenhum modo, normas de ação independentes da contingência de fase. Valem, apenas, para fases idênticas. Estou certo de que chegará o dia em que se há de ver com nitidez o que há de anódino, de "despiciendo", de diversão na quase totalidade do trabalho sociológico no Brasil, em que se verá o que há de funestamente ilusório nas atividades profissionais de certa casta de especialistas em problemas rurais, sanitários, imigratórios, aculturativos, assistenciais, educacionais e administrativos.

A sociologia é uma ciência histórica e, assim, aplica-se na descoberta das leis particulares de cada fase de desenvolvimento econômico e social, sem cuja compreensão se torna impossível o tratamento efetivo dos problemas das estruturas nacionais e regionais.

A recomendação em exame é mais que oportuna. Focaliza um dos temas capitais da sociologia latino-americana, a qual precisa desembaraçar-se de critérios, alienígenas de pensamento e de ação e exprimir as normas inseridas na realidade latino-americana, captar, mediante conceitos, os vetores desta.

Se adotar esta orientação, verá o sociólogo latino-americano que a industrialização é a categoria básica de caráter dinâmico que lhe incumbe explorar, para compreender a dialética real do processo civilizatório dos países subdesenvolvidos. Habilitar-se-á a compreender que a melhoria das condições de vida das populações latino-americanas está condicionada à industrialização, e as soluções dadas aos problemas sociais nos Estados Unidos não devem ser literalmente imitadas em áreas atrasadas.

Toda a sociologia e a antropologia norte-americanas, largamente difundidas no Brasil, baseiam-se no pressuposto de que a sociedade ianque, atual, é perfeita ou definitiva, apresentando apenas defeitos parciais, que podem ser corrigidos por meio de medidas tecnicamente elaboradas. Absolutizam o presente. Não o vêem como um momento fugaz de uma série dialética.

Examine-se o sistema de referência da sociologia geral, nos Estados Unidos, com os seus conceitos de isolamento, contato, competição, conflito, acomodação, assimilação e controle social. Todos eles refletem atitude antidialética e paralisante de uma sociedade que, para usar o termo de Toynbee,² "se idolatriza" ou que está adormecida sobre os lauréis.

Esta diretriz marca profundamente os conceitos e os critérios antropológicos, a sociologia rural, a sociologia urbana, a sociologia demográfica, as "relações humanas" e semelhantes produtos norte-americanos.

Ora, o Brasil não está em condições de desenvolvimento econômico que lhe permitam acolher tendências paralisantes. Seu caso é o de saltar da fase em que se encontra para outra superior.

Notas

- (1) Para maior desenvolvimento de um pensamento metodológico neste sentido consulte-se: GUERREIRO RAMOS. "Nota Metodológicas". In *Digesto econômico*, nº 85, dezembro de 1951. Nota da 2ª Edição: O autor tem explicado o seu ponto de vista faseológico em vários estudos sobre problemas brasileiros. Vide, por exemplo, *Sociologia de la mortalidade infantil*. México, 1955.
- (2) Para um resumo das idéias de Toynbee, consulte-se: TOYNBEE, A. J. *L'Histoire* — N. R. F. Paris, 1951.

VIII – O Problema da Pesquisa Sociológica no Brasil

O sociólogo de países subdesenvolvidos, como o Brasil, tem muito a ganhar em eficiência, em suas investigações, ao instruir-se a respeito da experiência de pesquisa dos países avançados. Mas, geralmente, por falta de uma teoria sociológica do trabalho de pesquisa, essa instrução não lhe aproveita, antes o inibe, o atemoriza e desestimula a sua capacidade inventiva. É que ele costuma atribuir o caráter de validade absoluta aos critérios metodológicos induzidos da realidade das nações líderes do pensamento.

Via de regra, o sociólogo indígena tende a admitir a existência do que se poderia chamar de ortodoxia metodológica. O que preceitua o texto estrangeiro acerca de métodos e processos de pesquisa lhe parece o correto. Procede, assim, de maneira dogmático-dedutiva. Entre nós, constitui prova flagrante disto o fato de que existem professores e autoridades em pesquisa que nunca fizeram pesquisa, como se esta fosse uma questão de boas maneiras.

A verdade, porém, é que não há ortodoxia em pesquisa. Os métodos e processos de investigação sociológica são uma coisa na

Alemanha, outra na Inglaterra, outra na França, outra nos Estados Unidos. Isto porque têm de ajustar-se às peculiaridades históricas e aos recursos de cada uma destas nações.

Só à mentalidade escolástica da grande maioria dos sociólogos latino-americanos é que tais métodos e processos assumem feições de verdadeiras estátuas sagradas. Provoca-lhes a indignação de vestais aquele que ameaça utilizá-los, a'terando-lhes a pureza das linhas conforme os compêndios os descrevem.

No entanto, observo: os métodos e os processos de pesquisa que, atualmente, os autores de textos descrevem foram ordinariamente inventados por estudiosos que nunca tiveram manuais à sua disposição, nasceram como subprodutos da motivação de tais estudiosos. É mais do que provável que nenhum dos grandes vultos da sociologia universal, um Durkheim, um Max Weber, um Le Play, um A. Small, um Spencer, viesse a obter aprovação em exame de suficiência a cargo de um dos nossos sociólogos que acreditam na ortodoxia metodológica.

Esses vultos fariam então aquela experiência que se exprime na exclamação atribuída a Marx: "*moi, je ne suis pas marxiste*".

Não quero dizer que a pesquisa sociológica seja uma espécie de casa da viúva Costa em que todo mundo mande e faça o que entenda. Longe de mim. Há, neste terrenos, regras de trânsito. Há um acervo de preceitos e diretrizes resultantes do trabalho sociológico universal que todo verdadeiro pesquisador deve conhecer profundamente, sob pena de expor-se e, o que é pior, expor terceiros a desatinos. Todavia, esses preceitos e diretrizes não são rígidos; são flexíveis; são lemas. Além disto, na esfera das ciências sociais, há ainda muita oportunidade para a invenção de processos de pesquisa.

Dentro desta ordem de idéias, foi apresentada ao II Congresso Latino-americano de Sociologia, por sua Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais, entre outras, a seguinte recomendação:

Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas

nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico, bem como com o nível cultural de suas populações.

Infelizmente foi rejeitada esta recomendação.

Nas estruturas nacionais e regionais dos países subdesenvolvidos, os problemas se apresentam, ordinariamente, com tal visibilidade que a sua avaliação dispensa instrumentos metodológicos de alta precisão. Consideremos, para exemplificar, a mortalidade infantil. Todo mundo sabe que nesses países ela é relativamente elevada e vem sendo medida por meio do que se pode chamar de coeficiente clássico de mortalidade infantil e que consiste numa relação entre o número de óbitos de menores de um ano e o número de nascidos vivos no período de um ano. Em regra, nos países latino-americanos, esse coeficiente é superior a cem.

Ora, em diversos países europeus verificou-se, nas três últimas décadas, uma queda considerável da mortalidade geral e infantil. Atualmente, esses países exibem coeficientes de mortalidade infantil até da ordem de menos 30%. Os fatores de tal mortalidade infantil se tornaram, portanto, muito sutis, perderam em visibilidade e ganharam em especificidade. Vem daí o imperativo de serem criados processos mais refinados para a avaliação do fenômeno.

Demógrafos europeus, como Jean Bourgeois-Pichat, consideram que o nascimento de uma criança não é propriamente um começo, mas o resultado de um processo iniciado mais ou menos há nove meses. Seu desenvolvimento pode ser comprometido por influências que parecem provenientes da estrutura do embrião ou do organismo materno, sendo provável que, mesmo depois de nascidos, muitos menores faleçam em consequência dessas influências. Nestas condições, torna-se necessário distinguir os óbitos devidos a tais influências daqueles decorrentes de fatores vinculados ao ambiente. Distinguem-se, pois, uma *mortalidade infantil endógena*, resultante de causas anteriores ao nascimento ou do próprio traumatismo do nascimento: constituição do embrião, higiene e saúde do organismo materno durante a gravidez, dificuldade de aleitamento etc.; e uma *mortalidade infantil exógena*, concernente

a órbitas derivados de fatores ambientais.¹ Cogita-se, assim, de exprimir em coeficientes distintos os dois aspectos descritos.

Pois bem, seria lastimável a conduta de quem pretendesse generalizar no Brasil a adoção desse novo processo de medida da mortalidade infantil, não só porque, neste terreno, a precisão é secundária em nosso meio, como porque é até impossível atingir o refinamento em pauta, tendo em vista as deficiências do nosso aparelho estatístico, as condições culturais das populações brasileiras e ainda as disponibilidades financeiras do Estado.

Quando os fatores atuantes em determinada estrutura nacional ou regional apresentam pouca especificidade; quando são, por assim dizer, grosseiros, a precisão das pesquisas é, além de desnecessária, financeiramente impraticável, se não fosse ordinariamente impossível. Basta esclarecer que, para diminuir da metade o erro de amostragem de um conjunto de observações, é preciso o quadrado e não apenas o dobro delas.

Na verdade, esse raciocínio aplicado à questão da mortalidade infantil pode ser estendido à maioria dos problemas que demandam esclarecimento por meio de pesquisa. Os critérios desta não são unívocos, sujeitam-se às contingências históricas. O uso de normas pré-fabricadas de pesquisa caracteriza precisamente o especialista basbaque, desprovido de verdadeiro espírito científico.

Os critérios metodológicos, de caráter autêntico, não se elaboram por via dogmático-dedutiva. É urgente libertar o especialista latino-americano do culto das normas metodológicas inseridas nos textos estrangeiros. Principalmente, é preciso adverti-lo no sentido de utilizar, em termos, os preceitos recomendados em resoluções de certames internacionais. De fato, costuma-se, entre nós, levar muito ao pé da letra o que se vota em conferências realizadas no exterior.

Neste sentido, é significativo que até a presente data se observem em toda a América Latina as escalas de consumo elaboradas na Europa ou nos Estados Unidos, sem que, ao que se sabe, ninguém² tenha se dado conta de que foram elaboradas naturalmente, tendo em vista populações daqueles contextos geográficos

e de civilização. Na medida, pois, que elas são observadas estamos avaliando as necessidades dos contingentes humanos latino-americanos por meio de critério heteronômicos.

É confortador verificar que, em seu tempo, já observava Pandiá Calógeras esta mesma desorientação, na pesquisa industrial praticada no país, quando escreveu:

Se a energia hidráulica tivesse predominado sobre os combustíveis nos países de industrialização avançada, a maioria dos problemas industriais estariam resolvidos em função da eletricidade. Nós, a quem faltam combustíveis, coloquemos de novo tais problemas, adotando uma variante nova, e amplos horizontes abrir-se-ão à nossa perspectiva.

Em resumo, há todo um complexo de heteronomia e de hiper-correção no trabalho de pesquisa, na América Latina, que necessita da meditação do sociólogo. Só há um caminho para atingir a autenticidade nesta matéria: o empírico-indutivo, o que parte de situação concreta para o plano teórico, o que parte da experiência para a regra.

A falta de originalidade de grande parte do trabalho sociológico no Brasil e na América Latina decorre, em larga margem, de que ele se tem orientado de modo heteronômico, isto é, obedece a preceitos não induzidos da realidade brasileira ou latino-americana.

No que diz respeito à pesquisa, estamos quase no marco zero, precisamos de investigar os próprios critérios de pesquisa ajustados às peculiaridades de nossos problemas. Para encetar esta importante tarefa, o sociólogo indígena terá de expurgar de seu espírito os estereótipos metodológicos, que lhe inculcou um treinamento escolar mal-orientado, e reeducar-se e adestrar-se na capacidade de ver, sem obnubilações, os problemas do seu contexto existencial; precisa, por um esforço de autocrítica, de reconquistar a condição de noviço diante da circunstância que vive.

Notas

- (1) Vide BOURGEOIS-PICHAT, J. "La Mesure de la Mortalité Infantile". In *Population*. Avril-Juin, 1951.
- (2) Por proposta do autor, a Comissão Nacional do Bem-estar Social cogita atualmente de estudar a fundo este problema. Nota de 1956: Esta Comissão foi extinta.

*IX - Para uma Autocrítica
da Sociologia Brasileira*

A despeito da fortíssima execração de que foram objeto as idéias que defendi, continuo, cada vez mais, convicto de sua validade. Para falar apenas do Brasil, e com sinceridade, vejo em nossa sociologia a ameaça de burocratizar-se, de fixar-se em rotina esterilizante, e o perigo de perder inteiramente o contato com a vida, pelas tendências que manifesta ao enclausuramento, de fugir à controvérsia, tendências estas evidentes nos comportamentos de alguns profissionais que lideram os órgãos que pretendem congregar os especialistas, neste terreno.

É este o momento de ser promovida uma autocrítica da sociologia brasileira, no sentido de expurgá-la dos seus vícios, de dinamizá-la com as idéias que estão já informando a atividade de muitos brasileiros, e que têm sido mesmo expressas de modo esparso, em diferentes ocasiões.

Esta autocrítica só é possível, em primeiro lugar, num ambiente em que se assegure a impessoalidade, em que se desarmem os espíritos de prevenções sistemáticas. Não é raro, em reuniões, comportarem-se os indivíduos na base da não-aceitação das idéias de

outros, sejam quais forem. Até hoje me intriga, por exemplo, o fato de que o II Congresso Latino-americano de Sociologia, entre os meus combatentes mais denodados, incluíam-se pessoas que, por seus compromissos teóricos, estavam no dever irreversível de proceder contrariamente. No entanto, cederam a impulsos emocionais personalíssimos. E, o que é inacreditável, persistem ainda assim, opondo às idéias apresentadas — injúrias, cavilações, insinuações, reticências, mentiras, suposições e outros fabulosos ardis, tentando até aliciar adeptos por meio de versões fictícias ou alucinadas de fatos que não querem decididamente enxergar.

Em ambiente onde reine tal psicose de grupo, a discussão se torna, como talvez tenha sido o caso do Congresso, uma espécie de *journé des dupes* em que os vencedores saem logrados e os vencidos, vitoriosos, porque têm a seu favor a colaboração de forças objetivas.

Outra regra fundamental a ser observada na autocrítica é a de analisar a produção e o trabalho no campo da sociologia à luz da dinâmica dos fatores reais da vida nacional. O critério de aferição da validade das idéias é a sua congruência com os fatos. A ciência é uma forma de consciência do real historicamente vivido e, assim, na medida que é concreta, exprime a dinâmica objetiva dos fatores naturais ou sociais.

Decorre daí que o trabalho científico não é uma peripécia individualista, que sucede na medida do poder inventivo de quem pretende fazê-la. Ao contrário, a ciência constitui-se de descobertas, de induções de leis inseridas na realidade concreta. A autocrítica da "sociologia" brasileira revelará que ela está profundamente marcada pelo espírito de proeza. Nossas obras rotuladas de sociológicas, em sua maioria, valem mais como documentos esclarecedores da biografia dos que as produzem do que como um esforço de captação dos processos objetivos da realidade nacional.

Há, hoje, no Brasil, duas sociologias: uma "enlatada", que se faz, via de regra, nos quadros escolares e no âmbito confinado de reuniões e entidades particularistas de caráter acadêmico; e outra que se exprime predominantemente em comportamentos e que se

"pensa", por assim dizer, "com as mãos", no exercício de atividades executivas e de aconselhamento nos quadros dos negócios privados e governamentais. A primeira, em larga escala, tem sido uma percepção ilusória da realidade do país; a segunda, espécie de crisálida, emerge da vida comunitária nacional e se encaminha no sentido de tornar-se uma autoconsciência das leis particulares da sociedade brasileira.

Dir-se-ia que as teses fundamentais da "sociologia enlatada", intrepidamente defendida pelos que me derrotaram no II Congresso Latino-americano de Sociologia, podem ser sintetizadas nas seguintes proposições que constituem enunciados opostos aos que submeti à discussão do plenário do referido certame:

1ª — as soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas sem ter em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo aconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos;

2ª — a organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos não deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, evitando equipá-los de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam;

3ª — no exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas;

4ª — no estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas, e em face de suas necessidades cada vez maiores de investimento em bens de produção, é aconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo se desestimular a formulação genérica dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais;

5ª — o trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações não está condi-

cionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais;

6ª – é francamente aconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter preletrado. No que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos que retardem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos;

7ª – na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos não devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa não devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico, nem com o nível cultural genérico de suas populações.

Eis aí todo o programa do que se pode chamar uma sociologia *quisling*.

Salvo as contribuições que podem ser contadas nos dedos, a sociologia no Brasil, pelos seus ingredientes ideológicos, não contribui para o autodomínio do meio brasileiro; não é, pois, ciência, mas, acentuatadamente, beletrismo ou mera composição acadêmica. Não esqueço que figuras devoradas às ciências sociais já formularam entre nós algumas indicações básicas para uma teoria geral da sociedade brasileira, tarefa que considero urgentíssima, e a que me venho dedicando e da qual dei notícia sumária no meu estudo “O Processo da Sociologia no Brasil”. Aí procurei elaborar alguns instrumentos de desmascaramento, aos quais acrescentei outros aqui mesmo neste trabalho.

Mas a elaboração de uma sociologia nacional é tarefa coletiva e não individual. Eis por que tenho feito os maiores esforços para confundir-me com os meus colegas, evitando acentuar discordância. Eis por que estou sempre disposto ao debate e desejo que argúam as idéias que tenho formulado no sentido de ser conquis-

tada a autonomia do pensamento sociológico, no Brasil, pois do controle dos especialistas pode decorrer, não só a correção dos meus prováveis erros, como o florescimento dos meus acertos e ainda o enriquecimento de todos.

Na promoção da autocrítica da sociologia brasileira, creio ser muito útil o emprego de ferramentas de desmascaramento, a fim de que se apresse a liquidação do que tenho chamado o “consularismo” do trabalho sociológico em nosso meio. A reação dos aficionados da “sociologia enlatada”, face aos que a combatem, é, como se tem visto, de pânico, de proteger-se, organizando-se em grupos fechados, excluindo a possibilidade de discussão e, portanto, insulando os elementos que lhes são adversos, ainda que da maneira mais ostensiva. Realmente, o progresso da sociologia científica no Brasil só poderá ocorrer contra ou *malgré* os profissionais da “linha auxiliar” da expansão cultural dos países imperialistas.

Eles têm consciência disto e defendem os seus interesses investidos. Não desconfiam, porém, que, sob a forma de sentimentos, impulsos e intelectualização, um novo levedo opera profundamente no Brasil. E, persistindo em suas posturas superadas, dão-me a impressão melancólica de atores que continuam no palco representando uma peça serôdia sem perceberem que o pano já desceu e o público já se retirou...

X – O Problema do Negro na Sociologia Brasileira

Sobre o problema do negro no Brasil existe farta literatura de caráter histórico e socioantropológico produzida por autores estrangeiros e nacionais. Nesta literatura, em sua quase totalidade, está implícito um modo de ver as relações raciais no país, que se revela, nos dias que correm, em contradição com as tendências de autonomia espiritual e material do Brasil.

O negro tem sido estudado, no Brasil, a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade européia. E assim, do ponto de vista da atitude ou da óptica, os autores nacionais não distinguem dos estrangeiros, no campo em apreço.

Por consequência, a partir de uma posição científica de caráter funcional, isto é, proporcionadora da autoconsciência ou do auto-domínio da sociedade brasileira, importa, antes de estudar a situação do negro tal como é efetivamente vivida, examinar aquela literatura, tendo em vista desmascarar os seus equívocos, as suas *ficelles*, e, além disso, denunciar a sua alienação.

Aquela literatura é, ela mesma, um material ilustrativo do que há de problemático na condição do negro na sociedade brasileira. Eis por que tratarei, neste estudo, menos do problema do negro no Brasil do que deste problema tal como ele se configurou nos escritos dos sociólogos e antropólogos.

Esta é tarefa preliminar necessária para a elaboração de uma consciência sociológica, verdadeiramente nacional, da situação do homem de cor brasileiro.

*Caráter geral da sociologia
e da antropologia no Brasil*

Para a compreensão do nosso problema do negro, é necessário que o estudioso se dê conta de que, de modo geral, os estudos de sociologia e antropologia no Brasil refletem o estado em que neste se encontra o trabalho científico. Até a presente data, não temos, senão em pequeníssima escala, uma ciência brasileira. Nestas condições, o trabalho científico, entre nós, carece, em larga margem, de funcionalidade e de autenticidade. De um lado, porque não contribui para a autodeterminação da sociedade; de outro lado, porque o cientista indígena é, via de regra, um *répétiteur*, hábil muitas vezes, um utilizador de conceitos pré-fabricados, pobre de experiências cognitivas genuinamente vividas e, portanto, vítima dos "prestígios" dos centros europeus e norte-americanos de investigação.

Embora os princípios gerais de conhecimento positivo sejam universais, existe, em vários sentidos, uma ciência nacional em todo país de cultura autêntica. Em primeiro lugar, o trabalho científico está sempre, direta ou indiretamente, articulado com um projeto nacional de desenvolvimento — o que transparece nos objetos em que incide. Os problemas científicos radicam-se em situações historicamente concretas, embora possam ser intrinsecamente abstratos. Eis porque a problemática científica é uma coisa na Rússia, outra nos Estados Unidos, outra na França, outra na Inglaterra, outra na Alemanha. O comportamento dos quadros científicos, nesses países, é comandado pelas necessidades práticas da sociedade. Não é ocasional nem gratuito. Quanto mais

comandada seja a vida nacional, mais restrições à disponibilidade do trabalho científico.

Além disso, uma ciência nacional se caracteriza pelo fato de que se forma pedestremente, de modo cumulativo, "assente sobre bases próprias, para um crescimento evolutivo regular". Ao contrário, não se elabora revolucionariamente, pela justaposição de conhecimentos importados ou pela mera sucessão abrupta de orientações. Jamais se chega a constituir uma ciência nacional, se as gerações de cientistas não se articulam no sentido de um labor contínuo e se os especialistas de uma mesa época não se organizaram para a cooperação.

A inobservância de tais requisitos retarda o aparecimento em nosso país de uma ciência nacional. Ela é notória, por exemplo, em nossa antropologia.

Na verdade, entre nós, a antropologia não chega a constituir uma ciência nacional. Uma coleção de obras não faz necessariamente uma ciência. O que faz uma ciência é um espírito, uma atitude militante de compreensão de uma circunstância historicamente concreta. E a antropologia, no Brasil, está fortemente alienada do meio brasileiro, já por suas categorias, já pela sua temática.

Com efeito, as categorias de nossa antropologia têm sido literalmente transplantadas de países europeus e dos Estados Unidos. Ora, de todas as chamadas ciências sociais, a antropologia, naqueles centros, é a que se tem menos depurado de ingredientes ideológicos. De modo geral, a antropologia européia e norte-americana tem sido, em larga margem, uma racionalização ou despistamento da espoliação colonial. Este fato marca nitidamente o seu início, pois ela começou fazendo dos povos "primitivos" o seu material de estudo. Entre outras, a noção de raça assinalou, durante muito tempo, as implicações imperialistas da antropologia. Sob o signo desta categoria, fortemente impregnada de conotações depressivas, elaboram-se no Brasil alguns trabalhos considerados representativos de nossa antropologia, entre os quais se incluem principalmente os de Nina Rodrigues e *Raça e assimilação*, de Oliveira Viana.

Não faltaram, porém, no Brasil, espíritos como o de Sylvio Romero e Euclides da Cunha que, embora não inteiramente livres da obnubilação do conceito de raça, proclamaram a sua desconfiança com respeito a ele e fizeram os primeiros esforços em prol da criação de uma antropologia nacional assente em critérios autônomos de avaliação de nossas relações étnicas.

Neste sentido, é de muito relevo a contribuição de Alberto Torres e Álvaro Bomilcar que, antes do atual movimento antropológico, formularam indicações fundamentais para a compressão do problema racial no Brasil.

Mas a atual antropologia européia e, principalmente, a norte-americana estão longe de se ter depurado de resíduos ideológicos. Conceitos igualmente equívocos como o de "raça" tornaram-se basilares no trabalho antropológico. Entre eles, os de estrutura social, o de aculturação, o de mudança social, os quais supõem uma concepção quietista da sociedade e, assim, contribuem para a ocultação da terapêutica decisiva dos problemas humanos em países subdesenvolvidos. Tal orientação, adotada literalmente pelos profissionais de países como o Brasil, constitui-se em poderoso fator de alienação.

Ao contentar-se o antropólogo com descrever os comportamentos como implicações da estrutura social da comunidade, concorre para obscurecer o fato fundamental da precariedade histórica de tais implicações, e quase se faz um apologista do aqui e do agora, ou pelo menos um interessado na inalterabilidade da sociedade particular onde atua. Proceder deste modo em face de uma comunidade pré-letrada é, sem dúvida, uma experiência enriquecedora para o antropólogo pessoalmente, uma experiência estética, aliás, muito mais do que científica. Mas tal atitude, por isso mesmo, é imperialista e espoliativa.

O significado quietista e imperialista desta tendência antropológica é perceptível ainda mais nos refulhos das noções de aculturação e mudança social. A aculturação supõe o *valer mais* de uma cultura em face de outra, do mesmo modo como a superioridade de certas raças em face de outras, suposta pela antropologia racista.

A aculturação não se faria, assim, pela eugenia, pelo controle de nascimento e de casamentos; faz-se pela inculcação de estilos de comportamento por meio de processos sociais formais e informais, diretos e indiretos, mas, em tais processos, admite-se sempre uma variável cultural quase independente e outra ou outras dependentes. Por outro lado, esta antropologia, quando se torna prática ou "aplicada" (*applied anthropology*), parece tender a considerar a mudança social em seus aspectos puramente superestruturais, justificando a mudança social por intermédio de agências educacionais e sanitárias antes que mediante a alteração das bases econômicas e políticas da comunidade.

Na medida que a antropologia no Brasil se ajusta a este sistema de referências, desserve o país e confunde os interessados no equacionamento dos problemas nacionais. Os nossos grandes problemas "antropológicos" são indecifráveis à luz das categorias habituais daquela espécie de antropologia.

Os nossos grandes problemas "antropológicos" — o do índio e o do negro — são aspectos particulares do problema nacional de caráter eminentemente econômico e político. Daí resulta que, sem estribar-se na teoria geral da sociedade brasileira, o antropólogo, em nosso país, se expõe a tornar-se uma espécie de "mercenário inconsciente", um "inocente útil" ou, na melhor das hipóteses, um esteta.

Rigorosamente, é lícito afirmar que, em país como o Brasil, o trabalho antropológico terá sempre sentido dispersivo se não se articula com o processo de desenvolvimento econômico. Na fase em que se encontra, o mero aspecto "antropológico" dos seus problemas é acentuatadamente subsidiário. Nossos problemas culturais, no sentido antropológico, são particulares e dependentes da fase de desenvolvimento econômico do Brasil. A mudança faseológica de nossa estrutura econômica automaticamente solucionará tais problemas. Parece, pois, que em nosso meio o insulamento do antropólogo nos quadros restritos e formais de sua disciplina limita as suas possibilidades de compreender exatamente os fatores mediatos, mas básicos, dos problemas que pretende tratar. Nestas

condições, os nossos patrícios, cultores desta matéria têm diante de si uma tarefa ciclópica qual a de, utilizando o acervo de conhecimentos acumulados universalmente neste campo, induzirem da realidade nacional os seus critérios de pensamento e ação. Pois jamais serão científicas obras resultantes da imitação servil ou da transplantação literal de conceitos e atitudes. A ciência não é coleção de livros, nem tampouco gesticulação. É estilo de vida. Estas deficiências de nossa antropologia, de que também está afetada nossa sociologia, são nitidamente perceptíveis nos estudos sobre o negro brasileiro.

*História sincera dos estudos
sobre o negro no Brasil*

A luz de critério funcional, está por fazer, até agora, a história dos estudos sobre o negro no Brasil e das tentativas de tratamento prático da questão.

Pondo de lado os escritos de natureza folclórica e de caráter puramente histórico e as numerosas obras de estrangeiros que nos visitaram na fase colonial e imperial de nossa formação, tais como Debret, Maria Graham, Rugendas, Koster, Kidder e outros, discernem-se, neste campo, três correntes fundamentais.

Uma delas é fundada por Sylvio Romero (1851-1914), que continua nas obras de Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Torres (1865-1917) e Oliveira Viana (1883-1951), e se caracteriza pela atitude crítico-assimilativa dos seus epígonos, em face da ciência social estrangeira. Apesar das diferentes orientações teóricas desses autores, todos eles estavam interessados antes na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro do que em extremar as características peculiares de cada um dos contingentes formadores da nação. No que diz respeito ao elemento negro, seus trabalhos, embora ressaltem a sua importância, contribuíram para arrefecer qualquer tendência para ser ele considerado do ângulo do exótico, ou como algo estranho na comunidade.

A segunda corrente, que pode ser chamada monográfica, é fundada por Nina Rodrigues (1862-1906), e continua nas obras

de Arthur Ramos¹, Gilberto Freyre e de seus imitadores. O elemento negro se torna "assunto", tema de especialistas, cujos estudos pormenorizados promoveram, entre nós, movimento de atenção de uma parcela de cidadãos para os chamados afro-brasileiros. Interessava-lhes o passado da gente de cor ou as sobrevivências daquele no presente. Enquanto a primeira corrente viu o elemento de cor preponderantemente em devenir, em processo, a última inclinava-se a adotar ponto de vista estático, acentuando minuciosamente o que na gente de cor a particularizava em comparação com os restantes contingentes étnicos da comunidade nacional.

A mais antiga posição em face do problema do negro no Brasil se configurou predominantemente sob a forma de comportamentos mais que sob a forma de escritos. Caracteriza-se pelo propósito antes de *transformar* a condição humana do negro na sociedade brasileira do que de descrever ou interpretar os aspectos pitorescos e particularíssimos da situação da gente de cor; seus prógonos e epígonos são numerosos e se registram desde a época colonial. A caracterização mais pormenorizada desta terceira posição se fará mais adiante.

Na ordem desta exposição, tratar-se-á de cada uma destas correntes. Toca, portanto, a vez de focalizar a primeira delas, o que farei imediatamente, ocupando-me da contribuição de Sylvio Romero.

Sylvio Romero e a mestiçagem

Interessou-se Sylvio Romero pelo estudo do elemento negro eminentemente do ponto de vista da história social. É provável que o primeiro documento que adverte os nossos estudiosos para este assunto tenha sido o ensaio do autor, "A Poesia Popular no Brasil", publicado em *Revista brasileira* (1879, Tomo I, pág. 99). "É uma vergonha — diz o polígrafo — para a ciência do Brasil, que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas." Parecia-lhe urgente que se dedicasse aos pretos a mesma atenção prestada aos índios, e a urgência se explicava em virtude de que estavam desaparecendo moçambiques, banguelas, monjolos, congos, cabindas, caçangues. O negro —

dizia — não é só uma máquina econômica; ele é antes de tudo, e mau grado sua ignorância, um objeto de ciência.

E levando a sério esta advertência, Sylvio Romero dedicou à matéria páginas de grande interesse. Na verdade, incorreu em muitos enganos, mas a maioria em decorrência dos instrumentos de estudo que utilizou, na época muito precários. Entre os autores em que se apóia incluem-se Taine, Renan, Prévile, Broca e Gobineau a quem chamou, com simpatia, “ilustre”.

É compreensível, portanto, que Sylvio Romero tenha formulado a respeito do negro pronunciamentos hoje inaceitáveis. Assim, incorreu em lances em que chama “povos inferiores” aos índios e aos negros; em que afirma ser o mestiçamento uma das causas de certa “instabilidade moral na população”; em que chama aos “arianos”, “a grande raça”, “bela e valorosa raça”; e finalmente, em que adota a ideologia do branqueamento (uma das futuras teses de Oliveira Viana) nestes termos: “não... constituiremos uma nação de mulatos; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá”.

Mas esses e outros semelhantes são erros da ciência da época e até estereótipos populares vigentes no momento em que viveu Sylvio Romero. Quando, porém, se estriba em suas próprias observações e em sua argúcia, Sylvio Romero acerta quase sempre. Ele foi, em face do tema, um ambivalente, pois, apesar das referências mencionadas acima, esboçou indicações fundamentais para o estudo e o tratamento do nosso problema do negro:

Ao contrário do seu contemporâneo Nina Rodrigues, levantou em torno do conceito de raça, característico da antropologia européia, uma suspeita que a ciência moderna confirmou totalmente. Assim, referindo-se às contradições reinantes no campo, disse: “Aqui anda erro conscientemente arranjado e aplaudido”, e falou ainda em “capricho para encobrir e desculpar os defeitos nacionais”. Também a este propósito esclarece que, nos “países conquistados e submetidos”, habitados pelo que os “colonizadores chamam *selvagens e gentes inferiores*”, “implanta-se uma ordem de coisas em que as raças *inferiores* não se podem manter”. Tratando do problema da distinção das raças, escreveu esta advertência: “O

critério para a sua separação é quase puramente lingüístico e a lingüística é um critério bem fraco na etnografia, especialmente entre os povos modernos e recentíssimos, resultantes da fusão de raças”.

Explicando por que os estudiosos brasileiros não tinham dado atenção ao contingente negro, disse que ninguém até então se atrevera a isto “com receio do prejuízo europeu, que tem sido um dos nossos grandes males, com medo de mostrar simpatia para com os escravizados, e passar por descendentes deles, passar por mestiços”; e admirava-se de que a tarefa ainda não tivesse sido empreendida por “tantos negros e mestiços ilustrados existentes no país”. Não lhe escapou também o aspecto prático do problema do negro, o qual, a seu ver, exigia “medidas seguras, eficazes e amplas”, que “apressassem”, “precipitassem” a sua “completa emancipação”. O roteiro de estudos sobre o negro, delineado pelo nosso autor, é, em essência, válido para os dias que correm. Ei-lo:

Seria preciso estudar acuradamente, sob múltiplos aspectos, cada um dos povos que entraram na formação da nação atual; dividir o país em zonas; em cada zona analisar uma a uma todas as classes da população e um a um todos os ramos da indústria, todos os elementos da educação, as tendências especiais, os costumes, o modo de viver das famílias de diversas categorias, as condições de vizinhança, de patronagem, de grupos, de partidos, apreciar especialmente o viver das povoações, vilas e cidades, as condições do operariado em cada uma delas, os recursos dos patrões, e cem outros problemas, os quais, nesta parte da América, à retórica politicante dos partidos em luta nunca ocorreu cogitar.

O que parece importante ressaltar na posição de Sylvio Romero é o ter conseguido superar a precariedade dos instrumentos da ciência de sua época. Assim viu, com precisão, as bases ideológicas da antropologia do seu tempo e esforçou-se em induzir da realidade brasileira os critérios de investigação do “problema” do negro. Graças a isto, identificou o sentimento de “vergonha” da camada letrada pelas origens raciais da população e inclinou-se pela busca de uma solução desta inautenticidade. No equacionamento do problema do negro como de outros problemas do Brasil, assinalou a

deficiência fundamental dos estudiosos: a adoção literal de categorias européias, das quais suspeitou com fundamento. Aliás Sylvio Romero, em toda sua obra, principalmente em sua famosa *História da literatura brasileira* (1ª Edição, 1888), acentuou o caráter inautêntico da cultura brasileira, decorrente da prática intensiva e extensiva da transplantação.

O aspecto dinâmico da questão também lhe interessou, como se viu há pouco, tendo estranhado que "negros e mestiços ilustrados" se mantivessem alheios ao assunto e, ainda, encarecido medidas práticas de emancipação da gente de cor, e o roteiro de estudos que esboçou ilustra que ele compreendeu não existir uniformidade na situação do negro no Brasil. Graças a sua familiaridade com os trabalhos da Escola de Le Play, pode perceber que tal situação apresentava nuances diversas, decorrentes das diversidades de zona, de classe e de atividade econômica.

Há, certamente, duplicidade na posição de Sylvio Romero. Mas, apesar disso, é indiscutível que em sua obra se delinearam algumas das tendências mais acertadas no estudo do negro brasileiro.

Euclides da Cunha e a mestiçagem

Euclides da Cunha elaborou os seus estudos sobre os problemas étnicos no Brasil em época em que os conceitos de cultura e raça não estavam perfeitamente desembaraçados um do outro. A distinção entre o processo biológico e o processo social, hoje corriqueira e nítida nos compêndios de sociologia e antropologia, não tinha sido alcançada ainda pela ciência do tempo de Euclides. Entre os autores que mais influíram na formação do autor, incluem-se Gumpłowicz e, indiretamente, Ratzel.

Como se sabe, Ratzel foi um dos precursores do conceito antropogeográfico de área cultural e, em seu sistema, atribuía ao meio um papel de condicionador das manifestações culturais do homem. Euclides adorou esta orientação, e em seus estudos, principalmente em *Os Sertões* (Rio, 1902), sublinhou a importância das circunstâncias mesológicas como elementos formadores da sociedade. A atenção que ele dispensou a este fator o levou a dar, de um lado, contribuição de relevo e que consistiu em reconhecer

a heterogeneidade social do país, em decorrência da sua diversidade geográfica ("um meio físico amplíssimo e variável, completado pelo variar de situações históricas, que dele em grande parte decorreram"). Neste sentido, Euclides é um dos fundadores de nossa sociologia regional. Todavia, a antropogeografia ratzeliana é talvez responsável pelas páginas escritas em *Os Sertões*, em que se atribui ao clima, entre outras influências negativas, a de inferiorizar os contingentes humanos. Diz-se aí, por exemplo, que "o calor úmido das paragens amazonenses" "modela organização tolhiças".

Por outro lado, Euclides foi vítima da antropologia racista do seu tempo, e viu a nossa formação à luz da teoria da luta de raças de Gumpłowicz. Assim, segundo o autor de *Os Sertões*, a evolução cultural de um povo define-se, em última análise, como evolução étnica. "A nossa evolução biológica — diz ele — reclama a garantia da evolução social". Para ele, a "mistura de raças" é "prejudicial" e o "mestiço — mulato, mameluco ou cafuz — menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais", ou ainda, é "um desequilibrado" ou um "histérico".

De resto, em matéria de relações de raça no Brasil, Euclides da Cunha equivocou-se tanto quanto, por exemplo, Nina Rodrigues. E o que, entretanto, o diferencia do último e dos seus seguidores são duas coisas: em primeiro lugar, a sua atitude crítico assimilativa em face da ciência estrangeira, que ele utilizou, sem passividade e sem basbaquice, mas com plena lucidez, repensando os conceitos e as teorias, à luz dos fatos que coletava. Jamais é surpreendido na prática de meros confrontos de textos de cientistas estrangeiros, de dissertações doutorais anódinas ou do *crochet* de citações. As páginas de seus livros saem inteiriças, expressão direta do que o autor pensa. Há que se sublinhar, pois, aqui, a autenticidade de um esforço de compreensão merecedor, só por isso, de ser apresentado como paradigmático aos cientistas brasileiros.

Em segundo lugar, embora Euclides da Cunha tenha adotado os preconceitos da antropologia racista, soube superar as suas conotações depressivas para os brasileiros. Viu, por exemplo, o mestiço brasileiro exatamente ao contrário do modo como Nina

Rodrigues e Arthur Ramos viram o negro; viu os mestiços como brasileiros "retardados", como "patricios", como "nossos irmãos" e não como elemento exótico, estranho ou mumificado. Ao contrário dos africanistas de mentalidade estática, acentuou o caráter provisório de nosso quadro de relações de raça e apontou mesmo a terapêutica para alterá-lo.

Os antropólogos e sociólogos da corrente que tenho chamado de "consular"² entenderam escassamente ou de nenhum modo o significado profundo de *Os Sertões*, preocupando-se em descobrir no livro os erros de técnica científica. Arthur Ramos o considerou um "terrível anátema contra o nosso povo de mestiços"³.

Mas é justamente o inverso. É uma tentativa de estilização dos tipos da sociedade brasileira, como já assinalou alguém. E como tal, um documento importante da precária ciência brasileira.

Para Euclides da Cunha, o mestiço brasileiro é, com efeito, retrógrado, mas não em caráter definitivo. Deixará de o ser por meio do processo civilizatório. "Estamos condenados à civilização"— diz o autor. E ainda: "ou progredimos ou desaparecemos". Foi o "abandono" a que ficou relegado o responsável pelos seus comportamentos atrasados. Estes comportamentos, porém, foram vistos pelo nosso autor como verdadeiro sociólogo, isto é, foram vistos como produtos naturais, que não poderiam ser argüídos à luz de critérios heteronômicos. Isto é o que faz de Euclides da Cunha, em primeiro lugar, um sociólogo e, em segundo, um sociólogo brasileiro. Cientista, apesar dos seus erros de técnica trata dos fatos da vida brasileira procurando extrair da sua dinâmica critérios de avaliação objetiva. Aprendera com um dos seus mestres, Taine, que o vício e a virtude são produtos como o vitríolo e o açúcar. E, assim procedendo, não anatematizou, antes estilizou os nossos tipos históricos concretos. Por exemplo, descreveu os "sertões" e o "sertanejo", sem nenhuma inclinação pejorativa. Tudo indica, em Euclides, uma grave compenetração do que esta óptica envolvia de hostil à concepção *litorânea* ou *européia* dos aspectos mais genuínos do Brasil. Proclamou-se um "narrador sincero", do qual disse Taine:

Il s'irrite contre les demi-vérités qui sont des demi-fausserés, contre les auteurs qui n'altèrent ni une date, ni une généalogie, mais dénaturent les sentiments et les mœurs, que gardent le dessin des événements et en chagent la couleur, qui copient les faits et défigurent l'âme: il veut sentir en barbare, parmi les barbares, et, parmi les anciens, en ancien.

A superioridade de Euclides da Cunha, enquanto sociólogo, quando comparado a estudiosos como Nina Rodrigues, Arthur Ramos ou Gilberto Freyre, é não ter utilizado a ciência estrangeira simétrica e mecanicamente. Não importam seus erros. Temos de aprender com ele a assumir atitude integrada na realidade nacional. Não é difícil escrever obras com o propósito de mostrar que se sabe bem uma lição ou como quem escreve deveres colegiais. Os acertos dos atuais sociólogos e antropólogos consulares e os equívocos de Euclides da Cunha se equivalem: uns e outros são importados ou frutos de nossas obnubilações pelos "prestígios" ocasionais dos centros estrangeiros.

Tivessem os monografistas ou africanistas visto o negro no Brasil como Euclides da Cunha viu o sertanejo, e uma página melancólica da história de nossas ciências sociais teria sido proveitosamente eliminada. Qualquer estudante de sociologia ou de antropologia, atualmente, é capaz de descobrir os erros do autor de *A Margem da História*. Mas nenhum dos nossos sociólogos mais festejados o excede, em autonomia mental, na capacidade de ver os problemas brasileiros.

A visão euclidiana do Brasil é, aliás, algo a restaurar, e implica uma altura do espírito que devem esforçar-se por atingir os novos sociólogos. Ela tornou dramaticamente perceptível a alienação da cultura brasileira. A campanha de Canudos, que Euclides estudou, é descrita em *Os Sertões* como um episódio em que esta alienação provocou conflito sangrento de brasileiros contra brasileiros, conflito que continua a ser, hoje, em forma larvar, um dado ordinário da vida brasileira.

E nos dias presentes trava-se no âmbito das ciências sociais no Brasil uma luta decisiva entre o espírito euclidiano e o espírito *litorâneo* ou consular.

Alberto Torres e a mestiçagem

Muitas restrições merece a obra de Alberto Torres, a qual, por isso mesmo, não pode ser aceita em bloco. Tais restrições decorrem principalmente do fato de ter o autor de *O Problema nacional brasileiro* (Rio, 1914) adotado uma concepção psicológica da sociedade, segundo a qual os nossos males poderiam ser erradicados mediante a transformação do caráter nacional. Admitiu mesmo que se pudesse formar a nação de cima para baixo, artificialmente, partindo da inteligência para a vontade. Negligenciou, portanto, o condicionamento da psicologia do povo brasileiro e de suas elites pelas condições materiais do país e, assim, incorreu em enganos e erros em muitos aspectos do seu diagnóstico e de sua terapêutica do "problema nacional".

Mas há, na obra de Alberto Torres, muitas contribuições a incorporar na formulação de uma sociologia nacional. Ele foi inexcusável, por exemplo, quando focalizou o caráter abstrato de nossa cultura. Neste terreno, temos de retomar o fio de seu pensamento e de recolocar, no presente, a polêmica iniciada por ele. Alberto Torres tocou no ponto central da sociologia brasileira, quando escreveu:

As idéias, em que se baseiam os estudos sociais e políticos até hoje feitos sobre a nossa vida, partem de postulados e dados analíticos ou sintéticos, inferidos da vida e da evolução de povos de existência multissecular, de seu progressivo desenvolvimento em regiões densamente povoadas, sob a ação de fatores ordinários de formação e desenvolvimento das velhas sociedades e civilizações. Estas idéias não têm aplicação à interpretação dos fenômenos dos países como o nosso, criados por descobrimento, com sociedades formadas por colonização — nem à solução de seus problemas.

Na medida que obedeceu à orientação de "inferir" da realidade nacional os critérios de pensamento e de ação, Alberto Torres foi uma das figuras mais representativas da sociologia brasileira. Ele é da estirpe dos "assimilativos". Cada livro seu é um monobloco, isto é, tecido com um pensamento que segue sua lógica própria e independente. Raramente cita, o que tem tornado difícil para os exegetas a reconstituição das fontes em que se abeberou.

No que diz respeito às relações de raça no Brasil, a obra de Alberto Torres resiste com vantagem à comparação com as de quaisquer outros que, depois dele, trataram do assunto. Em certo sentido, os que o sucederam, no trato da matéria, deram um passo atrás. Não tem importância, no caso, que alguns desses últimos tenham sabido mais e que Torres tenha errado quando afirmou que o cruzamento produzisse "a degeneração orgânica do indivíduo" e, por isso, devesse "ser evitado". Tem importância, sim, que o nosso autor fez, como ninguém, depois dele, um esforço para ver as relações de raça no Brasil, à luz dos fatos da vida brasileira, e não, literalmente, a partir das categorias da ciência antropológica européia. Afrontou-as até, verberando a sua tendenciosidade. Assim é que, para ele, as teorias de Weissmann sobre a distinção irreductível das raças e de O. Ammon sobre a superioridade da raça teutônica nada mais são do que justificações do "direito de dominação", em apoio da "política de expansão". Declarou ainda que "a pretensa unidade da raça indo-européia não é mais do que uma ficção, resultante da supremacia política dos árias sobre as populações primitivas dos países conquistados" e mais: que "a posição eventual de superioridade de certos povos emana de uma seleção histórica, que obedece a fatores ou poderes tão artificiais quanto os que selecionam os indivíduos".

Em consonância com estas verificações, Torres, já em sua época, anteviu uma das tendências mais modernas da sociologia: a de arquivar o conceito de raça, que lhe pareceu um "dos mais abusivos". Descortina-se atualmente na ciência um grande esforço dos estudiosos na busca de novo conceito que supere os inconvenientes do de raça, reconhecidamente "um produto de ginástica mental", como proclamava Jean Finot, em 1905.⁴

A Noção de raça seria daquelas, como tantas outras correntes entre nós, "deduzidas da organização de outros países". É em virtude de sua adoção literal que "o nosso povo é caluniado pelos seus homens de letras e pelos seus homens de Estado". Nestas condições, Alberto Torres colocou o estudo das relações de raça em nível que não foi ulteriormente ultrapassado. Muito antes de Arthur Ramos e Gilberto Freyre, o autor de *A Organização*

nacional mostrou a carência de fundamento científico de posições como a de Nina Rodrigues que admitira a tese "da degeneração de nossa raça e de sua inferioridade intrínseca". Diz ele em artigo do ano de 1916: "as raças escuras" são as raças "próprias" dos meios tropicais, e

podem, se é que não devem, vir a ser raças superiores desses meios, quando a extensão dos fatores sociais que estimulam a civilização tender a fazer das sociedades negras, por exemplo, sociedades de Luiz Gama e de Rebouças.

Referindo-se aos "antropologistas criminais", em grande voga em sua época e em que se baseara Nina Rodrigues, escreveu em 1916:

Não dou a menor fé a essa *pretensa ciência antropológica* (o grifo é meu), convencido, como estou, que os fatores sociais da evolução humana envolvem completamente o indivíduo, a ponto de tornar quase, se não de todo, nulos os determinantes da evolução individual, e que os fenômenos de correlação das funções mentais com os caracteres orgânicos acham-se ainda muito aquém de exato conhecimento, para que se possa distinguir, em assuntos de imputabilidade, o fisiológico do patológico, o anormal do normal, o inumano do humano.

Em 1915, certo escritor brasileiro vê em Alberto Torres um adepto da tese da inferioridade do nosso mestiço. Esclarecendo o seu pensamento, escreveu:

essa *tese abstrata de etnologia* (o grifo é meu) não tem e não pode ter, para cérebros de orientação prática, senão um tribunal julgador: o curso ordinário dos fatos, operando ao jogo de todos os elementos e de todos os fatores do "habitar" e da vida, o joearamento das seleções... Ora, essa teoria da desigualdade definitiva das raças é a premissa maior do silgismo que leva à condenação do "mestiço"; e um dos mais esforçados, justamente, dos meus trabalhos tem consistido... em combater a influência dessa tese.

Atualmente, parece necessário reconsiderar certos aspectos da posição que Alberto Torres assumiu em face das relações de raça no Brasil. De fato, depois dele, os estudos neste campo deram um passo atrás: em parte, porque, influenciados por Nina Rodrigues, se extremaram em considerar o negro como uma espécie de corpo

estranho na comunidade nacional; em parte, porque aos seus autores faltaram vocação científica e aquela capacidade prática que habilitou o nosso escritor a perceber o caráter "abstrato" e tendencioso da antropologia importada.

Não se conclua daí que Alberto Torres tenha ignorado os trabalhos de antropologia de seu tempo. Nada mais falso do que isto. Estava, ao contrário, ao corrente das ciências sociais da época e, por exemplo, familiarizado com a obra do mestre de Gilberto Freyre, que foi Franz Boas. Assim é que, tanto quanto qualquer sociólogo de hoje, distinguiu o conceito de cultura do de raça e pôde escrever observações como esta: "*o tipo mental das raças deriva das modalidades do meio e da vida social* (1915)".

Por estas e outras contribuições, Alberto Torres é, sem dúvida, um vulto proeminente da sociologia brasileira em toda a plenitude da expressão.

Oliveira Viana, arianizante

Na história dos nossos estudos sobre relações de raça, os homens que mais se equivocaram foram Nina Rodrigues e Oliveira Viana. Ambos se basearam no pressuposto da inferioridade do negro e do mestiço. Todavia, no que diz respeito à atitude assumida em face da realidade nacional, distinguem-se muito significativamente os dois estudiosos.

Há, em Nina Rodrigues, um certo traço de sadomasoquismo quando trata de nossa questão étnica, o que parece patente em afirmação como esta: "a raça negra no Brasil... *há de constituir sempre* um dos fatores de nossa inferioridade como povo"⁵ (o grifo é meu). Segundo a inteligência deste ponto de vista, seria insolúvel a inferioridade do povo brasileiro. Neste, o escrito maranhense-baiano teria visto uma espécie de lesão definitiva e, brasileiro que era, ao proclamá-la, deveria ter sentido na própria carne a impugnação depressiva.

Em Oliveira Viana, porém, os erros espetaculares que cometeu ao tratar de nossas relações de raça refletem o caráter geral de sua obra, a qual foi um esforço para desenvolver as tendências auto-

construtivas do país. Assim, em vários livros, entrou no assunto com espírito polêmico, isto é, com o propósito de rebater a "previsão sombria" de Lapouge, segundo o qual o Brasil estaria destinado a ser "um imenso Estado negro".⁵

Oliveira Viana, embora adotando o critério das "seleções étnicas" de Lapouge, opõe-lhe a tese da "evolução arianizante" da população brasileira. Para ele, a inferioridade do nosso povo; resultante de sua componente negra, era passageira. Viu as nossas relações de raça não como uma situação definitiva, mas como algo em processo. Neste sentido, escreveu:

*o quantum do sangue ariano está aumentando rapidamente em nosso povo. Ora, esse aumento do quantum ariano há de fatalmente reagir sobre o tipo antropológico dos nossos mestiços, no sentido de modelá-los pelo tipo do homem branco.*⁶

A precariedade científica de enunciados como este está hoje ao alcance de qualquer colegial. Oliveira Viana confunde aí o biológico com o social duplamente. Primeiro, enquanto admite que um *quantum* sanguíneo possa ser responsável por uma melhoria de caráter cultural.

Segundo, quando interpreta o incremento crescente da proporção de "brancos" na composição populacional do país como um processo biológico primário.

Dispensar-me de maiores comentários sobre o fato inequívoco de que a "cultura", como repertório de objetos e símbolos, constitui uma realidade extra-somática, isto é, algo que cada indivíduo tem de adquirir na e pela convivência.

O que, no caso, merece particular atenção é a tese do *branqueamento* do povo brasileiro. A sua adoção por Oliveira Viana, nos termos acima enunciados, é desconcertante e nisto revela certa ambivalência no sociólogo fluminense. Quem acertou tanto na crítica do caráter transplantado da cultura brasileira, não deveria, logicamente, incorrer nesse engano. A questão se tornará mais desconcertante se o autor reafirmar essa tese em livro de sua autoria que está sendo anunciado (*Seleções étnicas*), pois no último período de sua vida, Oliveira Viana⁷ foi muito permeável à influência dos

modernos estudos de antropologia cultural, todos, sem exceção, imunes dos antigos equívocos racistas.

Tudo indica ter sido Oliveira Viana vítima da extremação de uma de suas qualidades: a de fazer da sociologia instrumento de autodeterminação nacional. Não hesito em dizer que esta orientação, digna de tanto apreço, é perigosa quando não se está de posse de instrumentos seguros de conhecimento científico. Ora, no que diz respeito ao nosso problema étnico, a obra de Oliveira Viana foi, por assim dizer, uma reação infeliz do orgulho nacional ofendido. No caso, em vez de se fazer ciência, fez-se apologia.

Um livro como *Raça e assimilação* (São Paulo, 1932) pode ser uma defesa, não um trabalho científico. A crítica de Arthur Ramos⁸ aos estudos do escritor, no que se refere às relações de raça, é procedente: estão eivados de afirmações apriorísticas, "suas idéias não tinham significado científico, porém político". Ninguém perde nada em ler as páginas de Arthur Ramos sobre o assunto, as quais, de parte algumas inferências exageradas, são justíssimas. Surpreende-me, entretanto, que Arthur Ramos não tivesse sido, na mesma medida, rigoroso com Nina Rodrigues, também racista, e, além disto, autor de obra sem importância científica, apesar de conter alguns úteis registros históricos.

De fato, o branqueamento da população brasileira, a ser efetivo, não é um processo biológico, senão secundariamente. Em parte, é devido à conhecida tendência de considerável contingente de pessoas de cor preferirem casamento com pessoas mais claras, tendência que registrei em pesquisa realizada no Distrito Federal, cujos resultados aliás confirmam observações procedidas em outras unidades administrativas e ainda nos Estados Unidos, segundo Herskovits. Por outro lado, as pessoas claras, por força do preconceito, são influenciadas também no sentido de evitarem pessoas pigmentadas como cônjuges. Acrescente-se a isto o saldo do nosso balanço migratório, predominantemente constituído de elementos brancos. Finalmente na medida que o branqueamento é apurado por meio de estatísticas, deve-se levar em conta a inclinação de muitos brasileiros para se declararem, nas fichas recenseadoras, mais claros do que são realmente.

A tese da "arianização", sustentada por Oliveira Viana, é uma racionalização do preconceito de cor vigente em nosso país. Na verdade, diz-se comumente: "no Brasil, a questão racial está sendo resolvida democraticamente, sem conflitos, pois que a população se torna cada vez mais clara". Nessa ideologia, entretanto, se contém, de maneira muito sutil, a discriminação de cor. Pois, por que é necessariamente melhor que a nossa população se embranqueça? Porventura, numa escala objetiva de valores, aquela tendência deve ter um sinal positivo? Por que é tranquilizadora aquela tendência do nosso processo demográfico? Há, decerto, nos refolhos dessa ideologia, verdadeiramente nacional, um preconceito em forma velada. Para liquidá-lo, evidentemente, não se deverão inverter os termos da ideologia, proclamando-se, por exemplo, que fosse desejável a "negritização" da população nacional. Seria esta atitude uma espécie de racismo contra racismo.

Mas, na liquidação desta forma larvar de preconceito, é legítimo utilizar o clássico procedimento da ironia. Foi o caminho que seguiram, entre nós, alguns intelectuais negros e mulatos.⁹ É deles a iniciativa de eleger "misses", rainhas de beleza de cabelo duro. Várias vezes, na capital da República, fizeram suas "rainhas" e suas "bonecas de piche". E até um jornal mantiveram, em que festejaram as celebridades de cor.¹⁰ Os preconceituosos viram nisso ódio. Não era. Era apenas sorriso inteligente, processo brando, cordial, de "desencantamento" da brancura e de reeducação dos nossos brancos. Alguns aficionados de nossa sociologia *par coeur* viram e vêem nisto racismo às avessas. Pudera: a rática em apreço não estava receitada por nenhum sociólogo estrangeiro; tinha que ser condenada, portanto, por esses decoradores.

Voltemos a Oliveira Viana. Suas vistas sobre o nosso problema étnico se destinam a uma das gavetas do arquivo de nossa sociologia. Documentam o nosso preconceito. Não escondo a minha admiração pelo escritor. Foi um mestre apesar dos seus erros. Ao lado de Sylvio Romero, Euclides da Cunha e Alberto Torres, integra a corrente autonomista do nosso pensamento sociológico. Mesmo errando ao focalizar o tema — raça — soube vencer a

tentação de tratar o negro no Brasil como elemento exótico e petrificado. Tratou-o como brasileiro.

Nina Rodrigues, apologista do branco

Rigorosamente, Nina Rodrigues seria, na sociologia brasileira, escritor de segunda ordem. Dele, porém, fizeram um cientista, um "antropólogo", e, mais que isto, o chefe da chamada "escola baiana". Arthur Ramos considera o escritor maranhense-baiano um sábio, um mestre, portador de "melhor formação científica" do que Euclides da Cunha e Sylvio Romero. Esta legenda se fixou tanto, entre nós, que hoje é quase temeridade tentar desfazê-la. O estudo de como a chamada "escola baiana" veio a ser impingida é um capítulo esclarecedor da socioantropologia do negro. Restrinjome aqui, entretanto, ao exame sumário da obra de Nina Rodrigues, no que diz respeito às relações de raça no Brasil.

Inicialmente devem ser lembradas algumas contribuições do escritor. Sem dúvida, ele prestou grande serviço aos estudiosos, exclusivamente no campo da crônica. Graças a ele, sobretudo, temos hoje idéia da diversidade de proveniência dos africanos que foram trazidos para o Brasil e outras informações preciosas sobre as diferenças culturais entre os negros. Além disto, são-lhe devidas algumas observações úteis sobre o nosso sincretismo religioso e ligúístico. Como fonte de informação histórica, portanto, é indispensável a consulta à obra de Nina Rodrigues, no estudo de nossas relações étnicas.

Do ponto de vista científico, porém, não é possível colocar Nina Rodrigues no mesmo nível de Euclides da Cunha e Sylvio Romero. Estes, como aquele, utilizaram conceitos tendenciosos da sociologia e da antropologia de importação. Mas, enquanto Euclides e Sylvio souberam desconfiar de tais conceitos e assumiram, em face do meio brasileiro, atitude indutiva, Nina Rodrigues, ao contrário, foi verdadeiro beato da ciência importada e, por sua atitude dogmático-dedutiva, era impermeável às lições dos fatos da vida nacional.

Não teve espírito científico. Foi beato e copista. Não cita escritor estrangeiro sem empregar adjetivo laudatório. Um dos seus

livros, *As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (Bahia, 1894) é dedicado a Lombroso, Ferri, Garofalo, Lacassagne e Corre, "em homenagem aos relevantes serviços que os seus trabalhos estão destinados a prestar à medicina legal brasileira".

Aliás, estas manifestações de êxtase e esta pacholice definem um dos traços característicos dos mais proeminentes epígonos do que, entre o pequeno círculo de etnólogos brasileiros, se tem chamado de "escola baiana". Eles gostam, como certa figura do conto de Machado de Assis, de apresentar-se na companhia de escritores estrangeiros. Dão gritinhos, quando isto acontece. E o mais recente rebento dessa "escola" está fazendo o seu *début*, em nossos dias, precisamente com esses truques e invocações.

A ciência, para Nina Rodrigues, foi uma questão de autoridade. Como um escolástico, não discutia os fatos com fatos, mas com trechos de livros, estrangeiros sobretudo. O negro e o mestiço são inferiores porque... assim está escrito nos livros europeus. Leia-se, por exemplo, o livro citado acima. É um verdadeiro caderno de deveres colegiais. "Prova-se", aí, a incapacidade do negro para a civilização, invocando-se a autoridade de escritores estrangeiros, entre os quais Abel Havelacque, que teria estudado "magistralmente" a questão, "com rigor científico e a isenção de ânimo que não se poderá legitimamente contestar". Em outro lance, documenta suas opiniões em "luminoso parecer de segura análise psicológica, firmado pelo egrégio alienista Motet e o sábio professor Brouardel, insuspeitos ambos por títulos numerosos". Ou então fala assim: "como demonstra Spencer, tão conhecida imprevidência dos selvagens, tem a sua origem no estado emocional deles". No dia em que se fizer um estudo da patologia da vida intelectual no Brasil, uma obra como a de Nina Rodrigues será excelente documentário. Quem estiver interessado nisto, não deixe de examinar especialmente os capítulos IV e V do livro supracitado.

Mas a beatice de Nina Rodrigues não para aí. Foi ainda admirador irrestrito dos povos europeus e verdadeiro místico da raça branca, na sua opinião, "a mais culta das seções do gênero humano". Assim verbera a "desabrida intolerância para com os portugueses", acentuando que,

sem noção da mais elementar urbanidade, clamamos a altos brados que a nossa decadência provém da incapacidade cultural dos lusitanos ... e ninguém aí descobre todavia uma parte de ofensa pessoal que lhe possa caber (o grifo é meu).¹¹

Por outro lado, poucas linhas adiante, lastima que a campanha pela extinção do tráfico se revestisse de "forma toda sentimental" "emprestando" ao "negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos", "qualidades, sentimentos, dotes morais ou idéias que ele não tinha, que ele não podia ter". Sem comentários!

O povo inglês é considerado por Nina Rodrigues um "tipo legendário de impassibilidade e compostura" e a Inglaterra uma nação benemérita, pois que, no século XIX, "encerrou a campanha gloriosa da supressão do tráfico, monta cruzeiros, policia os mares e, criando, com dispêndios enormes, enormes esquadras, torna a extinção do comércio humano uma questão de honra... que a leva a cabo com a mais decidida e meritória energia".¹² Do ponto de vista desta apologética do branco, o problema do negro passa a consistir, entre outras coisas, em "diluir" os nossos negros e mestiços ou em "compensá-los por um excedente de população branca, que assuma a direção do país". Considerando "nociva à nacionalidade" a influência da raça negra, o nosso autor não esconde as suas apreensões quanto ao futuro do Brasil, de vez que "as vastas proporções do mestiçamento... entregando o país aos mestiços, acabará privando-o, por largo prazo pelo menos, da direção suprema da Raça Branca." Finalmente me seja permitido transcrever ainda o seguinte trecho de *O problema da raça negra na América Portuguesa* (1903):

O que mostra o estudo imparcial dos povos negros é que entre eles existem graus, há uma escala hierárquica de cultura e aperfeiçoamento. Melhoram e progredem: são, pois, aptos a uma civilização futura. Mas se é impossível dizer se essa civilização há de ser forçosamente a da raça branca, demonstra ainda o exame insuspeito dos factos que é extremamente morosa, por parte dos negros, a aquisição da civilização européia. E deante da necessidade, ou civilizar-se de prompto, ou capitular na luta e concorrência que lhes movem os povos brancos, a incapacidade ou a

morosidade de progredir, por parte dos negros, se tornam equivalentes na prática. Os extraordinários progressos da civilização européia entregaram aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais supprimiram a distância e o tempo. Impossível conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatários, lazeres e delongas para uma aquisição muito lenta e remota da sua emancipação social. Em todos os tempos não passou de utopias de philanthropos ou de planos ambiciosos de poderio sectário a ideia de transformar-se uma parte de nações às quaes a necessidade de progredir mais do que as imitações monomaniacas do liberalismo impõe a necessidade social da igualdade civil e política, em tutela da outra parte, destinada à interminável aprendizagem em vastos seminários ou oficinas profissionais. A geral desaparecimento do índio em toda a América, a lenta e gradual sujeição dos povos negros à administração inteligente a explorada dos povos brancos, tem sido a resposta prática a essas divagações sentimentaes.

Senti a necessidade de documentar fartamente as afirmações acima para neutralizar a impressão que algum leitor possa ter a respeito de quem escreve estas linhas, pois sustento que Nina Rodrigues é, no plano da ciência social, uma nulidade, mesmo considerando-se a época em que viveu. Não há exemplo, no seu tempo, de tanta basbaquice e ingenuidade. Sua apologia do branco nem maliciosa é, como fôra a de Rosenberg (na Alemanha). É sincera, o que o torna ainda mais insignificante, se se pretende considerá-lo sociólogo ou antropólogo. Há notícia de que ele foi homem bom, professor digno e criterioso, mas os seus amigos, pretendendo fazê-lo passar à história como cientista, fizeram-lhe verdadeira maldade, pois a sua obra, neste particular, é um monumento de asneiras. Por outro lado, é inacreditável desprezo ao público brasileiro atribuir-se a um cidadão como Nina Rodrigues lugar egrégio entre homens como Sylvio Romero e Euclides da Cunha que, apesar dos seus erros, deram realmente contribuições efetivas no campo das ciências sociais no Brasil. Não teriam os admiradores de Nina Rodrigues extrapolado para o campo das ciências sociais a sua possível autoridade no campo da medicina legal?

O certo é que, no campo das ciências sociais, a melhor homenagem que se pode prestar às qualidades do cidadão comum Nina Rodrigues é fazer silêncio a respeito de sua obra.

O Negro como tema

Com Nina Rodrigues, funda-se propriamente a corrente brasileira de estudos sociológicos e antropológicos tendo por tema o negro. Nina Rodrigues era racista e a reação contra seu biologismo foi iniciada quando ele ainda vivia, isto é, em 1902. Naquele ano, o brilhante médico baiano Oscar Freire escreveu sua tese "Etiologia das Formas Concretas da Religiosidade no Norte do Brasil", em que procurou mostrar as confusões de Nina Rodrigues ao imputar à raça manifestações que decorreriam de fatores sociais. Oscar Freire chega mesmo a defender a mestiçagem, o que, na época, significava muita audácia de pensamento, pois corria, entre os doutos, a ideia dos efeitos patológicos do cruzamento de indivíduos de raças diferentes. Vale, porém, notar que, apesar do seu liberalismo, Oscar Freire viu o negro naquilo em que era portador de traço cultural esquisito. O subtítulo de sua tese é "introdução a um estudo de psicologia criminal".

Mas o continuador de Nina Rodrigues que alcançou maior notoriedade foi Arthur Ramos. Como o seu patrono, Arthur Ramos, homem aliás de grandes méritos, sob vários pontos de vista, jamais se situou em ciência. Neste terreno, não atingiu a maturidade. Nenhuma obra sua reflete unidade teórica. No plano da ciência, foi um sincrético em todos os seus livros sobre o negro, tais como: *O negro brasileiro* (1934); *O folclore negro do Brasil* (1935); *As Culturas negras no Novo Mundo* (1937); *A aculturação negra no Brasil* (1942) e a *Introdução à antropologia brasileira* (1943 e 1947, respectivamente, primeiro e segundo volumes).

É ainda Arthur Ramos um dos responsáveis pelo prestígio que ainda gozam entre nós as correntes norte-americanas de sociologia e de antropologia, de nefasta influência entre os especialistas em formação, quando adotadas de maneira literal. Arthur Ramos, continuando a linha de Nina Rodrigues, pelo prestígio que veio a ter nos meios intelectuais, perturbou, na verdade, a evolução do

pensamento socioantropológico genuinamente brasileiro, encaminhando-se para o beco sem saída do ecletismo. Fazia, sem rebuscos, profissão de fé na "fecundidade" da conciliação das doutrinas. "Cada vez mais me convenço — dizia em *O Negro brasileiro* (3ª edição, 1951) — de que as incompatibilidades metodológicas se reduzem a questões de nomenclatura...".

Infelizmente, ele não tem mesmo a desculpa de ter sido tal orientação imperativo da época e do meio em que viveu, pois já Euclides da Cunha, em 1902, verberava a aceitação passiva da ciência estrangeira e assumira, em face dela, posição crítico-assimilativa. Em *Os Sertões*, por exemplo, não se surpreende o autor em nenhuma espécie de prosápia cientificista. Ao contrário, Euclides deteve-se na consideração direta da "figura dos nossos patrícios retardatários", desdenhando do que chamou "os garbosos neologismos étnicos". Por outro lado, não tomou o bonde da suspeitíssima antropometria, como o seu contemporâneo Nina Rodrigues, e evitou enredar-se em "fantasias psicogeométricas" que, dizia, "hoje se exageram num quase materialismo filosófico, medindo o ângulo facial ou traçando a *norma verticalis* dos jagunços". E acrescentava: "se os embarássemos nas imaginosas linhas dessa "topografia psíquica", de que tanto se tem abusado, talvez não os compreendêssemos melhor".

Em seus primeiros trabalhos sobre o negro no Brasil, Arthur Ramos utilizou a psicanálise. Depois aderiu à antropologia cultural e adotou o *approach* suspeitíssimo da aculturação. Em 1942, publicou *A Aculturação negra no Brasil*. Que seria, em última análise? Um processo de preservação e expansão da "brancura" de nossa herança cultural. Mas, a partir da perspectiva do negro, a aculturação se revela um ponto de vista que merece muitas reservas. Como um caso particular da europeização do mundo, a aculturação é, talvez, inevitável, pois que as populações de origem não européia jamais poderiam participar, com vantagem e dignidade, da civilização universal, em sua forma contemporânea, sem a posse e o domínio de grande acervo de elementos culturais do Ocidente. Porém, Arthur Ramos adotou literalmente o *approach*

da aculturação e não percebeu que ela teria limite: não pode fazer do homem de cor um autoflagelado, dividi-lo interiormente, como acontece em toda a parte onde áreas de populações coradas estão sendo colonizadas ou politicamente dominadas por contingentes europeus. Faltou a Arthur Ramos a iniciação em certa sociologia da sociologia ou da ciência em geral — o que o teria tornado alerta para o fato de que, em grande parte, a antropologia européia e norte-americana a que ele aderiu, sem crítica, é um "caso de cupidez." Pesa-me dizer que, em alguns aspectos, a obra de Arthur Ramos não está eximida de charlatanismo.

Ainda nesta corrente da tematização do negro brasileiro se incluem dois certames. O primeiro, em 1934, na cidade do Recife, tendo sido seu principal organizador o sociólogo Gilberto Freyre. Seguiu-se a este, em 1937, na Bahia, organizado por Aydano do Couto Ferraz e Edison Carneiro, o 2º Congresso Afro-brasileiro. Ambos estes conclave foram predominantemente acadêmicos ou descritivos. Exploraram o que se pode chamar de temas de africanologia, bem como o pitoresco da vida e das religiões de certa parcela de negros brasileiros. Apesar da participação de elementos de cor, esses dois foram congressos "brancos" pela atitude que assumiram em face da questão, como também pelos temas focalizados, temas de interesse remoto do ponto de vista prático. Mas isto é dito aqui sem nenhum intuito de empequenecer tais Congressos Afro-brasileiros. É de justiça reconhecer que eles desbravaram o caminho para os movimentos atuais.

Nina Rodrigues, Oscar Freire e Arthur Ramos e esses congressos ilustram com nitidez o que, no domínio das ciências sociais e da crônica histórica, se chamou, entre nós, de "o problema do negro". Para o propósito que me inspira, neste estudo, não distingo aqueles escritores de outros como Debret, Maria Graham, Rugendas, Koster, Kidder, Manoel Querino, Roger Bastide, Gilberto Freyre e seu imitadores. Há, certamente, entre eles, diferenças de método, de técnica científica. Todos, porém, vêem o negro do mesmo ângulo. Todos o vêem como algo estranho, exótico, problemático, como não-Brasil, ainda que alguns protestem o contrário.

Ainda entre esses estudiosos, incluem os mais recentes: Donald Pierson, Charles Wagley, Florestan Fernandes e Thales de Azevedo. Como os seus antecessores, continuam percebendo, descortinando no cenário brasileiro — o contingente corado, a mancha negra, detendo-se sobre ela, a fim de, *sine ira ac studio*, estudá-la, explicá-la, às vezes, discerni-la, quando, em elevadas posições da estrutura social, quase se confunde com os mais claros. Anota-se, em tais estudos, a existência de negros e mestiços no exercício de profissões liberais, participando das elites, unidos a cônjuges claros. Um destes autores jovens referiu-se mesmo a escritos sociológicos sobre o negro de autoria de um estudioso negro como documentos "curiosíssimos."

Sociologia do negro, ideologia da brancura

Em princípio, o negro, no domínio da sociologia brasileira, foi problema porque seria portador de traços culturais vinculados a culturas africanas, pelo que, em seu comportamento, apresenta como sobrevivência. Hoje, continua a ser assunto ou problema, porque tende a confundir-se pela cultura com as camadas mais claras da população brasileira.

Neste ponto, é oportuno perguntar: Que é que, no domínio de nossas ciências sociais, faz do negro um problema, ou um assunto? A partir de que norma, de que padrão, de que valor, se define como problemático ou se considera tema o negro no Brasil? Na medida que se afirma a existência, no Brasil, do problema do negro, que se supõe devesse ser a sociedade nacional em que o dito problema estivesse erradicado?

Na minha opinião, responder a estas perguntas corresponde a conjurar uma das maiores ilusões da sociologia brasileira.

Determinada condição humana é erigida à categoria de problema quando, entre outras coisas, não se coaduna com um ideal, um valor ou uma norma. Que a rotula como problema, estima-a ou a avalia anormal. Ora, o negro no Brasil é objeto de estudo como problema na medida que discrepa de que norma ou valor?

Os primeiros estudos no campo trataram das formas de religiosidade do negro. Terá, porém, o negro, entre nós, religião

específica? Objetivamente, não. Desde a época colonial, grande massa de negros e mestiços tinha abraçado a religião predominante no Brasil — a católica. Quando, no fim do século passado, Nina Rodrigues falou, pela primeira vez, no domínio da ciência nacional, em problema do negro, a parcela de homens de cor de religião católica era a mais significativa. Mais ainda, já na época de Nina Rodrigues as sobrevivências religiosas, como ainda hoje, caracterizavam o comportamento das classes pobres, aí se incluindo tanto claros como escuros, muito embora os claros participassem dos cultos primitivos mais como aficionados ou clientes do que como oficiantes de práticas sagradas.

Tem sido, também, considerada com frequência a criminalidade do negro. Terão, porém, o negro e seus descendentes criminalidade específica? Objetivamente, ainda não.

A maior frequência de indivíduos pigmentados na estatística de certos crimes decorre necessariamente de sua predominância em determinadas camadas sociais. Assinala um fenômeno quantitativo e não qualitativo. Por outro lado, careceria de base objetiva a afirmação de que o negro no Brasil manifestasse tendências específicas essenciais na vida associativa, na vida conjugal, na vida profissional, na vida moral, na utilização de processos de competição econômica e política. O fato é que o negro se comporta sempre essencialmente como brasileiro, embora, como o dos brancos, esse comportamento se diferencie segundo as contingências de região e estrato social.

O negro é tema, é assunto, é objeto de registro, no Brasil, em todas as situações. Um dos mais recentes livros sobre o negro na Bahia¹³ se detém precisamente registrando-o em posições de relevo na estrutura social e econômica. O livro em apreço exibe várias fotografias em que aparecem negros médicos, homens de negócio, universitários, pintores, compositores, de resto, situações verdadeiramente comuns no Estado da Bahia.

Observa-se que, em nossos dias, graças ao desenvolvimento econômico e social do país, elementos de cor se encontram, de alto a baixo, em todas as camadas sociais, e só em algumas instituições

nacionais vigoram ainda fortes restrições para o seu acesso a determinadas esferas.

Nestas condições, o que parece justificar a insistência com que se considera como problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência.

E, de fato, a cultura brasileira tem conotação clara. Este aspecto só é insignificante aparentemente. Na verdade, merece apreço especial para o entendimento do que tem sido chamado, pelos sociólogos, de "problema do negro".

Constitui, hoje, noção corriqueira da ciência a de que o processo biológico e o cultural se realizam em planos diferentes. Parece definitivamente aceito como resultado da observação cientificamente controlada que a cultura é realidade superorgânica e, portanto, produto da convivência humana ou do trato do homem com a natureza e nunca uma espécie de dom, algo que emana de qualidades biológicas inatas.

Mas, partir daí, para não admitir o reflexo na cultura e na sociedade de certos acidentes biológicos, vai um grosseiro erro de observação científica. Na verdade, os acidentes biológicos, como todos os acidentes naturais, refratam-se na cultura. Natureza e cultura se interpenetram.

Um sociólogo alemão, *Georg Simmel*¹⁴, meditando sobre as origens da cultura ocidental, concluiu que ela era masculina. No ocidente, constituem obra do homem a indústria, a ciência, o comércio, o Estado, a religião. As instituições da cultura ocidental assinalariam a prepotência do homem. Alí o *vārōn* se confunde mesmo com o "humano". *Simmel* ilustra esta identificação do particular com o genérico, reportando-se à alegação corrente de que as mulheres carecem de senso jurídico ou se inclinam sempre para assumir atitudes contrárias ao direito. Tal contradição, entretanto, seria apenas oposição ao direito *masculino*, único que possuímos, e não ao direito em geral. Mas para ilustrar a origem

masculina das instituições do Ocidente não seria necessário apelar para o caso do direito. Lembremos que até no domínio da decoração estética do corpo da mulher, é o homem, em larga margem, um ditador de critérios, ditador aliás obedecido docilmente. Alí estão para comprovar isto os famosos figurinistas e cabeleireiros de Paris e Nova Iorque...

Sabe-se que na planície norte-americana muitas tribos eram sedentárias, baseando sua subsistência no trabalho agrícola, num regime econômico em que as mulheres detinham grande soma de poder. As divindades destas tribos eram preponderantemente femininas e se relacionavam com a fecundidade e as vicissitudes das safras. Quando os indígenas aprenderam a usar o cavalo, iniciou-se e tomou vulto a mudança radical das bases materiais das tribos, as quais adotaram a vida nômade. A caça ganhou decisiva importância, as instituições se alteraram e, inclusive, as divindades, por exemplo, passaram a revestir-se de feições masculinas, divindades vinculadas à coragem, à guerra, à iniciativa.

É, portanto, legítimo afirmar com *Simmel* que a cultura é uma compenetração de elementos históricos e biológicos. Que ela não é, por exemplo, produto neutro, do ponto de vista sexual, podendo ser, de fato, masculina ou feminina.

O ingrediente biológico, a partir do qual a cultura elabora alguns dos seus elementos, faz-se bastante nítido nos valores estéticos. Com efeito, o valor estético primário para todo o povo autêntico é o vivido imediatamente. Os padrões estéticos de uma cultura autêntica são estilizações elaboradas a partir da vida comunitária. Uma comunidade de indivíduos brancos terá de erigir à categoria de ideal de beleza humana o homem branco. O ideal de beleza no Japão, na China, na Índia, reflete realidades étnicas, típicas de cada um desses países. Por outro lado, o tipo de beleza para as sociedades tribais, que se mantêm ainda íntegras do ponto de vista cultural, se desprende sempre de condições étnicas particulares. As divindades das tribos africanas são negras. No século XIV, o geógrafo Ibn Batouta deplorava o desprezo pelos brancos que demonstravam os negros sudaneses. A mesma aversão se re-

gistra entre os índios pele-vermelha. Os Bantus "não civilizados", informa S. W. Molema, têm profunda aversão a toda pele diferente da sua. Os nativos da Melanésia, segundo Malinowski, acham os europeus horríveis. Certos canibais teriam repugnância pela carne do homem branco, que eles acham não "amadurecida" ou "salgada" e, conforme relatos de mais de um etnólogo, alguns povos africanos associam à pele branca a idéia "de descoloração de um corpo que permaneceu muito tempo dentro da água". O pastor Agbebi refere que, para muitos africanos, o homem branco exala um odor fétido, desagradável ao olfato. E Darwin, que viajou muito e visitou diversas partes do mundo, escreveu: ... "a idéia do que é o belo não é nem inata nem inalterável. Constatamos isso no fato de que homens de diferentes raças admiram entre suas respectivas mulheres tipos de beleza absolutamente diferentes."¹⁵

As categorias da estética social nas culturas autênticas¹⁶ são sempre locais e, em última análise, são estilizações de aspectos particulares de circunstância histórica determinada. Tais categorias são assimiladas pelo indivíduo na vida comunitária. Aprende-se a definir o belo e o feio por meio da convivência quotidiana, do processo social. Cada sociedade, na medida que se conserva dotada de autenticidade ou de integridade, inculca, em cada um de seus membros, pela aprendizagem, padrões de avaliação estética, os quais reforçam as suas particularidades. Cada sociedade alcança, assim, a sua própria sobrevivência, enquanto, pelos seus mecanismos institucionais, consegue fazer cada indivíduo identificado com a sua moldura histórica e natural. É assim que me louvaria em Karl Vossler¹⁷ para dizer que toda a vida orgânica e os produtos mentais e materiais do homem estão empregados da natureza circundante.

Todavia, o processo de europeização do mundo tem abalado os alicerces das culturas que alcança. A superioridade prática e material da cultura ocidental face às culturas não européias promove, nestas últimas, manifestações patológicas. Existe uma patologia cultural que consiste, precisamente, sobretudo no campo da estética social, na adoção pelos indivíduos de determinada sociedade, de padrão estético exógeno, não induzido diretamente da circunstância natural e historicamente vivida. É, por exemplo, este fenô-

meno patológico o responsável pela ambivalência de certos nativos na avaliação estética. O desejo de ser branco afeta, fortemente, os nativos governados por europeus. Entre negros, R. R. Moton registrou o emprego do termo "branco" como designativo de excelência e o hábito de dizer-se de um homem bom que tem um coração "branco". Este "desvio existencial" tem sido observado tecnicamente nos Estados Unidos, no Brasil e em toda a parte em que populações negras estão sendo europeizadas. O negro europeizado, via de regra, deresta mesmo referências à sua condição racial. Ele tende a negar-se como negro, e um psicanalista descobriu nos sonhos de negros brasileiros forte tendência para mudar de pele. O que escreve estas linhas teve ocasião de verificar, quando realizava uma pesquisa, o vexame com que certas pessoas de cor respondiam a um questionário sobre preconceitos raciais. Situação esta análoga à que é narrada por Kenneth e Mamie Clark numa pesquisa sobre preconceitos entre crianças negras norte-americanas de 3 a 7 anos, que consistia em solicitar-lhes que escolhessem, a diversos propósitos, bonecas escuras ou claras. De modo geral os autores registraram entre as crianças a preferência pelo branco. Vale notar que, algumas, em face de certas perguntas em que se tematizava a cor preta, se perturbaram a ponto de prorrupções em soluços, não suportando enfrentar o tema.

Ora, o Brasil, como sociedade europeizada, não escapa, quanto à estética social, à patologia coletiva acima descrita. O brasileiro, em geral, e, especialmente, o letrado, adere psicologicamente a um padrão estético europeu e vê os acidentes étnicos do país e a si próprio, do ponto de vista deste. Isto é verdade, tanto com referência ao brasileiro de cor como ao claro. Este fato de nossa psicologia coletiva é, do ponto de vista da ciência social, de caráter patológico, exatamente porque traduz a adoção de critério artificial, estranho à vida, para a avaliação da beleza humana. Trata-se, aqui, de um caso de alienação que consiste em renunciar à indução de critérios locais ou regionais de julgamento do belo, por subserviência inconsciente a um prestígio exterior.

Esta alienação do padrão de nossa estética social é particularmente notória quando se considera que foram sociólogos e

antropólogos do Estado da Bahia, por assim dizer, de uma terra de negros, de um Estado em que o contingente de brancos é, ainda hoje, minoritário, foram eles que se extremaram no estudo do chamado "problema do negro no Brasil".

O que explica, portanto, esse "problema" de nossa ciência social é uma alienação, uma forma mórbida de psicologia coletiva, a patológica social do brasileiro é do baiano, principalmente. Pode-se dizer, no caso, que se está diante daquilo que Erich Fromm chama *socially patterned defect*, de um defeito socialmente padronizado, que o indivíduo reparte com os outros, o que lhe diminui o caráter de defeito e o transforma em verdadeira virtude.

Talvez a sociologia da linguagem nos ajude a melhor compreender esta alienação da ciência social no Brasil, no que diz respeito ao negro.

Na época helenística, as camadas letradas das cidades gregas deixaram de falar e desprezavam as línguas locais e se esmeraram no uso de uma língua geral, a *Koiné*, que desfrutava de relevante prestígio internacional. É significativo que isto aconteceu quando aquelas cidades perderam a independência política. O poder era exercido por ligas ou confederações de cidades ou estava nas mãos de reis que, embora de civilização helênica, tinham suas capitais fora da Grécia propriamente.¹⁸

Na época de Luís XIV, graças ao prestígio e ao luxo da corte, a língua francesa tornou-se também em todo o Velho Continente uma espécie de língua geral das pessoas distinguidas.

Ora, a alienação estética anteriormente assinalada é da mesma espécie da alienação lingüística. Ambas resultam de uma falta de suficiência da comunidade, do autodesprezo, de um sentimento coletivo de inferioridade, da renúncia a critérios naturais de vida, em benefício de critérios artificiais, dogmáticos ou abstratos.

A mim parece necessário seguir esta pista na análise do nosso "problema do negro", negligenciando mesmo os seus aspectos econômicos. O que nos interessa aqui é focalizar a questão do ângulo psicológico, enquanto socialmente condicionado, é atingir a sociologia funcional e científica do negro, inteiramente por fazer

até agora, desde que os estudos da questão que se rotulam de sociológicos e antropológicos não são mais do que documentos ilustrativos da ideologia da brancura ou da claridade.

Isto acontece desde Nina Rodrigues até Arthur Ramos, e os atuais estudos sobre relações de raça, patrocinados pela UNESCO.¹⁹ É certo que os modernos sociólogos brasileiros não definem mais o problema em termos de raça como fazia Nina Rodrigues em 1890, não o consideram expressamente como o problema de diluir o contingente negro a fim de assegurar a liderança do país pelos brancos. O problema é, em nossos dias, colocado em termos de cultura. Estima-se como positivo o processo de *aculturação*. Mas, repito, a aculturação, no caso, a uma análise profunda, supõe ainda uma espécie de defesa da brancura de nossa herança cultural, supõe o conceito da superioridade intrínseca do padrão da estética social de origem européia. Do contrário, que sentido teria *notar, registrar* o negro até mesmo participando da classe dominante no país? Que sentido teria continuar a achar "curiosíssimos", como se escreve num dos relatórios para a UNESCO, os comportamentos do negro ainda quando exprimindo-se no plano artístico e científico? O "problema do negro", tal como colocado na sociologia brasileira, é, à luz de uma psicanálise sociológica, um ato de má-fé ou um equívoco, e este equívoco só poderá ser desfeito por meio da tomada de consciência pelo nosso branco ou pelo nosso negro, culturalmente embranquecido, de sua alienação, de sua enfermidade psicológica. Para tanto, os documentos de nossa socioantropologia do negro devem ser considerados como materiais clínicos.

Tais documentos são frutos de uma visão alienada ou consular do Brasil, de uma visão desde fora do país. Embora redigidos por brasileiros, eles se incluem na tradição dos antigos relatórios para o Reino..., ainda que, hoje, o Reino se metamorfoseie na UNESCO, sediada em Paris.

Os epígonos de nossa socioantropologia do negro, desde Nina Rodrigues, glosam, aqui, as atitudes (principalmente as atitudes) e as categorias dos estudiosos europeus e norte-americanos, em face do assunto. Inicialmente, com Nina Rodrigues e Oscar Freire, os

modelos foram europeus e, a partir de Arthur Ramos, até esta data, passaram a ser preponderantemente inspirados em livros norte-americanos. Assim, em princípio, o contingente negro foi visto como raça inferior a ser erradicada do meio nacional. Desde 1934, porém, os estudiosos passaram a distinguir raça e cultura e se orientaram, predominantemente, conforme o sistema de referência adotado pelos sociólogos ianques neste campo, sistema de referência em que são capitais as noções de "aculturação", "homem marginal", o par conceitual "raça-classe" e, ultimamente, a categoria ecológica de "área", a de "estrutura", a de "função". Via de regra, é escassíssima a originalidade metodológica e conceitual dos autores de tais estudos. Há perfeita simetria entre as produções dos autores nacionais e as dos estrangeiros.

No entanto, a compreensão efetiva da situação do negro no Brasil exigirá esforço de criação metodológica e conceitual, de que ninguém foi capaz ainda. Ela tem peculiaridades históricas e sociais insusceptíveis de ser captadas por procedimentos meramente simétricos, tão e somente pela parafernália da ciência social importada. Adotando literalmente esta parafernália, o socioantropólogo brasileiro contribuiu para confundir aquela situação e, atualmente, o sociólogo que tenta vê-la de modo genuíno terá de arrostar fortes interesses investidos e maciços estereótipos justificados em nome da ciência oficial, de resto, de duvidosa validade funcional e objetiva.

A tarefa que se impõe como necessária para conjurar esta mistificação do assunto — o negro no Brasil — é a de promover a purgação daqueles clichês conceituais, é a de tentar examiná-lo pondo entre parênteses as conotações de nossa ciência oficial, é a de tentar o entendimento do tema, a partir de uma situação vital, estando o investigador, nesta situação, aberto à realidade fática e, também, aberto interiormente para a originalidade.

Qual será a situação vital a partir de que seria melhor propiciada para o estudioso a compreensão objetiva do tema em tela? Ao autor, parece aquela da qual o homem de pele escura seja, ele próprio, um ingrediente, contanto que este sujeito se afirme de

modo autêntico como negro. Quero dizer, começa-se a melhor compreender o problema quando se parte da afirmação — *niger sum*. Esta experiência do *niger sum*, inicialmente, é, pelo seu significado dialético, na conjuntura brasileira em que todos querem ser brancos, um procedimento de alta rentabilidade científica, pois introduz o investigador em perspectiva que o habilita a ver nuances que, de outro modo, passariam despercebidas.

Sou negro, identifico como *meu* o corpo em que o meu eu está inserido, atribuo à sua cor a suscetibilidade de ser valorizada esteticamente e considero a minha condição étnica como um dos suportes do meu orgulho pessoal — eis aí toda uma propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil.

Pois bem, a partir daí se tornam perceptíveis, de repente, as falácias estéticas da socioantropologia do negro no Brasil. Então, em primeiro lugar, percebo a suficiência postiza do socioantropólogo brasileiro, quando trata do problema do negro no Brasil. Então, enxergo o que há de ultrajante na atitude de quem trata o negro como um ser que vale enquanto "aculturado". Então, identifico o equívoco etnocentrismo do "branco" brasileiro ao sublinhar a presença do negro mesmo quando perfeitamente identificado com ele pela cultura. Então, descortino a precariedade histórica da branquidão como valor. Então, converto o "branco" brasileiro, sôfrego de identificação com o padrão estético europeu, num caso de patologia social. Então, passo a considerar o preto brasileiro, ávido de embranquecer se embaraçado com a sua própria pele, também como ser psicologicamente dividido. Então, descobre-se-me a legitimidade de elaborar uma estética social de que seja um ingrediente positivo a cor negra. Então, afigura-se-me possível uma sociologia científica das relações étnicas. Então, compreendo que a solução do que, na sociologia brasileira, se chama o "problema do negro", seria uma sociedade em que todos fossem brancos. Então, capacito-me para negar validade a esta solução.

A partir desta situação vital, o problema efetivo do negro no Brasil é essencialmente psicológico e secundariamente econômico.

Explico-me: desde que se define o negro como um ingrediente *normal* da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falar de problema do negro puramente econômico, destacado do problema geral das classes desfavorecidas ou do pauperismo. O negro é povo, no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica. E este fato tem de ser erigido à categoria de valor, como o exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente. O negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional. A condição do negro no Brasil só é sociologicamente problemática em decorrência da alienação estética do próprio negro e da hipercorreção estética do branco brasileiro, ávido de identificação com o europeu.

Descortino, portanto, no Brasil, de um lado, um "problema do negro" tal como é colocado pelos profissionais de sociologia e, de outro lado, um "problema do negro", tal como é, efetivamente vivido.

À luz da sociologia científica, a sociologia do negro no Brasil é, ela mesma, um problema, um engano a desfazer — o que só poderá ser conseguido por intermédio da crítica e da autocrítica. Sem crítica e autocrítica, aliás, não pode haver ciência. O espírito científico não se coaduna com a intolerância, não se coloca jamais em posição de sistemática irredutibilidade, mas, ao contrário, está sempre aberto, sempre disposto a rever as suas posturas, no sentido de corrigi-las ou superá-las, naquilo em que se revelarem inadequadas à percepção exata dos fatos. A nossa sociologia do negro é, em larga margem, uma pseudomorfose, isto é, uma visão carecente de suportes existenciais genuínos, que oprime e dificulta mesmo a emergência ou indução da teoria objetiva dos fatos da vida nacional. Impõe-se, assim, que, entre os que se dedicam ao assunto em pauta, se abra um debate leal e franco. Precisam os sociólogos empreender esta descida aos infernos que consiste em arguir, em por em dúvidas aquilo que parecia consagrado. Quem não estiver disposto a esse compromisso, arrisca-se a petrificar-se em vida, ou a falar sozinho, ou a permanecer na condição de matéria bruta do

acontecer, em vez de tornar-se, como deveria, consciência militante desse acontecer, pela apropriação do seu significado profundo.

A sociologia do negro tal como tem sido feita até agora, à luz da perspectiva em que me coloco, é uma forma sutil de agressão aos brasileiros de cor e, como tal, constitui-se num obstáculo para a formação de uma consciência da realidade étnica do país.

Há, inserida na comunidade racional, uma lógica, cujo transporte para o plano conceitual constitui uma das tarefas primordiais do sociólogo brasileiro. O Brasil, por força do desenvolvimento de sua riqueza material e de sua crescente emancipação econômica, começa a ter o que se chama de caráter nacional, um orgulho nacional e, na medida que este processo avança, torna-se verdadeiro imperativo categórico de nossos quadros intelectuais procurar aplicar-se na estilização, na valorização de nossos tipos étnicos.

A sociologia no Brasil tem sido, em larga margem, uma espécie de *patois* ou dialeto da sociologia européia ou norte-americana. Terá, hoje, de procurar tornar-se uma autoconsciência do nosso processo de amadurecimento.

No que diz respeito às relações de raça, a sociologia no Brasil, para ganhar em autenticidade, terá de libertar-se da postura alienada ou consultar, que a tem marcado e partir, na análise dos fatos, da assunção do Brasil.^{19a}

Tanto quanto o sociólogo venha a converter-se a este imperativo, empreenderá tarefa criadora e participará, assim, da elaboração de uma verdadeira pedagogia nacional, isto é, de uma pedagogia vivificada por idéias — forças desprendidas da própria configuração do país. Tanto quanto assim o fizer a nossa sociologia, obter-se-á a conjuração do constrangimento discernível em nossas atuais relações de raça — perigo e constrangimento a que levou o fato de se ter hipostasiado o negro na sociedade brasileira.

No esforço de indução da *paideia* da sociedade brasileira, no que diz respeito às relações de raça, parece momento tático e estrategicamente necessário, aquele em que se tematiza o nosso branco, tal como dei exemplo aqui. Apresso-me em declarar,

entretanto, que essa tematização, aliás iniciada por mim em outra oportunidade²⁰, não pretende constituir senão expediente a ser utilizado no processo de desmascaramento de nossos equívocos estéticos, processo, portanto, a ser abandonado tão logo se alcance aquele objetivo. Na verdade, utilizando observação de Sartre, pode-se dizer que, no Brasil, o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro, sem por este último ser visto. Nossa sociologia do negro até agora tem sido uma ilustração desse privilégio. Em nossos dias, entretanto, a estrutura econômica e social do país possibilita a nova fase dos estudos sobre relações de raça no Brasil, fase que se caracteriza pelo enfoque de tais relações, desde um ato de liberdade do negro.

É minha convicção que desta mudança de orientação resulte, não um conflito insolúvel entre brancos e escuros, mas uma liquidação de equívocos de parte a parte e, conseqüentemente, uma contribuição para que a sociedade brasileira se encaminhe para o rumo de sua verdadeira destinação histórica — a de tornar-se, do ponto de vista étnico, uma *conjunctio oppositorum*.

Passado e Presente da Nova Fase

A nova corrente de idéias sobre a condição do negro no Brasil, que se corporifica no Teatro Experimental do Negro, representa o amadurecimento ou a eclosão de idéias que estavam mais implícitas do que explícitas na conduta de associações, grupos ou pessoas desde o princípio da formação da sociedade brasileira. A história do desenvolvimento desta corrente não pode ser contada aqui porque nos obrigaria a um pormenor que não cabe neste estudo. Entretanto, pode-se dizer sumariamente que os marcos desta evolução foram os trabalhos do africano Chico Rei que, em Minas Gerais, no princípio do século XVIII, organizou um movimento para alforriar negros escravos; as confrarias, os fundos de emancipação, as caixas de empréstimos, irmandades e juntas, instituições que recolhiam contribuições de homens de cor destinadas à compra de *cartas de alforrias*; as insurreições de negros muçulmanos no Estado da Bahia; os chamados quilombos, aldeamentos de negros

fugidos, como a famosa República dos Palmares, em Alagoas, verdadeiro Estado de negros; o movimento abolicionista em que sobressaíram Luiz Gama e José do Patrocínio, intelectuais negros, e outras iniciativas e associações como o Clube do Cupim, em Recife, as Frentes Negras, de São Paulo e da Bahia...

Evidentemente a nova corrente de idéias em que se inspira o autor destas linhas e que informa as atividades do TEN registra manifestações como as acima referidas apenas como antecedentes, mas não sanciona necessariamente os seus intuitos, pois, via de regra, careciam de elaboração teórica e foram, muitas vezes, reações agressivas que não podem ser, hoje, apresentadas como paradigmas. Salva-se, porém, em todas elas, o esforço da camada pigmentada, sozinha ou aliada com patricios claros, como foi o caso do abolicionismo, na busca de uma condição humana para o negro, em que ele pudesse ser sujeito de um ato de liberdade.

Os antecedentes teóricos mais próximos da nova posição podem ser identificados em duas figuras de intelectuais brasileiros, ambos, aliás, brancos. Trata-se de Joaquim Nabuco e Álvaro Bomilcar, este último um nome praticamente esquecido.

Joaquim Nabuco, um dos líderes do abolicionismo, concebeu, desde 1883, a fase dinâmica do tratamento de nossa questão negra, em termos que podem ser tidos como atuais ainda. Com efeito, este notável estadista escreveu em seu livro, *O Abolicionismo*:

Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativeiro, isto é, de despotismo, superstição e ignorância. O processo natural pelo qual a Escravidão fossilizou nos seus moldes a exuberante vitalidade do nosso povo durou todo o período do crescimento, e enquanto a Nação não tiver consciência de que lhe é indispensável *adaptar à liberdade* (o grifo é meu) cada um dos apatelhos do seu organismo de que a escravidão de apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos (*O Abolicionismo*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938, pág. 5).

No livro de Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, escrito em 1883, se encontram, aliás, algumas colocações que podem perfeitamente ser retomadas, hoje, com alterações apenas formais. Uma delas é o que ele chama de "mandato da raça negra". Parafraseando Nabuco, pode dizer-se que, em nossos dias, incumbe aos interessados no problema em pavor assumir em face dele uma "delegação inconsciente da parte dos que a fazem, interpretada pelos que a aceitam como um mandato que não se pode renunciar".

Álvaro Bomilcar pode ser considerado como um pioneiro da nova concepção das relações étnicas no Brasil. Em 1911 escreveu uma série de artigos, na imprensa da capital da República, depois reunidos no livro *O Preconceito de raça no Brasil* (1916), em que põe à mostra o culto da brancura vigente nas classes dominantes do Brasil. Álvaro Bomilcar organizou mesmo um movimento social e político, em cujo programa se delimitava com clareza a tarefa de liquidar os constrangimentos entre os brasileiros claros e escuros. Se, do ponto de vista da técnica sociológica de hoje, aquela obra de Álvaro Bomilcar é precária, nem por isso deixa de ser o documento mais importante do diagnóstico científico de nossa questão racial, na fase republicana.

O livro *O Preconceito de raça no Brasil* é um ensaio lucidíssimo sobre o sentimento coletivo de inferioridade, que Álvaro Bomilcar discernia na sociedade brasileira e que lhe fazia observar que a despeito das diversas vezes que as ciências se tem enriquecido com o concurso intelectual desse grande mestiço — que é o brasileiro — o nosso critério academicista é que o sábio só existe na Europa. Este critério é o que tem dificultado a elaboração da autoconsciência da realidade nacional, inclusive da realidade étnica do país. Neste sentido, escrevia Bomilcar:

No Brasil, pondo de parte Sylvio Romero e alguns pioneiros da nossa literatura, de rara combatividade, quedamo-nos inertes à espera que um qualquer sábio da Europa venha dizer de nós aquilo que porventura lhe ocorra, no sentido dogmático; ou ainda o que o critério de uma permanência de algumas semanas, na capital da República, lhe possa sugerir de agradável e interessante.

E perguntava em 1911: "Quem terá a coragem para escrever a verdadeira sociologia, a única que nos convém: a sociologia brasileira?"²¹

O Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944 por um grupo liderado por Abdias Nascimento, é, no Brasil, a manifestação mais consciente e espetacular da nova fase, caracterizada pelo fato de que, no presente, o negro se recusa a servir de mero tema de dissertações "antropológicas", e passa a agir no sentido de desmascarar os preconceitos de cor. O TEN patrocinou as Convenções Nacionais do Negro, a primeira em São Paulo (1944) e a segunda no Rio (1947); a Conferência Nacional do Negro (Rio, 1949) e o I Congresso do Negro Brasileiro (Rio, 1950). Todos estes certames foram animados de propósitos práticos e não reuniões de debates acadêmicos. Isto não impediu, entretanto, que um estudioso como Arthur Ramos tivesse comparecido, como convidado, à Conferência Nacional do Negro, em cuja sessão final tomou parte, em vésperas de sua viagem para a Europa, onde faleceu.

Fundamentado em bases científicas, de caráter sociológico e antropológico, o TEN nunca foi compreendido pelos prógonos da ciência oficial, que, embora não o hostilizassem francamente, sempre se conduziram em face do empreendimento com desconfiança. No fundo, percebiam que o TEN representava mudança de 180 graus na orientação dos estudos sobre o negro.

Todavia, nunca os dirigentes do TEN hostilizaram os "antropólogos" e "sociólogos" oficiais. Foram, na verdade, pacientes com eles. Atraíram-nos mesmo para as suas reuniões, certos de que, na medida em que fossem sinceros, poderiam ser recuperados.

Vale a pena insistir neste ponto. O TEN foi, no Brasil, o primeiro a denunciar a alienação da antropologia e da sociologia nacional, focalizando a gente de cor, à luz do pitoresco ou do histórico puramente, como se se tratasse de elemento estático ou mumificado. Esta denúncia é um *leitmotiv* de todas as realizações do TEN, entre as quais o seu jornal *Quilombo*, a Conferência Nacional do Negro (1949) e o I Congresso do Negro Brasileiro, realizado em 1950.

Os dirigentes do TEN sabiam e sabem que, de modo geral, a camada letrada e os "antropólogos" e "sociólogos" oficiais não estavam, como ainda não estão, preparados mentalmente para alcançar o significado da iniciativa.

O movimento em apreço representa uma reação de intelectuais negros e mulatos que, em resumo, têm três objetivos fundamentais: 1) formular categorias, métodos e processos científicos destinados ao tratamento do problema racial no Brasil; 2) reeducar os "brancos" brasileiros, libertando-os de critérios exógenos de comportamento; 3) "descomplexificar" os negros e mulatos, adestrando-os em estilos superiores de comportamento, de modo que possam tirar vantagem das franquias democráticas, em funcionamento no país.

Na realização do primeiro objetivo, o TEN desmascarou, de maneira aliás muito polida, a antropologia oficial. O I Congresso do Negro Brasileiro marca definitivamente a nova fase dos estudos sobre o negro. Com a plena consciência disto, escreveu Abdias Nascimento, diretor-geral do TEN, em *Quilombo* nº5 (janeiro de 1950):

O I Congresso Negro pretende dar uma ênfase toda especial aos problemas práticos e atuais da vida da nossa gente de cor. Sempre que se estudou o negro, foi com o propósito evidente ou a intenção maldisfarçada de considerá-lo um ser distante, quase morto, ou já mesmo empalhado como peça de museu. Por isso mesmo, o Congresso dará uma importância secundária, por exemplo, às questões etnológicas, e menos palpitantes, interessando menos saber qual seja o índice cefálico do negro, ou se Zumbi suicidou-se realmente ou não, do que indagar quais os meios de que poderemos lançar mão para organizar associações e instituições que possam oferecer oportunidades para a gente de cor se elevar na sociedade. Deseja o Congresso encontrar medidas eficientes para aumentar o poder aquisitivo do negro, tornando-o assim um membro efetivo e ativo da comunidade nacional — Guerreiro Ramos vai mais longe afirmando que essa tomada de posição de elementos da nossa massa de cor nada mais é do que uma resposta do Brasil a um apelo do mundo que reclama a participação das minorias no grande jogo democrático da

cultura. E o futuro Congresso, portanto, vem afirmar que já existe em nosso país uma elite de cor capaz de infundir confiança às classes dominantes, porquanto o nosso movimento não é um diversionismo, não visa a objetivos pitorescos e nem se caracteriza por aquela irresponsabilidade que infelizmente tem prejudicado a maioria das iniciativas dos negros do Brasil.

Em 1949, um documento²², em que se definia o sentido prático do movimento, rezava:

A condição jurídica de cidadão livre dada ao negro (pela Abolição) foi um avanço sem dúvida. Mas um avanço puramente simbólico, abstrato. Socioculturalmente, aquela condição não se configurou; de um lado, porque a estrutura de dominação da sociedade brasileira não se alterou; de outro lado, porque a massa juridicamente liberta estava psicologicamente despreparada para assumir as funções de cidadania. Assim, para que o processo de libertação desta massa se positivasse, é necessário reeducá-la e criar condições sociais e econômicas para que esta reeducação se efetive. A simples reeducação desta massa desacompanhada de correlata transformação da realidade sociocultural representa a criação de situações marginais dentro da sociedade. É necessário instalarem-se na sociedade brasileira mecanismos integrativos de capilaridade social capazes de dar função e posição aos elementos da massa de cor que se adestraram nos estilos das classes dominantes (Guerreiro Ramos, *O Negro no Brasil e um exame de consciência*).

Em 1950, escrevia em artigo publicado em *A Manhã* (10/12/50) — "Os Estudos Sobre o Negro Brasileiro":

Os estudos sobre o negro no Brasil estão manifestamente atrasados. Não superamos ainda, neste particular, a fase do academismo e do epicurismo sociológico interessado nos aspectos pitorescos da questão. O problema do negro no Brasil tem sido focalizado com aquele intuito de descrever, de estudar por estudar. A gente toma susto quando faz esta verificação, pois, à primeira vista, tinha-se a impressão de que havia no país uma consciência do problema, criada pelos numerosos livros escritos sobre o tema. Mas assustadora a situação dos estudos sobre o negro no Brasil, pois, até certo ponto, eles criaram "falsa consciência" da questão. Tranquilizaram a consciência das elites, quando o caso não é para isto ainda.

Deram-nos a impressão de que tudo corria bem, quando efetivamente tudo corre mal. O negro tem sido estudado, entre nós, como palha ou múmia. A quase totalidade dos estudos sobre o tema implica a idéia de que a Abolição tenha sido uma resolução definitiva do problema das massas de cor. Depois daquele cometimento espetacular, nada haveria que fazer senão estudar o negro do ponto de vista estático. E assim os especialistas entraram na pista dos trabalhos de reconstituição histórica, do folclore e da certa antropologia descritiva, por excelência.

A declaração final do I Congresso do Negro Brasileiro, publicada na imprensa brasileira em 4 de setembro de 1950, continua sendo até agora a súplica mais inteligente de um programa de tratamento objetivo das relações étnicas no país. O documento formula, entre outras, as seguintes recomendações:

a) a defesa vigilante da sadia tradição nacional de igualdade entre os grupos que constituem a nossa população;

b) a utilização de meios indiretos de reeducação e desrecalcamento em massa e de transformação de atitudes, tais como o teatro, o cinema, a literatura e outras artes, os concursos de beleza, e as técnicas de sociatria;

c) a realização periódica de Congressos culturais e científicos de âmbito internacional, nacional e regional;

d) a inclusão de homens de cor nas listas de candidatos de agremiações partidárias, a fim de desenvolver a sua capacidade política e formar líderes esclarecidos, que possam traduzir em formas ajustadas às tradições nacionais as reivindicações das massas de cor;

e) a cooperação do governo, por meio de medidas eficazes, contra os restos de discriminação de cor ainda existentes em algumas repartições oficiais.

Naturalmente, as posições teóricas e práticas assumidas no meio brasileiro, pelos representantes da nova fase, não podem ser consideradas definitivas. Nelas há muito o que discutir e já se discernem algumas incorreções, contradições e até erros de tática e estratégia a serem evitados daqui por diante. Mas a autocrítica

deste movimento, já iniciada, é outro assunto. O que até aqui se escreveu pretende ser apenas um relatório verídico e honesto da situação dos estudos sobre o negro no Brasil.

Notas

- (1) Falecido em 1949.
- (2) Cf. GUERREIRO RAMOS. *O Processo da sociologia no Brasil*. Rio de Janeiro, 1953.
- (3) Cf. RAMOS, Arthur. *Le Métissage au Brésil*. Paris: Hermann & Cie., 1952.
- (4) FINOT, Jean. *Le Préjugé des Races, Alcan*. Paris: Troisième édition, 1908.
- (5) RODRIGUES, Nina. *O Problema da raça negra na América Portuguesa* (publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro em 1903, em parte), vide também *Os Africanos no Brasil*. São Paulo, 1932.
- (5a) — "Le Brésil... constituera sans doute d'ici un siècle un immense état nègre, à moins qu'il ne retourne, et c'est probable, à la barbarie" (vide VACHER DE LAPOUGE, G. *Les sélections sociales* — Paris, 1896, p. 187).
- (6) Vide VIANA, O. Os tipos étnicos brasileiros. (In *Dicionário histórico e geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1922.
- (7) O. Viana morreu em 1951.
- (8) Cf. RAMOS, Arthur. *Le Métissage au Brésil*. Paris: Hermann & Cie., 1952.
- (9) Agrupados sob o patrocínio do Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944 no Rio, por um grupo de intelectuais, liderado por Abdias Nascimento.
- (10) Trata-se do periódico *Quilombo*.
- (11) Vide RODRIGUES, N. *O Problema da raça negra na América Portuguesa*. 1903.
- (12) Idem.
- (13) AZEVEDO, Thales de. *Les Élités de couleur dans une Ville Brésilienne*. Edição da UNESCO, 1953.

- (14) SIMMEL, Georg. *Cultura feminina y otros ensayos*. Buenos Aires: Colección Austral, 1944.
- (15) Cf. BURNS, Alan. *Le Préjugé de race et de couleur*. Paris: Payot, 1949.
- (16) Entende-se aqui "cultura autêntica" no sentido delimitado por Edward Sapir. "A cultura autêntica não é necessariamente alta ou baixa, é apenas inerentemente harmoniosa, equilibrada, a si mesmo satisfatória. É a expressão de uma atitude ricamente variada e entretanto de certo modo unificada e consistente em face da vida, uma atitude que vê o significado de qualquer elemento de civilização em sua relação com todos os outros. É, falando de modo ideal, uma cultura em que nada deixa espiritualmente de ter sentido, em que nenhuma parte importante do funcionamento geral trás, em si, senso de frustração, de esforço mal dirigido ou hostil. Não é um híbrido espiritual de elementos contraditórios de compartimentos estanques de consciência que evitam participar de uma síntese harmoniosa." Cf. PIERSON, Donald. (organizador) *Estudos de organização social*. Livraria Martins Editora S/A. 1949, p. 291.
- (17) VOSSLER, Karl. *The Spirit of Language in Civilization*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd. 1951.
- (18) MEILLET, A.. *Aperçu d'une histoire de la langue grecque*. Paris: Librairie hachette. 1930.
- (19) — Os estudos sobre o negro no Brasil sob o patrocínio da UNESCO foram realizados dentro do melhor padrão técnico, com exceção do que se refere ao negro no Rio de Janeiro que foi confiado a Luiz Aguiar da Costa Pinto, cidadão sem qualificações morais e científicas. Este carreirista, *doublé* de sociólogo, anteriormente já havia cometido grosseiro plágio. Compare-se de COSTA PINTO, L. A. *Lutas de Famílias no Brasil* (Brasília, 1949), com *La Vengeance Privée et Les Fondements du Droit International Public*, de Jacques Lambert (Paris, 1936). Vide artigo meu "O Plágio". In *O Jornal*, edição de 17/1/1954.
- (19a) Sobre *assunção*, vide neste livro: *Nacionalismo e xenofobia*.

- (20) Vide GUERREIRO RAMOS, A. "Sociologia Clínica de um Baiano Claro". In *O Jornal*, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1953. Neste pequeno estudo expus o que chamei o "complexo gíldico", hipótese de trabalho que pretendo desenvolver posteriormente nas minhas investigações sobre a patologia social do "branco" baiano e brasileiro.
- (21) Vide BOMILCAR, A. op. cit., p. 51.
- (22) Vide *Relações de raça no Brasil*. Rio de Janeiro, 1950 (por vários autores).

TERCEIRA PARTE

*Documentos de uma
Sociologia Militante*

I — Patologia Social do "Branco" Brasileiro

Há o tema do negro e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados "antropólogos" e "sociólogos". Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, o negro-vida.

O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção.

O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protético, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje.

Malformuladas as retratações verbais do negro no Brasil, elas já estão caducas ou já se revelam falsas; porque o negro-vida é como o rio de que fala Heráclito, em que não se entra duas vezes.

Há sociedades parvenues... nações rastaquouères.

Alberto Torres

Eis por que toda atitude de formalização diante do negro conduz a apreciações ilusórias, inadequadas, enganosas. E é uma atitude de formalização que está na raiz da quase totalidade dos estudos sobre o negro no Brasil.

O tema das relações de raça no Brasil chega, nestes dias, a um momento polêmico. Até aqui se tem falado numa antropologia e numa sociologia do negro. Hoje, condições objetivas da sociedade brasileira colocam o problema do "branco" e aqueles estudos "antropológicos" e "sociológicos" rapidamente perdem atualidade.

Há hoje uma contradição entre as idéias e os fatos de nossas relações de raças. No plano ideológico, é dominante ainda a brancura como critério de estética social. No plano dos fatos, é dominante na sociedade brasileira uma camada de origem negra, nela distribuída de alto a baixo.

O Teatro Experimental do Negro e a literatura científica por ele suscitada vêm tentando criar uma consciência desta contradição e, ao mesmo tempo, desenvolver, sob várias formas, uma ação social para resolvê-la.

Na realização desse trabalho, entretanto, estamos desajudados, temos de criar os nossos próprios instrumentos práticos e teóricos.

Nestas condições, na elaboração do presente estudo não se pôde utilizar a copiosa literatura sociológica e antropológica sobre relações de raça, produzida por brasileiros. De modo geral, os nossos especialistas neste domínio têm contribuído mais para confundir do que para esclarecer os suportes de nossas relações de raça, como pretendo demonstrar mais adiante.

Por outro lado, receio que alguns leitores, impressionados com os aspectos verbais aparentes deste estudo, nele descubram intenções agressivas. A esses leitores asseguro, com sinceridade, que o meu propósito é, ao contrário, generoso e pacifista.

Isto posto, passemos ao assunto.

O tema do presente estudo — "patologia social do 'branco' brasileiro" — implica um dos mais complicados problemas de terminologia científica. Muitos especialistas se têm perdido na

busca de um conceito de "patologia social". Pode a sociedade ficar doente? Existem enfermidades coletivas? Se se dá uma resposta positiva a tais perguntas, é forçosa a delimitação objetiva do que se entende por "patologia social".

Entre os sociólogos, o tema foi inicialmente tratado pelos adeptos do biologismo ou do organicismo, corrente segundo a qual a sociedade é um organismo. Haveria assim paralelismo entre o mundo social e o mundo biológico. Este paralelismo é exagerado por uns, moderadamente proclamado por outros, mas todos os organicistas aceitam que o social é uma extensão do biológico.

Admitem, assim, que no organismo social, tal como no organismo vegetal e animal, há, entre outros, dois estados que se podem discernir como normal ou patológico.

Que é normal? Que é patológico? A questão é extremamente difícil e as soluções que tem suscitado são muito controvertidas. No domínio da sociedade, de modo geral, os sociólogos organicistas definiram o normal ou em termos generosos, mas utópicos, como Novicow, ou conforme perspectiva conservadora; isto é, para estes, patológicas seriam todas as tendências que perturbam o equilíbrio natural da sociedade, a sua saúde. A saúde da sociedade equivaleria, para diversos organicistas, a um estado de que só se beneficiam os que integram a classe dominante. Não faltou mesmo, entre os organicistas, quem, como Francis Galton e Alexis Carrel, afirmasse que a pobreza é doença, uma espécie de tara e, portanto, um problema de eugenia.

Tão evidentes falácias do biossociologismo o levaram a desacreditar-se.

Os trabalhos de Durkheim são um passo adiante neste domínio das ciências sociais. Em primeiro lugar, porque ele propõe, com toda clareza, e pela primeira vez, o problema da definição do *normal* e do *patológico*. Durkheim sustenta em sua obra *Les Règles de la méthode sociologique*¹ teses plenamente aceitáveis pela moderna sociologia historicista. Este historicismo transparece, por exemplo, quando o autor adverte que "as condições de saúde e de doença não podem ser definidas *in abstracto*"² e que "é preciso

renunciar ao hábito, ainda muito generalizado, de julgar uma instituição, uma prática, uma máxima moral, como se fossem boas ou más em si mesmas e por si mesmas, para todos os tipos sociais indistintamente".³ E, além disto, para convencer-nos da boa qualidade de seu historicismo, proclama a necessidade de renunciar às definições que pretendam atingir a "essência dos fenômenos".⁴

Durkheim considera, portanto, o critério do normal como algo a ser induzido das condições particulares de cada sociedade e segundo os seus limites fascológicos. Diz ele:

para saber se um fato social é normal não basta observar sob que forma ele se apresenta na generalidade das sociedades que pertencem a determinada espécie, é preciso ainda ter cuidado de considerá-las na fase correspondente de sua evolução.⁵

Um fato social — acrescenta — não pode ser dito normal para determinada espécie social senão em relação a uma fase, igualmente determinada, de seu desenvolvimento.⁶

Por conseguinte, para Durkheim, o critério do normal e do patológico varia historicamente numa mesma sociedade. Ele é uma coisa dentro de determinadas condições desta sociedade. Muda, se estas condições se transformam. O nosso sociólogo foi, mais uma vez, muito preciso quando a este propósito esclareceu que certo fato social, embora generalizado em determinado momento, pode ser anormal, do ponto de vista sociológico.

É o que acontece nos períodos de transição, em que o todo está em transformação sem se ter fixado definitivamente em forma nova. Neste caso, o único tipo normal que esteja no presente, realizado e dado nos fatos, pertence ao passado e, portanto, não está mais em ajuste com as novas condições de existência. Um fato pode assim persistir... sem responder às exigências da situação. Ele não tem, senão, neste caso, as aparências da normalidade, pois a generalidade que apresenta é apenas etiqueta falaciosa, uma vez que, não se mantendo senão pelo força cega do hábito, não é mais o índice de que o fenômeno observado esteja estreitamente ligado às condições gerais da existência coletiva.⁷

Para superar as dificuldades que as épocas de transição apresentam ao esforço dos que pretendem distinguir nelas o *normal* do *patológico*, Durkheim formula esta regra:

Depois de estabelecer, pela observação, que o fato é geral, demonstrar-se-ão as condições que determinaram esta generalidade no passado e procurar-se-á saber, em seguida, se estas condições persistem ainda no presente ou se, ao contrário, mudaram. No primeiro caso, ter-se-á direito de tratar o fenômeno como normal e, no segundo, de lhe recusar este caráter.⁸

Embora não pretenda adotar estritamente esta regra no presente estudo, reconheço que ela propicia explicação satisfatória do caráter patológico do quadro atual das relações de raça no Brasil. Faço um parêntese para explicar-me.

Nas condições iniciais da formação do nosso país, a desvalorização estética da cor negra, ou melhor, a associação desta cor ao feio e ao degradante afigurava-se normal, na medida em que não havia, praticamente, pessoas pigmentadas senão em posições inferiores. Para que a minoria colonizadora mantivesse e consolidasse sua dominação sobre as populações de cor, teria de promover no meio brasileiro, por meio de uma inculcação dogmática, uma comunidade lingüística, religiosa, de valores estéticos e de costumes. Só assim, diria Gumpowicz, poderia apoiar sua autoridade em sólidos pilares, o que sempre constitui, para todo poder, um valioso elemento de conservação, uma efetiva garantia de duração.⁹

Estas observações de Gumpowicz se coadunam perfeitamente com a de um escritor marxista, G. V. Plékhhanov, que escreveu:

Na representação do homem, a influência das particularidades raciais não pode deixar de se exercer sobre o "ideal de beleza" próprio do artista primitivo. Sabe-se que cada raça, sobretudo nos primeiros estádios do desenvolvimento social, se considera como a mais bela e se orgulha antes de tudo daquilo que a distingue das outras raças (cf. *Les Questions Fondamentales du Marxisme*. Paris, 1947, p. 214).

Plékhhanov observa ainda que as particularidades da estética de cada raça subsistem apenas durante certo tempo, isto é, em determinadas condições (pág. 214). E acrescenta:

Quando uma população é obrigada a reconhecer a superioridade de outra mais desenvolvida, seu amor próprio de raça desaparece e passa a imitar os gostos estrangeiros considerados até então ridículos, mesmo vergonhosos e infames (pág. 214).

Para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem européia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. Este mesmo fato, porém, passou a ser patológico em situações diversas, como as de hoje, em que o processo de miscigenação e de capilaridade social¹⁰ absorveu, na massa das pessoas pigmentadas, larga margem dos que podiam proclamar-se brancos outrora, e em que não há mais, entre nós, coincidência de raça e de classe.¹¹

Mas, fechemos o parêntese e prossigamos.

Outra tentativa de tratar o tema da patologia social é devida a Eduardo Spranger.¹² Este autor, porém, coloca a questão em termos abstratos.

Spranger considera a cultura como um superorganismo que vive sobre os indivíduos e por cima da cadeia das gerações, e admite a existência, em toda cultura, de uma *norma* que preside à sua estrutura e seu funcionamento. Esta *norma* ele a entende, porém, em termos vagos. A enfermidade é algo contra a *norma*, contra a "entelêquia diretriz", contra a "idéia normativa" que lhe é imanente. Alguns antropólogos norte-americanos e alemães aproximam-se desta concepção de Spranger, quando se reportam ao que chamam de *patterns* (Ruth Benedict) ou *ethos* (Kroeber, Margaret Mead), ou *paideuma* (Frobenius), como uma espécie de princípio metafísico ordenador da cultura.

A pseudociência de autores como esses tem sido levada demasiadamente ao pé da letra por mais de um literato brasileiro aficionado da "antropologia" e da "sociologia". Entre eles se inclui Arthur Ramos, que conseguiu fazer carreira de "cientista", e até de sábio, em nosso país, à custa de glosas e da divulgação de teorias "antropológicas" de discutível validade científica. A qualidade essencialmente literária e secundariamente científica dos trabalhos de Arthur Ramos é patente em seu ensaio sobre Cultura e Ethos, publicado na revista *Cultura*, nº 1, editada pelo Ministério da Educação e Cultura.

Estas orientações são, porém, as que infundem hoje mais reservas do ponto de vista científico. Tais orientações perdem terreno cada dia e se revelam inaceitáveis, pois não oferecem explicação suficientemente objetiva para o processo genético dos ideais da cultura ou da sociedade. O *ethos*, a *norma*, os *patterns* da cultura ou da sociedade não são originários, não são incondicionados; ao contrário, refletem relações concretas e se transformam quando tais relações se alteram.

É muito perigoso, na análise sociológica, partir da noção de *ethos*, ou *norma*, como se tais coisas fossem independentes ou desvinculadas dos elementos materiais da cultura. Nas sociedades coloniais, o *ethos*, a *norma* são inculcados de fora para dentro, isto é, não chegam a formar-se como produto dos fatores endógenos de tais sociedades. As sociedades coloniais, em sua estrutura total, são regidas por critérios heteronômicos, principalmente a sua economia como a sua psicologia coletiva. A *norma* e o *ethos* que lhes são impostos não traduzem ordinariamente a sua imanência. Como adverte Georges Balandier¹³, estas sociedades estão afetadas por um estado crônico de crise e, em grau maior ou menor, devem ser consideradas como sociedades doentes (*sociétés malades*), a pesquisa de suas normas coincidindo com a pesquisa de sua auto-regulação.

Na sociedade brasileira, em larga escala, o *ethos*, a *norma*, ainda dominantes, são remanescentes de fases ultrapassadas de nossa evolução econômico-social, e se destinam a ser superadas em consequência do aparecimento de novos fatores objetivos que estão já condicionando a vida do país.

As dificuldades que envolvem o tema da patologia social parecem superáveis quando se procede em termos casuísticos e concretos. Quero dizer, quando se renuncia a uma definição genérica da patologia social e se passa a mostrar a patologia das situações singularmente consideradas.

É este o caminho que seguirei. A minha tese é a de que, nas presentes condições da sociedade brasileira, existe uma patologia social do "branco" brasileiro e, particularmente, do "branco" do "Norte" e do "Nordeste". (Aqui, e em alguns outros lugares deste estudo, as

palavras *Norte e Nordeste* são empregadas em seu sentido popular e não técnico-geográfico).^{13a}

Esta patologia consiste em que, no Brasil, principalmente naquelas regiões, as pessoas de pigmentação mais clara tendem a manifestar, em sua auto-avaliação estética, um protesto contra si próprias, contra a sua condição étnica objetiva. E é este desequilíbrio na auto-estimação, verdadeiramente coletivo no Brasil, que considero patológico. Na verdade, afeta a brasileiros escuros e claros, mas, para obter alguns resultados terapêuticos, considere aqui, especialmente, os brasileiros claros.

Para dar um flagrante de como o brasileiro considera vexatória a sua condição racial, parece-me bastante ilustrativo um documento de nossa estatística oficial. Trata-se de uma publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.¹⁴

Apresentam-se, no primeiro capítulo desse estudo, os resultados do Recenseamento de 1940, no que diz respeito à composição da população segundo a cor. A publicação começa esclarecendo que, nas instruções para o preenchimento dos questionários, só se previram as respostas "branca", "preta", "amarela" ou um traço (—), quando o recenseado não se enquadrasse em nenhuma dessas classificações. Isso, fundamenta a publicação, porque a "Comissão Censitária quis evitar a obrigação, para o recenseado, de aplicar a si mesmo qualificações de cor que às vezes são usadas com sentido de desprezo"¹⁵, procedimento que, embora "passível de crítica do ponto de vista da técnica censitária", "representa", do ponto de vista da "dignidade humana"(sic) (são palavras da publicação), "ótima solução de um problema difícil"(sic).

Mas, continua o folheto, os intuitos da Comissão foram frustrados. Por que? Eis aqui a raiz patológica da frustração:

pela inclusão de uma notável fração de pardos entre os brancos e de uma menor mas não desprezível fração dos mesmo entre os pretos, e, talvez, pela atribuição de uma fração dos pretos aos grupos de pardos.¹⁶

O referido documento, elaborado por especialistas, por dever de ofício a par das circunstâncias concretas que influenciam a declaração da cor pelo cidadão brasileiro, reza ainda:

Deve-se lembrar que num país, como o Brasil, onde não existe uma "linha de cor" intransponível como a que ainda se encontra nos Estados Unidos, toda delimitação verbal das diversas cores torna-se extremamente difícil. Pessoas com 1/16 ou 1/8 de sangue preto, que na República norte-americana seriam classificados como "*colored*", aqui se consideram, e são universalmente consideradas, "brancas". E, por motivos evidentes, mesmo pessoas de tez nitidamente morena, quando atingem certo grau de bem-estar ou de instrução, tendem a se inserir no grupo que inclui a maior parte da aristocracia econômica e intelectual, o dos brancos. Análoga tendência verifica-se nos casamentos em que um dos cônjuges é moreno e outro branco; adota-se para toda a família esta cor. Seria fácil multiplicar os exemplos dessas tendências para os matizes mais claros, nas declarações da cor, que se manifestam tanto pela qualificação de brancos, aplicada em casos para os quais seria mais apropriada a de pardos, como pela qualificação de pardos, aplicada em casos que se deveriam classificar entre os pretos, conforme um critério mais racional. Mas, mesmo esse critério racional seria de determinação extremamente difícil, como demonstram todas as tentativas realizadas para estabelecê-lo.

Nos boletins censitários preenchidos pelo chefe da família, ou pelo recenseado isolado predominou o arbítrio pessoal; todavia é certo que, via de regra, apenas numa moderada fração dos casos esse arbítrio se afastou do uso local, desviando-se, como foi acima especificado.

Maior perturbação (o grifo é meu) foi causada pelo preenchimento dos boletins por parte do agente recenseador, ocorrência muito freqüente no interior, em virtude da escassa instrução das populações. Os critérios pessoais do agente, em parte, influenciados pela sua própria cor (o grifo é meu), foram aplicados, então, em centenas de casos. E, quando delegados municipais acharam conveniente intervir para limitar esse arbítrio, em muitos casos conseguiram, apenas, unificá-lo, em certo rumo, variável conforme os pontos de vista individuais dos próprios delegados. Em alguns municípios, quase todos os que não foram qualificados brancos foram qualificados pretos; em outros, pardos (pelas respostas mediante traço, ou pelas declarações explícitas de morenos, pardos, mulatos, caboclos etc.). Até entre municípios confinantes e de composição étnica da população pouco diferente, verificou-se esse contraste na qualifi-

cação dos não brancos, como foi documentado em vários estudos da série de "Análises de Resultados do Censo Demográfico", compilados pelo Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento, de 1940.

Deve-se, logo, interpretar, com grande prudência, a apuração censitária da cor, evitando-se toda conclusão apresada que não resistiria a uma séria análise crítica.

No que diz respeito aos brancos, pode-se afirmar com segurança que o número apurado excede sensivelmente o que constaria duma classificação realizada conforme critério objetivo (o grifo é meu).

O número apurado dos pretos, pelo contrário, deveria ficar sensivelmente inferior à realidade, se as declarações procedessem dos interessados; mas cumpre lembrar que a ação dos agentes recenseadores não foi sempre dirigida nesse mesmo sentido, e que em certos casos foram incluídos numerosos pardos entre os declarados pretos.

O número apurado dos pardos provavelmente está abaixo do que seria dado por uma classificação objetiva, sendo, de certo, maior o número dos pardos classificados entre os brancos (o grifo é meu) do que o possível excedente em favor dos pardos nas trocas de classificação com os pretos.¹⁷

Melhor flagrante não se poderia obter da perturbação psicológica do brasileiro em sua auto-avaliação estética. Todos aqueles informes mostram o sentimento de inferioridade que lhe suscita a sua verdadeira condição étnica. Esse sentimento é tão forte, no cidadão brasileiro, que vicia os dados do Recenseamento, levando este a resultados paradoxais. É o caso, por exemplo, que se con-figura, em 1940, nestas palavras:

a mais elevada proporção entre pretos e pardos (148 pretos para 100 pardos) se encontra na região Sul, que tem a menor quota de população não branca, e a mais baixa (18 pretos para 100 pardos) na região Norte, que tem a maior quota de população não branca.¹⁸

Paradoxo que se repete no Recenseamento de 1950. Neste ano, a referida proporção no Sul teria subido a 157 pretos para 100 pardos; ao passo que teria diminuído no Norte a 8 pretos para 100 pardos. São dados, evidentemente, inverossímeis!

Nesta marcha não será de todo impossível que as nossas estatísticas venham a revelar, dentro em breve, que não há mais pretos

no "Norte" e no "Nordeste", enquanto a população do Sul se torna cada vez mais escura...

Estes resultados estão a indicar que, no Brasil, o negro é mais negro nas regiões onde os brancos são maioria e é o mais claro nas regiões onde os brancos são minoria.

Semelhantes aspectos, que os resultados numéricos do Recenseamento vêm ressaltar com tanta clareza, servem para sublinhar a patologia social do branco brasileiro. Grifo a palavra branco, pois que o nosso branco é, do ponto de vista antropológico, um mestiço, sendo, entre nós, pequena minoria o branco não portador de sangue preto. É no Norte e no Nordeste do Brasil, por tanto, onde são mais nítidos os traços da patologia social do "branco" brasileiro, e em nenhum lugar do nosso país mais do que no Estado da Bahia, que apresenta em sua composição demográfica o mais forte contingente de indivíduos de cor (70,19% da população total, em 1950).

A minoria "branca" de Estados do "Norte" e do "Nordeste", como o da Bahia, merece a atenção daqueles que se dedicam à ciência das relações humanas, porque em seu comportamento apresenta interessante problema de psicologia coletiva. Trata-se de minoria que sofre de "instabilidade auto-estimativa", visto que tende a disfarçar a sua condição étnica efetiva, utilizando-se de mecanismos psicológicos compensatórios do que julga ser uma inferioridade.

Este fato caracteriza, efetivamente, como patológico o quadro das relações de raça, no Brasil, e especialmente nos Estados do "Norte" e do "Nordeste".

Segundo os resultados do Recenseamento de 1950, compõem a população dos Estados do Norte 68, 37% de pessoas de cor. Nos Estados do Nordeste esta percentagem é da ordem de 53,77%. Note-se que estes números estão certamente minorados. A parcela de brancos naquelas regiões é menor do que o fazem supor os resultados do Censo, e seria, de resto, insignificante, apenas, se considerasse branca a pessoa não portadora de sangue preto. O branco puro em tais regiões é excepcional, enquanto o branco aparente é ali minoria.

Com efeito, foi neste contexto demográfico que se desenvolveu um padrão de estética social, em cuja escala de valores a cor escura ocupa, por assim dizer, o pólo negativo, quando, se prevalecessem os critérios sociais não heteronômicos, o contrário é que deveria ter acontecido.

As minorias "brancas" destes Estados, de longa data, têm mostrado tendência para não se identificar com a sua circunstância étnica imediata. Sentem-na como algo inferiorizante e, por isso, lançam mão, tanto quanto podem, de recursos que camuflam as suas origens raciais. Estes recursos são inumeráveis, desde os mais sutis até os mais ostensivos.

Um desses processos de disfarce étnico, que aquela minoria tem utilizado, é a tematização do negro. Ao tomar o negro como tema, elementos da camada "branca" minoritária se tornam mais brancos, aproximando-se de seu arquétipo estético — que é europeu. Eis porque a literatura sociológica e antropológica sobre o negro tem encontrado seus cultores principalmente entre intelectuais dos Estados do "Norte" e do "Nordeste".

Os socióantropólogos, autores de estudos sobre "o negro Brasil", Sylvio Romero, Nina Rodrigues, Arthur Ramos; Gilberto Freyre, Thales de Azevedo e René Ribeiro são naturais daqueles Estados, cujos "brancos" exibem os caracteres psicológicos que ilustram o que podemos chamar o *protesto* racial de uma minoria interiormente inferiorizada.

Que o sentimento de inferioridade está sempre na raiz do que os psicólogos da escola de Adler vêm chamando *protesto*, parece indubitável. É este sentimento que explica, por exemplo, reações de pessoas do sexo feminino contra as restrições que lhes impõem as convenções da sociedade, reações que as levam muitas vezes a assumir modos masculinos na linguagem, na vida profissional, na vestimenta, no andar.

Os discípulos de Adler, ao tratarem deste fenômeno — o *protesto* — referem-se também ao *protesto* lingüístico dirigido contra a língua materna, que explicaria muitos casos de bilingüismo, como o de certos catalães na Espanha, sobretudo letrados,

que recusam falar outra língua que não seja o castelhano; o do escrito Joseph Conrad, polonês de nascimento, que aprendeu inglês, depois de maduro, e o utilizava com mestria; e, finalmente, o caso dos indivíduos ávidos de ascensão social, *bourgeois gentilshommes, parvenus*.

Como ilustrações famosas do *protesto* racial, um adepto de Adler, Oliver Brachfeld, lembra o inglês Houston Stewart Chamberlain, discípulo de Gobineau, que desdenhou de sua nacionalidade inglesa e se considerava alemão; os judeus da *Ação Francesa*, Pierre David e Robert Herz, mortos pela França, numa inconsciente busca de compensação do que sentiam como inferioridade.

É interessante observar que as oscilações de auto-estimação nos indivíduos que *protestam*, com frequência, exprimem a "coexistência de dois polos opostos — inferioridade sentida com excessiva intensidade e superioridade, desejada mas fictícia".¹⁹ Tal coexistência é o substrato do que tenho chamado de complexo gíldico²⁰, cuja presença tenho verificado em intelectuais da minoria "branca" do Estado da Bahia.

Os elementos da minoria "branca" no "Norte" e no "Nordeste" são, por exemplo, muito sensíveis a quem quer que ponha em questão a sua "brancura". Por isso exibem a sua brancura de maneira tal que não suscita dúvida. São eles, em geral, muito ciosos de suas origens enobrecedoras e aproveitam todo pretexto para proclamá-las: anéis, decoração da casa, constituição do nome, estilo lingüístico.²¹ Na Bahia, Estado da União onde é mais forte o continente de pessoas de cor, funciona um Instituto de Genealogia. Não é preciso dizer que esse Instituto se especializa na descoberta das origens brancas de elementos da minoria "clara". Este traço paranóico²² não caracteriza somente o comportamento do "branco" baiano, mas, em grau maior ou menor, do "branco brasileiro", em geral, embora especialmente do "branco" dos Estados do "Norte" e do "Nordeste".

Conheço o caso, muito significativo, de um poeta alagoano. Era esse homem de letras um cidadão mestiço, mas perfeitamente suscetível de ser incluído na quota dos "brancos" apurados pelo

Recenseamento. Consta que, certa vez, um editor argentino de suas poesias sobre motivos negros fez uma propaganda em que o apresentava ao público como um "grande poeta negro do Brasil". A alcunha, porém, teria levado o poeta alagoano a, em longa carta, pedir ao editor argentino que cessasse na propaganda as alusões que o apresentavam como homem de cor. Este mesmo cidadão escreveu, diretamente em língua alemã (o que é significativo na perspectiva adleriana do *protesto*), um livro em que sustentava uma tese arianizante. Mas, outro poeta nortista, residente em São Paulo, de pele tostada, foi mais taxativo. Tendo sido considerado numa entrevista como poeta negro, requereu se lhe fizesse um exame de sangue no Instituto de Biotipologia da Penitenciária de São Paulo para provar a pureza do seu sangue. Recentemente, um romancista da raça negra, mas "embranquecido" por processos decorativos, químicos e mecânicos, numa autodescrição que fizera a pedido de um repórter da revista *O Cruzeiro*, se declara "moreno carregado".²³

Por sua vez, um intelectual "branco" do Estado de Pernambuco, perguntado, num inquérito sociológico, como receberia o casamento de parente seu com pessoa de cor preta, responde:²⁴

Devo estabelecer uma graduação, ao justificar meu ponto de vista pessoal sobre coloração pigmentária, o qual me parece fundado, ao mesmo tempo, em motivos estéticos e fisiológicos. O branco, nessa gradação, vem em primeiro lugar, seguindo-se-lhe o índio, o mulato, e, por fim, o negro. A cor preta nunca me agradou. Ela não é uma síntese, como o branco. É a própria ausência da cor, na série prismática. Luto, trevas, fumo, se associaram na formação de um complexo que remonta, talvez, à minha meninice e a que também não é estranha a influência de "histórias-de-trancoso", com personagens que eram "negros velhos", perversos e de hórrido aspecto. De sorte que, para ser rigorosamente verdadeiro, devo afirmar que não receberia bem o casamento de filho ou filha, irmão ou irmã, com pessoa de cor preta. Entretanto, não creio que essa repugnância, por si só, deva prevalecer sobre altas razões sentimentais, morais e mentais, para evitar uniões entre brancos e pessoas de cor. A minha esposa tem boa dose de sangue de índios. Mas um negro, a não ser que possuisse dores excepcionais,

que sobrepujassem essa minha única reserva, não me agradaria para marido de qualquer das minhas filhas.

Nortista é também um inteligente redator de *O Globo*, jornal em que escreve diariamente uma crônica sobre a vida noturna do Rio. Na edição de 18/1/55 daquele jornal, o referido redator publica a fotografia de uma artista de *night club*, seguida desta legenda:

A moça de hoje — Esta é a bonita bailarina negra, Nilza, do elenco do *Béguin*. Bela de corpo e de cara. Dela se poderia dizer: "Isso em branco"...²⁵

E para terminar esta enumeração de ocorrências em que se tornam flagrantes os traços adlerianos da psicologia coletiva do nortista, desejo reportar-me a um recente artigo publicado no jornal *O Globo* (edição de 3/5/55), intitulado "O Brasil e a Mãe Preta". O autor deste artigo é um conhecido escritor brasileiro (Gilberto Freyre). Sublinhemos, inicialmente, que, no momento em que o país comemorava o *Dia das Mães*, é um "nortista" que levanta a sua voz para distinguir a "mãe preta" da "mãe branca". E na sua óptica ele vê uma e outra como dois pólos. Leia-se o artigo e lá estão, em cores vivas, os aspectos clínicos em que venho insistindo. A palavra "senhora" só ocorre ao articulista aplicar à "mãe branca", à "iaia branca". Nos reflexos do inconsciente do escritor pernambucano é impossível conceber a "mãe preta" como "senhora", como "dama", ou seja, não associada a sugestões subalternas. Textualmente ele descreve as "mães pretas" (o artigo é ilustrado por um desenho, representando uma "babá", tendo ao colo um menino branco) como

Joanas, Marias, Beneditas, Amaras, Luzias, Jacintas, carregando num braço um filho branco e no outro um filho preto; dando de mamar aos dois dos mesmos peitos matematicamente gordos; dando aos dois de comer do mesmo pirão amolgengado por sua doces e sábias mãos negras; ensinando aos dois as mesmas palavras fáceis, os mesmos brinquedos simples, as mesmas palminhas de guiné, os mesmos beliliscos-de-pintainho, as mesmas bênçãos a Pai, a Mãe, a Avó, a Avó, a Padrinho, a Madrinha, a Papai-do-Céu, a Mamãe-do-Céu, aos santos protetores de casa, a Dindinha Lua; ninando os dois com as mesmas cantigas de ninar menino

pequeno; contando aos dois as mesmas histórias de bichos compadres de bichos, de papões inimigos de nenens malcriados, de mouras encantadas, de mouras tortas, de velhos de surrão, de reis, de rainhas, de princesas, de fadas; tratando os dois com os mesmos ungüentos e os mesmos óleos.

Nada mais compreensível, por conseguinte, que este brasileiro tenha sido o criador da "lusotropologia", isto é, uma apologética do colonizador português.

O desajustamento do "branco" brasileiro ao seu contexto étnico o leva, por outro lado, muitas vezes, a aderir a ficções. Não gosta, por exemplo, que se diga que o Brasil é um país de mestiços. Conhecido cronista social recebeu, certa vez, como protesto a uma alusão sua menos cortês sobre Ali Khan; uma carta de censura cujo autor dizia que o príncipe deveria ser melhor tratado pois era amigo do Brasil e não se confundia com certa espécie de estrangeiros que afirmam no exterior que somos um país de "maltrapilhos, de cobras e de negros..."²⁶

Isto não impede, entretanto, que o estrangeiro veja o "branco" brasileiro como um espécime um tanto bizarro e pitoresco. Há uma página de Tibor Mende que me parece ilustrativa da maneira como o europeu vê o nosso "branco". Narrando o seu primeiro encontro no Brasil com um funcionário do Itamarati, escreve Tibor Mende²⁷:

Le señor bastos, du Ministère des Affaires étrangères, chef de section au Palais Itamaraty, était venu me prendre pour me conduire dans sa maison de Copacabana. Bien qu'il eût une grandmère française — qu'il mentionnait trop souvent pour qu'on n'oublie son existence et ses origines aristocratiques, — il était le Brésilien type, si toutefois cela existe dans un pays présentant une aussi grande variété. Nos relations, nouées en Europe à l'occasion d'une brève rencontre, s'étaient transformées en amitié aussi vite que mûrissent les fruits sous le soleil tropical du Brésil, sans avoir le temps de développer les vitamines nécessaires. Bastos était infiniment bon, cordial et sans façon, bien qu'assez soucieux du prestige social, et il éprouvait parfois un brusque besoin de vous faire des confidences.

Foi certamente evocando a imagem ridícula de um desses brasileiros ávidos de europeização que Henri Michaux escreveu

aquele página desconfiada e mesmo suspeito em seu livro *Passage Michaux* diz que, apesar do tempo que passou aqui (*malgré le temps passé là-bas*) não pôde estabelecer contato com os brasileiros, pois que encontrou a "sua inteligência cafeinada" sempre "em reflexos e jamais em reflexões" (*leur intelligence cafeinée, toute en réflexes, jamais en réflexions*).²⁸

O caráter patológico do protesto racial do "branco" brasileiro é evidente, levando-se em conta aspectos estruturais de nossa sociedade, em nossos dias.

Nas atuais fases de desenvolvimento econômico-social do Brasil, não existem mais suportes concretos que permitam a nossa minoria de "brancos" sustentar suas atitudes arianizantes. De um lado, verifica-se que desapareceram, desde há muito, do país, as situações estruturais que confinavam a massa pigmentada nos estratos inferiores da escala econômica; e, de outro, observa-se que a massa pigmentada, preponderante desde o início de nossa formação, absorveu, pela miscigenação e pela capilaridade social, grande parte do contingente branco, que, inicialmente, podia considerar-se isento de sangue negro. O que, nos dias de hoje, resta de brancos puros em nosso meio é uma quota relativamente pequena. O Brasil é, pois, do ponto de vista étnico, um país de mestiços.

Os fatos da realidade étnica no Brasil, eles mesmos, estão iluminando a consciência do mestiço brasileiro e o levam a perceber a artificialidade, em nosso meio da ideologia da brancura. O ideal da brancura, tal como o ilustramos anteriormente, nas condições atuais, é uma sobrevivência que embaraça o processo de maturidade psicológica do brasileiro, e, além disso, contribui para enfraquecer a integração social dos elementos constitutivos da sociedade nacional.

Antes dos sociólogos, os filósofos já tinham percebido a natureza sociológica da simpatia e, ao mesmo tempo, o seu papel social. Segundo eles, a simpatia seria originariamente um estado psicológico que aparece mesmo entre os animais, desde que percebam que são semelhantes. Hume, desenvolvendo pensamentos de Spinoza,

considera a simpatia como a causa primária da sociedade, pois ela suscita a imitação e reduz uma nação a um tipo genérico, variando de intensidade na proporção direta da relação e identidade dos indivíduos.²⁹

Posteriormente a Hume, o filósofo e quase sociólogo Adam Smith desenvolve uma *Teoria dos sentimentos morais* (1759), na base do significado social da simpatia. Adam Smith procura mostrar que a sociedade humana subsiste enquanto certa bilateralidade simpática entre seus membros neutraliza as tendências individualistas e desagregadoras. A sociabilidade, para Smith, repousa na simpatia, no fato de cada indivíduo "simpatizar com a situação da pessoa que é objeto de sua observação" e desta última "assumir a situação do espectador" ou, como diriam atualmente os sociólogos norte-americanos, no fato de os indivíduos serem capazes de se ajustarem às expectativas uns dos outros.³⁰

A sociologia norte-americana não deixou perderem-se estas observações fecundas. Giddings³¹ inspirou-se diretamente em Adam Smith, quando sustentou ser a consciência da espécie (*consciousness of kind*) o elemento subjetivo primário, fundamental de toda sociedade. Tanto as sociedades animais como as sociedades humanas são tanto mais integradas, quanto mais, entre os seus membros, se reforça a consciência da similitude, quanto mais os caracteres que os fazem semelhantes são valorizados. Para Giddings, a consciência da similitude converte em normas os hábitos coletivos e os costumes, os quais a sociedade utiliza para reforçar a sua coesão integral e assim perpetuar-se. Neste ponto, a atual sociologia norte-americana confirma Giddings, pois os seus epígonos ainda aceitam classificações de contato social, como a de C. H. Cooley, que os divide em primários e secundários, e a de N. S. Shaler, que os diferencia em simpatéticos e categóricos, classificações que implicam no reconhecimento do papel social integrativo da simpatia.

Radhakamal Mukerjee, em seu estudo sociológico sobre a gênese dos valores, considerou-se precisamente em sua função integrativa. Para Mukerjee, os valores são mecanismos de orientação social do homem, instrumentos de ajuste de grupos e indivíduos

ao meio físico e social, e se selecionam e testam na experiência social efetiva. Nestas condições, a prevalência dos valores autênticos numa comunidade "leva à completa estabilidade e integração do ser humano", assegurando-lhe "liberdade" e facultando-lhe o "controle do ambiente", a criação e manutenção de grupos, instituições, leis e pautas de direitos e deveres, orientando com êxito a sociedade na luta e na sobrevivência intragrupal e possibilitando o estabelecimento de laços e relações sociais íntimas e duráveis de solidariedade.³²

Nenhum grupo social alcança níveis altos de vida histórica se os seus membros internamente não se inter-relacionam pelo sentimento singenético, de que fala L. Gumplowicz, cujo substrato físico é o fato percebido da semelhança física e da semelhança intelectual. É o "singenismo" que faz de cada grupo um grupo à parte, observa acertadamente Gumplowicz, que o leva a *glorificar o que lhe é próprio e o que tem de mais imediato*, rebaixando e menosprezando *o que não lhe é próprio e o que está afastado dele*. Segue-se daí — acrescenta o sociólogo³³ — que a história escrita européia designa a Europa como o coroamento da criação e o centro do desenvolvimento histórico, que a história chinesa imita a mesma afirmação a propósito da China, a história americana a propósito da América e que, em suma, cada povo, cada tribo, siga seu exemplo. A formação colonial da sociedade brasileira tem dificultado o desenvolvimento entre os brasileiros deste sentimento e, segundo Azevedo Amaral, ter-nos-famos habituado "a ter vergonha de nós mesmos", e "acreditamos, através de nossa cultura livresca, que só é grandioso o que corresponde aos padrões éticos e étnicos das civilizações que se elaboram em torno do Mediterrâneo e do Báltico".³⁴ Afetaria a personalidade do brasileiro um sentimento de inferioridade, ao contrário do que tem acontecido com outros povos, que se acreditam

particularmente *nobres*, particularmente distinguidos, como povos eleitos entre todos os povos, reforçando, mediante esta solidariedade, a superioridade de seus membros sobre os membros dos outros povos, corroborando seus sentimentos singenéticos entre os membros de sua comunidade (Gumplowicz).

Torna-se assim perceptível a crueldade, a má-fé e a intenção "cismogenética" (Bateson) subjacentes nos nossos estudos sobre o negro no Brasil. A função deles tem sido a de contribuir para minar nas pessoas de cor, em nosso meio, o sentimento de segurança. Os nazistas utilizaram também processo semelhantes com os judeus. Para inferiolizá-los, entre outros processos, transformaram-nos em assunto. Consulte-se, por exemplo, o livro *Die Juden in Deutschland*³⁵, publicado por uma editora nazista. Nesta obra se encontram tópicos sobre "a emancipação dos judeus"; "o desenvolvimento demográfico dos judeus desde o século XIX"; "os judeus na vida econômica"; "os judeus na imprensa"; "os judeus na política"; "os judeus como vultos da cultura alemã"; "os judeus na literatura"; "os judeus no teatro"; "os judeus na música"; "os judeus e a imoralidade"; "os judeus e a criminalidade". Títulos esses perfeitamente equivalentes aos de capítulos de obras "antropológicas" e "sociológicas" sobre o negro no Brasil, de autores nacionais. Eis aqui alguns títulos extraídos de *Estudos afro-brasileiros* (Rio, 1935) volume contendo trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-brasileiro reunido em Recife em 1934: "o negro no folclore e na literatura do Brasil"; "ensaio etnopsiquiátrico sobre os negros e mestiços"; "contribuição ao estudo do Índice de Lapique"; "os negros na história das Alagoas"; "as doenças mentais entre os negros de Pernambuco"; "longevidade"; "grupos sanguíneos da raça negra". Por outro lado, no 2º Congresso Afro-brasileiro realizado em 1937, em Salvador, apareceram estudos sobre: "costumes e práticas do negro"; "o negro e a cultura no Brasil"; "influências da mulher negra na educação do brasileiro"; "culturas negras, problemas de aculturação no Brasil"; "a liberdade religiosa no Brasil: a macumba e o batuque em face da lei"; "o moleque do carnaval".³⁶ Isto aconteceu em Salvador, no ano de 1937. Note-se como todos os estudos mencionados implicam sempre um ponto de vista branco.

É óbvio que o desaparecimento dos aspectos aqui descritos da patologia social do "branco" brasileiro não ocorrerá como consequência de mero trabalho de reeducação e esclarecimento. Este

trabalho, de certo, é necessário e, além disto, de efeitos positivos, nisto que suscetível de libertar muitas pessoas do que se chamou *protesto racial*. Mas são os fatos mesmos que, em última análise, propiciarão o desaparecimento daquela anormalidade de nossa psicologia coletiva.

Este problema envolve uma questão de articulação de gerações. É natural que os caracteres daquela patologia se mostrem mais vivos nas gerações mais velhas, que receberam, de gerações outras que alcançaram a plena vigência do regime escravo, uma definição pejorativa social do negro e do mulato. As gerações mais moças, entretanto, se mostram mais acessíveis a admitir os novos critérios de avaliação que os fatos estão impondo.

A partir de certa idade — observa um estudioso de questões geracionais, François Mentré³⁷ — o homem não muda, o indivíduo se torna estável e vive sobre o capital intelectual e moral que comanda sua atividade. Daí o caráter polêmico que o tema das relações de raça assume nos dias de hoje, entre nós. Ele reflete uma tensão entre gerações que elaboraram os ingredientes de sua memória coletiva dentro de "quadros" sociais diversos.

Como Maurice Halbwachs, cada um pode dizer: "Je porte avec moi un bagage de souvenirs historiques".³⁸ Estes *souvenirs historiques*, em parte, conformam a visão social, as atitudes de cada um. Muitos brasileiros ainda vivos descendem de avós que possuíam escravos, enquanto outros não. Tais circunstâncias importam necessariamente na formação psicológica de cada um.

A tradição da brancura que ainda sobrevive, entre nós, terá de ser ultrapassada por outra tradição, tradição que estamos assistindo nascer e que representa novas condições objetivas da vida brasileira.

Nos dias de hoje, a idealização da brancura, na sociedade brasileira, é sintoma de escassa integração social de seus elementos, é sintoma de que a consciência da espécie entre os que a compõem mal chegou a instituir-se. Este, porém, é um processo social normal que não poderá ser definitivamente obstaculizado. Apenas uma situação colonial temporária tem embaraçado este processo.

À luz de uma sociologia indutiva, isto é, de uma sociologia cujos critérios sejam induzidos da realidade brasileira, e não imitados da prática de sociólogos de outros países, à luz de uma sociologia científica, o que se tem chamado no Brasil de "problema do negro" é reflexo da patologia social do "branco" brasileiro, de sua dependência psicológica.³⁹

Foi uma minoria de "brancos" letrados que criou esse "problema", adotando critérios de trabalho intelectual não induzidos de suas circunstâncias naturais diretas.

Nestas condições, reconhece-se hoje a necessidade de re-examinar o tema das relações de raça no Brasil, dentro de uma posição de autenticidade étnica.

Só a simples tomada desta posição vale como meio caminho andado no discernimento das incompreensões reinantes em nossas relações de raça, atualmente.

É preciso dizer, finalmente, que esta posição de autenticidade étnica não se inclina para a legitimação de nenhum romantismo culturalógico, de nenhum retorno às formas primitivas de convivência e de cultura. A autenticidade étnica do brasileiro não implica um processo de desestruturação⁴⁰, no caso, de desocidentalização da sociedade nacional. Ela é possível perfeitamente dentro das pautas nas quais tem transcorrido a evolução do país.

Notas

- (1) DURKHEIM, Émile. *Les Règles de la méthode sociologique*. Paris, 1950.
- (2) Idem, p. 56.
- (3) Idem, p. 56-57.
- (4) Idem, p. 55.
- (5) Idem, p. 57.
- (6) Idem, p. 56.
- (7) Idem, p. 60-61.
- (8) Idem, p. 61.
- (9) L. Gumplowicz, sociólogo austríaco, sustenta uma teoria racista da história que, obviamente, carece de validade cien-

tífica. Todavia, apesar disto, suas análises dos processos de dominação das minorias são, em muitos aspectos, aceitáveis. Vide o seu livro na tradução espanhola — *La Lucha de Razas*. Madrid, s.d., p. 247.

- (10) A capilaridade social é um processo simultaneamente ascendente e descendente de renovação nos vários estratos da sociedade. Abrange o processo descrito por Vilfredo Pareto como "circulação de elites e de classes". Vide PARETO, Vilfredo. *Traité de sociologie*. Paris, 2 vols. 1917 e 1919.
- (11) Entre vários sociólogos e antropólogos brasileiros é corrente a tese de que os nossos problemas raciais refletem determinadas relações de classe. Esta tese é insuficiente, a meu ver. Explica apenas aspectos parciais da questão.
- (12) Vide SPRANGER, Eduardo. "Patologia Cultural?". In *La Experiencia de la vida*. Buenos Aires: Realidad, 1949.
- (13) Vide BALANDIER, Georges. "La Situation Coloniale: Approche Théorique". In *Cahiers internationaux de sociologie*, v. XI, Cahier Double, 1951. Neste estudo escreve o autor citado: "... la situation coloniale apparait comme possédante, d'une manière essentielle, un caractère d'inauthenticité: elle cherche, constamment, à se justifier par un ensemble de pseudo-raisons."
- (13a) Popularmente se empregam sem precisão as palavras "Nordeste" e "Norte" com referência aos Estados que ficam além no Espírito Santo, em direção do norte. Quando escritas sem aspas devem ser interpretadas em seu sentido técnico-geográfico.
- (14) *Estudos sobre a composição da população segundo a cor*, IBGE, Rio, 1950.
- (15) Idem, p. 8.
- (16) Idem, p. 8.
- (17) Idem, pp. 8-9.
- (18) Idem, p. 16.
- (19) Vide BRACHFELD, Oliver. *Inferiority Feelings, in the Individual and the Group*, p. 127. London, 1951.
- (20) Vide GUERRREIRO RAMOS, A. *Sociologia clínica de um baiano "claro"*. In *O Jornal*, Rio, 27 de dezembro de 1953.

- (21) O "branco" baiano e brasileiro é um tema ainda a explorar. Os sociólogos e os psicólogos brasileiros ainda não se deram conta do excelente material de observação que o tema sugere. Uma das pesquisas que pretendo empreender proximamente é a do preciosismo da linguagem falada e escrita de "brancos" da camada letrada da Bahia, onde é patente um aspecto adleriano muito interessante.
- (22) Emprego o termo na acepção em que o empregava Gustav Ichheiser, em seu estudo "Misunderstandings in Human Relations". *The American Journal of Sociology*, setembro, 1949.
- (23) Vide CONDÉ, João. "Arquivos Implacáveis", "flash" de Rosário Fusco. Revista *O Cruzeiro*, 23 de abril de 1955.
- (24) Vide PORTO, Adolfo F. *Resposta a um Inquérito*, Diretoria de Documentação e Cultura, Prefeitura Municipal do Recife, 1948. pp. 74-5.
- (25) Vide *Meta de Pista*, coluna de Antonio Maria. *O Globo*, edição de 18/1/1955.
- (26) Vide "O Príncipe Não Ficarà na Miséria", coluna de Ibrahim Sued. *O Globo*, edição de 11/12/54.
- (27) Vide MENDE, Tibor. *L'Amerique Letine entre em scène*. Paris, 1952. p. 25.
- (28) Vide MICHAUX, Henri. *Passages*, NRF. Paris, 1950. Escreve Michaux: "Ainsi les mages (du *Pays de la magie*) furent commencés le lendemain de mon arrivée à Rio de Janeiro, me séparant si bien de ces Brésiliens, avec qui je ne trouvais pas de contact (leur intelligence caftinée, toute em réflexes, jamais en réflexions) que je pourrais presque dire, malgré le temps passé là-bas, que je n'en ai pas rencontré (pág. 162)".
- (29) Vide BARNES & BECKER. *Social Thought from Lore to Science*, 1ª vol. 1952, cap. XIV.
- (30) Consulte BAGOLINI, Luigi. *Moral e direito na doutrina da simpatia*. São Paulo, 1952.
- (31) Vide GIDDINGS, *Principios de sociologia*. Buenos Aires, 1943.
- (32) Values are mechanisms of man's social orientation and guidance: they are tools of adjustment of human groups and

- individuals to the physical and social milieu, and are sifted and tested out in actual social experience by the three-fold criteria: (1) how far the dominant values that men hold lead to the full poise and integration of the personality, achieved freedom and control of the environment; (2) how far the present system of values with whose aid men create and maintain groups, institutions, laws and rights-and-duties successfully guides society in intra-group struggle and survivals, and (3) how far the present system of values promotes the creation and maintenance of intimate, enduring and ideal social bonds and relations and an ideal solidarity of humanity (cf. MUKERJEE, R. *The Social Structure of Values*. London, s.d., p. 8-9).
- (33) Vide GUMPLOWICZ, op. cit., p. 273.
 - (34) Vide AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo, 1934. p. 181. Nesta mesma página Azevedo Amaral escreve: "A nossa alma comprimida ferve e em reivindicações platônicas a que a nossa consciência empresta as formas fictícias de aspirações pueris e mesquinhas, enquanto o sentido daquelas forças subterrâneas é a libertação do nosso espírito na afirmação orgulhosa de nossa realidade psíquica e dos traços singulares da nossa personalidade nacional".
 - (35) *Die Juden in Deutschland*. Herausgegeben vom Institut zum Studium der Judenfrage. Munchen, Germany, 1935.
 - (36) Vários autores, *O Negro no Brasil*. Rio, 1940.
 - (37) Vide MENTRÉ, François. *Les générations sociales*. Paris, 1920. p. 220. "A partir d'un certain age, l'homme ne change plus, l'individu devient stable et vit sur le capital intellectuel et moral qui commande son activité mais, autour de lui, tout change par l'effet du progrès général et de l'entrée incessante des jeunes dans la vie, si bien que le révolutionnaire de la vieille deviendra le réactionnaire du lendemain: en réalité, il n'a pas rétrogradé, mais il retarde de plus et plus sur la marche des idées et des événements et s'enfonce toujours davantage dans le passé où il trouve sa raison d'être".
 - (38) Vide HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris, 1950. pp. 36-7: Vide também deste mesmo autor, *Les Cadres sociaux de la mémoire*. Paris, 1951. Halbwachs, nestas duas

obras, abre perspectivas muito importantes para o esclarecimento de problemas como o que constitui o tema deste estudo. Pretendo, em trabalhos posteriores, utilizar mais amplamente as hipóteses fecundas de Halbwachs naqueles dois livros.

- (39) Consulte MANNONI, O. *Psychologie de la colonisation*. Paris, 1950. Também Georges Balandier, "Contribution à une Sociologie, de la Dépendance" in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Volume XII, 1952. Escreve aí Balandier: "La société colonisée peut... être considérée comme une *société globalement aliénée*, qui est atteinte dans son organisme socio-culturelle propre (plus ou moins, selon la capacité de résistance de cette dernière) et d'autant plus soumise à la pression de la société dominante étrangère qu'elle est plus dégradée".
- (40) Sobre este tema, vide GURVITCH, "Hyper-Empirisme Dialectique". In *Cahiers*, v.XV, 1953. Também *Déterminismes sociaux et liberté humaine*. Paris, 1955.

II — O Negro desde Dentro

Povos brancos, graças a uma conjunção de fatores históricos e naturais, que não vêm ao caso examinar aqui, vieram a imperar no planeta e, em consequência, impuseram àqueles que dominam uma concepção do mundo feita à sua imagem e semelhança. Num país como o Brasil, colonizado por europeus, os valores mais prestigiados e, portanto, aceitos, são os do colonizador. Entre estes valores está o da brancura como símbolo do excelso, do sublime, do belo. Deus é concebido em branco e em branco são pensadas todas as perfeições. Na cor negra, ao contrário, está investida uma carga milenária de significados pejorativos. Em termos negros pensam-se todas as imperfeições. Se se reduzisse a axiologia do mundo ocidental a uma escala cromática, a cor negra representaria o pólo negativo. São infinitas as sugestões, nas mais sutis modalidades, que trabalham a consciência e a inconsciência do homem, desde a infância, no sentido de considerar, negativamente, a cor negra. O demônio, os espíritos maus, os entes humanos ou super-humanos, quando perversos, as criaturas e os bichos inferiores e malignos são, ordinariamente, representados em preto. Não tem

conta as expressões correntes no comércio verbal em que se inculca no espírito humano a reserva contra a cor negra. "Destino negro", "lista negra", "câmbio negro", "missa negra", "alma negra", "sonho negro", "miséria negra", "caldo negro", "asa negra" e tantos outros ditos implicam sempre algo execrável. Ainda nas pessoas mais vigilantes contra o preconceito se surpreendem manifestações irrompidas do inconsciente em que ele aparece. Há dias um líder católico, culto cidadão, anti-racista por princípio, num dos seus artigos, em que focalizava a momentosa tragédia culminada no suicídio do Presidente Vargas, escrevia:

pelas revelações *tremendas* do arquivo *secreto* do seu mais íntimo "guarda-costas", se verificou que o governo do Brasil possuía uma *eminente grise*, que no caso era uma *eminência negra*! E que essa *asa negra* do presidente... escondia em suas fichas *secretas* o mais *terrível* libelo contra um regime de *trafegâncias e favoritismos*.

E mais adiante reporta-se aos

que acudiam a rojar-se aos pés da *eminência negra*, para dela conseguir as mais *escuras* intervenções. (os grifos são meus).

Sirvo-me deles para marcar o sortilégio que a cor negra evoca no espírito desse escritor. Pois que se fosse branca a pessoa de que se trata — Gregório Fortunato —, a elaboração do pensamento teria, evidentemente, tomado outras direções. Se o guarda-costas fosse claro, as aproximações seriam muito diversas. (Experimente o leitor traduzir para o branco o texto acima). O comentário do caso nos jornais e nas ruas se assinala de ângulos muito elucidativos da degradação da cor escura. De uma revista carioca transcrevo, por exemplo, este excerto:

Gregório quis saber se terá uma *chance*, um dia, de ser acarreado. Disse-lhe eu que, na pior das hipóteses defrontar-se-á com o General no sumário de culpa, na Justiça comum. O *preto* pareceu ficar satisfeito. Esfregou as mãos... Deixei o quarto do *negro* e com ele caminhei para a sala... Perguntei quais eram seus amigos... o *preto* respondeu...

A cor humana aí perde o seu caráter de contingência ou de acidente para tornar-se verdadeiramente substância ou essência. Não adjetiva o crime. Substantiva-o.

Tais escritos são de autoria de pessoas brancas. Mas, na verdade, mesmo as pessoas escuras sofrem obnubilação em face da cor negra. Um dos mais dramáticos flagrantes disto é esta declaração de uma autoridade policial de cor negra:

... o preto, é verdade, é feio. Uma raça feia, de pele escura. Não agüda aos olhos, o negro é antiestético, e a manifestação deste sentimento é tida como preconceito.

Este, como a quase totalidade dos nossos patrícios de cor, é um cidadão aculturado ou assimilado, como diriam os que cultivam aquela típica ciência de exportação e de intuítos domesticadores — a antropologia. Mas, pratiquemos um ato de suspensão da brancura e com este procedimento fenomenológico nos habilitaremos a alcançar a sua precariedade e, daí, a perceber a profunda alienação estética do homem de cor em sociedades europeizadas como a nossa. De repente nos torna óbvio o nosso empedernimento pela brancura, nos torna perceptível a venda dos nossos olhos. É como se sássemos do nevoeiro da brancura — o que nos parece olhá-la em sua precariedade social e histórica. E ainda que, por um momento, para obter certa correção do nosso aparelho óptico, poderíamos dizer que das trevas da brancura só nos libertaremos à luz da negrura.

Revelar a negrura em sua validade intrínseca, dissipar com o seu foco de luz a escuridão de que resultou a nossa total possessão pela brancura é uma das tarefas heróicas da nossa época. Pior do que uma alma perversa, dizia Péguay, é uma alma habituada. Nossa perversão estética não nos alarma ainda porque a repartimos com muitos, com quase todos: é uma lesão comunitária que passou à categoria de normalidade desde que, praticamente, a ninguém deixa de atingir. A ninguém? Não. Alguns se iniciaram já na visão pristina da negrura e se postam como noviços diante dela, isto é, emancipados do precário fastígio da brancura. Purgado o nosso empedernimento pela brancura, estamos aptos a enxergar a beleza negra, beleza que vale por sua imanência e que exige ser aferida por critérios específicos. A beleza negra vale intrinsecamente e não enquanto alienada. Há, de fato, exemplares de corpos negros, masculinos e femininos, que valem por si mesmos, do ponto de

vista estético, e não enquanto se alteram ou se aculturam para aproximar-se dos padrões da brancura. Há homens e mulheres trigueiros, de cabelos duros e de outras peculiaridades somáticas e antropométricas, nos quais é imperioso reconhecer a transparência de uma autêntica norma estética. A beleza negra não é, porventura, criação cerebrina dos que as circunstâncias vestiram de pele escura, espécie de racionalização ou autojustificação, mas um valor eterno, que vale ainda que não seja descoberto. Não é uma reivindicação racial o que confere positividade à negrura: é uma verificação objetiva. É assim, objetivamente, que pedimos para a beleza negra o seu lugar no plano egrégio. Na atitude de quem associa a beleza negra ao meramente popular, folclórico, ingênuo ou exótico, há um preconceito larvar, uma inconsciente recusa de aceitá-la liberalmente. Eis por que é digna de repulsa toda atitude que, sob a forma de folclore, antropologia ou etnologia, reduz os valores negros ao plano do ingênuo ou do magístico. Num país de mestiços como o nosso, aceitar tal visão constitui um sintoma de autodesprezo ou de inconsciente subserviência aos padrões estéticos europeus.

A aculturação é tão insidiosa que ainda os espíritos mais generosos são por ela atingidos e, assim, domesticados pela brancura, quando imaginam o contrário. É o que parece flagrante na poesia de motivos negros. De ordinário, a negrura aí aparece subalterna, principalmente quando se focaliza a mulher, que é celebrada, em regra, em termos puramente dionisíacos, como se neles se esgotasse a sua especificidade:

E eu que era um menino puro
Não fui perder minha infância
No manguê daquela carne!
Dizia que era morena
Sabendo que era mulata
Dizia que era donzela
Nem isso não era ela
Era uma moça que dava

Assim falou o nosso grande Vinicius de Moraes. Falaram no mesmo tom, com a melhor das intenções, Mário de Andrade, Jorge

de Lima, Nicolas Guillén e a legião de seus imitadores. Todavia, pondo a salvo o propósito generoso de tais poetas, nos refolhos de suas produções, surpreende-se, com frequência, o estereótipo: "Branca pra casar, negra pra cozinhar, mulata pra fornicar!" Labora pela ocultação da negrura toda esta pátina de associações pejorativas e de equívocos sinceros que vestem nosso espírito e que precisam ser purgados mediante a reiteração, em termos egrégios, dos valores negros. No Brasil, quem talvez mais perto chegou, em alguns momentos, da visão não domesticada da beleza negra foi Luiz Gama, no século passado, que escreveu versos como estes:

Como era linda, meu Deus!
Não tinha da neve a cor,
Mas no moreno semblante
Brilhavam raios de amor.

Ledo o rosto, o mais formoso
Detrigueira coralina,
De anjo a boca, os lábios breves
Cor de pálida cravina.

Em carmim rubro engastados
Tinha os dentes cristalinos;
Doce a voz, qual nunca ouviram
Dúbios bardos matutinos.

Límpida alma — flor singela
Pelas brisas embalada,
Ao dormir d'alvas estrelas,
Ao nascer da madrugada.

Quis beijar-lhe as mãos divinas,
Afastou — mas — não consentei;
A seus pés de rijo pus-me,
— Tanto pode o amor ardente!

Não são raros, aliás, os momentos em que Luiz Gama alcança a visão essencial, não contingente, da beleza negra. Referem-se-lhe, entre outras, expressões como "as madeixas crespas, negras", "flor louça", "formosa crioula", "Tétis negra", "cabeça envolvida em

núbia trunfa", "amores... lindos, cor da noite", "ebúrneo colo". Neste particular, Luiz Gama antecipou os movimentos revolucionários atuais, como o Teatro Experimental do Negro e o da *negritude* dos intelectuais de formação francesa, em que se destacam Birago e David Diop e Léopoldo Sédar-Senghor (senegaleses), Gilbert Gratiant, Etienne Lero, Aimé Césaire (Martinica), Guy Tirolien e Paul Niger (Guadalupe), Léon Laleau, Jacques Roumain, Jean-F. Brière (Haiti), Jean-Joseph Rabearivelo, Jean Rabémananjara e Flavien Ranaivo (Madagascar). Todos estes poetas perceberam a beleza negra não desfigurada pela contingência imperialista como "forma... fixa na eternidade", no dizer de um deles, Léopold Sédar-Senghor, autor do poema "Femme Noire", no que assim se expressa:

Femme nue, femme noire!
Vêtue de ta couleur que est vie, de ta forme qui est beauté!

J'ai grandi à ton ombre, la douceur de tes mains bandait mes yeux.

Et voilà qu'au coeur de l'été et de midi, je te découvre terre promise du haut d'un haut col calciné.

Et ta beauté me foudroie en plein coeur comme l'éclair d'un aigle.

Femme nue, femme obscure!
Fruit mûr à la chair ferne, sombres extases du vin noir,
bouche qui fais lyrique ma bouche
Savane aux horizons purs, savane que frémissent aux caresses ferventes du Vent d'est

Tam-tam sculpté, tam-tam tendu qui gronde sous les doigts du Vainqueur

Ta voix grave de contre-alto est le chant spirituel de l'Aimée.

Femme nue, femme obscure!
Huile que ne ride nul souffle, huile calme aux flancs de l'athlète, aux flancs des princes du Mali
Gazelle aux attaches célestes, les perles sont étoilées sur la nuit de ta peau

Délices des jeux de l'esprit, les reflets de l'or rouge sur ta peau qui se moire.

A l'ombre de ta chevelure, s'éclaire mon angoisse aux soleils prochains de tes yeux.

Femme nue, femme noire!

Je chante ta beauté qui passe, forme que je fixe dans l'éternel

Avant que le destin jaloux ne te réduise en cendres pour nourrir les racines de la vie.

Esta verdadeira revolução poética de nossos tempos conjuga-se com todo um movimento universal de auto-afirmação dos povos de cor e tem grande importância sociológica e política. Não deixam mais dúvida quanto a isto versos como os que seguem, de Aimé Césaire:

Et nous sommes debout maintenant,
mon pays et moi, les cheveux dans le vent, ma main petite maintenant dans son poing énorme et la force n'est pas en nous mais au-dessus de nous, dans une voix vrille la nuit et l'audience comme la pénétrance d'une grêpe apocalyptique.

Et la voix prononce que l'Europe nous a pendant des siècles gravés de mensonges et gonflés de pestilences, car il n'est point vrai que l'oeuvre de l'homme est finie

que nous n'avons rien à faire au monde que nous parasitions le monde
Qu'il suffise que nous nous mettions au pas du monde
mais l'oeuvre de l'homme vient seulement de commencer

et il reste à l'homme à conquérir toute interdiction immobilisée aux coins de sa ferveur

et aucune race ne possède le monopole de la beauté, de l'intelligence, de la force et il est place pour tous au rendez-vous de la conquête et nous savons maintenant que le soleil tourne autour de

notre terre éclairant la parcelle qu'a
fixée notre volonté seule et que toute
étoile chute le ciel en terre à notre
commandement sans limite.

A rebelião estética de que se trata nestas páginas será um passo preliminar da rebelião total dos povos de cor para se tornarem sujeitos de seu próprio destino. Não se trata de novo racismo às avessas, às avessas daquele de que foram arautos Gobineau, Lapouge, Rosenberg *et cetera*. Trata-se de que, até hoje, o negro tem sido mero objeto de versões de cuja elaboração não participa. Em todas estas versões se reflete a perspectiva de que se exclui o negro como sujeito autêntico. Autenticidade é a palavra que, por fim, deve ser escrita. Autenticidade para o negro significa idoneidade consigo próprio, adesão e lealdade ao repertório de suas contingências existenciais, imediatas e específicas. E na medida em que ele se exprime de modo autêntico, as versões oficiais a seu respeito se desmascaram e se revelam nos seus intuitos mistificadores, deliberados ou equivocados. O negro, na versão de seus "amigos profissionais" e dos que, mesmo de boa-fé, o vêem de fora, é uma coisa. Outra é — o negro desde dentro.¹

Notas

- (1) Revista *Forma*, n° 3, outubro de 1954.

III - Política de Relações de Raça no Brasil

Prosseguindo na realização de certames periódicos sobre relações de raça no Brasil, o Teatro Experimental do Negro promoveu na ABI, de 9 a 13 de maio de 1955, uma Semana de Estudos, na qual vários conferencistas procederam a um balanço dos estudos sociológicos e antropológicos sobre o negro em nosso país.

Ao encerrar-se a Semana de Estudos, o Teatro Experimental do Negro fez a declaração de princípios que, a seguir, é transcrita.

Declaração de Princípios¹

Ao encerrar a Semana de Estudos Sobre Relações de Raça, o Teatro Experimental do Negro:

- a) considerando as tendências gerais que se exprimiram nas conferências realizadas durante as sessões da referida Semana;
- b) considerando as mudanças recentes do quadro das relações internacionais impostas pelo desenvolvimento econômico, social e cultural dos povos de cor, o qual se constitui no suporte da autodeterminação e da auto-affirmação desses povos;

c) considerando os perigos sociais que poderiam advir do equívoco de definir em termos raciais as tensões decorrentes das relações metrópole-colônia e capital-trabalho;

d) considerando que é anti-histórico retornarem as minorias e os povos de cor às formas arcaicas de sociabilidade e cultura, ou preservarem-se marginais nas condições ecumênicas contemporâneas;

e) considerando as novas perspectivas abertas pela atual teoria social científica acerca das questões coloniais;

f) considerando que, sob o disfarce de "etnologia", "antropologia", "antropologia aplicada", e a despeito de contribuições científicas de profissionais dedicados a essas disciplinas, têm se corroborado, direta ou indiretamente, situações e medidas retardativas da autodeterminação e do desenvolvimento material e moral de minorias e povos de cor;

g) considerando que o Brasil, pelas suas particularidades históricas, é uma nação ocidental em que prepondera o contingente populacional de origem negra;

h) considerando que o Brasil é uma comunidade nacional onde tem vigência os mais avançados padrões de democracia racial, apesar da sobrevivência, entre nós, de alguns restos de discriminação.

Declara:

1) É desejável que os organismos internacionais, cujo objetivo nominal é estimular a integração dos povos, sejam cada vez mais encorajados a discutir medidas concretas tendentes à liquidação do colonialismo, em todas as suas formas e matizes, uma vez que a mera proclamação de direitos e de princípios, sob forma acadêmica e em abstrato, pode prestar-se (e freqüentes vezes se tem efetivamente prestado) para a coonestação da injustiça e da espoliação.

2) É legítimo reconhecer que o recente incremento da importância dos povos de cor, politicamente independentes, como

fatores ponderáveis na configuração das relações internacionais, tem contribuído, de modo benéfico, para restaurar a segurança psicológica das minorias e desses povos; todavia, este fato auspicioso não deve transmutar-se em estímulo a considerar como luta e ódio entre raças o que é, fundamentalmente, tensão e conflito entre sistemas econômicos.

3) Sem prejuízo do direito de as nações escolherem o seu próprio destino, é condenável toda medida ou toda política, ainda que justificada no direito de autodeterminação, que tenha por objetivo, direto ou indireto, fazer retornar as minorias e os povos de cor às formas arcaicas de sociabilidade e de cultura, ou conservá-las marginais nas condições ecumênicas contemporâneas.

4) É necessário desenvolver a capacidade crítica dos quadros científicos, intelectuais e dirigentes dos povos e grupo de cor, a fim de que eles se tornem aptos a discernir nas chamadas ciências sociais o que é me: a camuflagem e sublimação de propósitos espoliativos e domesticadores e o que é objetivamente positivo na perspectiva das sociedades ditas subdesenvolvidas.

5) É desejável que o Governo Brasileiro apóie os grupos e as instituições nacionais que, pelos seus requisitos de idoneidade científica, intelectual e moral, possam contribuir para a preservação das sadias tradições de democracia racial no Brasil, bem como para levar o nosso país a poder participar da liderança das forças internacionais interessadas na liquidação do colonialismo.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1955.

Notas

(1) Elaborado pelo autor.

APENDICE

I — Sobre a Crise Brasileira e a Sociologia no Brasil

Respectivamente nas edições de 7/6/56 e
28/7/56, o jornal carioca *Última Hora*
publicou em duas partes a seguinte
entrevista do autor:

I

O Professor Guerreiro Ramos, pelo relevante prestígio crescente que adquire no Brasil e no plano internacional, pode ser considerado como o nosso sociólogo do desenvolvimento, isto é, como o sociólogo em cuja obra se espelham hoje as novas tendências da sociedade brasileira. A reportagem de *Última Hora* teve oportunidade de ouvi-lo a respeito de vários assuntos ligados à sociedade brasileira, no tocante à sua especialidade. Desse encontro entre repórter e professor, surgiu esta palpitante entrevista, cuja primeira parte publicamos hoje, guardando a segunda parte para publicação posterior, em que o leitor poderá aferir a profundidade com que trata as questões sociológicas e a independência com que as expõe.

Falando-nos sobre o momento atual brasileiro, disse-nos inicialmente o prof. Guerreiro Ramos:

— É velha, no domínio da sociologia, a distinção entre os períodos orgânicos e os períodos críticos da vida de uma sociedade. Em seus períodos orgânicos, a sociedade consegue canalizar os impulsos humanos dentro de pautas consistentes, obtendo assim a integração das condutas. A crise surge quando estas pautas não são mais aptas a exercer papel organizatório, deixando, por assim dizer, livres ou soltas as propensões novas. Então se torna evidente uma ruptura entre a sociedade produzida, ou rotinizada, e a sociedade em produção, em estado efervescente. Estamos hoje, no Brasil, vivendo um momento essencialmente crítico, caracterizado pelo descompasso entre as aspirações majoritárias dos brasileiros e a organização social vigente. É visível, hoje, uma cisma na sociedade brasileira, cisma que, com o passar dos dias, cada vez mais se acentua. Uma sociedade velha desaba à nossa vista, minada por tendências novas que, perseguindo sua lógica imanente, estão suscitando desequilíbrios sociais, os quais, para o sociólogo, são criadores, pois auspiciam o advento de uma forma superior de organização social em nosso país.

No fundo da crise está evidentemente uma transformação material do país, uma transformação de suas condições econômicas. Já estão deflagrados na economia brasileira fatores de tal natureza e vulto que nos permitem comandar, em grande parte, o nosso desenvolvimento, o que não se verificava até há bem pouco, quando o controle das variáveis de que dependia o crescimento do país estava totalmente além de nossa interferência. Em outras palavras, embora escassos, existem hoje no Brasil recursos econômicos e humanos que, se organizados e aplicados funcionalmente, podem acelerar o nosso progresso material. Estes fatores, relativamente recentes, estão, entretanto, como sugeri acima, e se me permitem, desvairados, entregues à sua espontaneidade. Estão desmobilizados. Ora, o espontaneísmo pode ser mortal para o Brasil.

Não basta constatar a existência, entre nós, de fatores auto-determinativos. Temos um prazo útil relativamente curto para

realizar a emancipação do país, o que nos obriga a esforços para enquadrar esses novos fatores nos estatutos econômicos e sociais que eles reclamam. A criação desses novos estatutos da sociedade brasileira exige que se projete e realize um elenco de medidas integradas, que reflitam a consciência orgânica de nossas lacunas e necessidades. A classe dominante do Brasil atual não é, em verdade, uma classe dirigente, na medida que ela não possui a consciência orgânica das necessidades da comunidade nacional. Para ser dirigente, falta-lhe uma componente psicológica e ideológica — a compreensão da realidade do país como um todo. Esta carência ideológica se revela nas marchas e contramarchas e na indecisão que, ostensivamente, caracterizam a maneira como os grandes problemas nacionais estão sendo tratados. Estamos vivendo uma perigosa fase de *punctum secum* de que podem decorrer surpresas ameaçadoras. Se não sairmos já deste *punctum secum*, é provável que nos afundemos outra vez na confusão, aliás em franco processo à nossa vista. Não há maior desgraça que possa acontecer ao país do que o equívoco. E o germe do equívoco está nele operando. Grupos partidários, que não representam mais nada e já deviam estar reduzidos ao silêncio, adquirem importância, defendendo, por impostura, as teses populares dos que os derrotaram. Inversões semelhantes se verificam em outros níveis de liderança. E tudo isto mostra a inexperiência e a timidez dos que representam as novas tendências da sociedade brasileira. E o exercício severo e enérgico dessa representatividade que se torna urgente em todos os setores, principalmente no econômico, no político, no cultural. Há, hoje, no Brasil, um enorme desgaste de recursos e energias, resultante do exercício de funções de liderança por pessoas respeitáveis, mas desqualificadas, sem sensibilidade para as tarefas novas que se impõem, pessoas, em suma, que deveriam ser devolvidas à vilegiatura ou a uma pacata vida doméstica. Enquanto tais pessoas estiverem investidas de autoridade formal — a única que lhes resta — não se desfaz a parafernália de enganos de que resulta a confusão geral.

Falando-nos sobre o sentido de sua obra, prossegue o prof. Guerreiro Ramos:

— São as tendências de desenvolvimento que procuro exprimir em minhas obras e estudos sociológicos. Na minha atividade profissional, por meio da palavra escrita e falada, faço, quase diariamente, uma experiência enriquecedora. É que, sendo o meu pensamento freqüentemente polêmico e contrário ao aparentemente consagrado, seria de esperar que suscitasse oposições, desaprovações. Todavia, não me posso queixar. O ódio que alguns “sociólogos” oficiais me votam, ele mesmo se constitui em situação intelectualmente fecunda para mim, pois me instala dentro de uma contradição muito estimulante do ponto de vista dialético. Vivo dialeticamente. Não encontro, porém, resistências sérias na minha atuação profissional. Posso dizer que tenho, hoje, público numeroso em todo o país. Agora mesmo estou me preparando para atender a convites para fazer conferências em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife. Isto é para mim tão desvanecedor quanto se fosse convidado para o estrangeiro. Pois o sentido de minha obra é eminentemente brasileiro e o seu julgamento, não apenas no exterior, mas no Brasil, é importante no meu entender. Lamento apenas que a minha obra publicada ainda não corresponda ao que sei que posso e vou fazer. Considero-me, na verdade, um estrepante, tendo em vista os meus projetos de trabalho.

Quais os principais problemas de organização do trabalho sociológico no Brasil?

— Na minha opinião, dois devem ser destacados, no momento. Em primeiro lugar, o da aplicação dos recursos no trabalho de pesquisa no domínio das ciências sociais. Várias organizações nacionais estão aplicando esses recursos. Salvo raras exceções, fazem-no, porém, de maneira que considero verdadeiramente predatória. Estão sendo feitas pesquisas para se conhecer o que é óbvio, o que já se sabe sem pesquisa; ou ainda, aplicando-se recursos em projetos de sobremesa, em investigações e estudos de secundaríssima importância em país como o Brasil, com o que se ocupa, assim, mão-de-obra qualificada, que poderia ser encami-

nhada para a realização de tarefas de maior prioridade. Sobre o que penso a respeito da pesquisa sociológica no Brasil, escrevi um capítulo da *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*. Nesse terreno, há verdadeiras leviandades, custeiam-se empreendimentos de caráter puramente parasitário.

O outro problema diz respeito à utilização pelo Brasil dos recursos a que tem direito, oriundos de organizações internacionais. Por um lado, o prestígio dessas organizações parece ofuscar-nos e não temos, na medida necessária, uma atitude crítica em face delas. E assim, aceitam-se, no Brasil, seus projetos simetricamente elaborados de maneira abstrata, uniforme, desplanada, que não traduz os interesses reais do país, os quais, por serem muito particulares, exigem que sejam tais projetos também muito específicos. Na burocracia internacional, verifica-se, em não pequena escala, o que se pode chamar de *patologia administrativa*. Ali acaba por se formar uma confraria de especialistas do abstrato, de questões generalíssimas, cujos componentes se rodíziam num jogo inconsequente de postos mais ou menos inócuos ou “cartoriais”. Faz parte desse jogo o aliciamento, dentro de cada país, de uma espécie de quinta coluna que se beneficia dos cartórios mantidos mediante recursos internacionais. Ainda bem que conheço várias exceções: brasileiros patriotas, ligados a tais organizações, que procuram lutar contra esse estado de coisas e que estão já inquietos, em busca de novos rumos.

II

Pode o senhor resumir as teses principais do seu pensamento sociológico?

— Já o fiz em 1954, em declarações prestadas ao jornalista Otto Schneider. Mas é pertinente rever essas teses, tendo em vista atualizá-las. Vou resumir-las nos itens que formularei a seguir:

I — O atual esquema de divisão das ciências sociais (economia, sociologia, psicologia social, antropologia etc.) está obsoleto. Corresponde a um período histórico dos países europeus, em que se verificou o apogeu do capitalismo. Nesse período, a

burguesia européia tinha conseguido tornar-se o centro conformador do mundo e para garantir-se esta situação, estimulou, nos quadros acadêmicos, a floração de ciências particulares aplicadas no estudo de aspectos parciais da sociedade e da vida humana. A visão unitária e global das sociedades, nesse período histórico, se traduz na conduta prática da burguesia. Atualmente estamos entrando em nova época de crise do imperialismo. O centro de conformação do mundo já se bipartiu, enquanto na periferia deste se esboçam ondas ou movimentos cismáticos que tendem, por sua vez, a promover a repartição de forças internacionais. Conseqüentemente, torna-se necessário o apelo a uma teoria globalista da presente época, apta a servir de instrumento para realização das mudanças em que os povos estão empenhados. Estas novas condições determinam o imperativo da revisão do esquema de divisão das ciências sociais oriundo do século passado, e ainda hoje sobrevivente.

II — A sociologia à luz dos fatos contemporâneos, revela-se como uma forma de ideologia conservadora. Na forma sistemático-formal que veio a assumir nos quadros acadêmicos, tem de ser utilizada subsidiariamente e não como "a" ciência da sociedade. As correntes mais ideológicas ou acientíficas da sociologia contemporânea são o formalismo (Simmel, von Wiese etc.) e o empirismo (sociologia e antropologia anglo-americanas, sobretudo). Estas correntes, mais do que a sociologia em geral, são "doutrinas da ordem", tautologias disfarçadas sob o rótulo de ciência.

III — Inclino-me a conceituar a nova ciência social como uma concepção resultante de relações dialéticas entre a teoria e a prática. Note-se que não dou primado sistemático nem à teoria, nem à prática. Em toda prática há uma teoria imanente. Em toda teoria há uma prática imanente. Na minha vida profissional, aliás, em certo sentido, a prática precedeu a teoria. A nova teoria sobre relações de raça no Brasil, que consegui fazer vitoriosa em nosso meio, representa a indução de uma *praxis*. O Teatro Experimental do Negro me possibilitou a *praxis* do "problema" e depois dela é que cheguei à teoria. O mesmo aconteceu com os meus estudos

sobre mortalidade infantil e sobre problemas administrativos, econômicos e políticos do país. Quem não age, quem não participa do processo societário não compreende a sociedade.

IV — Resumindo: a ciência social do século XX é uma teoria culturista de caráter radicalmente historicista e dialético. É culturalista porque distingue na história universal um processo unitário de desenvolvimento — o *processo civilizatório*, e descontinuidades culturais, culturas irreduzíveis, ou seja, o *processo cultural*. É radicalmente historicista enquanto não se considera uma teoria final, mas está disponível para a superação de sua própria estrutura categorial, uma vez que está advertida de que a própria estrutura subjetiva do homem se altera historicamente. É radicalmente dialética no triplice sentido de que — (a) não admite o primado sistemático de nenhum critério operatório de dialetização, nem tampouco se admite como um monismo determinista dialético; (b) não admite a conclusão do processo histórico-dialético, nem sabe de antemão aonde conduz este processo; (c) dialetiza as relações entre a teoria e a prática.

V — A produção sociológica, como toda espécie de produção, é historicamente condicionada. Portanto, a produção sociológica, direta ou indiretamente, reflete os característicos específicos da sociedade particular do produtor ou dos produtores. Todo produto sociológico é dotado de intencionalidade. No domínio da ciência social, tem a validade também a observação de que o desenvolvimento nacional consiste em grande parte na substituição de importações. Assim como somos mais brasileiros, consumindo *Guaraná* em vez de *Coca-Cola*, tecidos Bangü em vez de tecidos ingleses, devemos produzir e consumir a nossa sociologia em vez de consumir a dos outros passivamente. Para o autêntico profissional brasileiro, a produção sociológica estrangeira deve ser considerada como subsídio, jamais como norma ou critério de pensamento e ação. Quanto mais autênticos o pensamento e a ação, mais os seus critérios devem ser induzidos da circunstância imediatamente vivida pelo sujeito. Começo a me preocupar com a criação de uma técnica de "redução sociológica", que habilite o estudioso a "suspender" os produtos sociológicos, a fim de assimilá-

los, sem perigo de deixar-se envolver por sua intencionalidade ou de alienar-se.

VI — Quem apenas conhece a literatura sociológica universal, sem se dar conta do que chamo de "redução sociológica", não passa de simples "alfabetizado" em sociologia. No Brasil, pessoas meramente alfabetizadas em sociologia são erroneamente consideradas sociólogos. A história da sociologia no Brasil é, em larga margem, uma crônica de livros, ou de cadernos de deveres colegiais.

VII — Os fatos sociais não são coisas, como pensava Durkheim e como pensa a sócio-antropologia empírico-positivista atualmente aceita principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos e servilmente imitada no Brasil por uma legião de *franzboas-boys*, *herskovits-boys* e *wagley-boys*. É aí que se recrutam os "lusotropicólogos" e os agentes consulares e outras espécies de animais domésticos. Para a sociologia científica, o que acontece na sociedade não se reduz a coisas, mas a processos. O empirismo sociológico é pseudocientífico, porque converte um momento transitório da sociedade em algo definitivo, eterno, mumificado. Prefiro dizer com Hegel: "O importante no estudo da ciência é realizar o esforço do conceito". Contra o fiscalismo, a "coisificação" dos fatos sociais, sustento que o que acontece na sociedade humana só pode ser entendido objetivamente quando se assume o ponto de vista do *devenir*, do movimento permanente.

VIII — Uma consequência do exposto anteriormente é o que tenho chamado de "faseologia", modo de ver sociológico aplicado por mim em vários estudos, principalmente no meu livro editado no México (1955), *Sociologia de la mortalidad infantil*. A idéia central deste modo de ver pode ser assim enunciada: *toda estrutura econômica e cultural condiciona seu correspondente elenco de problemas, o qual só se altera na medida em que a referida estrutura se transforma de modo faseológico*. O modo de ver faseológico é empírico-dialético e encarece a visão globalista da sociedade. Implicaria o lema: o todo condiciona as partes.

II — "... A Descida aos Infernos"

Sob o título "Guerreiro Ramos e a descida aos infernos", a revista *Marco* (nº 4, 1954) publicou a seguinte entrevista:

O senhor aceita ser classificado como sociólogo?

— Aceito por comodidade o qualificativo. Todavia, cada vez mais me convenço de que, enquanto permanece adstrito aos quadros academicamente definidos como sociológicos, o especialista não se habilita a alcançar a compreensão global da sociedade. A sociologia nos moldes em que a concebeu Augusto Comte na década de 1830-40, e nos moldes sistemáticos em que se configurou posteriormente, é uma escamoteação, enquanto não propicia a percepção das tendências fundamentais do desenvolvimento das sociedades, mas apenas conhecimentos fragmentários e parciais da vida coletiva.

A sociologia é portanto ideologia?

— Para ser preciso, vamos dizer a "sociologia", usando aspas. Sim. A "sociologia", enquanto se pretenda uma ciência sistemático-formal (penso aqui em sistemas como os de Durkheim, Simmel

von Wiese e os da maioria dos sociólogos norte-americanos), é, freqüentemente, uma forma larvar de ideologia conservadora, uma criptoideologia.

Diz-se por aí que o senhor é um iconoclasta e a tese que está agora sustentando não irá confirmar isto?

— Quem quer que contrarie a rotina está exposto à incompreensão. Na verdade, pretendo ser construtivo e esforço-me por ser impessoal, evitando ferir susceptibilidades alheias. Nem haveria razão para isto. Em última análise, muitos dos profissionais que praticam a “sociologia”, cuja validade eu nego, fazem-no, não porque careçam de valor e de inteligência, mas porque foram adestrados de maneira equivocada. São pessoas, via de regra, sinceramente equivocadas.

Negando a “sociologia”, não está fazendo raciocínio suicida?

— Ao contrário, encontro fortes estímulos para realizar uma tarefa criadora. Essa tarefa consiste na fundamentação e no exercício da ciência histórica. A ciência social só poderá ser legítima enquanto histórica, enquanto teoria da problemática atual da sociedade. Daí se infere que, sem prática, sem militância, não há ciência social.

Qual o antecedente europeu desta ciência histórica?

— Principalmente Hegel e seus continuadores revolucionários e, ainda, o historicismo, com Dilthey à frente. Temos de retomar estes marcos do pensamento e repensar a atual divisão das ciências sociais, a qual está muito comprometida com as tendências conservadoras da sociedade européia, a partir mais ou menos da década de 1840. Em suma, o atual esquema das ciências sociais não é nada definitivo, é reflexo de uma fase histórica, superado ou em vias de superação, na medida que estamos plantados em outra fase histórica.

Que contribuição pode dar neste sentido o cientista brasileiro?

— No domínio da ciência social, o intelectual brasileiro pode tirar grande vantagem da perspectiva que lhe dá a sua sociedade em rápida transição do semicolonialismo para a emancipação.

Nossa perspectiva em face da produção cultural dos países líderes é semelhante à que habilitou os intelectuais do século XVIII a liquidar as sobrevivências feudais de sua época. O processo positivo de nossa sociedade é favorável à tarefa criadora no domínio da cultura.

As nossas instituições culturais estão preparadas para isto?

— De modo geral, não. Em sua maioria, elas estão burocratizadas, sem sensibilidade para a cultura e sem inquietação. Em larga margem, nossa organização cultural “oficial” carece de representatividade, é inimiga da criação autêntica, assim que o trabalho de criação de cultura terá que ser procedido a despeito dela... Deixemos os *profiteurs* daquela organização com os seus títulos, seus galardões acadêmicos, sua pacholice e tratemos de viver intensamente o nosso tempo.

Que pensa a respeito de nossa produção sociológica?

— A sociologia no Brasil, sobretudo a “oficial” e a mais festejada nos círculos dos “entendidos”, está desatualizada. Em parte, esta desatualização é reflexo da desatualização da atual sociologia européia e norte-americana, em face do progresso das idéias filosóficas nos últimos quarenta anos e da nova imagem do mundo. Na medida que os nossos sociólogos levam demasiadamente a sério ou ao pé da letra a produção sociológica alienígena, acentua-se a dita desatualização. Além disto, nossa sociologia está desatualizada em relação ao nosso presente, à problemática particular da sociedade brasileira, perdida na investigação de pseudoproblemas, de questúnculas, tais como “aculturação”, “estrutura de comunidade”, “lusotropologia”, “sobrados e mucambos”, ou em certas mandarinagens sobre temas tratados em tese, com muita erudição e sem nenhuma urgência, necessidade ou funcionalidade.

Sua posição na sociologia brasileira é muito insólita. Como chegou a ela?

— A vida tem sempre razão. Sempre tomei o partido da vida. Os modestos conhecimentos que acumulei (e não cesso de adquiri-los) são vividos. As circunstâncias colocaram-me em tal posição

que os meus estudos foram sempre comandados pela necessidade de compreender ou resolver problemas: mortalidade infantil, administração de negócios governamentais, organização social de negros, ação política, agressões pessoais etc. Tive assim de, continuamente, testar na prática as minhas idéias e os meus conhecimentos; quando não, de extrair da prática uma teoria. Estou certo de que deriva daí o meu realismo, se me permite. Meu lema é e será sempre o de Napoleão: "on s'engage, et puis on verra". Seguindo este lema, pude restituir à cultura, para mim, o seu sentido original de saber. Para me entender, é preciso por ênfase em saber, na condição de estar de posse, de estar senhor daqueles ângulos, daquelas nuances, daqueles refolhos, daqueles tropos da vida que os inocentes, os equivocados, os conformados negligenciam ou não percebem. Este saber-culto só se adquire descendo aos infernos ou ... mordendo a maçã, como Adão. Quem não obedece àquela regra, não pode conjurar o hermetismo constitucional da cultura, que só entrega o seu segredo aos generosos.

Que situações em sua vida tem mais contribuído para a sua formação?

— A pobreza e as relações de comensalidade com os amigos. Uma das mais fortes impressões que recebi na adolescência resultou da leitura de Rilke e de Péguy, dois heróis da pobreza. Ainda que, atualmente, ponha entre parêntesis certos aspectos das obras destes homens, devo-lhes a iniciação no espírito da pobreza como ideal de vida. Ao lado disto, dentre as minhas melhores ocasiões de crescer incluo em primeiro lugar as em que, a pretexto de um cafezinho, de um almoço ou de um jantar, dialogo com os amigos. Em matéria de cultura, meu débito para com os amigos é muito grande. Reconheço-me mesmo, neste terreno, um espoliador de amigos.

Que estudos está realizando presentemente?

— Estou ultimando uma obra que se chamará *A Teoria da sociedade brasileira*, em que pretendo mostrar a evolução da teoria sociológica entre nós, desde Sylvio Romero até os nossos dias e apresentar uma interpretação histórico-sociológica da realidade

brasileira. Preparo também uma obra sobre negros e "brancos" no Brasil, em que pretendo mostrar que o nosso "problema" do negro é reflexo da patologia social do "branco" brasileiro e, portanto, um equívoco de nossa sociologia e antropologia do negro.

Que coisas gostaria de fazer na vilegiatura?

— Quero crer que está muito longe ainda esse período. Mas a pergunta me dá oportunidade para confessar dois dos meus mais amáveis projetos para quando dispuser de mais tempo. Estes projetos são: escrever "a história secreta de Abdias Nascimento" e a biografia de Hélio Jaguaribe.

Com o primeiro destes projetos, pretendo, através da descrição do curso de uma vida, fazer a história interior de um precursor, de um homem a quem venho assistindo viver dialeticamente a negritude. A antecipação que marca a vida de Abdias tem sido o obstáculo para o seu êxito social, no presente. Mas o êxito vital... é o tema que quero ferir — o pleno êxito vital de um homem sob a aparência social mais despistadora, e apesar das incompreensões impostas pela penúria e a mediocridade ambiente.

Com o segundo projeto, pretendo fixar a fisionomia dinâmica de um pedagogo, fixar um momento importante da evolução cultural do Brasil, quando uma vida humana se faz matéria em que um determinado "tempo" histórico impregna o seu sentido...

ANEXO

*O Tema da Transplantação
na Sociologia Brasileira*

Enteléquias na Interpretação

I

O Tema da Transplantação

Em nossas letras sociológicas é discernível um apreciável número de interpretações da sociedade brasileira. Até esta data, porém, tais interpretações, em sua maioria, alcançaram explicar apenas aspectos fragmentários da sociedade brasileira.

Afigura-se, assim, como um exercício preliminar para a formulação de uma teoria de nossa sociedade o que consiste na discussão sociológica dessas interpretações.

Não pretendemos insinuar que a teoria da sociedade brasileira possa resultar da justaposição ou da média aritmética do que há de fragmentariamente objetivo nesses esforços. O que esperamos que se ganhe com esta discussão é um método de estudo da realidade histórico-social, de caráter científico. É aliás, mais importante o domínio desse método do que a simples acatização, em termos definitivos, de uma interpretação da realidade histórico-social, num dado momento, ainda que objetiva. Até porque, sendo

eminentemente dinâmica esta realidade, nenhuma interpretação pode pretender-se definitiva. Portanto, é o domínio do método científico de interpretação sociológica, em última análise, que garante a possibilidade da compreensão e assenhoração dos fatos.

Foi exatamente por carecerem deste método que os sociólogos brasileiros, até agora, não conseguiram proceder a uma teorização cabal de nossa sociedade. Para tanto, seria necessário que tivessem ultrapassado o ecletismo que, em regra, presidiu a sua formação. Não tendo acontecido isto, suas obras, em geral, são mais elucidativas de sua formação biográfica do que da formação do país.

Várias têm sido as idéias à luz das quais os diferentes sociólogos procuraram explicar a formação da sociedade brasileira. As principais foram, a da transplantação e da problematidade da sociedade brasileira; a das enteléquias; a do regionalismo; a da aculturação; a das interferências históricas; a da colonização brasileira como uma empresa comercial; a da dualidade.

No presente estudo, focalizaremos as contribuições que deram ênfase à transplantação.

A interpretação da formação da sociedade brasileira à luz da idéia da transplantação tem sido tentada desde longa data.

Os que, porém, deram ênfase a essa idéia em seus estudos, estavam preocupados com a formação do país, num duplo sentido. De um lado, adeptos de um certo historicismo romântico, consideraram-na como um processo de caráter orgânico e vegetativo de que o homem participa como um elemento entre outros e não como um protagonista propriamente; de outro lado, entenderam a formação do país como um ato deliberado de lhe dar forma ou de disciplinar o seu desenvolvimento.

No primeiro caso, a formação do país se compararia a um processo histórico, análogo ao das entidades naturais, por exemplo, arqueológico, ao das espécies. No segundo caso, a formação do país corresponderia a uma obra política, de que seriam protagonistas as elites ou os quadros dirigentes.

Assim, todos os autores, cujos estudos sobre o Brasil focalizam a transplantação, manifestaram um propósito pragmático e se preocuparam com as soluções do que consideravam o "problema" brasileiro. A crítica, no caso, era o esteio de uma conduta participante, de um programa. Daí que, em tais estudos se torna muitas vezes difícil separar o diagnóstico da terapêutica; daí o predominante caráter normativo de tais estudos.

Preliminarmente vale notar que a quase totalidade dos estudos em pauta considera a transplantação como uma condição patológica de nossa sociedade, resultante da ação pouco esclarecida de nossos quadros dirigentes.

Portanto, antes de passar ao exame mais pormenorizado das variantes deste tipo de interpretação no Brasil, é pertinente observar que os seus autores, via de regra, negligenciaram o fato de que a transplantação foi um acidente inevitável da formação brasileira, um acidente normal e não patológico em todos os contextos coloniais. Rigorosamente, durante o período em que o Brasil foi colônia de Portugal, as transplantações obedeciam e serviam a um propósito pragmático e historicamente positivo. Graças a elas saltamos várias etapas de desenvolvimento, um território sobre o qual se distribuíam várias tribos na idade da pedra articulou-se de repente ao plano da história européia. Não seria através do mero crescimento vegetativo que isto poderia ocorrer. A transplantação foi um expediente e historicamente necessário para que se tornasse possível, a seu tempo, a nação brasileira.

Se não extrapolarmos para o passado colonial, o ponto de vista brasileiro, que só foi historicamente possível a partir do século XIX, ter-se-á de concluir que a transplantação foi uma excelente arma de manutenção e defesa de uma estrutura de poder. A unidade do Brasil, nos três primeiros séculos, conseguiu-a Portugal graças ao tecido administrativo que instalou, aqui, verdadeiro "compressor" através do qual "nivelou o terreno".

Estaria fora da pauta sociológica invectivar os fatos ou proceder indagando que rumo tomaria a nossa evolução se, em vez de portugueses, fossem espanhóis, franceses ou holandeses os

colonizadores do nosso território. Aliás, esta evolução, qualquer que pudesse ter sido, não se teria realizado fora da pauta da transplantação.

Há, entretanto, um momento em que a transplantação se torna entre nós algo de que se toma lúcida e dramática consciência.

Foi a Independência que inaugurou a fase em que aos nossos quadros dirigentes deveria caber o mister ciclópico de criar instituições para um país. Este momento só o tiveram os países colonizados ou descobertos.

Foi neste momento (1822) que se apresentou aos nossos quadros dirigentes o "problema" da formação nacional. As novas condições reais do Brasil tornavam facilmente perceptível que as instituições aqui instaladas obedeciam a um propósito explorador e fiscal e impunham um esforço de criação no campo social.

Era esta circunstância problemática que desafiava a capacidade de compreensão dos quadros dirigentes. Os velhos países não tiveram um "problema" desta ordem porque suas instituições se formaram lenta e demoradamente, através de um processo mais evolutivo que revolutivo.

Em face do "problema", duas tendências se delinearão desde 1822: a dos que advogavam a adoção literal de instituições estrangeiras e a dos que se inclinavam para a tentativa de realização de um esforço no sentido de criar, para o país, uma superestrutura, tanto quanto possível, adequada às circunstâncias particularíssimas do meio.

Ambas as tendências são historicamente compreensíveis. A primeira tendência foi, como não podia deixar de ser, a dominante até agora. Lembrem-se que em 1822, quando os próprios quadros dirigentes brasileiros passam, eles mesmos, a praticar extensamente transplantações, das ciências sociais apenas a economia já tinha sido concebida. Mas a referida disciplina daquela época era nada mais que um sistema de conceitos e leis dos países europeus na fase particular do capitalismo em que estavam. Só posteriormente se deram conta os economistas da historicidade dos conceitos e das leis econômicas. Quanto à sociologia, só na década de 1830 surgiu

a palavra e, pode-se dizer, veio atingir o nível científico ou a depurar-se de etnocentrismos e de resíduos ideológicos, quase em nossos dias. Além disso, não tínhamos aqui nenhuma tradição de pensamento, desde que faltaram as condições materiais necessárias para tanto.

Nestas condições, foi perfeitamente normal que se tomasse em face do "problema nacional" uma atitude exemplarista, segundo a qual a sua resolução estaria garantida ou encaminhada pela instalação, entre nós, das instituições vigentes nos países líderes da época, isto é, que uns, como Salles Torres Homem (o famoso Timandro do Libelo do Povo), advogassem a reprodução aqui das instituições francesas, enquanto outros, como Tito Franco de Almeida, procurassem modelos na democracia inglesa ou norte-americana.

A corrente dos que, após a nossa Independência, procuraram contrapor-se à prática das transplantações literais encontrou o seu primeiro sistematizado: em Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai. Ele viu com toda nitidez o artificialismo dos exemplaristas e, como Ministro do Império, oferece, entre nós, uma ilustração do que pode ser uma ação política e administrativa sociologicamente fundamentada.

Assim, não admitia a transferência literal das instituições porque, a seu ver, elas, em última análise, nada mais eram do que cristalizações de costumes. E jamais aceitou a idéia da bondade ou excelência intrínsecas das mesmas, fossem americanas, inglesas ou francesas. Diz ele, referindo-se às instituições:

Cada uma de suas molas supõe o concurso e jogo de outras, certo espírito, hábitos, caráter nacional e certas circunstâncias, cuja falta não é possível suprir. Cada uma de suas partes sustenta e é sustentada pelas outras, e com elas se liga. É necessário muito estudo, muito critério, para separar uma parte dessas instituições, e aplicá-la a outro país diverso, cuja organização, educação, hábito e caráter e mais circunstâncias são também diversas.

É muito eloquente o testemunho que nos dá Paulino das instituições parlamentares adotadas pelo Brasil no período imperial.

No começo de nossa vida como país independente, nem o Executivo nem as próprias Câmaras Legislativas compreendiam bem a Constituição. Autoridades administrativas, câmaras municipais, particulares dirigiam-se diretamente à Câmara dos Deputados e esta

acolhia tudo e ocupava-se de insignificantes questões administrativas, mal e incompletamente instruídas e examinadas, e tendia a administrar por meio de pareceres... Dirigia advertências e recomendações ao Governo, indicava-lhe soluções, mandava responsabilizar empregados... As Câmaras invadiam a atribuição do Poder Executivo de fazer Regulamentos. Os Ministros propunham à Câmara objetos de Regulamentos.

O *Ensaio sobre o Direito Administrativo* do Visconde do Uruguai, publicado em 1862, é um dos primeiros documentos da posição crítico-assimilativa em face da produção cultural estrangeira, posição, ainda hoje, muito escassamente adotada. Uma das teses centrais deste livro é a da centralização, que lhe parecia o princípio fundamental a ser observado na organização político-administrativa de um país como o nosso cujo povo carecia de hábitos de autogoverno e de unidade psicológica e que, portanto, deveria ser educado em termos hábeis e adestrar-se lentamente para gerir os seus próprios negócios.

A organização político-administrativa do Brasil, na visão de Paulino, comparava-se a uma tarefa tutelar que exigia uma elite de homens conscientes das necessidades orgânicas da sociedade nacional. Isto porque — é o seu pensamento —

nos países nos quais ainda não estão difundidos em todas as classes agudos hábitos de ordem e legalidade, que únicos podem colocar as liberdades públicas fora-do-alcance das invasões do Poder, dos caprichos da multidão e dos bores dos ambiciosos, e que não estão portanto devidamente habilitados para o *self government*, é preciso começar a introduzi-lo pouco a pouco, a sujeitar esses ensaios a uma certa tutela, e a certos corretivos.

Funda, assim, Paulino uma tradição de estudos teórico-pragmáticos que se continua através de Silvio Romero, Alberto

Torres e Oliveira Viana. Todos eles, depois de diagnosticarem os males que em nossa sociedade decorrem da prática de transplantações literais, passam a propor medidas corretoras desses males. Todos eles não se satisfazem apenas em interpretar, propõem-se transformar o país.

É o caso de Silvio Romero, que alcança com nitidez a historicidade das instituições e dos produtos culturais em geral. A sua *História da literatura brasileira* (1888) é, por assim dizer, o primeiro esforço de interpretação sociológica do Brasil. Ao realizá-lo não podia um espírito agudo como o de Silvio Romero deixar de sublinhar o caráter reflexo das instituições nacionais e principalmente de nossa literatura.

A nação brasileira não tem... em rigor uma forma própria, uma individualidade característica, nem política nem intelectual. Todas as nossas escolas, numa e noutra esfera, não têm feito mais em geral do que glosar, em clave baixa, as idéias da Europa, às vezes, em segunda ou terceira mão. Temos uma literatura incolor, os nossos mais ousados talentos dão-se por bem pagos quando imitam mais ou menos regularmente algum modelo estrangeiro. (*História da literatura brasileira*, pág. 125)

A deficiência sociológica da crítica de Romero, e aliás, também, da dos que o seguem no trato deste tema, consistiu em admitir que se os brasileiros fossem mais sensatos poderiam ter evitado a transplantação. A sua posição crítica, entretanto, o habilitou a antecipar uma alienação fundamental da vida brasileira, que só hoje, realmente, pode ser liquidada; o habilitou a ver o que chamou de "erro político" e que consistia em

agrar inconscientemente a dispersão anglo-americana, impingi-la a países norteados por outras normas, erigir em forma definitiva de governo, imitável por outros povos, aquilo que não passa em rigor de um dos momentos, uma das fases, um dos estádios da evolução da gente anglo-saxônica...

Dentro desta ordem de idéias, a política no Brasil, segundo Silvio Romero, deveria atentar para os seguintes imperativos:

a) obrigação de estar ela em acordo e em *consensus* com todas as outras manifestações espirituais ativas do povo, cuja vontade dirige a formulação do direito, religião, moral, arte, ciência, vida econômica;

b) obrigação de renunciar à mania de supor que instituições se copiam indiferentemente de estranhos, sem atenção às condições de tempo e espaço;

c) obrigação de abandonar no sistema representativo a base do materialismo grosseiro do *território e da cifra de população*, e procurar o almejado apoio na representação das grandes funções sociais correspondentes às criações fundamentais existentes.

Alberto Torres mergulha nesta tradição e define em que consiste o "problema nacional brasileiro". Diz ele:

As nações de origem remota e de lenta evolução não conheceram, nem conhecem, o *problema nacional*, pela mesma razão por que os *herdeiros* de grandes fortunas desconhecem o *problema* da subsistência e cada indivíduo desconhece o problema da formação estrutural de seu organismo (*O Problema nacional brasileiro*. Brasileira, 1938, pág. 93).

Nas nações novas o fato, resultante da forma peculiar da sua exploração, é que a *sociedade* não chega jamais a constituir-se: a assimilação e a integração, obras de lento e gradual evoluir, nos velhos países, não encontram os mesmos móveis de estímulo e de operação (pág. 94).

A *Organização nacional* é a obra em que Torres propõe a estrutura político-jurídica que lhe parecia susceptível de possibilitar a realização da tarefa de formar a nacionalidade artificialmente, de cima para baixo, da inteligência para os instintos.

É justamente quando passa à parte programática de sua obra que Alberto Torres exhibe a sua inconsistência científica no domínio da sociologia. Assim acreditou que a "consciência nacional" pudesse ser formada artificialmente, pudesse ser "obra política" e não viu que a nação só se pode dar efetivamente, dentro de condições concretas muito específicas, que ela é um produto histórico e não puramente psicológico, isto é, que ela é uma fase do desen-

volvimento do capitalismo nacional. Não viu, portanto, Alberto Torres, que o caráter ilusório da nação, no Brasil, lhe imposto pela necessidade de comparecer externamente de modo a tirar proveito da conjuntura mundial, embora internamente o país fosse um sistema histórico ganglionar. Não viu, em suma, que o que se impunha na sua época seria a diretriz de atingir indiretamente a fase nacional da formação brasileira através da criação do capitalismo indígena.

Neste ponto, Oliveira Viana, embora insistindo numa atitude normativa em face da transplantação no Brasil, avanta-se a Torres em objetividade. Com efeito, percebeu que "a obra de unificação nacional" está na dependência dos "meios de circulação material", além dos de natureza espiritual — ferrovias, navegação, telégrafos, correios. No prefácio da segunda edição de *Evolução do povo brasileiro* (1938) escreveu:

Há que acentuar o advento dos três novos meios de comunicação que nos vai permitir uma maior aproximação, não só material como espiritual, de todos os centros da população do país; quero me referir à radiofonia, à radiotelegrafia e à aviação. Todos os três agentes por excelência de nossa unificação material ou moral. Todos os três destinados a ser fatores poderosíssimos na obra de desenvolvimento e consolidação de nossa consciência coletiva nacional (pág. 15).

Tivesse Oliveira Viana melhores instrumentos de análise sociológica e teria percebido a estreita correlação entre o fenômeno nacional e o mercado interno.

Progressos como este aproximam a nossa melhor tradição sociológica da compreensão objetiva da realidade brasileira. Mas Oliveira Viana não superou, em larga margem, os equívocos de seus antecessores. Insistiu muito em sublinhar o fracasso das transplantações, o qual, segundo ele, seria imposto pela força dos costumes e do caráter nacional. Atualmente, afiguram-se quase ingênuas palavras como estas (*Instituições políticas brasileiras*):

Que os costumes influem decisivamente no êxito de qualquer política do Estado demonstra-nos a nossa história, desde 1822, com as próprias reformas democráticas que

temos feito, usando a técnica liberal, isto é, o método de outorgar ao povo a *faculdade* dele mesmo — por um movimento espontâneo da sua livre iniciativa — realizar a mudança, a inovação, a *reforma* pretendida pela política do Estado. São numerosas estas reformas — e constituem toda a longa história das tentativas constitucionais de *anglicanização* ou de *americanização* da nossa vida política: *self government* municipal; autonomia provincial; democracia; governo de partidos; parlamentarismo.

Nenhuma destas inovações *liberais* — ou ditas *liberais* — tiveram aqui, em boa verdade, êxito real. O *self government* regional, a autonomia das províncias ou dos Estados, na generalidade dos casos, falhou — como falhou, a autonomia dos municípios. Falhou também a democracia — como sufrágio direto e universal. Falhou o governo de partidos — falhou no Império e também na República. O Parlamento falhou igualmente: do regime parlamentar do Império o que, realmente, se salva — e também o que o salvou — é, sem dúvida, o “poder pessoal do Imperante”.

E, baseando-se em sua crítica, passa a preconizar os critérios que devem presidir à organização do país. Resumindo o seu pensamento sobre a questão, escreveu em *Problema de política objetiva*:

Organização sólida e estável da liberdade, principalmente da liberdade civil, por meio de uma organização sólida e estável da autoridade, principalmente da autoridade do poder central.

Está claro que, quando dizemos — “autoridade”, não queremos dizer apenas autoridade do Executivo, mas também, e principalmente, autoridade do Judiciário. O Poder Judiciário e o Poder Executivo são os grandes poderes, cuja organização nos deve preocupar, de maneira precípua, numa obra séria de revisão. O Poder Legislativo, na sua modalidade parlamentar, é, ao contrário do que parece, de importância secundária.

Um Poder Executivo forte: ao lado dele e contra ele um Poder Judiciário ainda mais forte — eis a fórmula.

Ou o movimento de reforma das nossas instituições terá este sentido nacional, ou não terá sentido nacional algum — e se resolverá apenas numa agitação temerária perigosa, de regionalismos reviventes.

Não é pois, para admirar que as tendências normativas em face do “problema brasileiro” expressas por Silvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Viana venham confluir, na esfera política, no Integralismo e no Estado Novo. Para focalizar apenas o Integralismo, lembre-se que em 1933, num livro doutrinário, com pretensão sociológica, o Sr. Plínio Salgado retoma o tema da transplantação. Ele vê no Brasil uma incompatibilidade entre o fato e a idéia nacional. Para ele, o povo brasileiro, durante os três primeiros séculos,

firmara um *modo de ser*, uma linha de evolução nacional, um tipo de relações sociais, uma consciência de necessidades, para sempre esquecidas, para sempre relegadas a um plano ínfimo por nossos intelectuais, em todas as épocas do nosso já longo período independente.

Este período independente teria sido o em que, por força do contato freqüente com as nações da Europa, nunca deixamos de copiar instituições e idéias. Diz ele (*Psicologia da Revolução*, 4ª edição, págs. 129-30), descrevendo o que chama as duas nações:

Quem quiser compreender o povo brasileiro tem, preliminarmente, que separar as duas nações, as quais coexistem no país, e representam, cada uma, o resultado de uma *revolução distinta*.

O Brasil letrado, dos literatos, dos juristas, dos cientistas, dos grandes industriais e comerciantes, dos políticos e diretores de Partidos — esse Brasil procede do século XIX; é o Brasil constitucionalista, liberal, democrático, cientista, romântico, retórico.

O outro Brasil, dos aglomerados municipais, das populações disseminadas pelo imenso território, das massas proletarizadas, dos bandos sertanejos — esse Brasil procede do século XVI, é o Brasil individualista, aventureiro, feiticeiro por índole, acomodaticio às injunções patriarcais ou aos imperativos.

O primeiro é o Brasil formal; o segundo, o Brasil essencial.

Ambos são revolucionários; mas enquanto o primeiro recebeu da Europa uma revolução já domesticada pelas reações éticas e jurídicas do constitucionalismo, o segundo, tendo-se isolado quatrocentos anos do mundo, desenvolveu, a seu modo, a idéia da revolução, que apenas subconscientemente inquietava a civilização do mundo ocidental.

O Brasil das cidades maiores era uma expressão da "idéia revolucionária" oriunda do "fato revolucionário europeu", o Brasil inculto, das populações interiores era uma expressão do "fato revolucionário", oriundo da "idéia revolucionária", idéia nascente no alvorecer do século XVI e traduzida em bruto na terra selvagem.¹

As conclusões a serem tiradas desta exposição sumária parecem ser as seguintes:

1) estes autores, enquanto representam uma atitude crítico-assimilativa em face dos produtos culturais estrangeiros são, do ponto de vista científico, superiores aos que assumiram em face de tais produtos uma atitude dogmática-dedutiva, ou seja, de aceitação literal dos mesmos, desadvertidos das contingências consuetudinárias do país;

2) no que diz respeito ao diagnóstico sociológico da transplantação, estes autores não conseguiram formular uma explicação cabal da questão. Discutiram predominantemente em termos psicológicos. A transplantação, para eles, poderia ser ou ter sido evitada pelo esclarecimento das elites. Quando, na verdade, a transplantação no Brasil e nos países de formação semelhante tem sido um fato normal e inevitável decorrente da interação de fatores objetivos, em que ressaltam os econômicos, os quais foram negligenciados por aqueles autores;

3) a prova de que esses autores não chegaram a formular uma teoria sociológica do Brasil, de caráter científico, é que propuseram soluções psicológicas ou meramente superestruturais para os problemas do país tais como esclarecimento ou educação de elites, fortalecimento do executivo ou do judiciário, organização eleitoral. Não viram, portanto, que as soluções dos problemas são menos atos de vontade de um ou de alguns do que um processo social mesmo, de caráter total, em que se compenetraram os diferentes aspectos da sociedade: o econômico, o social, o político e o cultural.

II

O Tema das Enteléquias

A explicação do Brasil em termos de enteléquias vêm sendo tentada de longa data. O capítulo das interpretações do nosso país

neste sentido engloba um vasto acervo de produção desde as meramente literárias até as que se pretendem sociológicas.

De modo geral, essas interpretações se caracterizam pelo fato de atribuírem ao povo brasileiro um *cardier*, uma *vocação*, ou tendências e inclinações fixas. Como os antigos, admite-se aqui a existência de qualquer coisa, "impalpável, mas real" que torna os povos diferentes entre si. Tais diferenças, via de regra, de caráter decorreriam da "ação d'uma polhada ou demônio invisível", de uma espécie de *genius loci*, gênio do lugar.

Tecnicamente aquela "qualquer coisa impalpável, mas real" pode ser chamada de enteléquia, palavra criada por Aristóteles e que Leibniz clarifica ao dizer que as enteléquias

são todas as substâncias simples ou mónadas criadas, pois têm em si uma certa perfeição e há nelas uma certa capacidade de bastar-se a si mesmas que as torna fontes de suas ações internas e, por assim dizer, autômatos incorpóreos.

Segue-se daí que a compreensão de uma sociedade exigiria dons verdadeiramente artísticos, certa capacidade divinatória muito próxima da intuição poética. A interpretação de um país passa a ser, portanto, uma proeza e admite tantas variantes quantas são as equações espirituais de cada autor.

A mais ingênua descrição do caráter do nosso povo em termos de enteléquia é devida, sem dúvida, ao Conde Affonso Celso, que escreveu em seu famoso livro *Porque me ufano do meu país* (2ª edição, 1901):

Quanto ao seu caráter (referia-se ao povo brasileiro), ainda os piores detractores não lhe podem negar:

1ª Sentimento de independência, levado até a indisciplina.

2ª Hospitalidade. No interior, raro se encontram hospedarias. Quem chega é acolhido, com affabilidade e lha-neza, na primeira casa a que bata. Os lares de certa ordem têm um quarto especial sempre prompto, chamado o *quarto dos hospedes*. Estes demoram-se mezes e annos, às vezes. O dono da casa não se incommoda. É para elle signal de importancia, como o receber cartas numerosas no correio.

3ª Affeição á ordem, á paz, ao melhoramento.

4ª Paciência e resignação.

5ª Doçura, longanimidade, desinteresse.

6ª Escrupulo no cumprimento das obrigações contrahidas. julgar-se-hia desairado quem, no interior, allegasse prescrição de dívida.

7ª Espírito extremo de caridade. Elisée Reclus observa que nenhures se acha como no Brazil tão notavel organização de estabelecimentos de solidariedade, mantidos por esmolas, sem intervenção do governo. Produz resultado o menor appello, em nome dos que soffrem.

8ª Accessibilidade que degenera, ás vezes, em imitação do estrangeiro.

9ª Tolerância; ausencia de preconceitos de raça, religião, côr, posição, decahindo mesmo em promiscuidade. Só ha exemplo de um jornalista estrangeiro expulso. Durante a guerra do Paraguay, um francez publicava no Rio de Janeiro um jornal sympathico ao inimigo, caricaturando os nossos generaes.

10ª Honradez no desempenho de funções publicas ou particulares.

Por outro lado já se insinuou que o povo brasileiro "é uma flor amorosa de três raças tristes" e um famoso historiador de nossa literatura, Ronald de Carvalho, escreveu em 1924:

A alma brasileira nasceu de três grandes melancolias. Deu-lhe a saudade portuguesa, a doçura da sensibilidade ibérica e o fatalismo voluptuoso da imaginação oriental; acrescentou-lhe o índio a inquietação do temor cósmico, ajuntou-lhe o africano a queixa imensa de sua humilhação, o travo do seu sofrimento resignado.

Um dos livros de mais repercussão por volta do ano de 1928, *Retrato do Brasil*, pretendia mostrar, por sua vez, que o caráter do nosso povo é marcado por quatro afeções fundamentais: a luxúria, a cobiça, a tristeza, o romantismo. O clima e as raças no Brasil seriam os determinantes deste caráter.

A nossa luxúria, de origem portuguesa e indígena foi "acoroçoada" pela passividade infantil da raça negra africana que veio facilitar e desenvolver a superexcitação erótica em que vivia o conquistador e povoador, e que vincou tão profundamente o seu caráter psíquico (pág. 57).

Além da luxúria, seríamos dominados pela cobiça, pela tristeza e pelo romantismo. É característica desta e de outras interpretações que obedecem às mesmas diretrizes impressionistas a incapacidade de indicar os corretivos concretos dos males que descrevem. Para o autor de *Retrato do Brasil*,

é necessário recorrer à cirurgia a fim de liquidar os nossos defeitos. Só duas soluções poderão impedir o desmembramento do país e a sua desapareição como um todo uno criado pelas circunstâncias históricas, duas soluções catastróficas: a guerra e a Revolução,

coisas, aliás, que ele não diz em que consistem.

Em 1935, de um dos nossos mais acatados publicistas, Afonso Arinos de Melo Franco, aparece um livro que pretende ser um "novo retrato do Brasil" ou conter uma "teoria da civilização brasileira".

Em essência, o livro, *Conceito da civilização brasileira*, afirma que as qualidades mais nobres do povo brasileiro são devidas ao contingente branco, português, e as negativas são conseqüências do que chama de resíduos afro-índios. Além disto, afirma também que a sociedade brasileira só poderá ser dirigida de modo superior na medida que se assegura nas atividades governamentais, o predomínio da raça branca sobre os outros contingentes étnicos.

Efetivamente, decorreriam de resíduos afro-índios os grandes defeitos do povo brasileiro tais como: a imprevidência, a dissipação, o desapareço pela terra, a crença na salvação pelo acaso, o amor à ostentação. Uma transcrição de alguns trechos deste livro parece elucidativa.

"A nossa imprevisão, a nossa falta de poupança, a nossa desatenção pueril para com o futuro, nos foram incutidas no sangue e na alma pelos nossos antepassados tupis-guaranis (pág. 142)". Seria este resíduo índio que explicaria, por exemplo, a história financeira do Brasil, com "seus empréstimos públicos federais, estaduais e municipais, simplesmente de estarrecer" (pág. 142).

"O sentimento do acaso, do imprevisto, herdado do índio, junto à esperança permanente na proteção das forças desconhecidas

das e inacessíveis, eis o que faz do brasileiro este povo espantosamente jogador" (pág. 158). Nosso autor conclui daí que, para corrigir este mal do caráter brasileiro, seria necessário, pela educação, transformar a nossa "mentalidade atávica". Evidentemente, também pela eugenia, embora ele não mencione esta palavra, desde que tal tendência ao jogo é "um atributo racial" (pág. 160).

Para o nosso autor, a política no Brasil foi "lógica, equilibrada e parcimoniosa, dando preferência ao campo", (pág. 198) durante o período colonial e imperial, isto é, enquanto, pelo predomínio do elemento branco, se anularam "nos atos do governo as tendências atávicas da raça mestiça" (pág. 199).

Já na República, por mais falsificada que seja nossa democracia, a verdade é que a vontade popular (leia-se o mestiço) influi muito mais poderosamente na direção do governo e, por isso, o prazer do ornato, o gosto da ostentação, típicos de nossa raça mestiça, passaram a se afirmar poderosamente na administração pública. Contribuiu grandemente para isto, também, o fato da concentração dos poderes nas mãos do executivo, aliado à circunstância de terem sido numerosas vezes mestiços de raça os chefes do Executivo Brasileiro (pág. 200).

Dentro desta ordem de idéias, afirma-se que o "desenvolvimento das cidades" no período republicano, é um resíduo afro-índio, visto que fruto do "espírito ingênuo de ostentação e de amor ao brilhante, ao aparatoso" das raças de cor. A própria industrialização do Brasil teria sido decorrente da influência das raças de cor.

A nossa civilização foi tomando, aos poucos, o aspecto antiagrário que hoje a vicia e marca, porque o espírito que preside à nova estrutura do Estado se origina no sentimento popular da raça mestiça, afeiçoada ao luxo das aparências e profundamente desapégada da terra (pág. 203).

Inclui-se nesta categoria de interpretações do país, o livro, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, editado em 1936. Pode-se dizer que, como os precedentes, é um retrato impressionista. Não trairia muito o propósito do autor se dissesse que, para ele, existe um caráter nacional que seria uma emanção do caráter luso. Textualmente:

... a Portugal (nos associa) uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria plástica, que se sujeitou mal ou bem a essa forma (pág. 32).

Por exemplo, a aversão do brasileiro pelo trabalho parece uma nota derivada do temperamento português a quem sempre inspiro invencível repulsa toda moral fundada no culto do trabalho (pág. 27). Haveríamos também recebido uma "herança rural", espécie de tara que dificulta a industrialização. Diz o nosso autor.

De certo modo, o malogro comercial de um Mauá... é indício eloquente da radical incompatibilidade entre as formas de vida copiadas de nações mais avançadas, de um lado, e o patriarcalismo e personalismo fixados entre nós por uma tradição de origens seculares.

Evidentemente há uma diferença de grau apenas entre esse modo de ver e o dos que afirmam que "o Brasil é um país essencialmente agrícola". Para completar o retrato, em termos de entelequias, Sérgio Buarque de Holanda resume o tipo do brasileiro no que chamou o "homem cordial". As qualidades deste tipo: lhanza no trato, hospitalidade, generosidade, desprendem-se de "um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (págs. 214-215)".

A crítica a estas interpretações pode ser feita globalmente. Todas elas, são, de modo geral, obras de autores desprovidos de uma teoria sociológica orgânica e científica do processo histórico-social. Para bem dizer, eles adotam uma teoria psicológica daquele processo, teoria segundo a qual certos traços de um determinado povo ou de um contingente étnico são os determinantes das suas respectivas situações materiais.

Esses autores confundem ordinariamente os efeitos com as causas. Apontam, muitas vezes, de modo correto, aspectos da psicologia coletiva, mas substantivam os diferentes caracteres desta psicologia, quando na verdade eles resultam de relações interativas de vários fatores.

Não se apercebendo do caráter dinâmico do processo histórico-social erigem como definitivo o provisório; consideram perma-

nentes, estados transitórios ou eventuais da psicologia coletiva; explicam as características mentais dominantes de uma população como propriedades ou atributos racionais; em resumo, caem no domínio da pura retórica pseudo-sociológica.

É atualmente de duvidosa qualidade científica toda sociologia que opera com categorias tais como "caráter nacional", "alma", "espírito", "vocação", "raça", ou que concebe a sociedade ou a cultura como um sistema psíquico ou um organismo psíquico. Isto porque abstrai a lei concreta do desenvolvimento histórico-social e aspecto total das transformações sociais.

Evidentemente, as descrições da sociedade brasileira desses autores mencionam, às vezes, tendências mentais efetivas.

Ninguém nega, por exemplo, o erotismo exaltado do português no período colonial ou a aversão aos trabalhos manuais de certa camada do nosso povo, mas estas e as outras notas da nossa psicologia coletiva nasceram historicamente, são essencialmente precárias e nunca definitivas, tiveram sua gênese numa conjuntura de fatores objetivos à qual correspondem. Na medida que esta conjuntura se transforma, altera-se a psicologia coletiva.

A interpretação da sociedade que se contenta com a mera retratação de eventuais dominantes psicológicas: a tristeza, a coíça, a luxúria, o romantismo, a dissipação, o amor à ostentação, a cordialidade etc., ilustra quase sempre uma perplexidade teórica em face da realidade. O que seria científico era colocar a pergunta: "Porque se formam tais sentimentos e tais modos de ser? A que condições objetivas se aliam?" A resposta correta a perguntas como estas seria, de fato, ciência.

Na verdade, estes retratos do Brasil constituem uma ilustração do que se pode chamar de para-sociologia.

Notas

(1) Para Plínio Salgado, há também um caráter nacional brasileiro, cuja face negativa se exprimiria:

1ª) — pelo egoísmo com que cada um procura resolver o seu próprio problema isoladamente, aventurosamente;

2ª) — pela incapacidade de esperar soluções definitivas, conformando-se com soluções parciais que consultem mais imediatamente o seu egoísmo;

3ª) — pela sua submissão absoluta ao Poder mais próximo, que ele odeia intimamente e do qual discorda em segredo, mas esperando sempre tirar desse Poder resultados práticos e utilitários;

4ª) — pela preguiça, que se conforma com os fatos consumados, e pelo comodismo, que aconselha acompanhar os poderosos, os ricos, os nomes "feitos"; esse mesmo comodismo leva o brasileiro a seguir servilmente a "homens" e não a "idéias";

5ª) — pela incapacidade de conceber idéias gerais, contendo-se com os aspectos unilaterais dos problemas;

6ª) — pela indisciplina oriunda da vaidade fútil, resultante da falta de unidade de pensamento nacional;

7ª) — pelo verbalismo jactancioso;

8ª) — pela insinceridade, pelo "Despistamento", pela falta de cumprimento da palavra empenhada;

9ª) — pela desconfiança e pelas manobras "de bastidores" em que se comprazem os ambiciosos.

Em contraposição, as qualidades positivas do povo brasileiro se definiram;

1ª) — pelo exemplar sentimento de família;

2ª) — pelo espírito caritativo, de hospitalidade e de delicadeza;

3ª) — pela capacidade de sofrimento, na paz, na guerra, nas calamidades;

4ª) — pela bravura, quando se lhe oferece oportunidade de demonstrar;

5ª) — pela inteligência e admirável facilidade com que apreende as coisas mais difíceis;

6ª) — pela capacidade de entusiasmo em relação às idéias belas e generosas;

7ª) — pela moralidade dos costumes, apenas inexistentes em certa parte das classes ricas, ou nos falsos letrados pequenos burgueses;

8ª) — pelo índice extremamente diminuto que oferece de perversidades;

9ª) — pelo respeito aos velhos, às mulheres e crianças;

10ª) — pela sutileza de seus instintos. (Vide *Psicologia da Revolução*. 4ª ed. pp. 133-134).

Bibliografia

- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Ratzes do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1948.
- CARVALHO, Ronald de. "Bases da Nacionalidade Brasileira". In *A Margem da História da República*. Rio de Janeiro, 1924.
- FERRATER MORA, José. *Dicionário de Filosofia*. Buenos Aires, 1951.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *O Processo da sociologia no Brasil*. Rio de Janeiro, 1953.
- LALANDE, André. *Vocabulaire technique et critique de la Philosophie*. Paris, 1926.
- LINS, Mario. *A Transformação da lógica conceitual da sociologia*. Rio de Janeiro, 1947.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Conceito da civilização brasileira*. São Paulo, 1936.
- MOTA FILHO, Candido. *Alberto Torres e o tema da nossa geração*. Rio de Janeiro, 1931.
- OLIVEIRA VIANA. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro, 1949. 2 vols.
- _____. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo, 1938.
- _____. *Problemas de política objetiva*. São Paulo, 1947.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1953.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, 1886.
- SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução*. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1953.
- TORRES, Alberto. *O Problema nacional brasileiro*. São Paulo, 1938.
- _____. *A Organização nacional*. São Paulo, 1933.
- URUGUAI, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862.